

LEANDRO RICARTE CASTRO DE SOUZA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

**UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS:**  
Estudo de caso dos conflitos pelo acesso e uso dos recursos naturais na Zona de  
Amortecimento de Impacto do Parque Nacional do Caparaó – ES

**Orientador:** Prof. Dr. Bruno Milanez

JUIZ DE FORA

2016

LEANDRO RICARTE CASTRO DE SOUZA

;



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS

**UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS:**  
Estudo de caso dos conflitos pelo acesso e uso dos recursos naturais na Zona de  
Amortecimento de Impacto do Parque Nacional do Caparaó – ES

**Orientador:** Prof. Dr. Bruno Milanez

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Espaço e Ambiente, Linha de Pesquisa Dinâmicas Sócio-Ambientais, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

JUIZ DE FORA

2016

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Souza, Leandro Ricarte Castro de .  
Unidades de Conservação e Conflitos Socioambientais :  
Estudo de caso dos conflitos pelo acesso e uso dos recursos naturais na Zona de Amortecimento de Impacto do Parque Nacional do Caparaó - ES / Leandro Ricarte Castro de Souza. -- 2016.  
198 p.

Orientador: Bruno Milanez  
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2016.

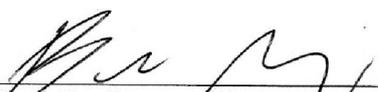
1. Áreas protegidas. 2. Conflitos socioambientais. 3. Território. 4. Injustiça ambiental. I. Milanez, Bruno, orient. II. Título.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CONFLITOS  
SOCIOAMBIENTAIS: ESTUDO DE CASO DOS CONFLITOS PELO  
ACESSO E USO DOS RECURSOS NATURAIS NA ZONA DE  
AMORTECIMENTO DE IMPACTO DO PARQUE NACIONAL DO  
CAPARAÓ – ES

LEANDRO RICARTE CASTRO DE SOUZA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Área de Concentração Espaço e Ambiente, linha de pesquisa Dinâmicas Sócio-Ambientais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 15, 04, 2016

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Bruno Milanez (Orientador)  
Universidade Federal de Juiz de Fora

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Claudenir Fávero (Membro Externo)  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Leonardo de Oliveira Carneiro (Membro Interno)  
Universidade Federal de Juiz de Fora

À vocês, Simone, Laisa e Laura, toda minha vida!

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por me conceder a força, a coragem, a saúde e a capacidade para buscar esse sonho, antes tão distante, mas que se torna realidade;

A minha família, em especial minha mãe Maria Auxiliadora e minha esposa Simone, que sempre me apoiaram na busca por esse objetivo;

Ao programa de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, que possibilitou essa conquista;

A meu orientador, Professor Bruno Milanez, pela competência, atenção, confiança e paciência em ensinar como um verdadeiro mestre o faz;

Ao Professor Leonardo de Oliveira Carneiro, pelo constante incentivo e por estar sempre disposto a ajudar na elaboração dessa pesquisa;

Ao Professor Elias Lopes de Lima pelas importantes contribuições durante a realização da pesquisa.

Aos meus companheiros da E. E. E. F. M. Professora Maria Trindade de Oliveira e da E. E. E. F. M 'Álvaro Castelo' que sempre estiveram prontos a ajudar;

Aos meus companheiros de Mestrado, que contribuíram durante essa caminhada;

Aos moradores do Patrimônio da Penha e aos funcionários do ParNa Caparaó por disponibilizarem seu tempo para participar das entrevistas.

*“A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une” (Milton Santos).*

# **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS:** Estudo de caso dos conflitos pelo acesso e uso dos recursos naturais na Zona de Amortecimento de Impacto do Parque Nacional do Caparaó – ES

## **RESUMO**

A criação de áreas protegidas se firmou no mundo como uma das principais políticas relacionadas ao meio ambiente. Porém, o modelo que se tornou dominante parte de uma visão de natureza oriunda da dicotomia entre sociedade e meio ambiente. Os processos de criação de áreas naturais protegidas no mundo, especialmente a partir do final do século XIX, têm ocasionado inúmeros conflitos entre os diferentes sujeitos que possuem visões e interesses diversos sobre a natureza e seus recursos, além de gerar situações de injustiças ambientais às populações impactadas pela criação desses espaços. Dessa forma, a presente pesquisa buscou realizar uma análise sobre a relação entre as áreas naturais protegidas, em especial a tipologia Unidade de Conservação, e a ocorrência de conflitos socioambientais e de injustiça ambiental. Tomando como ferramenta de análise a categoria geográfica do território, além das perspectivas críticas da Ecologia Política, da Justiça Ambiental e do Ecosocialismo, buscou-se realizar um estudo de caso da comunidade do Patrimônio da Penha, situada a cerca de um quilômetro do Parque Nacional do Caparaó, no município de Divino de São Lourenço – ES. Através da realização de revisão bibliográfica e, também, de observações e entrevistas com os moradores locais e os funcionários do parque, buscou-se averiguar as diferentes ocorrências de conflitos socioambientais, além de situações de injustiça ambiental que acometem as populações residentes no Patrimônio. Evidenciou-se, assim, que os conflitos socioambientais podem se manifestar em diferentes categorias e intensidades. Em relação ao Patrimônio da Penha, foi possível perceber que ocorrem os chamados conflitos socioambientais latentes, sendo estes caracterizados como situações em que os embates são, por vezes, camuflados pelos mecanismos sociopolíticos que vigoram sobre os territórios, não sendo notados pelos sujeitos envolvidos nos embates como situações de conflito. Notou-se, ainda, que estes conflitos foram diretamente influenciados pela presença do ParNa Caparaó na região, tendo o mesmo influenciado também nas situações de injustiça ambiental que puderam ser observadas sobre esse espaço.

**Palavras-chave:** áreas protegidas, conflitos socioambientais, território, injustiça ambiental.

**CONSERVATION AREAS AND ENVIRONMENTAL CONFLICTS: A case study of conflicts over access and use of natural resources in the Buffer Zone of the Caparaó National Park - ES**

**ABSTRACT**

Protected areas are one of the most common environmental policies around the world. Nevertheless, this model has been proposed based on a dichotomy between society and the environment. The definition of protected areas, particularly after the XIX<sup>th</sup> century, has resulted in various conflicts among agents with divergent understanding on nature and interests on natural resources. Moreover, such processes have also created situations of environmental injustice, since they prevent the access of specific social groups to resources that are crucial for their survival. Along these lines, this research aimed at analysing the relationship between protected areas, particularly Conservation Areas, socio-environmental conflicts and environmental injustices. Using the geographic category territory, and adopting critical perspectives such as Political Ecology, Environmental Justice and Ecosocialism, this case study evaluates the relationships between various actors around the Caparaó National Park, in Divino de São Lourenço municipality, Espírito Santo state. Using literature review, direct observation and interviews, the research evaluates the characteristics of the various socioenvironmental conflicts and environmental injustice situations that take place in that locality. During the research, it was possible to verify that socioenvironmental conflicts happen in various categories and intensity. Patrimônio da Penha is characterised by latent socioenvironmental conflicts, which are described as situations where disputes are masked by socio-political processes and not perceived by social agents. Additionally, it was noted that most of these conflicts have been directly influenced by the Caparaó National Park, as well as, different environmental injustice situations.

**Key-words:** protected areas, socio-environmental conflict, environmental justice

## LISTA DE FIGURAS

	<b>Pág.</b>
<b>FIGURA 1</b> – Localização do ParNa Caparaó, de sua ZAI e do povoado do Patrimônio da Penha .....	111

## LISTA DE QUADROS

	<b>Pág.</b>
<b>QUADRO 1:</b> Parques Nacionais Brasileiros criados entre 1937 e 2014 (em ordem cronológica de criação) .....	90
<b>QUADRO 2:</b> Comparativo entre alterações nas finalidades do IBAMA .....	95
<b>QUADRO 3:</b> Principais características dos grupos de UCs previstos no SNUC .....	98
<b>QUADRO 4:</b> Áreas municipais dentro do Parque Nacional do Caparaó .....	112

## LISTA DE SIGLAS

AMAR Caparaó	Associação Melhoramento Ambiental da Região do Caparaó
APPS	Áreas de Proteção Permanente
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
FBCN	Fundação Brasileira para Conservação da Natureza
FUNBIO	Fundo Brasileiro para Biodiversidade
G7	Grupo dos Sete Países mais Industrializados e Desenvolvidos Economicamente
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IUCN	International Union for Conservation of Nature
IUNP	International Union for Nature Protection
ONGs	Organizações Não Governamentais
PARNA	Parque Nacional
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PPG7	Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PRONABIO	Programa Nacional da Diversidade Biológica

RL	Reserva Legal
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidades de Conservação
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
ZAIS	Zonas de Amortecimento de Impactos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO – Objeto, justificativa e objetivos.....</b>	<b>16</b>
<b>Metodologia de pesquisa e estrutura do trabalho.....</b>	<b>22</b>
<b>Capítulo 1 – CONCEITUAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS SEGUNDO AS PERSPECTIVAS CRÍTICAS QUE ABORDAM O TEMA.....</b>	<b>25</b>
1.1 – Preâmbulo .....	25
1.2 – <b>Conflitos socioambientais: origens e definições.....</b>	<b>26</b>
1.3 – <b>O território .....</b>	<b>34</b>
1.3.1 – Aspectos gerais .....	34
1.3.2 – Territorialidade, conflitividade e conflitos socioambientais .....	40
1.4 – Ecologia Política .....	43
1.5 – Justiça Ambiental.....	50
1.6 – Ecosocialismo.....	57
1.7 – Convergindo ideias .....	64
<b>Capítulo 2: AS ÁREAS PROTEGIDAS NO MUNDO: ORIGEM E EVOLUÇÃO .....</b>	<b>72</b>
2.1 – Preâmbulo .....	72
2.2 – Surgimento do modelo atual de áreas protegidas .....	72
2.3 – Considerações sobre o modelo de criação das áreas protegidas .....	79
2.4 – <b>As UCs no Brasil .....</b>	<b>82</b>
2.4.1 – O período entre 1934 e 1972.....	84
2.4.2 – O período de 1973 a 1988.....	88
2.4.3 – O período de 1989 a 2006.....	93

2.4.4 – O período entre 2007 e os dias atuais.....	101
2.5 – Considerações sobre a criação e gestão das UCs federais no Brasil.....	106
<b>Capítulo 3: O PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ: ORIGEM, CARACTERIZAÇÃO E OS CONFLITOS SOCIOMABIENTAIS EM SEU ENTORNO .....</b>	<b>110</b>
3.1 – Preâmbulo .....	110
3.2 – O Parque Nacional do Caparaó: histórico de criação .....	112
3.3 – Patrimônio da Penha: os sujeitos locais e suas relações .....	117
3.4 – Percepções acerca do ParNa Caparaó .....	128
<b>3.5 – ParNa Caparaó e Patrimônio da Penha: território, territorialidade, impactos e conflitos socioambientais .....</b>	<b>134</b>
3.5.1 – Conflito em torno da estrada parque .....	135
3.5.2 – Conflito como consequência da mudança de nome dos lugares.....	136
3.5.3 – Conflito fundiário e pelo uso dos recursos naturais .....	138
3.5.4 – Conflito pela circulação .....	142
3.5.5 – Conflitos institucionais e participação política dos sujeitos locais .....	144
3.5.6 – Conflitos associados a atividades e alternativas econômicas e ausência de projetos de melhoria das condições de vida das populações locais .....	147
3.5.7 – Tratamento diferenciado a nativos e alternativos como uma fonte de conflitos .....	152
<b>Capítulo 4: DISCUSSÃO ACERCA DAS SITUAÇÕES OBSERVADAS NO PATRIMÔNIO DA PENHA .....</b>	<b>157</b>
4.1 – Preâmbulo .....	157
4.2 – Conflitos socioambientais e injustiça ambiental no Patrimônio da Penha: dialogando com as perspectivas críticas da Ecologia Política, da Justiça Ambiental e do Ecosocialismo.....	157
<b>Capítulo 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>167</b>

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** ..... 173

**ANEXOS** ..... 183

## INTRODUÇÃO

### **Objeto, justificativa e objetivos**

A questão ambiental vem ganhando destaque cada vez maior no cenário internacional e nacional. Neste sentido, governos nacionais, organizações multilaterais, empresas, ONGs, movimentos sociais, pesquisadores, entre outros sujeitos e grupos sociais, vêm dedicando cada vez mais atenção ao tema. Alguns por interesses meramente individuais, objetivando lucros e benefícios próprios, outros com preocupações verdadeiramente relacionadas à melhoria da qualidade ambiental e à diminuição dos impactos causados pelas atividades humanas sobre a superfície do planeta.

Dentro desse contexto, o estabelecimento de áreas naturais protegidas emerge como um dos principais mecanismos adotados pelos países para tentar mitigar os impactos causados pelas atividades humanas sobre o planeta (BENSUSAN, 2006; DIEGUES, 2001; VALLEJO, 2002). A origem dessa estratégia não é recente, datando da segunda metade do século XIX a primeira experiência nesse sentido. Porém, vem ganhando importância cada vez maior nas últimas décadas em decorrência da eclosão da crise ambiental.

Esta crise surge como reflexo dos padrões dominantes de produção e consumo, adquirindo maior evidência a partir dos anos de 1960, demonstrando os limites do crescimento econômico (LEFF, 2012). Assim, a ampliação da degradação ambiental tem se revelado um dos principais sintomas dessa crise, acelerando os processos de destruição do meio natural através do aumento constante da pressão sobre os recursos do planeta (ibid.).

Nesse cenário, muitas leis têm surgido nos últimos 50 anos objetivando a proteção do meio ambiente natural nos diferentes países do mundo. Assim, os Estados Unidos, como forma de aumentar a intervenção do poder público sobre as questões ambientais, promoveu, a partir do final dos anos de 1960, o uso da “Avaliação dos Impactos Ambientais” (AIA) (SOUZA, 2005). Essa percepção inaugurou uma nova fase no pensamento ambiental, marcada por conferências, como a de Estocolmo (1972), a Rio 92, a Cúpula Mundial Sobre desenvolvimento Sustentável, também conhecida como Rio +10, realizada em Johannesburgo em 2002, e a Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável, também chamada de Rio

+ 20, realizada no Rio de Janeiro em 2012. Tais conferências foram promovidas, especialmente, para discutir os problemas ambientais mundiais.

No Brasil, como em muitos outros países caracterizados como periféricos, a proteção e a preservação do meio ambiente natural sempre foram consideradas pelos governantes como entraves ao desenvolvimento econômico. A busca constante pelos padrões de consumo norte-americano e europeu, fato que ainda ocorre nos dias atuais (PORTO-GONÇALVES, 2004), limitou a formulação de políticas voltadas para as ditas questões ambientais.

O debate ambiental ganhou força no país a partir da década de 1970, por meio de movimentos sociais locais, mas, principalmente, em função das crescentes pressões internacionais (SOUZA, 2005). Até então, o país não contava com um sistema integrado de gestão do meio ambiente natural, nem com uma política ambiental bem definida. Existiam, na verdade, algumas políticas específicas que regulamentavam o uso e a exploração de determinados recursos naturais, como o Código de Águas, de 1934, o Código Florestal, de 1965, e o de Caça e Pesca, de 1967, não havendo, porém, uma ação coordenada entre as diferentes esferas e nem mesmo um órgão responsável pela regulação ambiental no país (ibid.).

Tal situação começou a mudar a partir de 1973. Após a participação brasileira na conferência de Estocolmo, e mesmo tendo o país defendido uma posição de certa forma contrária à preservação ambiental e favorável à exploração dos recursos naturais, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), órgão destinado a tratar dos assuntos relacionados ao meio ambiente, sob a responsabilidade do Ministério do Interior. Esse órgão teve como uma de suas principais funções promover o avanço da legislação ambiental, ainda embrionário no país.

Outro momento de relevante importância foi a criação, por meio da Lei Federal 6.938 de agosto de 1981, do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), que era ainda integrado por um órgão colegiado, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Essa lei foi responsável pelo estabelecimento dos objetivos, princípios, diretrizes, instrumentos, atribuições e instituições da política ambiental nacional (BRITO, 2003; CASTRO JUNIOR, COUTINHO e FREITAS, 2009). O principal objetivo da política nacional de meio ambiente se voltava, então, para uma preservação ambiental que fosse propícia à vida e que pudesse assegurar ao país as condições necessárias para o desenvolvimento socioeconômico, atendendo os interesses da segurança nacional e protegendo a dignidade humana (SOUZA, 2005).

O SISNAMA tinha como instrumentos: a avaliação de impactos ambientais, além do licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras. Esses instrumentos foram confirmados pela constituição de 1988 (ibid.), que, também, acabou integrando os diferentes órgãos ambientais brasileiros da época em um único órgão federal: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), passando o mesmo a ser responsável pelo desenvolvimento e fiscalização das políticas ambientais brasileiras (CASTRO JUNIOR; COUTINHO e FREITAS, 2009).

A década de 1990 foi marcada pela redefinição da problemática ambiental no mundo e também no Brasil. A abordagem ambiental, que até então se caracterizava por dar maior destaque para a preservação dos ambientes naturais, deu lugar a uma nova perspectiva, que passou a integrar tanto os aspectos econômicos quanto os sociais às questões ambientais (SOUZA, 2005).

Os primeiros anos dessa década foram marcados pela realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), que teve como principal objetivo discutir as questões relacionadas ao meio ambiente. Participaram dessa conferência mais de 170 países. O principal documento elaborado durante a ocasião foi a Agenda 21, que previa uma série de medidas e ações que deveriam ser tomadas pelos países para melhorar a qualidade ambiental e social do planeta. As ações previstas pela Agenda 21 não foram cumpridas pelos países, frustrando as expectativas criadas pela conferência.

Ainda durante a década de 1990, outros mecanismos importantes para proteção ambiental foram criados no Brasil. Um destes foi a Lei de Crimes Ambientais, instituída em 1998. “Essa lei criou uma série de punições para quem comete infrações à legislação ambiental, possibilitando que o Ibama [sic] passasse a atuar de modo mais eficiente e se tornasse mais respeitado como órgão fiscalizador” (CASTRO JUNIOR, COUTINHO e FREITAS, 2009, p. 44). Tal mudança gerou um ganho considerável no poder desse órgão enquanto principal responsável pela gestão e execução das políticas referentes ao meio ambiente no país.

Todos estes acontecimentos antecederam a criação, em 18 de julho de 2000, da Lei 9.985 que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), dentro da qual foi instituída a Zona de Amortecimento de Impacto (ZAI), cuja análise das relações que são estabelecidas em seu interior caracteriza-se como ponto central da presente pesquisa. Em relação ao Brasil, Castro Junior, Coutinho e Freitas (2009), citando Pádua (2003), afirmam que discussões com um caráter mais estruturado sobre a conservação da natureza, partindo da ideia

de criação de áreas protegidas, não são recentes, tendo sido registradas já a partir do início do século XIX, consolidando-se, porém, somente em anos posteriores.

A criação da referida lei constituiu-se em importante instrumento jurídico para o trabalho de conservação de espaços naturais no Brasil. “Essa lei é fruto de um trabalho de mais de duas décadas, pois data de 1979 sua primeira proposta, e só em 1992 foi enviada uma versão final ao Congresso Nacional” (ibid.).

O Parque Nacional do Caparaó (ParNa Caparaó), e seu entorno imediato, constituem uma dessas Unidades de Conservação (UCs) regulamentadas pelo SNUC. Essa região está localizada na divisa dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, caracterizando-se como uma das mais importantes reservas de remanescentes de Mata Atlântica em território espírito-santense. A área do parque, no lado capixaba, está inserida em cinco municípios: Iúna, Irupí, Ibitirama, Dolores do Rio Preto e Divino de São Lourenço.

Por se tratar de uma área de grandes dimensões, as atividades relacionadas à pesquisa concentraram-se em uma localidade específica: a comunidade do Patrimônio da Penha, situada no município de Divino de São Lourenço. A escolha da referida localidade ocorreu em função da necessidade de um recorte espacial passível de ser estudado dentro do prazo estabelecido para conclusão da pesquisa e, também, por ser um espaço onde ocorriam diversos conflitos socioambientais pelo acesso e uso dos recursos naturais, além de situações de injustiça ambiental, sendo todas estas ocorrências induzidas pela presença da UC.

A escolha do entorno do ParNa Caparaó e, mais especificamente, da comunidade do Patrimônio da Penha como foco dessa análise também perpassou alguns outros fatores e, principalmente, outras experiências que foram vivenciadas tanto em períodos anteriores quanto durante a realização dessa pesquisa. Uma dessas experiências foi justamente a oportunidade que o pesquisador teve em auxiliar uma de suas professoras durante a graduação na realização de trabalho de mestrado no entorno do ParNa Caparaó, no estado de Minas Gerais. Esse episódio foi fundamental para que o pesquisador começasse a conhecer o parque e sua dinâmica, despertando o interesse para a elaboração dessa pesquisa, particularmente em seu entorno capixaba.

Outro importante episódio que contribuiu para a escolha do Patrimônio foram as reuniões e conversas entre orientador e orientando com o Professor do curso de Pós-graduação

em Geografia da UFJF, Dr. Leonardo de Oliveira Carneiro. Seu conhecimento e proximidade com a área estudada foram fundamentais para o andamento da pesquisa.

Inicialmente, se cogitou tomar até três localidades como foco de análise, que seriam a comunidade de Pedra Roxa, localizada no município de Ibitirama – ES, o distrito de Mundo Novo, localizado no município de Dores do Rio Preto – ES e o próprio Patrimônio da Penha. Porém, à medida que as reuniões e conversas foram avançando, e tendo como um dos principais fatores limitantes da pesquisa o tempo para sua elaboração, optou-se por concentrar as análises apenas no Patrimônio da Penha.

Pesou, ainda, na escolha do Patrimônio o fato de que o Professor Leonardo já conhecia parte da dinâmica local e, principalmente, alguns moradores locais, conhecimento este que faltava ao pesquisador. Dessa forma, antes de se iniciar a realização das entrevistas, alguns moradores do Patrimônio da Penha foram apresentados ao pesquisador pelo Professor Leonardo, tendo as entrevistas se iniciado tomando como base justamente estes primeiros sujeitos conhecidos da comunidade.

Além dos fatores já citados, outro ponto relevante a influenciar na escolha do Patrimônio da Penha foi a dinâmica local, inicialmente apresentada ao pesquisador nas reuniões e conversas realizadas com o Professor Leonardo. Nestas foi possível evidenciar a existência de dois grupos de moradores que, até certo ponto, apresentavam formas diferentes de reprodução sociocultural, o que em alguns momentos parecia levar à ocorrência de situações de conflito, fato que pode ser comprovada posteriormente.

No Brasil, os processos de criação de UCs, e a partir da nova redação dada pela Lei do SNUC, de suas respectivas ZAIs, principalmente as de caráter integral, como o ParNa Caparaó, acabam por se caracterizar, em boa parte das vezes, como produtores de conflitos socioambientais (DIEGUES, 2001; SANTOS, L. 2009).

Os conflitos socioambientais estão relacionados às formas diferenciadas com que as variadas populações acessam e usufruem dos recursos naturais o que, em muitos casos, pode ainda ocasionar situações de injustiças ambientais a certos sujeitos/grupos sociais. Durante o processo ocorrem divergências de interesses e choques de visões, o que ocasiona o embate entre as partes. A ocorrência de conflitos envolve grupos sociais que possuem diferentes visões de mundo e que se apropriam dos recursos de acordo com essas percepções. Quando as condições de apropriação do meio natural de algum dos grupos são ameaçadas, geralmente através de

impactos indesejáveis, produzidos por atividades de outros grupos, os conflitos podem eclodir (ACSELRAD, 2004; BRITO *et al.* 2011; LITTLE, 2004).

Desse modo, a resolução de conflitos socioambientais é tarefa complexa. A gama variada de pessoas e de relações que se estabelecem em torno destes leva à sua complexificação. Solucioná-los demanda uma série de ações que vão muito além de ideias simples, sendo necessário, entre outras coisas, debates políticos em torno das questões inerentes a estes embates.

Dessa maneira, partindo do pressuposto de que conflitos e injustiças socioambientais se originam em relações de poder, a presente pesquisa terá como objetivo geral: analisar de que forma a presença do ParNa Caparaó tem influenciado nas diferentes relações de poder existentes no Patrimônio da Penha e, conseqüentemente, no surgimento de novos conflitos socioambientais e de situações de injustiça ambiental que se desenvolvem sobre esse espaço.

A partir da definição do objetivo geral da pesquisa, é possível realizar algumas indagações sobre a constituição de áreas protegidas e de suas ZAIs no Brasil: a) a criação e a gestão desses espaços vêm se dando a partir de processos integrativos, envolvendo as diferentes populações que por eles são afetadas? b) de que maneira a sua instituição tem ameaçado a apropriação de recursos naturais essenciais à sobrevivência das populações que por elas são atingidas? e c) até que ponto a instituição dessas áreas e de suas respectivas ZAIs tem contribuído para a disseminação de injustiças ambientais e para os processos de privatização da natureza?

Para que essas questões que se colocam possam ser respondidas e o objetivo geral da pesquisa alcançado, esta será orientada pelos seguintes objetivos específicos:

1. Descrever o processo de formação do atual modelo de área protegida dominante no Brasil.
2. Avaliar o atual arcabouço jurídico-institucional que fundamenta a criação de UCs no país.
3. Analisar a atuação das instituições governamentais e não governamentais no Patrimônio da Penha e a interação entre estas e as comunidades residentes na área.
4. Avaliar as relações estabelecidas entre os sujeitos residentes no Patrimônio da Penha e o ParNa Caparaó.

5. Analisar a relação entre o acesso e uso desiguais dos recursos naturais e a ocorrência de conflitos socioambientais no Patrimônio da Penha.

### **Metodologia de pesquisa e estrutura do trabalho**

Para atingir os objetivos propostos, utilizou-se como ferramenta de análise a categoria geográfica território. Além dessa categoria geográfica, também fez-se uso do referencial teórico-metodológico oferecido por três perspectivas críticas, que são: a Ecologia Política (EP), a Justiça Ambiental (JA) e o Ecosocialismo (ES). Acreditamos que uma abordagem pautada a partir desses referenciais teórico-metodológicos oferece mecanismos mais eficazes de entendimento dos conflitos socioambientais que se materializam sobre a área foco do estudo.

A realização da pesquisa se deu através de revisão bibliográfica sobre o tema em questão. Além disso, também foram realizados trabalhos de campo para coleta de dados primários, sendo estes dados obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com os moradores do Patrimônio da Penha, os gestores do ParNa Caparaó e os demais agentes que desempenham papel relevante sobre a área, tais como empresários do ramo turístico, dentre outros (BONI e QUARESMA, 2005; BRITO JÚNIOR e FERES JÚNIOR, 2011). No anexo A, tem-se o roteiro utilizado para realizar as entrevistas.

No total, foram realizadas 28 entrevistas. Destas, 16 foram com os moradores denominados de nativos, 6 com os moradores denominados de alternativos e outras 6 com os funcionários do ParNa Caparaó. Posteriormente, foi realizada a transcrição dessas entrevistas, juntamente com a análise do conteúdo das mesmas.

A amostragem das entrevistas foi realizada utilizando o método “bola de neve”. Esse método consiste na indicação, por parte de algum indivíduo da população, de outros membros da comunidade, que por sua vez, indicam novos, e assim sucessivamente, “[...] caracterizando-se num formato semelhante ao de uma bola de neve que vai acumulando os flocos de neve ao rolar e se tornando cada vez maior” (DEWES, 2013, p. 4).

Através do uso desse método, objetivou-se atingir uma amostra da população, por intermédio de alguns sujeitos que fazem parte dela, utilizando-se das ligações entre estes. O uso deste se justifica, pois “há casos em que os pesquisadores se deparam com um certo tipo de

população que envolve grande dificuldade de se estudar devido à incapacidade de utilizar-se os planos amostrais mais usuais, dada a baixa visibilidade de seus membros, por diversos motivos, sendo alguns deles comportamento ilegal ou socialmente estigmatizado” (ibid., p. 4). Em um contexto de conflitos socioambientais, essas características, muitas vezes, se fazem presentes na população envolvida.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, algumas limitações acabaram surgindo. Uma das principais se deu em função do tempo de realização do trabalho. Dessa forma, não foi possível para o pesquisador passar mais tempo em convivência com os moradores do Patrimônio da Penha, podendo assim participar de maneira mais intensa do cotidiano dos mesmos. Em consequência disso, as visitas de campo ocorreram em períodos intercalados, onde o pesquisador escolhia uma data para realiza-las, se dirigia até o Patrimônio, coletava as informações e retornava à sua residência ainda no mesmo dia.

À vista disso, é provável que parte significativa da dinâmica local não tenha sido captada pelo olhar do pesquisador, fazendo com que situações importantes acabassem não sendo analisadas com maior atenção para, assim, ser melhor compreendidas.

Além disso, foi possível notar, a partir das falas dos entrevistados, certas ocorrências que acabaram sendo, de certa forma, ignoradas pelo pesquisador. Esse fato não indica, porém, ausência de importância para essas questões, apenas se caracteriza como uma opção feita em função da necessidade de delimitação de temas de maior relevância para os objetivos do trabalho, sendo que essas situações, posteriormente, poderão vir a ser estudadas.

Dessa forma, a presente pesquisa não tem como objetivo esgotar as possibilidades de análise acerca do contexto vivenciado pelo Patrimônio da Penha e adjacências, apenas busca lançar luz sobre parte da conjuntura constantemente vivenciada pelos sujeitos e grupos sociais que constituem esse território.

O presente trabalho foi dividido em cinco capítulos. No primeiro será conceituada a ideia de conflitos socioambientais, com o objetivo de situar o leitor sobre o assunto. Ainda neste capítulo, realizar-se-á uma discussão sobre a categoria geográfica território, além dos conceitos de territorialidade e de conflitividade. Do mesmo modo, as abordagens teórico-metodológicas da Ecologia Política, da Justiça Ambiental e do Ecosocialismo, que foram utilizadas como referencial teórico para orientar a pesquisa, serão conceituadas, objetivando demonstrar a relevância das mesmas para o trabalho.

Parte-se, assim, da conceituação, definição e análise geográfica acerca do território a partir das diferentes territorialidades que são instituídas sobre o espaço, especialmente através de relações desiguais de poder, e que produzem, em muitos momentos, situações de conflitividade. Em seguida, realizamos a conceituação das perspectivas críticas, apresentando suas possíveis contribuições para a pesquisa. Ao final do capítulo, será realizada uma convergência de ideias, demonstrando as relações entre cada uma das correntes e também as diferenças entre elas, além de suas respectivas contribuições para a análise do objeto da pesquisa.

No segundo capítulo, será feita a análise geográfica do surgimento e evolução das unidades de conservação (UCs), partindo de uma escala mundial e chegando até o Brasil. O objetivo deste capítulo é demonstrar como foi o processo de concepção das UCs, quais foram as correntes que influenciaram na formação desse modelo, como foi sua construção no Brasil e quais as relações entre este e os conflitos socioambientais vigentes nas áreas de UCs concebidas a partir desse arquétipo no país.

No terceiro capítulo serão realizadas as considerações sobre as pesquisas de campo, com a análise dos dados coletados através de observações e da realização das entrevistas. Neste mesmo capítulo também buscaremos identificar os discursos dominantes no povoado do Patrimônio da Penha e analisar os conflitos socioambientais aí existentes.

No quarto capítulo buscaremos realizar uma análise sobre as situações de conflitos socioambientais e de injustiça ambiental que puderam ser observadas no Patrimônio da Penha, tomando como base as perspectivas críticas. Dessa forma, buscaremos lançar luz sobre estas ocorrências, demonstrando sua relação direta com a presença do ParNa Caparaó na região.

Por fim, no quinto capítulo, buscaremos realizar as considerações finais sobre a pesquisa, tentando produzir uma síntese do que foi feito e abrindo novas possibilidades de trabalhos futuros, que possam descortinar novas informações relevantes sobre a dinâmica local.

## **Capítulo 1 – CONCEITUAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS SEGUNDO AS PERSPECTIVAS CRÍTICAS QUE ABORDAM O TEMA**

### **1.1 – Preâmbulo**

Nesta primeira seção buscar-se-á realizar uma exposição conceitual e analítica do tema conflitos socioambientais. Por se caracterizarem como foco principal do presente trabalho faz-se necessária sua conceituação, com o objetivo de oferecer ao leitor uma melhor compreensão do problema em questão.

Começaremos apresentando algumas das principais definições do tema em foco. Em seguida, passaremos para suas origens, demonstrando que os mesmos podem ser produzidos por diferentes fatores, inclusive por disputas pelo acesso e uso dos recursos naturais em unidades de conservação (UCs) e em seu entorno imediato.

Posteriormente, passaremos para a discussão acerca da categoria geográfica do território, apresentando suas diferentes concepções e demonstrando suas possíveis contribuições para os estudos dos conflitos socioambientais e das situações de injustiça ambiental. Do mesmo modo, também discutiremos os conceitos de territorialidade e de conflitividade, ambos relevantes para a presente pesquisa.

Logo após, apresentaremos algumas perspectivas críticas que debatem o tema ambiente, sociedade e economia. Estas não se caracterizam como únicas, mas como parte importante dos debates em torno dessas questões que vêm ganhando corpo já há algum tempo. As perspectivas a serem apresentadas nesta segunda parte são a ecologia política (EP), a justiça ambiental (JA) e o ecossocialismo (ES). Acreditamos que as mesmas podem oferecer ferramentas importantes para a análise e compreensão dos conflitos socioambientais verificados na área foco do estudo.

Em um primeiro momento, vamos apresentar a ecologia política. Descreveremos suas origens e evolução, buscando realizar uma análise que seja capaz de demonstrar suas contribuições para o estudo e entendimento dos conflitos socioambientais. Posteriormente, passaremos para a exposição da corrente denominada de justiça ambiental. Vamos assinalar como foi seu surgimento e crescimento, e quais podem ser suas possíveis contribuições para as

discussões que se desenvolvem em torno das questões socioambientais. Dessa forma, buscaremos demonstrar ao leitor que esta pode ser também, assim como a EP e o ES, um instrumento importante na tentativa de superação das desigualdades socioambientais.

Em seguida, finalizaremos com o ecossocialismo. Buscaremos apresentar suas percepções, derivadas do enfoque marxista, com relação ao modelo hegemônico dominante de economia, demonstrando que este tem vislumbrado o mesmo como principal causador das desigualdades socioambientais e dos conflitos e problemas advindos dessas desigualdades. Tentaremos demonstrar a importância do ecossocialismo na abordagem dos conflitos socioambientais e suas possíveis contribuições para a resolução ou ao menos a mitigação destes.

Ao final da seção realizaremos uma síntese buscando associar cada uma das correntes apresentadas, destacando suas similaridades e diferenças, demonstrando que todas surgem a partir das necessidades crescentes de mudança do paradigma de produção e consumo que vigora na atualidade e que vem produzindo desigualdades cada vez maiores entre as populações e agressões, muitas vezes irreversíveis, ao meio ambiente natural.

## **1.2 – Conflitos socioambientais: origens e definições**

Os conflitos sempre fizeram parte da história do ser humano sobre a Terra. Eles são, como afirmam Brito et al. (2011, p. 51), “[...] inerentes às sociedades humanas, independente do contexto histórico e do espaço geográfico [...]”. Vários autores trabalham com a ideia de conflito e buscam defini-los como forma de melhor entendê-los. Araújo e Souza (2012, p. 23) afirmam que “conflito pode ser interpretado como qualquer forma de oposição de forças antagônicas”, ou seja, são disputas entre grupos que divergem em seus interesses e que, muitas vezes, acabam se confrontando, produzindo, inclusive, embates violentos. Ermandorena (2003, p. 120) salienta ainda que “em nossa sociedade o conflito se associa à rivalidade, à oposição, e à diferença, e esta é mal vista em nosso sistema de crenças. Muitas vezes se vive as diferenças como uma agressão”. Alguns casos ilustram essa percepção, como os conflitos relacionados à intolerância cultural e às rivalidades manifestadas através das disputas pelo acesso aos recursos naturais em várias partes do Brasil e do mundo.

Nesse sentido, é possível afirmar que os “[...] conflitos envolvem interesses imiscuídos que vão do individual ao coletivo numa mesma dada situação” (BARBANTI JUNIOR, 2002, p. 7). Por possuírem essas características, os conflitos por vezes se configuram como de grande complexidade, exigindo um enfoque multidisciplinar para sua compreensão e resolução (ibid.).

Os conflitos podem ser de vários tipos e provocados por diferentes fatores. Estes podem surgir através de disputas relacionadas à moradia, ao uso da terra, conflitos de interesses, conflitos culturais, disputas por acesso a um recurso natural etc. Nem sempre eles se apresentam como negativos, podendo suscitar discussões e debates que culminem com a resolução dos problemas.

Os conflitos também abrem a possibilidade de se perceber que alguns grupos sociais sofrem consequências mais severas pela implementação de projetos industriais, econômicos e ambientais. Desse modo,

É imperativo reconhecer que projetos industriais homogeneizadores do espaço [...] bem como políticas globais a partir de formulações abstratas e distantes, são geradores de injustiças ambientais, na medida em que, ao serem implementados, imputam riscos e danos às camadas mais vulneráveis da sociedade (ZHOURI, 2008, p. 105).

É nesse sentido que os conflitos podem desempenhar um importante papel, pois “[...] denunciam contradições em que as vítimas das injustiças ambientais não só são verdadeiramente excluídas do chamado desenvolvimento, mas assumem todo o ônus dele resultante” (ibid.). Estes podem ser responsáveis por descortinar as injustiças por trás de projetos que muitas vezes são propagandeados como sendo fundamentais para o “desenvolvimento” de uma área ou até mesmo de um país inteiro.

Em outro trabalho publicado mais recentemente, Zhouri e Laschefski (2010a, p. 16) ratificam a capacidade de transformação dos conflitos, ao afirmarem que “[...] as possibilidades diversas, então gestadas pelos diferentes inconformismos e resistências, sinalizam, positivamente, a continuada busca de uma sociedade mais justa, igualitária e ambientalmente viável”. Os conflitos assumem assim um papel de transformação social, a partir das denúncias que surgem dos embates entre os diferentes atores que se envolvem em sua construção.

Partindo desse raciocínio, têm-se nos conflitos, especialmente os de caráter ambiental, uma importância significativa, pois

Uma grande contribuição da dinâmica dos conflitos ambientais é justamente sua saída da invisibilidade histórica para alcançar o debate público, reclamando a democratização das decisões sobre a produção socioespacial dos territórios, problematizando os consensos que nos são empurrados diariamente – tal como o consenso do desenvolvimento (dito) sustentável. Vale lembrar que o ideário da “sustentabilidade”, polemicamente consagrado na Rio-92, desde então tem sido cooptado como importante combustível da renovação da própria lógica capitalista (MALAGODI, 2012, p. 4).

É nesse contexto que nas últimas décadas os conflitos socioambientais vêm ganhando destaque, passando a ser debatidos com maior ênfase pela academia. Estes conflitos são os que têm se apresentado com maior evidência durante os primeiros anos do século XXI, estando diretamente relacionados ao uso e preservação dos recursos naturais (BRITO et al., 2011). Tendo em vista que os mesmos são fundamentais para a sobrevivência da espécie humana sobre a Terra e que não são apropriados de maneira igualitária por todos (MARTÍNEZ-ALIER, 2007; MUNIZ, 2009), os atritos referentes ao uso e exploração destes se tornam cada vez mais comuns, principalmente à medida que a escassez de determinados recursos aumenta, fazendo a exploração avançar para áreas até então inexploradas e que muitas vezes são ocupadas por povos e comunidades tradicionais<sup>1</sup> que resistem a essa exploração (MARTÍNEZ-ALIER, 2007).

Nesse sentido, os conflitos socioambientais podem ser definidos como sendo “embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico, isto é, com seus respectivos meios social e natural” (LITTLE, 2004, p. 1). Essas relações, muitas vezes antagônicas, envolvem desde questões referentes à exploração direta dos recursos (solo, água, recursos minerais etc.) até as relações de território e territorialidade que vão se constituindo sobre esses espaços ao longo do tempo. Estes conflitos perpassam os laços culturais instituídos pelas populações com o seu lugar e também as relações de poder que são aí estabelecidas entre os diferentes sujeitos que moram, atuam, trabalham ou frequentam a área onde se desenvolve o embate.

Seguindo essa linha de pensamento, é possível asseverar que

---

<sup>1</sup> Os povos e comunidades tradicionais seriam os “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007). Apesar de ser um importante elemento nos estudos sobre conflitos entre UCs e comunidades, este tema não foi tratado na presente pesquisa, devendo tal aprofundamento ser abordado por trabalhos futuros.

Os conflitos relacionados aos recursos naturais são sobre os espaços que contêm estes recursos, isto é, entre os grupos humanos que reivindicam essas terras como seu território de moradia e vivência, portanto, os conflitos têm dimensões políticas, sociais e jurídicas. Cada agente social tem sua forma de adaptação, ideologia e modo de vida que entra em choque com as formas dos outros grupos, dando assim a dimensão social e cultural do conflito socioambiental (BRITO et al., 2011, p. 56).

Sendo assim, “[...] dada a existência de muitos tipos de conflitos sociais, podemos classificar um conflito determinado como sócio-ambiental [sic] quando o cerne do conflito gira em torno das interações ecológicas” (LITTLE, 2004, p. 1). Nesse sentido, os conflitos socioambientais seriam aqueles que derivam das disputas entre os diferentes grupos humanos pelo acesso aos recursos naturais ofertados pela Terra. Alguns desses recursos, como o petróleo, por exemplo, possuem valor muito elevado, o que favorece a disputa em torno do acesso aos mesmos. Até mesmo recursos de menor valor econômico podem estar no cerne das disputas envolvendo diferentes grupos sociais, desde que estes sejam importantes para tais grupos ou outros, caracterizando assim conflitos socioambientais.

Os conflitos socioambientais também têm origem muito diversificada. Porto e Milanez (2009, p. 1986) afirmam que “os conflitos podem estar ligados a diferentes atividades e setores como a ocupação de terras para a produção agrícola e animal; a poluição causada por fábricas, veículos e depósitos de resíduos; as minas de ferro, bauxita e urânio [...]”. A estes acrescentamos o ato de criação de UCs e de suas respectivas zonas de amortecimento de impactos (ZAI). A instituição dessas áreas produz todo um rearranjo territorial, das ações e das condições de vida das populações que por elas são afetadas, o que, por vezes, conduz à formação de conflitos entre os diferentes atores envolvidos neste processo.

É a partir dessa constatação que é possível entender que “a complexidade dos conflitos socioambientais aumenta quando se percebe que os atores sociais têm interesses variados e são expressos de forma imprecisa [...]” (BRITO et al., 2011, p. 58). Exemplos disso são as disputas em torno da “privatização ou socialização dos bens ambientais”, da “qualidade de vida” e da “conservação dos recursos naturais e proteção de áreas”, entre outros (ibid.). Todos estes fatores se caracterizam enquanto produtores de disputas e geradores de conflitos socioambientais entre os diferentes grupos sociais. Na presente pesquisa, todos os pontos citados anteriormente são relevantes para que se possa entender a natureza dos conflitos observados na área a ser estudada.

Zhour e Laschefski (2010a, p. 16) corroboram com a ideia de complexidade expressada pelos conflitos socioambientais. Estes autores salientam que o campo dos conflitos ambientais “[...] se encontra caracterizado pela diversidade e pela heterogeneidade dos atores e dos seus modos de pensar o mundo e nele projetar o futuro”. Tal característica fortalece a ideia de complexidade inerente a esse tipo de conflito.

Os conflitos socioambientais estão relacionados às formas diferenciadas com que as variadas populações acessam e usufruem dos recursos naturais. Durante o processo ocorrem divergências de interesses e choques de visões, o que ocasiona o embate entre as partes e a complexidade apresentada por estes. Nesse sentido, podemos também caracterizar os conflitos socioambientais como sendo “[...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território [...]”, tendo origem “[...] quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos” (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Acreditamos ser nesse ponto que a criação de unidades de conservação e de suas respectivas ZAIs podem produzir os conflitos socioambientais. A formação desses espaços muitas vezes ameaça o estilo de vida e a apropriação de recursos naturais essenciais à sobrevivência das comunidades residentes dentro da área a ser destinada para a criação dos parques e reservas e também em suas zonas de entorno. Mas este é um tema que buscaremos desenvolver com maior atenção em capítulos posteriores, apenas salientamos momentaneamente sua relevância para a pesquisa e sua associação com os conflitos de ordem socioambiental.

Os conflitos socioambientais também podem apresentar-se em diferentes modalidades, possuindo ainda graus variados de intensidade. Nesse sentido, Zhour e Laschefski (2010b, p. 5-6) classificam os conflitos socioambientais como sendo de três tipos, podendo estes ocorrer de forma concomitante. O primeiro tipo seria formado pelos conflitos distributivos, que se originam a partir das desigualdades no acesso e uso dos recursos naturais. O segundo tipo seria associado aos conflitos espaciais, que surgem através da expansão dos efeitos ou impactos ambientais para os territórios de diferentes grupos sociais, impactando seus modos de vida. Por fim, a terceira modalidade descrita pelos autores seria composta pelos conflitos territoriais, que estariam vinculados à apropriação da base territorial de grupos sociais diversos pelo modo

capitalista de produção e consumo e também de uso dos recursos disponíveis sobre essa base territorial.

Logo, é possível argumentar que “[...] os conflitos [sócio]ambientais surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material e que a base cognitiva para os discursos e as ações dos sujeitos neles envolvidos configura-se de acordo com suas visões sobre a utilização do espaço” (ibid., p. 4). Assim, estes conflitos se inserem numa lógica espacial, onde o território desempenha papel central, visto que é sobre este que as múltiplas relações se fazem, em um movimento dinâmico e repleto de conflitividade.

Os conflitos socioambientais podem apresentar, ainda, diferentes intensidades, sendo que nesse aspecto Santos, L. (2009) classifica este tipo específico de embate em cinco níveis distintos: latentes, manifestos, explícitos, extremos e naturalizados.

Os conflitos latentes seriam aqueles que não são evidentes, pois os mecanismos sócio-políticos presentes encobrem sua existência, ou seja, existe uma situação de discordância, mas o próprio sujeito ou grupo social afetado não percebe tal situação em função das relações de poder que são constituintes de determinado espaço/território (ibid.). Sobre esse tipo de conflito, pode-se afirmar que são embates “[...] nos quais estão presentes situações de injustiça ambiental, contradições de interesses, de visões de mundo e de condições sociais de reprodução, gerando desigualdades no acesso aos recursos ambientais, tratando-se, porém, de conflitos que não se manifestam abertamente” (LEAL, 2013, p. 84).

Já os conflitos caracterizados como manifestos são aqueles que chegam a ser visíveis e percebidos pelos sujeitos e grupos sociais, porém não possuem força política para ingressar na agenda política local ou regional, permanecendo desconhecidos para a maior parcela da sociedade o que, em muitos casos, pode levar à manutenção de situações de injustiça ambiental e social (SANTOS, L. 2009).

Quanto aos conflitos explícitos, estes são visíveis, possuindo força política para entrar nos debates da agenda política local e regional. Em um patamar semelhante estão os conflitos extremos, com o diferencial de que neste tipo de conflito os embates adquirem caráter violento, atingido a integridade física dos sujeitos e grupos sociais envolvidos, acarretando inclusive, em alguns casos, a morte de indivíduos envolvidos nos conflitos (ibid.).

Por fim, os conflitos naturalizados seriam aqueles que, ainda que cheguem ao extremo de atingir a integridade física dos embatentes, muitas vezes acabam não sendo visíveis, tendo

se tornado parte do cotidiano dos envolvidos nesses embates. Estes, assim como os conflitos manifestos, também não possuem força política para entrar na agenda política local e regional, porém em razão de sua continuidade e da natureza de suas ocorrências (violência, mortes etc.), por consequência da falta de resolução, acabam tendo exposição contínua na mídia, o que leva a um processo de banalização do mesmo (ibid.).

Assim, é perceptível que os conflitos socioambientais não são de fácil resolução, como algumas correntes voltadas para a preservação ou conservação da natureza levam a crer (TETREAULT, 2008). A gama variada de pessoas e de relações que se estabelecem em torno desse tipo de conflito leva a sua complexificação. Solucioná-los demanda uma série de ações que vão muito além de ideias simples, sendo necessário, entre outras coisas, debates políticos em torno das questões inerentes a estes embates.

Matínez-Alier (2007) faz uma análise importante sobre a ocorrência de conflitos socioambientais no mundo, citando casos emblemáticos, como o conflito ocorrido entre a mineradora Rio Tinto e moradores locais em Huelva, Andaluzia, em 1880. Certamente este não foi o primeiro conflito por acesso aos recursos naturais, mas é um dos primeiros de grande dimensão a ser definido como conflito socioambiental.

O autor chama ainda a atenção para este conflito, observando que uma característica importante por ele apresentada foi o fato de ter produzido uma grande mobilização social na região de Andaluzia, onde o mesmo se desenvolveu, e a forma como ocorreu seu desfecho, algo que se repetiria inúmeras vezes nos anos posteriores a esse emblemático caso. Martínez-Alier (2007, p. 97) cita ainda que o ponto culminante do conflito foi justamente “[...] o massacre de agricultores e camponeses, assim como de sindicalistas operários”. Além desse conflito, que inaugurou uma nova fase nas disputas e discussões em torno da posse dos recursos naturais e dos impactos advindos de sua exploração, o autor faz referência a outros que ocorreram posteriormente.

Em todos os casos apresentados pelo autor é possível perceber as divergências entre as partes envolvidas nas disputas. São visíveis também as diferentes estratégias utilizadas pelos lados em conflito para atingirem seus objetivos. A heterogeneidade dos interesses e dos discursos, as estratégias adotadas, envolvendo inclusive o suborno, e a resistência das populações atingidas pelas consequências produzidas pela exploração e produção descontrolada dos materiais, ilustra de forma significativa a grande complexidade que perpassa os conflitos socioambientais.

No Brasil, apesar do acelerado processo de urbanização das últimas décadas, onde em pouco mais de 30 anos o país deixou de ser essencialmente rural e passou a contar com mais de cinquenta por cento de sua população vivendo nas cidades, percentual que hoje atinge cerca de oitenta e cinco por cento (BRITO, F. 2006; BRITO e PINHO, 2012), observa-se a persistência de conflitos ambientais no campo, embora haja um considerável aumento dos mesmos nas áreas urbanas.

Nesse sentido, Muniz (2009, p. 187) afirma que em relação ao Brasil “[...] os conflitos sócio-ambientais [sic] se dão, sobretudo devido à distribuição injusta de renda e do acesso aos recursos naturais”.

Desse modo, é importante salientar que os conflitos socioambientais ocorrem frequentemente tanto na cidade quanto no campo. Nos espaços urbanos, por exemplo, os conflitos se desenvolvem em torno de questões como o uso e ocupação do solo para construção e a falta de saneamento básico para parcelas significativas das populações urbanas menos favorecidas. No campo, os conflitos se associam às disputas em torno do uso dos recursos naturais disponíveis, como a terra, a água, a biomassa etc. e que são essenciais à sobrevivência de milhares de famílias. É também neste sentido que a criação de áreas protegidas muitas das vezes acaba se caracterizando como um estopim que deflagra novas disputas em torno desses recursos.

Nos últimos anos, vem aumentando o interesse da academia pela sistematização e divulgação dos conflitos ambientais. Exemplos disso no Brasil são os estudos desenvolvidos pela FIOCRUZ/FASE, com a elaboração de mapas sobre a evolução dos conflitos ambientais no país a partir de 2006 (FIOCRUZ/FASE, 2010), além da produção do recém-lançado livro “Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o mapa de conflitos”, que apresenta estudos relacionados à evolução dos conflitos ambientais no país (PORTO; PACHECO e LEROY, 2013). Estes trabalhos pioneiros têm possibilitado perceber que os conflitos socioambientais ocorrem em várias partes, e que em muitos destes as causas estão diretamente associadas ao modelo dominante de produção e consumo.

Porém, como a presente pesquisa busca analisar e entender os conflitos socioambientais que se desenvolvem no entorno de uma unidade de conservação específica, focaremos nossa análise sobre os conflitos que derivam do uso realizado desse espaço e dos discursos que são implantados sobre o mesmo para a consolidação do poder de alguns grupos sobre outros nessa relação uso/preservação dos recursos naturais. Para isso, pautaremos nossas discussões em

torno da categoria geográfica do território, além dos conceitos de territorialidade e conflitividade, que serão discutidos a seguir.

### 1.3 – O território

#### 1.3.1 – Aspectos gerais

O estudo do território sempre foi alvo do interesse de diferentes ciências. Desde a biologia, a partir de trabalhos discutindo a territorialidade animal, passando pela ciência política, onde se destaca o estudo do território com foco nas relações de poder, especialmente ligada à concepção de Estado, chegando à antropologia, onde este é concebido principalmente a partir das representações simbólicas (HAESBAERT, 2004; TERRA, 2009). Na geografia, as discussões acerca do território sempre estiveram presentes nos mais diversos tipos de estudos realizados com respeito ao espaço geográfico, se caracterizando como uma das principais categorias de análise dessa ciência (MOREIRA, 2007).

Apesar de ocupar posição destacada dentro da geografia, o uso da categoria território nas análises geográficas sempre esteve carregado de discussões sobre sua definição e, também, sobre os sentidos em que caberia ser empregada nos estudos referentes ao espaço geográfico. Desse modo, vários autores ao longo do tempo, apresentando diferentes formações filosóficas e, por consequência, visões variadas em relação ao território, discutiram a definição do tema e sua escala de abrangência nos estudos geográficos, chegando a diferentes entendimentos acerca de sua utilização.

Claude Raffestin, um dos mais importantes autores sobre a temática do território na geografia contemporânea, percebe o mesmo como sendo um espaço marcado pelas relações de poder (RAFFESTIN, 1993). Sendo assim, o território seria “[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (ibid., p. 143). Ou seja, Raffestin percebe o espaço como sendo anterior ao território, de maneira que este último seria constituído a partir do momento em que os sujeitos/grupos sociais se apropriam de uma parcela do espaço e nele projetam sua influência.

Nesse sentido, Raffestin (1993) argumenta que o espaço é anterior a qualquer ação, sendo em certa medida “dado”, se caracterizando enquanto matéria prima, “[...] local de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar” (ibid., p. 144). Novamente é possível apreender que, na perspectiva de Raffestin, o empoderamento e a projeção das intenções de determinados sujeitos/grupos sociais sobre uma parcela específica do espaço, através das relações de poder, é que vão caracterizar a formação do território.

Ainda dentro dessa perspectiva, Raffestin (1993, p. 144) argumenta que

[...] Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações.

Nessa perspectiva, Raffestin (1993) também argumenta que todos somos, em diferentes momentos e lugares e, também, em escalas variadas, “atores” que produzem territórios, em uma constante relação de dependência, imersos em relações de poder que estabelecemos para alcançar determinados objetivos. Logo, “[...] todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder” (ibid., p. 153). Essa concepção de território expressa pelo autor, ainda que não seja capaz de dar conta de toda complexidade do real, desempenha papel importante, a nosso ver, no entendimento dos variados conflitos socioambientais que perpassam as sociedades atuais, já que as mesmas são fruto, dentre outras coisas, das diversas relações de poder instituídas no espaço.

O conceito de território também nos remete à ideia de limites. Desse modo, é possível evidenciar que

[...] Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente. Sendo a ação sempre comandada por um objetivo, este é também uma delimitação em relação a outros objetivos possíveis (ibid., p. 153).

A noção de território como limite também nos possibilita ter maior entendimento sobre algumas das causas que induzem ao surgimento de conflitos socioambientais, como bem nos demonstra Acselrad (2004) em sua definição do que seriam os conflitos socioambientais e de como estes teriam origem<sup>2</sup>. Estes conflitos se referem ao embate entre grupos sociais com diferentes visões de mundo e que, por consequência, se apropriam do território também de forma diferente através do estabelecimento de limites. Quando as ações/atividades de outros grupos interferem dentro dos limites territoriais estabelecidos por um grupo diferente, os conflitos podem se manifestar.

Corroborando com as ideias de Raffestin (1993), Giometti, Pitton e Ortigoza (2012, p. 37) argumentam que “os estudos do território têm como base central as relações entre os agentes sociais, políticos e econômicos interferindo na gestão do espaço. Isto porque a delimitação do território está assentada nas relações de poder, domínio e apropriação nele contidas”. Novamente, percebe-se uma concepção de território vista fundamentalmente sobre a perspectiva das relações de poder. Porém, estes autores vão um pouco mais além, argumentando ainda que “a análise do processo de produção dos diferentes territórios deve focar o homem como sujeito produtor do espaço, contemplando o social, o cultural, o econômico, o político e os seus valores” (ibid., p. 38). Essa perspectiva defendida pelos autores se aproxima, a nosso ver, da concepção de “território usado” defendida por Santos, M. (1994; 2007), por Santos et al. (2000) e por Santos e Silveira (2001), especialmente quando argumentam que “é o uso diferenciado do território que acaba conferindo-lhe enormes complexidades” (GIOMETTI, PITTON e ORTIGOZA, 2012, p. 37).

O “território usado” seria sinônimo de espaço geográfico (SANTOS e SILVEIRA, 2001), ou seja, o espaço construído, habitado e transformado pelo homem, em suas múltiplas dimensões, caracterizando-se enquanto um híbrido, constituído por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, M. 2002). Essa percepção se contrapõe à perspectiva anteriormente discutida de Raffestin, que como foi visto, percebe a configuração do território fundamentalmente a partir do prisma das relações de poder.

Desse modo, “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, M. 1994, p. 16). Logo, seria o uso do território que o faria objeto da análise social, e não o território em si mesmo. Assim, “[...] o que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental

---

<sup>2</sup> Ver definições mais detalhadas no subtítulo “Conflitos socioambientais: origens e definições”.

para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro” (ibid., p. 15).

A partir da percepção expressa por Santos, M. (1994) acerca do território, é possível identificar uma outra diferença entre este autor e Raffestin (1993). Enquanto o primeiro percebe o território como sendo anterior ao espaço, sendo o espaço, e neste caso mais específico o espaço geográfico, produto das intervenções e interações humanas, o segundo percebe o espaço como anterior ao território, sendo este último produto da apropriação humana de uma certa parcela do espaço, mediado pelas relações de poder.

Dessa forma, para Santos, M. (2007, p. 13) o território seria “[...] o lugar onde desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência”. Nessa perspectiva, o território pode ser entendido como sendo a própria casa dos sujeitos/grupos sociais, seu lugar de segurança e também de algumas incertezas, visto que estes não têm sua existência plenamente garantida, podendo sofrer ameaças e serem perdidos/ocupados para/por outros sujeitos/grupos sociais.

Por conseguinte, é possível afirmar que “[...] o território usado é assim uma arena onde fatores de todas as ordens, independentemente da sua força, apesar de sua força desigual, contribuem à geração de situações” (SILVEIRA, 2011, p. 5). Situações que podem, em muitos casos, desembocar em conflitos pelo acesso e uso do território e dos recursos, tanto naturais quanto artificiais, nele existentes, sendo o território entendido aqui na perspectiva a ele atribuída por Santos, M. (1994; 2007), Santos et al. (2000) e Santos e Silveira (2001), ou seja, como território usado e também vivido pelos sujeitos e seus respectivos grupos sociais.

A partir do exposto, é possível corroborar com a afirmação de Silveira (2011, p. 5) sobre o território, que

Considerado em suas divisões jurídico-políticas, suas heranças históricas e seu atual conteúdo econômico, financeiro, fiscal e normativo, [...] constitui, através dos lugares, aquele quadro da vida social onde tudo é interdependente, levando também à fusão entre o local, o global invasor e o nacional que, na era da globalização, fica às vezes sem defesa. Essa interdependência está, sempre, a se renovar, atribuindo um caráter tenso à existência dinâmica do território.

E, neste caso, os conflitos podem demonstrar essa situação de tensão com maior clareza. Estes geralmente se dão entre agentes que possuem diferentes graus de força e dinamismo, mas que, ainda assim, podem apresentar grande evidência a partir dos embates, muitos dos quais violentos. Tais embates, emanam como consequência dos diferentes usos feitos do território pelos variados sujeitos que sobre ele manifestam seus interesses.

Sendo assim, ainda que ocorra um recorte espacial para fins analíticos específicos, este não pode se fechar em si mesmo, desconsiderando as influências externas. Especialmente no atual estágio da globalização, onde os recursos tecnológicos, e de modo mais intenso, os relacionados às comunicações, muitas vezes impõem, até mesmo aquelas regiões mais remotas, essa lógica global/globalizante. Mesmo sendo uma fração do espaço, enquanto um recorte espacial, o território deve ser entendido como um todo, e não apenas como uma parte e/ou um fragmento do espaço geográfico.

Nesse sentido, outra importante contribuição sobre território é feita por Haesbaert (2004). Em seu esforço para tratar do tema da desterritorialização, o autor percebe quatro dimensões principais inerentes aos estudos geográficos que têm como instrumento de análise o território. Uma dimensão política, sendo esta a mais difundida, e que geralmente está associada à ideia de território como sendo um “[...] espaço delimitado e controlado”. Uma dimensão cultural, “[...] onde o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”. Uma dimensão econômica, que “[...] enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho”. E, por fim, uma dimensão mais natural/naturalista, que seria mais antiga e menos utilizada no atual período pelas Ciências Sociais, sendo esta pautada numa perspectiva que “[...] se utiliza da noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente ao que se refere ao comportamento ‘natural’ dos homens em relação ao seu ambiente físico” (ibid., p. 40).

A partir dessa percepção acerca das diferentes dimensões sobre as quais o território é visto, Haesbaert propõe trabalhá-lo numa outra perspectiva que ele denomina de “integradora”, superando assim as dicotomias. Dessa forma,

Encontramos aqui [...] um outro debate relevante: aquele que envolve a leitura de território como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. Território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da

sociedade com a própria natureza). O território, assim, desempenharia um pouco o papel que cabia à região como o grande conceito integrador na perspectiva da Geografia (ibid., p. 74).

Entendido dessa maneira, o território adquire um caráter integral, não sendo mais visto em uma perspectiva unidimensional. Ao contrário, na perspectiva fornecida por Haesbaert (2004) o território assume um caráter multidimensional integrado. Essa é, a nosso ver, uma concepção importante de território para os estudos dos conflitos socioambientais, já que estes não envolvem apenas disputas em torno da apropriação material do território e de seus recursos, ou seja, da base econômica, mas perpassam também a dimensão cultural, a política, especialmente através das relações de poder, e a natural, entendida aqui especialmente a partir das relações sociedade-natureza.

Sendo assim, “fica evidente [...] a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e ‘idealidade’, numa complexa interação tempo-espaço” (ibid., 2004, p. 79). Aqui é possível evidenciar uma aproximação entre a perspectiva de Haesbaert (2004) e a de Santos, M. (1994; 2002; 2007), pois o primeiro corrobora com o segundo acerca da multiplicidade e complexidade que compõe o espaço.

Dessa forma,

Tendo como pano de fundo essa noção híbrida (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2004, p. 79).

Assim, é possível perceber que as diferentes visões e concepções de território expressas dentro da geografia produziram muitas discussões sobre o tema. Essa variedade de interpretações acerca do território acabou gerando diferentes entendimentos do que este seria e de como poderia ser empregado nas análises geográficas. Dessa maneira, para os fins desse trabalho, acreditamos que a que melhor se encaixa nas análises a serem realizadas é a concepção que percebe o território na sua dimensão integradora, oferecida por Haesbaert (2004), que muito se aproxima, a nosso ver, da perspectiva de território usado de Santos, M. (1994; 2007), Santos et al. (2000) e Santos e Silveira (2001). Sendo assim, nossas discussões sobre os conflitos

socioambientais terão como base de fundamentação a perspectiva do território em sua dimensão integradora.

Além da categoria geográfica território, também foram utilizados para realizar a análise proposta nessa pesquisa os conceitos de territorialidade e conflitividade. Estes tiveram papel importante para o melhor entendimento dos conflitos socioambientais e das situações de injustiça ambiental que afetavam os sujeitos e grupos sociais residentes no Patrimônio da Penha. Assim, como forma de melhor compreendê-los, nas próximas páginas buscaremos realizar uma breve discussão em torno desses conceitos.

### 1.3.2 – Territorialidade, conflitividade e conflitos socioambientais

As diferentes perspectivas demonstradas anteriormente acerca do território nos permitem agora avançar no sentido do entendimento de dois conceitos que, para os fins desta pesquisa, trazem contribuições importantes: o conceito de conflitividade, expresso por Porto-Gonçalves (2006), e o conceito de territorialidade, trabalhado por vários autores, dentro os quais destacamos Raffestin (1994) e Haesbaert (2004).

Apesar de não definir o conceito de conflitividade abertamente, Porto-Gonçalves faz uso deste em seus trabalhos, especialmente a partir da análise das relações conflituosas que se dão sobre o espaço, através da sobreposição de diferentes formas de significação do mundo e, por consequência, dos usos variados que são feitos do território e dos recursos que este possui. Destarte, “independentemente das razões que muitos teóricos tentam *a priori* estabelecer para compreender a(s) lógica(s) inscritas nos processos sociais, os conflitos expressam a dialética aberta dos processos instituintes” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 10) no território.

Como já assinalamos em outro momento da pesquisa, os conflitos são capazes de desempenhar importante papel social, pois a partir de sua ocorrência situações de injustiça ambiental e social que eram camufladas, desconhecidas ou passavam despercebidas até a emergência dos embates podem se tornar conhecidas. Dessa forma, os conflitos não devem ser entendidos, a nosso ver, apenas pelo prisma negativo. Pelo contrário, acreditamos que a partir de sua ocorrência seja possível o surgimento de oportunidades de mudança, através das lutas sociais que deles constantemente emanam, como no caso do próprio Movimento por Justiça Ambiental (MJA) nascido nos EUA nos anos de 1970 e 1980.

Por conseguinte, “a conflitividade se revelaria, assim, rica de possibilidades teóricas e, porque não dizer, políticas. É nela que as bifurcações possíveis se tornam reais ou não” (ibid., p. 10). A conflitividade é entendida assim como o(s) embate(s) entre as diferentes visões e formas de significação e apropriação do mundo que acabam colidindo e produzindo os conflitos. Logo, seria através desse processo conflituoso que se abririam as possibilidades de se perceber outras formas de mundo possíveis, para além da atual, imposta pelos poderes hegemônicos, e que teria, a nosso ver, como uma de suas principais consequências a degradação ambiental e a injustiça social e ambiental.

Nesse sentido, as manifestações e lutas estabelecidas por certos grupos que percebem e se apropriam do mundo e de seus recursos naturais em sentidos opostos aqueles impostos pelo modelo hegemônico, devem ser compreendidas como formas de resistência e apropriadas na construção de espaços mais justos e igualitários.

Nessa perspectiva, o território desempenharia papel central, pois na atualidade “o controle do território coloca-se como fundamental para garantir o suprimento da demanda sempre em ascensão por recursos naturais, apesar dos avanços dos novos materiais” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 65). E ainda, “[...] a acessibilidade aos recursos naturais, assim como seu deslocamento, revelará a natureza das relações sociais e de poder entre os do lugar e os de fora do lugar onde se encontram” (ibid., p. 66).

Reconhecer que o território é o *locus* onde se dão as variadas relações entre os diferentes sujeitos e grupos sociais, e entre estes e o meio natural, é também perceber a centralidade dessa categoria dentro dos estudos relacionados às questões ambientais. Dentro deste, a conflitividade desempenha papel de destaque, pois traz à tona as diferentes percepções acerca do espaço manifestas pelos indivíduos e grupos sociais que dele buscam se apoderar.

Assim, “da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas” (FERNANDES, 2005, p. 28). E aqui se faz necessário perceber que estas relações não se dão apenas no campo material, sob a perspectiva econômica de posse direta dos recursos existentes em um território específico, mas perpassam também o campo das representações (cultura e simbolismos), da interação entre os variados sujeitos e grupos sociais que habitam esse espaço com o meio e das relações de poder que são postas em ação para que os interesses de alguns sujeitos/grupos sociais possam prevalecer sobre os interesses de outros sujeitos/grupos sociais.

Desse modo, as novas discussões que emergem tendo como base o território e a conflitividade que sobre ele se estabelece, se desenvolvem assim mergulhadas em um intenso processo de exclusão socioambiental, em um contexto onde a questão ambiental abre um constante questionamento sobre a relação sociedade-natureza. Inicialmente pautado sobre os países urbanos-industrializados e sua matriz de “desenvolvimento”, esse questionamento acerca da relação sociedade-natureza ganha eco e se dissemina pelo mundo, chegando a praticamente todos os países no atual período (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Assim, “[...] a natureza e a cultura são politizadas com o deslocamento da luta pela terra para a luta pelo território, onde esse conceito adquire outras significações ao apontar que dentro de um mesmo estado-territorial habitam múltiplas territorialidades” (ibid., p. 34). Aqui o conceito de territorialidade ganha destaque como mais uma ferramenta na análise e entendimento dos conflitos socioambientais que se dão sobre o território.

A territorialidade pode ser definida como o “[...] conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1994, p. 160). A territorialidade se instala assim no cenário da produção, da troca e do consumo, mas não somente, também fazendo parte desse processo as relações que são estabelecidas entre os diferentes sujeitos que compõem o espaço (ibid.).

Assim, territorializar-se “[...] significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação’ e ‘apropriação’ ao mesmo tempo” (HAESBAERT, 2004, p. 97). Dessa forma,

[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (RAFFESTIN, 1994, p. 158).

A territorialidade se caracterizaria, então, como a expressão mais intensa da apropriação territorial manifestada pelos sujeitos e grupos sociais. Ela se revelaria através das diferentes dimensões que compõem a visão integradora de território, perpassando suas dimensões política, econômica, cultural e, também, natural. Sua manifestação não se faz de forma homogênea entre

todos os sujeitos e/ou grupos sociais, em virtude da multiplicidade assumida pelo território, visto que “[...] para uns, o território é construído muito mais no sentido de uma área-abrigo e fonte de recursos, a nível predominantemente local; para outros, ele interessa enquanto articulador de conexões ou redes de caráter global” (HAESBAERT, 2004, p. 97).

Por conseguinte, seja qual for a razão que produz a territorialidade, essa sempre estará imersa em um dos principais fatores que levam à constituição dos territórios, ou seja, a intensão de tornar exclusivo, através do exercício do poder (político, material, simbólico) uma parcela específica do espaço, promovendo o par liberdade-segurança das ações que os sujeitos/grupos sociais territorializadores aspiram realizar (PAULA, 2009). Em muitos casos, os processos de territorialização que produzem a territorialidade não são exclusivos de um único sujeito/grupo social, o que pode levar à sobreposição de outras territorialidades, que quando se chocam ocasionam os conflitos.

Com relação aos conflitos socioambientais, o que foi possível evidenciar no levantamento bibliográfico realizado sobre essa temática, é que estes têm origem a partir de choques entre as diferentes territorialidades expressas pelos sujeitos/grupos sociais que enxergam e, por consequência, possuem interesses divergentes sobre um mesmo território. Essa sobreposição de múltiplas territorialidades gera tensões que podem acabar culminando nos conflitos socioambientais. É o que buscaremos averiguar com relação ao ParNa Caparaó e sua zona de entorno, através do uso das ferramentas de análise propostas neste trabalho, que além da categoria território e dos conceitos de conflitividade e territorialidade, também abarca as perspectivas críticas da Justiça Ambiental, da Ecologia Política e do Ecosocialismo, que serão melhor explicadas a seguir.

#### **1.4 – Ecologia política**

A ecologia política (EP) é “uma abordagem teórica metodológica que tem se consolidado nas ciências sociais” (MUNIZ, 2009, p. 181). Ela se caracteriza como uma corrente de pensamento que busca entender a complexa dinâmica socioeconômica por trás dos problemas ambientais. Para alcançar esse objetivo, utiliza-se da análise das diferentes relações de poder existentes entre os múltiplos atores e grupos sociais (TETREAULT, 2008).

Sua origem se dá entre os anos de 1960 e 1970, fortalecendo-se na década de 1980 (LEFF, 2013; RAMOS, 2013). Porém, estudos anteriores já davam conta de temas que viriam a fazer parte das discussões realizadas por essa corrente de pensamento. Trabalhos como os relacionados aos solos na Rússia e na Alemanha, sobre reposição mineral dos solos e uso indiscriminado de insumos na Alemanha, e sobre o metabolismo entre sociedade e natureza, também realizados na Alemanha, entre meados do século XIX e início do XX, demonstravam preocupações com as formas de apropriação e uso dos recursos naturais, além de fazer referência às desigualdades na distribuição da riqueza (NASCIMENTO, 2009).

Chamando atenção para esse fato, Nascimento (2009) cita os estudos de Vernadsky e Podolinsky realizados na Rússia entre meados do século XIX e início do XX e os realizados por Liebig e Marx na Alemanha durante o século XIX, como precursores do pensamento ecológico moderno. Ainda de acordo com o autor, tais estudos, já naquela época, ressaltavam os problemas advindos das práticas predatórias do meio ambiente natural e de suas possíveis consequências para a vida na Terra.

Porém, o termo “ecologia política” só viria a ser empregado pela primeira vez anos mais tarde, por Frank Throne, em 1935, em artigo por ele publicado (LEFF, 2013), voltando a ser utilizado novamente por Bertrand de Jouvenel, em 1957 (MARTÍNEZ-ALIER, 2007).

Jatobá, Cidade e Vargas (2009), citando Alier (2007), afirmam que o termo “ecologia política” foi introduzido em 1972, pelo antropólogo Eric Wolf. Os autores afirmam, ainda, que essa abordagem política da ecologia, que pode ainda ser definida como o início do movimento de ecologia política, ocorreu no início dos anos de 1970 com trabalhos de cunho neomalthusianos escritos por autores como Ehrlich, Hardin, Heilborner e Ophuls.

Os anos de 1960 e 1970 foram de tomada de consciência por parte das populações dos graves problemas ambientais acarretados sobre o planeta pela exploração sobre ele imposta pelos seres humanos. Através de importantes trabalhos publicados ao longo desses anos, dando conta dos problemas advindos das práticas de exploração antrópica sobre a Terra, como *Silent Spring*, de Rachel Carson, publicado em 1962, e *The Limits to Growth*, publicado em 1972, entre alguns outros, surgem preocupações cada vez maiores relacionadas às questões ambientais (PORTO-GONÇALVES, 2011; LEFF, 2012).

Por conseguinte, “a crise ambiental se torna evidente nos anos 1960, refletindo-se na irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e de consumo, e marcando os

limites do crescimento econômico” (LEFF, 2012, p. 15-16). Logo, “[...] a degradação ambiental se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza” (ibid., p. 17), evidenciando a necessidade de novos modelos de uso e exploração do meio ambiente natural.

A ecologia política surge no bojo dessas preocupações como uma abordagem crítica do modelo de sociedade vigente e buscando entender os conflitos socioambientais a partir das diferentes relações de poder impostas sobre as sociedades e vividas por elas (LEFF, 2013).

Dessa maneira, a ecologia política emerge como um questionamento dos modos de produção e consumo impostos pelo sistema vigente (AQUINO, 2007). Nesse sentido, é possível argumentar que a intensificação dos conflitos, não somente no Brasil como também no mundo, tem se dado em função “de uma visão economicista restrita de desenvolvimento” (PORTO e MILANEZ, 2009, p. 1984). Esta vislumbra o crescimento econômico como única alternativa viável para o “progresso” (ibid.), desprezando e sufocando outros modos de vida e outras possibilidades de mundo, pautadas na diversidade cultural e em formas variadas de se relacionar com o planeta (LEFF, 2013). Dentro dessa perspectiva, o atual padrão de produção e consumo se basearia na homogeneidade de processos, não admitindo modos diferentes de interação com o meio natural.

É a partir daí que se pode afirmar que “a ecologia política trata das relações de poder envolvidas nas mudanças de paradigma e mudanças sociais na construção de uma racionalidade ambiental e ao longo da construção de um mundo sustentável” (ibid., p. 17-18). Sustentabilidade que estaria, de acordo com o autor, ligada à libertação e à prática dos diferentes conhecimentos que foram “subjugados” ao longo da história em nome de uma “racionalidade hegemônica”, que percebe o mundo apenas a partir do prisma economicista e que tende a tudo valorar, como se realmente fosse possível estabelecer um preço para tudo.

Nesse contexto, as características culturais, os modos e costumes diferentes de vida, as outras maneiras de relacionamento com o meio ambiente só são importantes se, a partir delas, for possível produzir lucro, do contrário são marginalizadas e sufocadas. Logo, em uma sociedade dominada pelo modelo econômico capitalista, as demandas sociais somente serão relevantes se, a partir destas, for possível produzir riqueza, entendida como o dinheiro puro e simples (ALTVATER, 2006). A busca constante do lucro é a base que sustenta o modelo

clássico de economia e que orienta as ações tomadas em seu interior pelos atores hegemônicos (GONÇALVES, 2003).

A EP surge a partir das preocupações relacionadas a toda essa degradação e como uma visão crítica do sistema atual de produção e consumo. Gorz<sup>3</sup> (2006, apud LEFF, 2013, p. 13), afirma que a EP “[...] nasce a partir da crítica ao sistema capitalista” e que esta

[...] só adquire toda a sua carga crítica e ética se as devastações na Terra, a destruição da base natural da vida são entendidas como a consequência de um modo de produção; e que esse modo de produção exige a maximização dos lucros e utiliza técnicas que violentam os equilíbrios biológicos.

Verifica-se assim que o modelo atual de produção e consumo se tornou insustentável, e não somente a partir do prisma econômico e ambiental, mas, principalmente, “ao que se refere à justiça social e às características culturais das populações, especialmente, as consideradas tradicionais” (BRITO et al., 2011, p. 52). O modelo hegemônico de economia não respeita as diferenças culturais e nem os limites naturais do planeta, o que conduz a variadas formas de degradação social e ambiental.

Partindo dessa concepção, é possível argumentar que “tornou-se indispensável, então, à elaboração de uma matriz econômica que viabilizasse a sustentabilidade ambiental, econômica e social” (ibid., p. 52), ou seja, um sistema de produção e consumo que não tenha como objetivo único a obtenção de lucro, mas que possa contemplar a diversidade natural e cultural e instituir uma relação que se pautar no respeito aos limites e potencialidades de cada indivíduo e de cada ambiente. E é justamente aí que se encaixa a ecologia política, pois como afirma Muniz (2009, p. 192) “a ecologia política surgiu como uma crítica aos gastos crescentes do sistema produtivo vigente e, além da análise das contradições do modo de produção capitalista, procura denunciar a alienação entre a sociedade industrial e a natureza”.

A EP seria um “modelo de esperança” (LIPIETZ, 2003) na busca por uma sustentabilidade planetária que possa conciliar a produção de recursos, a geração de renda e de justiça social e a proteção ambiental. Dessa forma, a EP

É o campo em que as estratégias de poder são implantadas de modo a desconstruir a racionalidade insustentável da modernidade e mobilizar ações sociais no mundo

---

<sup>3</sup> GORZ, A. *Ecologie une éthique de la libération*. In: **Eco-Rev**, January, 2006.

globalizado para a construção de um futuro sustentável no enlace da natureza material e da cultura simbólica (LEFF, 2013, p. 11).

A EP busca, assim, produzir conhecimentos que sejam capazes de possibilitar o entendimento dos conflitos socioambientais. Faz isso a partir da compreensão das diferentes relações estabelecidas entre os variados atores envolvidos na disputa pelos recursos naturais essenciais a sobrevivência de todos. A abordagem da EP também se baseia na crítica ao sistema econômico vigente, na tentativa de superação desse sistema e na formulação de novas formas de perceber e se relacionar com o espaço natural, vislumbrando maior equidade social e distribuição dos benefícios gerados pela exploração dos recursos naturais e pela produção de mercadorias.

Desse modo, a visão de natureza engendrada pela EP difere da visão habitualmente imposta pelo atual sistema: a de que a mesma seria “apenas” um recurso a ser usufruído pelo homem de acordo com seus desejos de realização material e financeira (GONÇALVES, 2003; LEFF, 2012; PORTO-GONÇALVES, 2004).

Novamente é visível a crítica ao atual sistema de produção e consumo, que excluiu parcela significativa da sociedade do acesso a recursos essenciais à sobrevivência. Essa exclusão se torna causa de injustiça ambiental e social, acirrando os conflitos em torno dos bens naturais como a terra, a água, as plantas etc.

A ecologia política estuda os chamados “conflitos ecológicos distributivos” (MARTÍNEZ-ALIER, 2006). Estes estão ligados à distribuição dos benefícios e dos malefícios da exploração dos recursos naturais pelos diferentes grupos sociais e que são apropriados e sentidos de formas também diferentes por cada um desses grupos. De modo geral, podemos afirmar, juntamente com Leff (2012), Martínez-Alier (2007), Porto-Gonçalves (2004), Porto e Milanez (2009), entre outros autores, que os países e populações mais pobres são aqueles que sofrem as maiores cargas de impactos relacionados à exploração dos recursos naturais. É o que Porto-Gonçalves (2004) denomina de “Geografia dos proveitos e dos rejeitos”.

Dessa forma, diferentes grupos sociais são atingidos de forma desproporcional, de maneira que os grupos menos favorecidos são os que sofrem a maior carga de danos ambientais ocasionados pela degradação ambiental. Em contrapartida, grupos sociais privilegiados acabam se beneficiando da exploração desses recursos (JATOBÁ, CIDADE e VARGAS, 2009). Esse processo conduz a “[...] uma distribuição desigual de ônus e benefícios ambientais, em função

de capacidades desiguais de poder entre os atores sociais” (ibid., p. 69). Por isso as relações de poder se encontram no centro dos debates realizados pela EP.

Partindo dessa percepção, “a Ecologia Política explora as relações de poder entre a sociedade e a natureza embutidas nos interesses, instituições, conhecimento e imaginários sociais que tecem os mundos-da-vida das pessoas” (LEFF, 2013, p. 11). Essa característica da EP lhe permite entender de forma mais precisa os diferentes conflitos que surgem a partir das disputas pelos bens naturais.

A EP pode ainda ser entendida como sendo “[...] a prática de desmascarar a ideologia – os interesses de classe e a apropriação capitalista das preocupações ecológicas – existente por trás dos discursos ecológicos emergentes em temas como os limites do crescimento, o crescimento populacional e a ecologia humana” (LEFF, 2013, p. 12). Logo, é possível afirmar que a EP se caracteriza como uma ciência cujos conhecimentos e contribuições são pautados no questionamento do modelo atual de sociedade e nas ideologias por ela incorporadas, imposta pela lógica da economia clássica, vislumbrando essa lógica como principal responsável pela degradação socioambiental e pela ocorrência dos conflitos de mesma ordem.

O nascimento da EP remete, assim, ao questionamento constante do modelo capitalista, apontando “os limites de um processo civilizatório do qual surgiram à crise ambiental e as lutas de poder envolvidas na apropriação social da natureza” (LEFF, 2013, p. 13). Este modelo, por sua vez, estaria no cerne das discussões da nova disciplina, sendo considerado ponto fundamental para o entendimento e resolução dos conflitos socioambientais.

A partir do exposto até aqui, podemos concluir que a ecologia política se insere no campo de estudo dos conflitos ambientais, se constituindo como importante ferramenta para sua análise e resolução, fundamentando-se a partir de um novo pensamento, uma nova ética (LEFF, 2006). Esta, de acordo com o autor, seria uma ética política, capaz de renovar o sentido da vida e de produzir uma “reapropriação da natureza”.

Desse modo, são visíveis as contribuições que uma abordagem dos problemas socioambientais, sob a ótica da EP, pode trazer. Suas concepções acerca da influência do modelo econômico atual sobre as formas de apropriação e uso dos recursos naturais, além da visão integrada que permite sobre as relações sociais estabelecidas no espaço, possibilitam determinar as causas dos conflitos socioambientais com maior clareza, propondo soluções que

vão muito além do discurso alienante de sustentabilidade, criado e disseminado pelos grandes atores da globalização.

O discurso do “desenvolvimento sustentável” defendido por alguns grupos, produz questionamentos muito pontuais acerca do atual modelo econômico, de modo que suas proposições não são capazes de induzir às mudanças necessárias nas atuais condições de produção e consumo. Estas condições, em nosso entendimento, seriam as principais responsáveis pela continuidade da degradação ambiental, das desigualdades sociais e da injustiça ambiental, situações que estão diretamente associadas à ocorrência dos conflitos socioambientais. As propostas elaboradas e postas em prática tendo como justificativa o “desenvolvimento sustentável” não são de cunho estrutural, mas apenas alternativas pontuais que visam camuflar a realidade e proteger o verdadeiro responsável pelos problemas ambientais e sociais, ou seja, o próprio sistema econômico de produção e consumo vigente.

Assim, faz-se importante perceber que o discurso do “desenvolvimento sustentável” proferido pelos agentes hegemônicos e que ganha destaque especialmente após a Rio 92, se difere muito daquele que se destacou nos anos de 1960, 1970 e 1980, e que pregava verdadeiras mudanças estruturais no seio do sistema econômico, sendo retomado mais recentemente por autores como Enrique Leff através de perspectivas como a EP. Este autor vislumbra a sustentabilidade a partir de outros prismas, que possam levar em consideração as diferentes formas de apropriação da natureza desenvolvidas ao longo dos séculos pelas variadas populações que coabitam o planeta (LEFF, 2006; 2012; 2013).

Dessa forma, EP leva em consideração os conhecimentos tradicionais, as diferentes concepções de natureza estabelecidas pelas diversas sociedades e as relações homem/meio que delas emanam. Assim, ao passo que busca investigar e desvendar o cerne da degradação ecológica, a ecologia política descortina as relações de poder que perpassam as sociedades contemporâneas, buscando sedimentar a emancipação social e política e desenvolver modos de vida que produzam impactos de menor intensidade sobre o meio ambiente natural, baseados nas potencialidades naturais e na diversidade cultural dos variados povos que habitam o planeta (LEFF, 2013).

## 1.5 – Justiça Ambiental

O conceito de justiça ambiental (JA) está associado à emergência de um movimento de caráter social nos anos de 1980 nos Estados Unidos. Sua definição se relaciona com a ideia de igualdade de direitos entre os diferentes grupos sociais, independentemente de suas características culturais, econômicas ou étnicas.

Herculano (2002, p. 2) define JA como

[...] o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas.

Definida dessa maneira, a JA assume uma posição de destaque, buscando combater as desigualdades na distribuição dos benefícios e dos prejuízos que são produzidas pelo modelo clássico de economia que tem sido predominante nas sociedades humanas.

A definição de JA dada pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) afirma que esta seria o “tratamento justo e o significativo envolvimento de todas as pessoas, independente de raça, cor, nacionalidade ou rendimento, no desenvolvimento, implementação e cumprimento das leis, regulamentações e políticas públicas ambientais” (ACSELRAD, HERCULANO e PÁDUA, 2004, p. 46). Desse modo, a partir da participação integral de todos na elaboração e execução de projetos que atingem diretamente os modos de vida das populações residentes sobre a área a ser impactada, tem-se um ganho democrático no âmbito da justiça social e ambiental, pois estas populações podem manifestar seus interesses e produzir mudanças que venham a significar aumento da segurança e diminuição dos danos que possam ocorrer a partir da instalação desses empreendimentos.

Em contrapartida, tem-se a chamada injustiça ambiental. Essa expressão tem sido usada para se referir ao ônus gerado pelos processos de produção vigentes atualmente nas sociedades e que recaem, de forma desproporcional, sobre grupos sociais específicos que ocupam os territórios da cidade e também do campo. Assim, “[...] entende-se por Injustiça Ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do

desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis” (HERCULANO, 2002, p. 2).

Para Moura (2010, p. 3)

O conceito de injustiça ambiental define situações onde a carga dos danos ambientais do desenvolvimento se concentra, de modo predominante, em locais onde vivem populações pobres. Uma lógica que faz com que todos os efeitos nocivos do desenvolvimento recaiam sempre sobre as populações mais vulneráveis.

O Movimento por Justiça Ambiental (MJA) surgiu nos Estados Unidos no final dos anos de 1970 e início dos de 1980. Sua origem se dá no bojo das reivindicações e lutas raciais travadas naquele país pelas comunidades negras em busca de melhores condições de vida e igualdade de direitos (ACSELRAD, 2010; ACSELRAD, HERCULANO e PÁDUA, 2004; HERCULANO, 2002; MARTÍNEZ-ALIER, 2007; MOURA, 2010; PORTO, 2005; PORTO e PACHECO, 2009).

O MJA surgiu como um mecanismo para denunciar a “[...] lógica socioterritorial que torna desiguais as condições sociais de exercício dos direitos” (ACSELRAD, 2010, p. 111). Destarte, é possível afirmar que esse movimento se desenvolve a partir da necessidade de demonstrar que existe uma desigualdade de forças que atua sobre os territórios, produzindo diferentes cargas de impactos econômicos, sociais e ambientais sobre os diversos grupos humanos que ocupam esses espaços.

Nesse sentido, em oposição à lógica do “‘não no meu quintal’”, os atores que começam a se unificar nesse movimento propugnam a politização da questão do racismo e das desigualdades ambientais, denunciando a lógica que acreditam vigorar ‘sempre no quintal dos pobres’” (ACSELRAD, 2010, p. 111). A politização destacada pelo autor é fundamental para que os debates que se desenvolvem em torno das questões ambientais e sociais não se coloquem “de cima para baixo”, de modo que grupos menos favorecidos economicamente, discriminados racialmente e menos organizados possam ter voz e influenciar nas decisões que afetam diretamente seus modos de reprodução e seu ambiente de vida.

A lógica que vigora nas sociedades contemporâneas se baseia numa ideia de desenvolvimento voltada exclusivamente para a obtenção de lucros (GONÇALVES, 2003), o que produz enormes desigualdades e consequências danosas para as sociedades e para o meio ambiente. É dentro desse contexto que a JA se manifesta, produzindo conhecimentos e

denunciando um modelo de produção e consumo altamente desigual, gerando a percepção de que são justamente as populações socialmente mais vulneráveis aquelas que sofrem os mais pesados danos ocasionados pelo atual sistema.

Na verdade, uma das principais estratégias adotadas pelo MJA foi justamente a produção de conhecimento. O objetivo é contrapor as ideias propostas pela ciência hegemônica, voltada para a manutenção do atual sistema de produção e consumo, o que faz com que apresente dificuldades de tecer críticas a esse sistema e de auxiliar na formação de cidadãos conscientes e interessados pelos problemas socioambientais (PORTO e MILANEZ, 2009). Assim sendo, “[...] o Movimento de Justiça Ambiental estruturou suas estratégias de resistência recorrendo de forma inovadora à produção própria de conhecimento”, dessa forma “lançou-se mão então de pesquisas multidisciplinares sobre as condições da desigualdade ambiental no país”, referindo-se, neste caso, ao movimento nos EUA (ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2009, p. 19).

A partir da constatação das desigualdades que perpassam as sociedades atuais é que o Movimento por Justiça Ambiental vai se construindo, emergindo nos guetos das cidades dos EUA, um dos principais representantes da economia hegemônica e com uma imensa desigualdade racial, manifestada também através da distribuição de danos ambientais e que, até então, permanecia encoberta.

Esse fato passa, assim, a ser denunciado a partir da segunda metade do século XX pelas populações afetadas desproporcionalmente pelas consequências da degradação ambiental e da discriminação racial e de classe (ACSELRAD, 2010; ACSELRAD, HERCULANO e PÁDUA, 2004; HERCULANO, 2002; MARTÍNEZ-ALIER, 2007; MOURA, 2010; PORTO, 2005; PORTO e PACHECO, 2009).

O crescimento do Movimento por Justiça Ambiental nos Estados Unidos acabou produzindo efeitos importantes sobre a percepção da população em relação à distribuição desigual dos danos do processo de desenvolvimento. Também foi capaz de gerar mudanças na legislação do país, produzidas a partir de estudos que passaram a ser realizados após as denúncias deflagradas pelo movimento (HERCULANO, 2002).

Achselrad (2010, p. 111), tomando como base os resultados alcançados pela JA naquele país, afirma que esta foi capaz de produzir mudanças no aparelho estatal e regulatório responsável pela proteção ambiental. Desse modo, a JA seria “[...] uma noção emergente que

integra o processo histórico de construção subjetiva da cultura dos direitos” (ibid.), permitindo, assim, que se criem novos caminhos para superar as desigualdades e injustiças que atingem desproporcionalmente os grupos sociais menos favorecidos.

Logo, “o movimento por justiça ambiental surgiu em resposta às iniquidades ambientais, ameaças à saúde pública, proteção desigual, constrangimentos diferenciados e mau tratamento recebido pelos pobres e pessoas de cor” (ACSELRAD, HERCULANO e PÁDUA, 2004, p. 57). Foi uma forma de resistência as desigualdades no tratamento das populações residentes nos diferentes territórios existentes nas cidades norte-americanas em função de suas características raciais e sociais.

A partir da década de 1990, o MJA inaugura uma nova fase, deixando de ser restrito aos Estados Unidos e se internacionalizando. Também a partir dessa época, o movimento passa a incorporar outras questões, além daquelas iniciais ligadas ao depósito de rejeitos químicos em bairros pobres e ocupados por populações negras nesse país, produzindo a percepção de que tais acontecimentos não eram casos isolados, que afetavam somente estas populações, mas que acometiam outros grupos com características étnicas, sociais e de gênero específicas (ACSELRAD, HERCULANO e PÁDUA, 2004; PORTO e PACHECO, 2009).

Neste sentido, a JA deve ser vista com maior intensidade sob os aspectos ético, político, democrático e dos direitos humanos do que sob a ótica da institucionalização dos conflitos e das relações sociais (PORTO e PACHECO, 2009). É um movimento que se articula através de diferentes lutas sociais por igualdade de direitos e de acesso aos recursos que são fundamentais para reprodução dos grupos humanos, gestando conhecimentos sobre os conflitos que permaneciam obscurecidos e criando caminhos em busca de mudanças que permitam que os danos ocasionados pelos processos de exploração dos recursos naturais e pela implementação de projetos de desenvolvimento não recaiam de forma desproporcional sobre os ombros das populações mais vulneráveis e discriminadas étnica, econômica, política e socialmente.

Na América Latina, e especialmente no Brasil, o tema já começa a ser debatido na década de 1990, influenciado pelo processo de expansão do movimento para além das fronteiras dos Estados Unidos. Os espaços que formam o subcontinente latino-americano, incluindo o brasileiro, são marcados por grandes desigualdades de condições entre seus habitantes. Desse modo, a JA pode desempenhar importante papel na mudança do cenário observado na região, pois como já destacado, suas contribuições têm sido marcantes em função da capacidade que

têm demonstrado de agregar diferentes lutas em torno de um tema comum (ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2009).

Com relação ao Brasil, observa-se que o início do processo de divulgação e sistematização do tema JA ocorreu a partir da publicação, em 2000, da coleção intitulada “Sindicalismo e Justiça Ambiental”. Esta foi organizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT/RJ), juntamente com o IBASE, o Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano (IPPUR/UFRJ), contando com o apoio da Fundação Heinrich Böll (HERCULANO, 2002).

O objetivo dessa publicação era

[...] estimular a discussão sobre a responsabilidade e o papel dos trabalhadores e das suas entidades representativas, na defesa de um meio ambiente urbano sustentável e com qualidade de vida acessível a todos os seus moradores, dentro da perspectiva de crítica ao modelo dominante de desenvolvimento e entendendo que os recursos ambientais são bens coletivos, cujos modos de apropriação e gestão são objeto de debate público (ibid., p. 7).

As preocupações com a divulgação do tema e com a incorporação dos atores sociais nos debates sempre estiveram presentes no processo de construção da JA, e no Brasil “o potencial político do movimento pela justiça ambiental [...] vem sendo considerado estrategicamente promissor como nova forma de lutar contra as desigualdades sociais” (ibid., p. 5). Daí a necessidade de se debater a JA incorporando os diferentes atores que configuram a sociedade brasileira.

No Brasil, a criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), em 2001, se caracterizou como importante marco das lutas por JA no país (MOURA, 2010; PORTO, 2005; PORTO, PACHECO e LEROY, 2013). Evidenciando o papel desse coletivo, Moura (2010, p. 5-6) afirma que o objetivo da RBJA é o de “[...] combater a injustiça ambiental no país [...]” sendo “[...] uma articulação formada por representantes de movimentos sociais, ONGs, sindicatos e pesquisadores de todo o país que tem a preocupação de animar um pensamento e uma ação que articule as lutas ambientais com as lutas por justiça social”.

Porto, Pacheco e Leroy (2013, p. 18) também demonstram a importância desse movimento ao afirmarem que “até então, praticamente não se discutia o conceito justiça ambiental no país, e a produção acadêmica acerca do assunto estava relacionada basicamente aos movimentos de luta por direitos civis nos Estados Unidos [...]”.

Sua consolidação se deu em 2002, passando, a partir de então, a funcionar como um espaço de debates em torno das questões de JA, possibilitando articulações e mobilizações entre diferentes grupos sociais, produzindo “estratégias de resistência” em torno das injustiças geradas pelo processo de desenvolvimento adotado pelos países da América Latina, inclusive o Brasil (PORTO, PACHECO e LEROY, 2013).

Em comparação com os movimentos iniciais dos Estados Unidos, no Brasil a JA apresenta uma importante diferença. Essa diferença se dá em relação ao seu campo de visão. Ao contrário do movimento norte-americano, no Brasil a JA possui uma visão mais abrangente, em contraposição aos movimentos separados por etnias e bem localizados que puderam ser percebidos nos Estados Unidos. Essa característica se deve ao fato de que a JA procura entender os problemas observados localmente de forma crítica, estabelecendo uma correlação entre estes e o modelo de desenvolvimento capitalista adotado na região, herdado das potências centrais do sistema (PORTO e PACHECO 2009).

Moura (2010, p. 5) também salienta essa diferença em relação ao Brasil, ao afirmar que “para nós, justiça ambiental exprime um movimento de ressignificação da questão ambiental, apropriando-se da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça em sentido amplo”. Entende-se que, em comparação com o movimento norte-americano, em nosso país a JA tem possibilitado um novo engajamento nas questões ambientais, pautado sobre um olhar diferenciado.

Dessa forma, é possível perceber que os problemas advindos da exploração do meio ambiente não podem ser sanados apenas com novas tecnologias ou com medidas conservacionistas, como nos querem fazer crer as instituições e organizações ligadas à ordem hegemônica, mas que os mesmos só poderão ser superados a partir de mudanças radicais nas estruturas que sustentam o atual modelo econômico global.

No Brasil, assim como nos outros países da América Latina, o modelo econômico se baseia na produção de commodities e na exploração excessiva da força de trabalho, produzindo grandes desigualdades sociais e ambientais. O desenvolvimento regional e nacional, pautado sobre esse modelo, é historicamente decorrente de atividades econômicas predatórias, que não valorizam a vida humana e não humana, caracterizando vários dos conflitos socioambientais que ocorrem na região (PORTO e PACHECO, 2009). A injustiça ambiental perpassa nossa sociedade de um extremo ao outro do país.

Desse modo,

A injustiça ambiental resulta da lógica perversa de um sistema de produção, de ocupação do solo, de destruição de ecossistemas, de alocação espacial de processos poluentes, que penaliza as condições de saúde da população trabalhadora, moradora de bairros pobres e excluída pelos grandes projetos de desenvolvimento (MOURA, 2010, p. 3).

E não apenas nas cidades, mas também no campo esses empreendimentos têm se caracterizado enquanto produtores de injustiças ambientais, sobretudo em sociedades como a brasileira, marcada por uma imensa desigualdade de condições entre as classes sociais que a formam.

Indo além desse pensamento, podemos estender a incidência da injustiça ambiental sobre as populações que, em decorrência da implantação de algum projeto, seja ele de desenvolvimento ou de proteção de alguma área específica em função de suas qualidades ambientais, priva determinados grupos de pessoas do acesso e uso de recursos que são fundamentais para continuidade de sua reprodução social, oferecendo os mesmos recursos a outros grupos que se beneficiam desses acontecimentos.

Desse modo, a JA busca – através de debates, da inserção dos variados atores sociais, da politização da questão ambiental, dos movimentos de resistência, da troca de experiência, da exposição dos conflitos em andamento, da democratização das decisões – promover maior igualdade entre os indivíduos envolvidos nos diferentes arranjos territoriais que se configuram como consequência do modelo de produção e consumo vigente. Sendo assim, procura produzir uma diminuição das injustiças ambientais que caracterizam esse modelo.

É perceptível, dessa forma, que

As lutas por justiça ambiental, tal como caracterizadas no caso brasileiro, combinam assim: a defesa dos direitos a ambientes culturalmente específicos – comunidades tradicionais situadas na fronteira da expansão das atividades capitalistas e de mercado; a defesa dos direitos a uma proteção ambiental equânime contra a segregação socioterritorial e a desigualdade ambiental promovidas pelo mercado; a defesa dos direitos de acesso equânime aos recursos ambientais, contra a concentração das terras férteis, das águas e do solo seguro nas mãos dos interesses econômicos fortes no mercado. Mas cabe ressaltar também a defesa dos direitos das populações futuras (ACSELRAD, 2010, p. 114).

Para que seus objetivos possam ser cumpridos, a JA também estabelece uma série de princípios e de práticas necessárias nos países que aderem ao movimento, como o de que nenhum grupo social, independentemente de suas características, suporte uma carga de danos ambientais ocasionados pela degradação ambiental que é produzida pela exploração dos recursos naturais, o acesso justo e equitativo aos recursos disponíveis no país, o acesso a informações relevantes sobre o uso de recursos naturais e a destinação dos rejeitos provenientes dos processos produtivos e, também, a democratização dos processos decisórios (MOURA, 2010). Além destes, a JA também busca o “favorecimento da constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso” (ibid., p. 7-8).

Nesse sentido, “o tema da justiça ambiental indica a necessidade de trabalharmos a questão do ambiente não apenas em termos de preservação, mas também de distribuição e justiça” (ibid., p. 2), percebendo que o acesso aos recursos naturais nos moldes que hoje se instalam produz desigualdades sociais e ambientais e que estas não atingem igualmente todas as populações, independentemente de sua condição social (ACSELRAD, 2010; HERCULANO, 2002; MOURA, 2010; PORTO, 2005; PORTO e PACHECO, 2009).

Dessa forma, “a noção de justiça ambiental implica, pois, o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o ‘meio ambiente’ é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas, construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas” (ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2009, p. 16).

Assim, o acesso e uso dos recursos naturais devem ser garantidos a todos, e não apenas a uma minoria que detém o monopólio da exploração desses recursos, e que, em boa parte das vezes, acaba não se responsabilizando pelos danos que causa durante o processo de exploração dos mesmos.

## 1.6 – O ecossocialismo

O ecossocialismo (ES) é uma corrente de pensamento e de ação crítica pautada nos escritos de Marx. Seu surgimento se confunde com o das outras duas correntes já mencionadas,

passando a se destacar a partir da década de 1960, no bojo do aumento das preocupações mundiais com as questões ambientais (DIEGUES, 2001; LÖWY, 2009). Partindo de um questionamento e de uma reflexão interna sobre as concepções marxistas de mundo natural, seus pensadores buscam realizar uma análise mais aprofundada e crítica sobre o papel da natureza no sistema capitalista, sobre os problemas socioambientais contemporâneos advindos de seu uso (DIEGUES, 2001) e sobre a atuação dos diferentes atores na construção das sociedades atuais.

Essa iniciativa se faz necessária, pois “[...] o sistema político, tanto no nível internacional, quanto no nacional e local, tem-se mostrado incapaz ou insuficientemente preparado para traduzir e transformar as crescentes demandas de cunho ambientalista em políticas públicas capazes de promover um modelo alternativo de desenvolvimento” (FREY, 2001, p. 2). Esse acontecimento materializa-se em função da enorme desigualdade na distribuição de poder que marca a sociedade capitalista, onde as decisões são fundamentalmente tomadas pelos agentes do capital, sem levar em consideração as reais necessidades e as opiniões da massa populacional.

Esse fato tem se caracterizado como um dos principais responsáveis pela ocorrência de conflitos socioambientais na atualidade, inclusive em áreas de UCs, e também pelo imenso desperdício de matéria e energia que perpassa o atual sistema econômico. Logo, “independente de sua natureza tóxica, o desperdício econômico e ecológico incorporado no processo de produção e consumo é enorme” (FOSTER, 2012, p. 100), de maneira que

Hoje nós temos que reconhecer que muitos destes bens supérfluos carregam enormes custos ao meio-ambiente e à saúde humana. De fato, muitos de nossos valores de uso mais comuns, como explicou Commoner, são produtos da química moderna – introduzindo químicos sintéticos como carcinogênico, mutagênico, e teratogênico para a produção, consumo e meio-ambiente. Tais bens são baratos de produzir (com energia e química-intensiva, não trabalho intensivo), eles vendem, e geram grandes margens de lucro para corporações (ibid., p. 100).

A partir dessa constatação, o ES volta sua crítica para o capitalismo, percebendo o mesmo como o principal gerador da atual situação de deterioração social e ambiental, o que, por conseguinte, produz o agravamento da chamada crise ambiental. O ES “[...] trata-se de uma corrente de pensamento e de ação ecológica que faz suas aquisições fundamentais do marxismo [...]”, e ainda, “[...] para os ecosocialistas a lógica do mercado e do lucro – assim como a do

autoritarismo burocrático de ferro e do ‘socialismo real’ – são incompatíveis com as exigências de preservação do meio ambiente natural” (LÖWY, 2005, p. 46-47).

Desse modo, podemos argumentar, juntamente com Foster (2012), que o atual estágio de degradação ambiental vivenciado pelo planeta, e que ameaça se tornar uma verdadeira catástrofe ambiental, e também social, é fruto do sistema capitalista hegemônico. Assim, “não é segredo que estamos enfrentando uma emergência ambiental planetária, que coloca em perigo muitas espécies do planeta, incluindo nossa própria, e que a catástrofe em curso tem suas raízes no sistema econômico capitalista” (ibid., p. 87).

Na verdade, o que se tem observado é a existência de um entendimento enganoso sobre os riscos que o atual sistema tem imposto ao meio ambiente, afetando várias espécies viventes na Terra, inclusive a própria espécie humana (ibid.). Essa compreensão errônea dos perigos provocados pelo capitalismo produz uma visão otimista enganosa do mesmo, que induz a crença de que seria possível um “capitalismo sustentável” (O’CONNOR, 2002) ou uma “humanização do capitalismo” (COUTINHO, 2009).

Ao contrário, o que tem sido possível perceber é que toda degradação ambiental que tem emergido nas últimas décadas, pondo em xeque a própria capacidade das próximas gerações de sobreviverem no planeta, é uma das consequências do sistema capitalista (FOSTER, 2012). “O capitalismo inicia-se como um sistema de usurpação da natureza e da riqueza pública” (ibid., p. 88). Essa característica é intrínseca a esse sistema, pois a produção de riqueza dentro deste se baseia, entre outras coisas, na separação da maior parte da humanidade dos meios de produção, começando pela terra, e na exploração intensiva dos recursos naturais ofertados por ela.

A degradação social e ecológica seria uma contrapartida ocasionada pelo processo histórico de desenvolvimento econômico dentro do capitalismo (FOSTER e CLARK, 2006). Desse modo, a emergência de inúmeras crises nos últimos anos seria fruto de um sistema cuja lógica se baseia na busca incessante de lucro, transformando, nesse percurso, homem e natureza em mercadorias fundamentais para continuidade e expansão das relações comerciais e para a acumulação indefinida de capital (LÖWY, 2013).

É possível verificar, assim, a ocorrência de uma mercantilização da natureza como um todo. Sua apropriação não é recente, porém acelera-se na atualidade, atingindo regiões até então intocadas, buscando atender a alguns poucos agentes privados dentro do sistema capitalista.

Nesse sentido, em oposição aos interesses de longo prazo da coletividade humana, prevalecem os desejos de acumulação privada de curto prazo, que submetem a tudo e a todos a lógica perversa do sistema (LÖWY, 2005; O'CONNOR, 2002).

Dentro dessa lógica, para que alguma coisa possa ser vista como útil ou desejável, deve provar sua capacidade produtiva e sua possibilidade de gerar lucro em um prazo específico (CLARK e FOSTER, 2012), do contrário é desprezada, sufocada ou até mesmo eliminada para que os interesses capitalistas possam triunfar.

É aqui que entram as questões relacionadas à resistência expressa por alguns grupos. Estes lutam até o fim, opondo-se ao assédio do capital, pois entendem que certos recursos ou bens não podem ser valorados e nem quantificados. Para o capital, ao contrário, só importa o que pode gerar mais capital, sendo que os “bens improdutivos” devem ser descartados e/ou retirados do caminho para que este consiga alcançar seu objetivo fundamental. Em contrapartida, existem bens que, apesar de não possuírem valor financeiro, possuem valor histórico, moral, cultural e ambiental que são impossíveis de serem mensurados, só podendo ser compreendidos sob outros olhares, diferentes do que impera na sociedade capitalista.

É nesse sentido que Foster e Clark (2006) falam de um “imperialismo ecológico”, referindo-se ao atual modelo econômico e a forma como os países centrais têm explorado os países periféricos dentro desse sistema. Essa exploração é vista por esses autores como a principal responsável pelos problemas socioambientais vigentes.

Desse modo, “a questão ecológica dentro do capitalismo é complexa e exige uma análise em nível global” (ibid., p. 226). Os autores chamam atenção para a atual divisão dos países no sistema de Estado-Nação independentes, onde estes estabelecem intensa competição entre si. Também citam o fato de haver uma divisão internacional entre eles, com países que ocupam o centro do sistema e outros que ocupam a periferia.

Destarte, a ideia de imperialismo ecológico faz referência, entre outras coisas, a essa divisão e competição, onde os países centrais tendem a explorar de forma intensa os recursos, naturais e humanos, dos países periféricos, aumentando a relação de dependência dos segundos para com os primeiros e acentuando os problemas de ordem socioambiental decorrentes dessa competição desigual.

A crítica do ES se insere nesse contexto de competição desigual e intensa degradação das condições sociais e ambientais do mundo. Essa proposta dá especial atenção aos países

periféricos que se tornariam, cada vez mais, foco de atuação de empresas poluidoras, que deixariam os países centrais pelas crescentes pressões exercidas pela sociedade nestes, migrando para os países da periferia do capitalismo, geralmente menos democráticas, e onde as preocupações com o chamado desenvolvimento e com a necessidade de trabalho acabam por gerar maior aceitação das mesmas, que chegam com a promessa de produzir ambos: desenvolvimento e emprego (FOSTER e CLARK, 2006; PORTO-GONÇALVES, 2004).

A crítica do ES é direcionada essencialmente para as bases que sustentam o sistema atual, ao contrário do que faz o discurso hegemônico, travestido dos ideários de sustentabilidade, que busca formas de incorporar ao capitalismo uma imagem mais “limpa”, mantendo as colunas de sustentação do *status quo* intactas. Observa-se um processo de internacionalização do termo “sustentabilidade”, passando o mesmo a ser “mercantilizado” e tendo seus fundamentos éticos incorporados pela lógica do mercado (COUTINHO, 2009). Desse modo, “[...] os rumos tomados pela chamada questão ambiental desde meados dos anos de 1980 mostra a grande força do mercado que, de réu, passou a maior detentor de iniciativas nesse campo, a ponto de fazer com que, objetivamente, ‘desenvolvimento sustentável’ seja identificado mais com seus interesses do que com quaisquer outros” (ibid., p. 23).

A partir dessa constatação, é possível averiguar que o termo “desenvolvimento sustentável” aparece como ambíguo dentro de um sistema cujo cerne repousa sobre a destruição da natureza para produção de bens e geração de capital (O’CONNOR, 2002). Este termo tem surgido com frequência em quase todos os informes de agências governamentais, nacionais e internacionais, como forma de expressar preocupações com o planeta. Porém,

[...] mais do que cumprir o papel de viabilizar a consecução do projeto de institucionalização da problemática ambiental, o conceito “desenvolvimento sustentável” busca estabelecer o pressuposto de efetiva possibilidade de uma ordem ecológica social e democrática, sem que isto implique necessariamente a ultrapassagem do capitalismo [...] (COUTINHO, 2009, p. 23).

Entretanto, o capitalismo não pode ser sustentável por tender para crise e a autodestruição (O’CONNOR, 2002). Este sistema tem gerado um número cada vez maior de pessoas famintas, pobres e miseráveis, além de atacar a natureza por todos os lados (ibid.). Sendo assim, é possível afirmar, juntamente com Foster e Clark (2012), que o capitalismo tem se caracterizado como uma “maldição ecológica”, no sentido de que vem produzindo desenvolvimento econômico a partir da degradação social e ambiental.

A atual crise, com os contornos que adquiriu, “[...] reflete as dificuldades da civilização capitalista industrial e do seu modo de vida caracterizado pelo *american way of life*, em manter-se sem rupturas. A questão ecológica, do meio ambiente, é central no capitalismo” (LÖWY, 2013, p. 79). Esta tem permitido perceber que é irracional um sistema econômico que sedimenta suas bases na transformação de tudo em mercadoria, com o único fim de gerar receitas, e que não respeita outras formas de vida, outras culturas e nem mesmo os próprios limites naturais do planeta.

O ES, com sua crítica ao modelo hegemônico de economia, busca realizar uma ruptura com o paradigma economicista, traçando novos caminhos e estratégias para as sociedades humanas. Estas são pautadas muito mais no respeito às diferenças, na cooperação e nos limites apresentados pelas sociedades e pelo planeta, do que na irracionalidade da competição e da degradação ambiental e social desencadeada pelo modelo econômico atual em sua busca alucinada pelo capital abstrato.

O projeto ecossocialista é, portanto, uma alternativa radical em relação ao atual modelo de sociedade, vislumbrando outro horizonte histórico, indo além do capitalista, em busca de novas possibilidades que superem as regras da acumulação que vigoram no atual sistema. Assim, a proposta ecossocialista “[...] implica, em última análise, uma transformação revolucionária da sociedade” (LÖWY, 2013, p. 84).

O objetivo do ES seria então o de “[...] fornecer uma alternativa radical àquilo que Marx chamava de ‘o progresso destrutivo’ do capitalismo”, caracterizando-se por ser “[...] uma escolha que propõe uma política econômica visando às necessidades sociais e ao equilíbrio ecológico e, portanto, fundada em critérios não monetários e extra-econômicos” (LÖWY, 2009, p. 35-36).

Dentro dessa perspectiva, Löwy (2009) argumenta que o chamado “socialismo ecológico” tem como meta a fundação de uma nova sociedade. Esta seria sustentada em bases como a racionalidade ecológica, o controle democrático, a igualdade social e a substituição da maior importância dada ao valor de uso pela do valor de troca, indo muito além daquelas nas quais se apoia o atual sistema. São ainda adicionados a estes “a propriedade coletiva dos meios de produção”, o “planejamento democrático que possa permitir à sociedade a possibilidade de definir seus objetivos no que concerne ao investimento e à produção” e, por fim, “uma nova estrutura tecnológica das forças produtivas” (ibid., p. 36).

Destacando o aspecto democrático dessa nova sociedade, Frey (2001) chama atenção para a importância de uma reforma do Estado e do sistema político. Ambas as reformas são cruciais para que se inicie um processo de distribuição equitativa tanto dos benefícios quanto dos malefícios da exploração dos recursos naturais, já destacada aqui em outro momento, e também para que ambiente natural e sociedade possam caminhar em direção a um futuro diferente do que se desenha atualmente. Dentro desse novo projeto, as condições de reprodução humana e natural não seriam controladas por alguns poucos grupos empresariais, mas sim pela coletividade, e esta seria capaz de tomar decisões que ultrapassassem a visão economicista predominante hoje.

Ainda sobre a importância de processos democráticos, Löwy (2009) argumenta pela transformação do planejamento do sistema produtivo. Ele propõe um sistema em que toda a sociedade seja capaz de participar e de decidir sobre as ações e projetos que serão implementados, inclusive sobre o que deverá ou não ser produzido por essa nova organização social. Dentro dessa, a manutenção do “equilíbrio ecológico” do planeta se torna essencial para que eventuais decisões possam ser tomadas.

Com essa nova estrutura, a produção e o próprio consumo passam a ser organizados e regulados não apenas por aqueles que produzem as mercadorias, mas também por aqueles que as consomem, gerando uma via de mão dupla entre produtores e consumidores, permitindo o diálogo entre ambos e sedimentando processos de cooperação que visem o bem comum (ibid.).

Sendo assim, não bastaria apenas transformar o aparelho produtivo, seria necessária uma verdadeira revolução no estilo de vida da sociedade moderna, fundado em elevados padrões de consumo e na ostentação através de “[...] objetos artificiais, inúteis, e mesmo perigosos” (LÖWY, 2013, p. 83). Desta forma, “[...] trata-se de criar um novo modo de consumo e um novo modo de vida, baseado na satisfação das verdadeiras necessidades sociais, que é algo completamente diferente das pretensas e falsas necessidades produzidas artificialmente pela publicidade capitalista” (ibid., p. 83).

É nesse contexto de necessidade de novas formas de vida, no sentido das relações que são estabelecidas pela sociedade com o meio natural e entre ela própria, que o ES se insere. Essa corrente se materializa como uma estratégia de resistência e de luta contra a opressão, contra a apropriação privada da natureza, contra a homogeneização cultural e contra a degradação social e ambiental imposta pelo atual modelo econômico sobre o planeta e sobre a maior parcela de sua população. Estabelece a necessidade de mudanças profundas nas relações

sociais e ambientais, e tece uma crítica bem fundamentada sobre as bases que sustentam o atual sistema de produção e consumo.

O ecossocialismo, dessa forma, “[...] não é só a perspectiva de uma nova civilização, uma civilização da solidariedade – no sentido profundo da palavra, solidariedade entre os humanos, mas, também, com a natureza –, como, também, uma estratégia de luta, desde já, aqui e agora” (LÖWY, 2013, p. 83). A partir desse ponto de vista, é possível afirmar, juntamente com Frey (2001), a fundamental necessidade de se pensar as preocupações ecológicas em união com as preocupações sociais, caminhando a partir dessa convergência de pensamentos rumo a uma sociedade mais igualitária e menos degradante do meio natural.

### 1.7 – **Convergindo ideias**

A partir do que foi exposto até aqui, é possível perceber que apesar das especificidades de cada uma das perspectivas críticas, todas possuem pontos de convergência. Entre estes, destacamos: a) a percepção que todas têm da relação entre o atual modelo de produção e consumo e a ocorrência de conflitos socioambientais; b) a visão de que os processos de privatização da natureza em curso atualmente também vêm sendo responsáveis pela ocorrência de conflitos, produzindo a desigual apropriação dos benefícios e dos custos relacionados à exploração dos recursos naturais; e c) a necessidade de aumento da participação efetiva dos diferentes sujeitos e grupos sociais como um dos instrumentos para superar as desigualdades socioambientais.

Nesse sentido, para o ES, por exemplo, a “[...] crise do capitalismo e a crise ecológica resultam da dinâmica do sistema capitalista que transforma seres humanos e recursos naturais em mercadorias necessárias à expansão dos negócios e a acumulação de lucros” (LÖWY, 2013, p. 79). É dessa perspectiva que deriva a visão ecossocialista ao se referir ao capitalismo como um sistema econômico irracional, “[...] baseado na mercantilização de tudo, na especulação desenfreada, no totalitarismo dos mercados financeiros e na globalização neoliberal a serviço exclusivo do lucro capitalista” (ibid., 79).

Na concepção dessa corrente, o sistema capitalista atual é o principal responsável pelos problemas ambientais e sociais e por seu agravamento em tempos recentes. Logo, para que tais

problemas possam ser sanados ou ao menos mitigados um passo importante seria a superação do mesmo. Sendo assim, o ES propõe pensar em alternativas radicais, que sejam capazes de trazer à tona novos horizontes de desenvolvimento histórico, possibilitando a superação dos padrões atuais, pautados na busca constante pelo lucro, que sustentam o atual modelo (ibid.).

Sob a perspectiva da EP “[...] os problemas ambientais não podem ser compreendidos isolados do contexto político e econômico em que foram criados. É preciso relacionar processos socioeconômicos e políticos e atores sociais nos níveis global, regional e local” (JATOBA, CIDADE e VARGAS, 2009, p. 68). Ou seja, a EP percebe esses problemas não como situações isoladas, oriundas de ocorrências específicas, mas como consequência de um modelo socioeconômico que se instala sobre todo o planeta, pautando-se sobre relações de poder variadas e produzindo influências diversas em todos os lugares.

Dessa forma, “[...] ela aborda a crise ambiental nas regiões socialmente desiguais como um processo político, a partir do enfoque dos interesses e ações dos principais atores sociais envolvidos em conflitos socioambientais” (ibid., p. 68). Para a ecologia política os conflitos e mudanças ambientais locais são decorrentes de processos produtivos globais e da inter-relação entre os diferentes atores sociais. Estes são dotados de capacidades diferenciadas de poder e de decisão sobre os projetos e assuntos que, muitas das vezes, dizem respeito a uma gama variada de pessoas e que afetam diretamente seus modos de vida e de reprodução social.

EP e ES são correntes que, assim, se complementam. Na verdade, o ES surge a partir das preocupações e questionamentos colocados pela EP no momento de sua estruturação. Desse modo, “[...] enquanto investiga a raiz das causas da deterioração ecológica, a ecologia política está inscrita nas relações de poder que atravessam o processo emancipatório para a sustentabilidade com base nas potencialidades da natureza” (LEFF, 2013, p. 4-5), o que acabou por abrir caminho para o surgimento do ecossocialismo.

A JA, ainda que de forma mais comedida, também faz críticas ao modelo atual de produção e consumo. Essa corrente não propõe diretamente o fim desse modelo como forma de acabar com os problemas e os conflitos socioambientais, porém vislumbra os padrões que o sustentam como causadores de injustiças ambientais e sociais e dos conflitos que delas emanam. Sendo assim, a JA entende que a distribuição desigual dos benefícios e dos riscos ocasionados pelos processos de produção e de geração de recursos é algo intrínseco às sociedades capitalistas, sendo condição nevrálgica para à reprodução continuada do capital (LOUREIRO e LAYRARGUES, 2013).

Partindo dessa perspectiva, é possível entender a JA como “[...] um conjunto de práticas organizadas de agentes sociais que se encontram na condição de expropriados e que defendem politicamente projetos societários anticapitalistas [...]” (ibid., p. 63). Logo, “a estratégia ancorada na noção de justiça ambiental, por sua vez, identifica a desigual exposição ao risco como resultado de uma lógica que faz que [sic] a acumulação de riqueza se realize tendo por base a penalização ambiental dos mais despossuídos” (ACSELRAD, 2010, p. 110), produzindo benefícios enormes para alguns poucos grupos privilegiados, ao passo que gera condições de exposição intensa a riscos diversos a muitos outros grupos que são excluídos do processo de desenvolvimento nos moldes como este vem se dando atualmente.

A desigual distribuição de ônus e bônus pelo atual sistema de produção e consumo é uma de suas principais marcas. Tal característica acaba por produzir pressões enormes sobre grupos sociais específicos, que veem seus modos de vida e sua própria capacidade de sobrevivência sendo ameaçados por ações desencadeadas em favor de empresas, investidores e governos, acarretando a ocorrência de diversos conflitos que emergem a partir dessas práticas.

A JA retira parte de sua “abordagem teórica” da EP. Esta tem possibilitado entender que os conflitos ambientais são fruto de diferentes relações de poder que se instalam sobre os territórios, manifestadas pelos variados grupos que ocupam esses espaços e que disputam a posse dos recursos que sobre eles se localizam (PORTO, 2005).

Porto (2005, p. 835), afirma que “a Ecologia Política e o movimento pela justiça ambiental repensam questões sociais, econômicas e ambientais numa perspectiva territorialista, e têm por desafio básico fortalecer a integridade e saúde das comunidades – incluindo os trabalhadores/as – e dos ecossistemas”. Nessa perspectiva, podemos afirmar que a JA e a EP se caracterizam como importantes ferramentas para o entendimento dos conflitos socioambientais, permitindo, a partir daí, a produção de mudanças na ordem de distribuição dos riscos e dos benefícios gerados pelos processos produtivos vigentes atualmente.

Outro ponto de contato entre as correntes diz respeito à crítica que estas tecem aos processos de privatização da natureza em andamento dentro do atual sistema. Estes têm se posicionado como um dos principais agentes produtores de conflitos no mundo e também no Brasil. Dentro do modelo atual de economia, as disputas pelo controle e uso dos recursos naturais tornaram-se comuns, visto que os mesmos são fundamentais para a continuidade da reprodução dos modos de vida das sociedades contemporâneas (LOUREIRO e LAYRARGUES, 2013).

Dessa forma, a EP, por exemplo, tem buscado estudar e entender os chamados conflitos ecológicos distributivos. Estes se dão justamente a partir dos processos de privatização da natureza, impostos pela lógica do mercado, e pela desigual distribuição dos benefícios e prejuízos oriundos da privatização dos bens públicos (MARTÍNEZ-ALIER, 2007). Logo, “o inevitável choque entre economia e meio ambiente materializa-se nos conflitos que envolvem a transferência dos custos ambientais para os segmentos sociais mais fracos e no exercício de fato dos direitos de propriedade sobre o meio ambiente” (JATOBA, CIDADE e VARGAS, 2009, p. 69).

A ideia de privatizar os bens naturais, que em sua origem se estabelecem como bens públicos, de uso comum, se insere inclusive no próprio discurso hegemônico. Este se traveste dos ideários de sustentabilidade, criando mecanismos que no seu interior apenas continuam a revigorar a lógica de acumulação do mercado. Assim, “os ataques à concepção de bens comuns levados a cabo com argumentos de eficiência econômica têm sido parte do receituário capitalista” (MARTÍNEZ-ALIER, 2007, p. 115).

Sendo assim, dentro da perspectiva da JA é possível postular que “[...] quando os benefícios de uso do meio ambiente estão concentrados em poucas mãos, do mesmo modo que a capacidade de transferir custos ambientais para os mais fracos, o nível geral de pressão sobre o meio ambiente tende a não se reduzir” (ACSELRAD, 2004, p. 32). Partindo dessa constatação, é possível perceber que a proteção ambiental é diretamente dependente da luta contra a desigualdade ambiental (ibid.), entendendo esta como sendo produzida pelo acesso diferenciado das populações aos bens naturais.

Para a corrente ecossocialista, os processos de privatização da natureza têm se manifestado em escala global, através das relações desiguais de poder entre os países centrais e os países periféricos. Esse acontecimento acabou dando origem a uma “dívida ecológica” de elevadas proporções dos países do “Norte” para com os países do “Sul”, criada a partir do saque dos recursos naturais e dos danos ambientais impostos aos países da periferia da economia global pelos países que ocupam o centro desse sistema (FOSTER e CLARK, 2006).

A partir dessas constatações, ES, EP e JA propõem mudanças objetivando a transformação da atual condição de degradação social e ambiental do planeta. Desse modo, outro ponto de contato entre elas se refere à ideia de maior democratização dos processos, sejam eles decisórios ou mesmo no âmbito do concreto, no sentido da realização dos empreendimentos

e projetos. Dessa forma, todas entendem que o aumento da democracia e da participação social nos processos de tomada de decisão é elemento crucial para reverter essa situação.

Para o ES, a participação pública na tomada de decisões e o controle social dos meios de produção são elementos fundamentais para uma nova sociedade, pautada na igualdade social e no respeito aos limites naturais do planeta (LÖWY, 2009). Assim, “[...] decisões de ordem pública referentes ao investimento e à mudança tecnológica devem ser retiradas das mãos dos bancos e das empresas capitalistas [...]” (ibid., p. 38), para que possam servir aos interesses coletivos, e não apenas das gerações atuais mas também das futuras.

Partindo dessa percepção, os processos de produção e também de consumo passam a ser organizados pelo conjunto da sociedade, que pauta a tomada das decisões referentes a estes não sob a ótica míope do mercado, mas sob o olhar comprometido com a proteção social e ambiental (ibid.). Sob esse novo olhar, a lógica do lucro deixa de ser predominante e a busca do bem comum passa ao lugar central das discussões, orientando as ações colocadas em prática a partir daí.

Sob essa perspectiva, é possível afirmar que a participação popular ativa se torna elemento fundamental de qualquer política ambiental que tenha a pretensão de ser bem-sucedida. Dessa forma, “o planejamento deve ser compreendido não apenas como orientado pelas necessidades da população, mas também como conduzido por ela” (FREY, 2001, p. 13).

Sendo assim, para a EP “a construção de um mundo sustentável exige o controle social da degradação ambiental” (LEFF, 2013, p. 18). A sociedade deve ser fortalecida, passando a ser capaz de interferir e tomar decisões de interesse comum. Isso implicaria na “reinvenção de identidades comuns, formas coletivas do ser e do viver-no-mundo culturais para apoderar os processos [...] que sustentam a vida no planeta” (ibid., p. 18).

A JA vislumbra a ideia de democratização dos processos partindo de uma concepção de maior participação social. Para esta corrente, a governança tem se caracterizado como algo extremamente concentrado e com aspecto altamente burocrático e tecnicista, inibindo a capacidade de participação da maior parte da sociedade nos processos de tomada de decisões (ZHOURI, 2008).

Desse modo, apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas no tocante à elaboração de leis e à organização de um arcabouço institucional, sobretudo no Brasil, percebe-se que a

aplicação das mesmas ainda continua sendo um grande desafio (ibid.). É possível observar, assim, que

[...] o avanço das instituições e normas formais democráticas não garante a participação e a incorporação, de fato, dos atores e dos segmentos sociais representativos das distintas formas de existência e interação com o meio, pois são constrangidos pelo paradigma da adequação no âmbito do movimento maior de globalização econômica neoliberal (ibid., p. 101).

Para que haja participação de fato nos processos de tomada de decisão e na elaboração dos caminhos comuns a serem tomados pela sociedade, visando sua continuidade, seu bem-estar e, ao mesmo tempo, protegendo o meio natural e as outras formas de vida que coexistem no planeta, é preciso ir além. É necessário superar as barreiras impostas pela lógica dominante, criando mecanismos de participação que possam ser utilizados por todos, e não apenas por um grupo seleto de pessoas dotadas de capacidade técnica e de conhecimentos específicos sobre o arcabouço institucional.

É preciso uma política da diversidade cultural, entendendo ser essa diversidade elemento fundamental para a desconstrução da racionalidade ambiental que impera atualmente. Esta se pauta em uma visão de mundo centralizada em uma cultura única, que não percebe a riqueza e as contribuições diversas e fundamentais oferecidas por outras culturas (LEFF, 2013).

Por fim, as três correntes trazem à tona a ocorrência de conflitos socioambientais não como uma consequência inevitável do “progresso econômico” que deve ser paga por alguns – ou, como têm sido possível notar, pela maior parte da humanidade – mas como sendo fruto de um modelo de produção material e econômica que privilegia alguns grupos sociais enquanto destrói as possibilidades de vida de muitos outros. Ao contrário do que faz a ideologia dominante, que busca camuflar e por vezes até negar a existência dos conflitos, as correntes de pensamento e de ação críticas expostas aqui buscam evidenciá-los, como forma de demonstrar toda a irracionalidade do modelo atual.

Além das semelhanças, EP, JA e ES também apresentam algumas diferenças. Estas estão relacionadas especialmente à escala de atuação de cada uma, às suas proposições com relação à convivência e superação do modelo capitalista, além das possibilidades de serem aplicadas.

No que se refere à escala, as proposições do ES se inserem no cenário global. Prega uma mudança integral das sociedades atuais, a partir do rompimento com os modos de vida capitalistas (LÖWY, 2005; LÖWY, 2013). Já a EP e a JA trabalham com escalas de atuação mais centradas no local, a partir da valorização das culturas inseridas localmente e dos movimentos que se materializam sobre esses espaços. A partir daí, buscam criar movimentos contra hegemônicos de resistência, que produzam novas formas de convivência com a natureza e com as demais sociedades, formas essas pautadas no respeito à dignidade humana e ao meio ambiente (ACSELRAD, 2004; LEFF, 2013; LOUREIRO e LAYRARGUES, 2013).

Em relação às visões e possibilidades de convivência com o modelo capitalista, estas também se posicionam de forma diferente. Apesar de todas vislumbrarem esse modelo como o principal responsável pela degradação ambiental, pela desigualdade social e pela ocorrência de conflitos, nem todas afirmam categoricamente que a ruptura com o mesmo representaria o fim desses problemas.

Uma postura mais rígida nesse sentido é adotada pelo ES. Para essa corrente a superação da crise ambiental e social que se coloca para o mundo hoje só pode ser possível através do fim do capitalismo e da adoção de outro modelo de organização social. Nesse caso, o modelo defendido pelos ecosocialistas seria o socialismo, a partir do qual seria possível o surgimento de uma sociedade igualitária, democrática e menos degradante do meio ambiente natural (FOSTER e CLARK, 2006; FOSTER, 2012; LÖWY, 2005; LÖWY, 2009; LÖWY, 2013).

Já a EP e a JA buscam superar o modelo atual de produção e consumo, mas não necessariamente através do rompimento total com o mesmo. Ainda que reconheçam suas falhas e perversidade, não propõem o seu fim como solução para acabar com os problemas atuais. Desse modo, é perceptível que ambas buscam novas formas de relacionamento social e ambiental, mas não necessariamente através do fim do capitalismo, como o faz o ES.

Quanto às possibilidades de aplicação, EP e JA nos parecem ser caminhos mais acessíveis. Por se tratarem de estratégias que buscam se consolidar a partir de movimentos locais, suas possibilidades de sucesso se apresentam mais promissoras, ainda que ao nível mundial sua representatividade seja pequena.

O ES apresenta, a nosso ver, maior dificuldade de consolidação. Por se tratar de um movimento que tem pretensões globais (LÖWY, 2013), suas ideias sofrem maior resistência e encontram barreiras mais difíceis de serem transpostas. Parte dessa resistência pode estar ligada

ao fracasso do modelo socialista na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Por se tratar de um movimento que defende abertamente a substituição do capitalismo pelo socialismo, este acaba sendo visto por muitos de forma cética. Todavia, a alternativa ecossocialista se mostra importante, pois assim como as outras duas, EP e JA, tem se caracterizado por um constante questionamento do modelo que aí está.

Logo, todas elas têm produzido reflexões significativas e, como consequência, novos conhecimentos que permitem uma interpretação mais realista dos fatos que se materializam sobre o território como reflexo do modelo dominante que impera sobre as sociedades contemporâneas. Desse modo, estas perspectivas críticas têm se posicionado contra a atual organização social dominante, através de um movimento de questionamento contínuo sobre o real que não é simplesmente dado, mas produzido cotidianamente a partir das relações que vão sendo estabelecidas sobre o espaço, influenciadas pelo modo de vida capitalista, entre elas as de exploração e uso dos recursos naturais.

Dessa forma, acreditamos que ES, EP e JA podem fornecer importantes ferramentas de entendimento e de resolução dos conflitos socioambientais que se desenvolvem em várias partes do território nacional, e em especial nas áreas de preservação/conservação da natureza. Também entendemos que as contribuições oferecidas por cada uma delas podem influenciar diretamente ações e movimentos que denunciam a ocorrência de desigualdades relacionadas ao acesso e uso dos bens naturais, possibilitando o conhecimento dos mesmos e retirando-os da obscuridade. Esse, a nosso ver, é o primeiro passo rumo a uma sociedade mais igualitária, justa e capaz de respeitar os limites ambientais do planeta.

## **Capítulo 2: AS ÁREAS PROTEGIDAS NO MUNDO: ORIGEM E EVOLUÇÃO**

### **2.1 – Preâmbulo**

Neste capítulo pretende-se realizar uma análise crítica sobre as origens do atual modelo de UCs adotado no Brasil. Para isso, parte-se de um estudo que toma como base o início do movimento para criação de áreas naturais protegidas, no começo do século XIX nos Estados Unidos, que, posteriormente, acabou influenciando iniciativas semelhantes no resto do mundo.

O objetivo do capítulo é identificar as correntes de pensamento que influenciaram nesse processo, além de demonstrar as ligações existentes entre o modelo de criação de áreas protegidas predominante no Brasil e a ocorrência de conflitos socioambientais.

### **2.2 – Surgimento do modelo atual de áreas protegidas**

A ideia de se reservar espaços específicos para proteger a natureza contra as ações e atividades humanas não é recente. Sua origem resultou do questionamento de alguns grupos de pesquisadores e estudiosos acerca das consequências das atividades humanas sobre o planeta, muitas das quais produzindo modificações significativas sobre as paisagens naturais (BENSUSAN, 2006).

No século XVIII, começaram a surgir indagações sobre o papel da natureza, especialmente após as revoluções experimentadas pela ciência moderna. A dicotomia entre homem e natureza, sedimentada tanto pela religião, quanto pela ciência moderna, que estabeleceram para o primeiro o papel de dominador sobre a segunda, começou a ser questionada (ARAÚJO, 2007). Esse questionamento emergiu na literatura e também a partir dos avanços da História Natural, já no início do século XIX, a partir do grande respeito que os naturalistas expressavam pelo meio natural inalterado pela ação humana (ARAÚJO, 2007; DIEGUES, 2001).

Nesse período “[...] intensificaram-se as argumentações que condenavam a visão da natureza como máquina e o sentimento de superioridade da espécie humana em relação a ela” (ARAÚJO, 2007, p. 26). A partir daí, surgiu, especialmente na literatura, através do romantismo, uma valorização pessoal, imediata e afetiva da natureza, passando essa a ser admirada como algo belo e divino (ibid.).

Outro fator que merece ser destacado nesse sentido, diz respeito à acelerada urbanização em curso, especialmente nos países da Europa Ocidental, tais como França e Inglaterra. Esse processo contribuiu para o crescimento exponencial das cidades, onde proliferavam “[...] ambientes insalubres, promíscuos e ‘feios’” (ibid., p. 26). Assim, com o aumento desses espaços nas regiões urbanas, as áreas naturais se tornaram ambientes cada vez mais valorizados, onde se poderia contemplar e admirar a natureza “intocada”, buscar a reflexão espiritual e o resgate das energias perdidas no dia a dia dos espaços urbanizados (ARAÚJO, 2007; DIEGUES, 2001).

Porém, apesar dessas ideias, a primeira área voltada para proteção da natureza oficialmente instituída pelo poder público só viria a ser criada mais tarde, na segunda metade do século XIX, nos Estados Unidos (ARAÚJO, 2007; DIEGUES, 2001; SCHENINI, COSTA e CASARIN, 2004; VALLEJO, 2002). Sua instituição se originou do pensamento de que mesmo “[...] que a biosfera fosse totalmente transformada, domesticada pelo homem, poderiam existir pedaços do mundo natural em seu estado primitivo, anterior à intervenção humana” (DIEGUES, 2001, p. 13), além da perspectiva de que “[...] a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, por meio de ilhas onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la” (ibid.).

Já no início do século XIX, o advogado, pintor e estudioso da cultura indígena George Catlin, após expedições realizadas nas grandes planícies norte-americanas, sugeriu a criação do que denominava de “Parque Nação” nos Estados Unidos (ARAÚJO, 2007). Suas ideias surgiram após constatar que “[...] o rápido massacre dos búfalos, a deterioração da cultura indígena e o desaparecimento das paisagens primitivas representavam grande perda para a cultura americana” (ibid., p. 27).

Assim, dentro desse cenário de crescente preocupação com as questões ambientais e, também, apoiando-se na ideia de resgate dos vínculos entre o homem e a natureza, surgiu o movimento de criação de áreas protegidas nos Estados Unidos, que culminaria com a criação do primeiro Parque Nacional do mundo, o de Yellowstone, em 1872 (ARAÚJO, 2007; BRITO, M. 2003; DIEGUES, 2001; VALLEJO, 2002).

Além dos fatores já citados, outro importante ponto a ser destacado envolvendo o movimento para criação de espaços naturais protegidos naquele país, diz respeito à necessidade latente no mesmo de criação e afirmação de uma identidade cultural própria. Ao contrário dos países europeus, os Estados Unidos não contavam com uma herança artística e literária grandiosa, nem mesmo com monumentos históricos relevantes. Desse modo, o “culto à natureza” passou a ganhar destaque e o apoio de intelectuais norte-americanos, que viram aí uma possibilidade de afirmar a contribuição do país à cultura mundial (VALLEJO, 2002).

Os gigantescos espaços naturais, abundantes nos Estados Unidos, contrastavam com as paisagens já altamente devastadas e urbanizadas de boa parte dos países europeus. A proteção dessas áreas, “desabitadas” e ainda “intocadas”, passou a ser vista como uma das estratégias para afirmação da identidade nacional em construção, de maneira que, em princípio, as primeiras áreas destinadas à proteção não foram selecionadas a partir de critérios científicos, baseados na importância ambiental das mesmas, mas a partir de critérios fundamentalmente estéticos, como no caso do próprio Parque Nacional de Yellowstone (ibid.).

A criação desse parque contou também com discussões travadas por preservacionistas e conservacionistas, que buscaram influenciar na configuração do mesmo. As diferenças mais significativas entre as duas perspectivas se relacionavam à forma como cada uma percebia o meio ambiente, seus recursos e a interferência humana sobre o mesmo.

A essência do pensamento preservacionista repousava na ideia de reverência à natureza, derivada dos pensamentos de Henry David Thoreau (1817-1862), naturalista, historiador e filósofo, para quem a natureza era reconhecida como sendo parte de uma comunidade gestada por Deus, e da qual os homens eram integrantes (ARAÚJO, 2007; DIEGUES, 2001). Logo, essa corrente tinha como objetivo a proteção dos recursos naturais, ameaçados pelo desenvolvimento urbano e industrial (DIEGUES, 2001).

Nesse sentido, para essa corrente ambientalista era impraticável a ideia de coexistência entre populações humanas e áreas naturais protegidas. É possível indicar, assim, que os preservacionistas não faziam distinção entre os modos de vida das diferentes sociedades humanas, percebendo a todos como igualmente degradantes do meio ambiente natural (DIEGUES, 2001; MARTÍNEZ-ALIER, 2007; ROCHA, DRUMMOND e GANEM, 2010). Seu principal representante à época nos EUA era o naturalista escocês-americano John Muir (1838-1914) (ARAÚJO, 2007; DIEGUES, 2001).

Essa concepção, denominada também de “culto ao silvestre” (MARTÍNEZ-ALIER, 2007), surgiu da veneração profunda à paisagem natural, partindo do entendimento de que haveria uma “natureza intocada” a se preservar (DIEGUES, 2001), em que o homem somente teria lugar como admirador, e não como interventor direto.

Outro ponto importante a se destacar sobre essa corrente é o fato de que a mesma não questiona as raízes do crescimento econômico, desde que algumas áreas sejam (supostamente) preservadas fora da esfera de produção da economia. Admite, inclusive, uma derrota frente a este em vários países industrializados (MARTÍNEZ-ALIER, 2007). Esse entendimento seria questionável, pois é possível evidenciar que grande parte da degradação ambiental tem sido produzida por esse modelo, que vê no crescimento ilimitado o objetivo primeiro das sociedades ditas modernas (PORTO-GONÇALVES, 2004).

Já a corrente denominada de conservacionista, via a possibilidade de uso dos recursos naturais, desde que esta fosse realizada de maneira racional, visando à manutenção dos mesmos pelo máximo de tempo possível. Também entendia que o uso racional desses recursos se caracterizava como importante instrumento para o desenvolvimento dos países, possibilitando avanços econômicos e sociais para os mesmos (ARAÚJO, 2007). Seu principal representante nos EUA nesse período foi o engenheiro florestal Gifford Pinchot (1865-1946) (ARAÚJO, 2007; DIEGUES, 2001).

Também denominada de “credo ou evangelho da ecoeficiência” (MARTÍNEZ-ALIER, 2007), esta corrente vislumbrava a natureza como sendo composta apenas de recursos naturais (ARAÚJO, 2007). Para os conservacionistas, os processos naturais de transformação seriam lentos, necessitando haver uma intervenção humana sobre os mesmos para que estes fossem mais eficientes (DIEGUES, 2001).

Diegues (2001) afirma ainda, que tais ideias foram as precursoras do que se convencionou chamar atualmente de “desenvolvimento sustentável”. Logo, a defesa do crescimento econômico faz parte de seu ideário, ainda que não a qualquer custo, preocupando-se com “[...] os impactos da produção de bens e com o manejo dos recursos naturais, e não tanto pela perda dos atrativos da natureza ou dos valores intrínsecos” (MARTÍNEZ-ALIER, 2007, p. 26).

Dentro desse contexto, as ideias preservacionistas acabaram por prevalecer, e o modelo que se seguiu na criação de áreas de proteção da natureza foi fortemente influenciado por essa

perspectiva (ARAÚJO, 2007; DIEGUES, 2001; VALLEJO, 2002). Esse fato deu origem a um modelo de proteção altamente excludente, que não permitia a presença humana dentro desses territórios de proteção ambiental.

Essa visão desconsiderava as relações estabelecidas entre populações denominadas como tradicionais e o meio ambiente natural. Tais relações, como demonstrado por vários autores (cf. ARRUDA, 1999; DIEGUES, 2000; DIEGUES, 2010; LEFF, 2012; MARIN e CASTRO, 1998), não são pautadas no modelo dominante, mas em outras formas de manejo que produzem danos de proporções menores aos recursos naturais, tendo sido descoberto, inclusive, que as mesmas se caracterizam como fundamentais para a manutenção de determinados ecossistemas (BENSUSAN, 2006; DIEGUES, 2001).

O modelo de área protegida criado nos Estados Unidos se espalhou rapidamente pelo mundo, continuando a reproduzir sua estrutura excludente, baseada na separação entre as populações humanas e essas áreas. Logo após a criação do Parque Nacional de Yellowstone, foram criadas áreas protegidas nos mesmos moldes no Canadá (1885), na Nova Zelândia e no México (1894), na África do Sul e na Austrália (1898), na Argentina (1903) e no Chile (1926) (DIEGUES, 2001; VALLEJO, 2002).

Juntamente com esse modelo, surgiram graves conflitos socioambientais em todo o mundo (DIEGUES, 2001; MONTEIRO, 2011; SANTOS, L. 2009). Tais conflitos passaram a se dar entre o Estado, que assumiu a condição de principal detentor das estratégias de preservação da natureza, os agentes sociais, afetados pela criação dessas áreas que, em muitos casos, foram expulsos de seus espaços de reprodução social e cultural e, também, os agentes ambientais, que viram nesse processo um importante instrumento para garantir a manutenção de ecossistemas ameaçados pelas ações humanas, não fazendo distinção entre os diferentes modos de apropriação e uso dos recursos naturais empregados pelos variados grupos sociais que compõe o planeta.

Com o passar dos anos, a política de criação de áreas protegidas ganhou destaque e relevância, tendo início uma série de discussões e congressos em âmbito mundial sobre esses espaços. Essas discussões levaram ao estabelecimento de padrões para definição dessas áreas, especialmente dos parques, e à criação de novas categorias de áreas protegidas. Também possibilitaram o surgimento de órgãos específicos encarregados de gerir uma “política mundial” de preservação da natureza, como a *International Union for Nature Protection* (IUNP), criada em 1948 em um congresso promovido pelo governo da França e pela *United Nations*

*Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), e que mais tarde, em 1965, transformou-se na *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) (BRITO, 2003).

A essa organização coube o “[...] papel de sistematizar e avaliar dados e experiências para a proposição de diretrizes indicativas, que auxiliassem os países a alcançar a conservação de sua biodiversidade” (ibid., p. 15). Ela também passou a organizar os diferentes encontros mundiais para discussão de questões relacionadas à proteção da natureza, de onde emergiram novas categorias de áreas protegidas.

Foi também durante estas conferências e encontros promovidos pela IUCN e sua antecessora que começaram a surgir preocupações relacionadas à presença humana nas áreas destinadas à proteção ambiental. Tais preocupações eram vinculadas, especialmente, aos países periféricos, onde as florestas já eram lar de diferentes povos que viviam em certa harmonia com a natureza há centenas de anos (BRITO 2003; DIEGUES, 2001), e onde os conflitos socioambientais se tornavam cada vez mais evidentes.

Nesse contexto, já em 1962, na I Conferência Mundial sobre Parques Nacionais, em Seattle (Estados Unidos), foi incorporada a possibilidade de coexistência, dentro dos parques nacionais, de áreas de proteção integral com espaços onde o manejo dos recursos naturais por populações humanas fosse permitido, ainda que com o tempo essas atividades devessem cessar (BRITO, 2003). Essa prática seria possível a partir do zoneamento da área, com a definição de diferentes espaços a serem destinados para fins variados (ibid.).

Em 1968, com a realização da Conferência sobre a Biosfera, foi possível evidenciar que a proteção da biodiversidade estava diretamente relacionada com a dimensão política, social e econômica, e não apenas com a científica, como era vislumbrada anteriormente (ibid.). Desse modo, a integração das diferentes populações nos processos de conservação dos espaços naturais e de seus recursos seria fundamental para o sucesso desses empreendimentos.

Essa percepção confirmou-se a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, que foi realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972. Essa conferência foi de grande importância para o ambientalismo mundial, pois, “pela primeira vez, foram discutidos os problemas políticos, sociais e econômicos do meio ambiente global, num fórum intergovernamental, com o intuito de se empreender ações corretivas” (ibid., p. 29).

A conferência de Estocolmo também teve o mérito de inserir de forma definitiva a temática ambiental no cenário mundial, produzindo reflexos diretos na política ambiental dos

países, entre eles o Brasil. Após a participação nesse evento, o governo brasileiro criou a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), dentro do Ministério do Interior, passando esta a ser responsável pelos assuntos relacionados ao meio ambiente no país (Ibid.).

Mas foi somente na década de 1980, com a realização do III Congresso Mundial de Parques, em 1982, que as preocupações com as relações entre homem/áreas naturais protegidas se tornaram mais evidentes. Os direitos das comunidades caracterizadas como tradicionais foram reafirmados, recomendando-se o manejo conjunto entre os órgãos gestores, as instituições atuantes e as comunidades inseridas nas áreas de proteção ambiental (ibid.).

Na década de 1990, um dos principais marcos foi o IV Congresso Mundial de Parques, realizado em Caracas, na Venezuela, em 1992. Nesse momento, os debates em torno da questão envolvendo as populações humanas e os espaços de proteção da natureza se caracterizaram como um dos principais temas das discussões. Conceitos importantes foram fortalecidos, sendo alvo de novas discussões na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), que ocorreu no Rio de Janeiro também em 1992 (ibid.).

Entre os conceitos discutidos e fortalecidos durante esse congresso “[...] estava o da importância da integração das áreas protegidas aos planos de desenvolvimento dos diferentes países, para que estas pudessem trazer, ao mesmo tempo, benefícios para a população local e tivessem garantida sua conservação” (ibid., p. 34). Esse entendimento era fundamental, pois muito mais que simples espaços de proteção da natureza, as áreas protegidas poderiam funcionar, quando manejadas de forma integrada, como disseminadoras de modos de vida e de um modelo de exploração e uso dos recursos naturais que pudesse produzir menores impactos ao meio natural (COELHO, CUNHA e MONTEIRO, 2009), possibilitando também a superação da visão excludente do arquétipo inaugurado nos Estados Unidos no século XIX.

Apesar dessas discussões e da criação de novas categorias de áreas protegidas, muitas das quais permitindo a convivência entre populações humanas e meio ambiente, o modelo de proteção da natureza que se iniciou nos Estados Unidos em 1872, baseado na dicotomia entre homem e natureza, continuou a predominar, especialmente nos países periféricos, entre os quais se incluía o Brasil (DIEGUES, 2001; MONTEIRO, 2011; MUNGAI, 2008).

Ao longo dos anos, diferentes fragilidades deste modelo têm sido identificadas. Sua natureza excludente e homogeneizante levou à ocorrência de embates, muitos dos quais

violentos, entre diferentes atores, que possuíam interesses e visões variadas sobre o meio ambiente e sobre os recursos naturais nele existentes (DIEGUES, 2001; MONTEIRO, 2011).

### 2.3 – Considerações sobre o modelo de criação das áreas protegidas

Tomando como base as discussões já realizadas sobre JA, EP e ES, podemos apontar algumas características que tornam esse modelo de áreas protegidas injusto, não democrático e reprodutor de desigualdades entre os diferentes grupos sociais que compõe as sociedades atuais. Estas características se fazem presentes uma vez que o modelo preservacionista estaria associado a uma estrutura não integrativa, que privaria certos grupos do acesso a recursos que, muitas das vezes, são fundamentais para sua sobrevivência.

A ideia de se destinar áreas naturais para proteção nos moldes do modelo preservacionista parte de uma visão romântica de natureza, projetada pelos moradores dos espaços urbanos (DIEGUES, 2001; MONTEIRO, 2011; VALLEJO, 2002). Para estes, os espaços naturais seriam aqueles destinados ao descanso, à admiração, à prática do turismo e da reflexão espiritual, não percebendo relação entre estes espaços e seu modo de vida cotidiano. Já para os moradores que habitavam tais áreas, especialmente os que se auto denominam tradicionais, estes seriam espaços de vivência diária, provedores de recursos e integrantes de sua cultura e de seus modos de vida.

Nesse sentido, é possível asseverar que estas visões de natureza são distintas, produzindo, assim, modos diferentes de convivência entre populações e o meio que as cercam. O modelo preservacionista parte de pressupostos que não contemplam essas diferenças, planificando todas as relações existentes entre homem e meio. Dentro dessa perspectiva, todos os modos de vida seriam igualmente degradantes do ambiente natural, o que retira, assim, a maior responsabilidade dos ombros do modelo urbano-industrial capitalista, dividindo-a por igual entre todos os outros modelos existentes (MONTEIRO, 2011).

Essa característica se configura enquanto uma estratégia de poder, pois ao se retirar do modelo urbano-industrial capitalista a maior parcela de responsabilidade pela intensa degradação ambiental que se manifesta sobre a Terra, abolem-se as críticas a esse sistema. Desse modo, criam-se condições para a continuidade de reprodução do mesmo, não se alterando

as bases que o sustentam e que são responsáveis pela manutenção dos padrões de reprodução das desigualdades entre os variados segmentos que compõe as sociedades atuais (ibid.).

O arquétipo de proteção de áreas naturais herdado do preservacionismo norte-americano, também se caracteriza enquanto reprodutor de injustiças ambientais. Ao destinar certas áreas do território para proteção da natureza, geralmente de forma integral, o mesmo excluí parcela significativa das populações residentes sobre esses espaços do acesso aos recursos neles existentes. E mais grave ainda, essa exclusão muitas vezes se dá em benefício de outros grupos, que geralmente são reprodutores do modelo econômico hegemônico, responsável pela degradação ambiental, que deu origem a necessidade de se reservar espaços específicos da superfície terrestre para preservação (BENSUSAN, 2006).

Logo, podemos afirmar, juntamente com Bensusan (2006), que as populações que durante muitos anos foram, em muitos casos, responsáveis pela manutenção da natureza em determinadas áreas do planeta, em função de seus modos de vida, acabam pagando o preço desse serviço prestado ao meio ambiente e à humanidade. Tais grupos seriam, então, expulsos de seus territórios de moradia e proibidos, muitas vezes sem explicação ou compensação, de continuarem sua reprodução social e cultural.

Do mesmo modo, o modelo de área protegida dominante se caracterizou, em muitos momentos, como antidemocrático. Esse fato se verifica quando se analisa a história de criação desses espaços pelo mundo, especialmente nos países periféricos, como o Brasil (GONÇALVES, BRANQUINHO e FELZENSZWALB, 2011).

Nesse caso, em muitos momentos esse processo se deu sem que houvesse consulta prévia as comunidades que seriam afetadas pela criação dos mesmos (DIEGUES, 2001). Em certas situações, inclusive, essas populações somente tomavam conhecimento do processo quando eram obrigadas pelo poder público a deixar suas propriedades, o que geralmente não se dava sem a ocorrência de embates, muitos dos quais violentos.

Por outro lado, estudos têm demonstrado que o sucesso de uma área protegida estaria condicionado à integração das comunidades que seriam afetadas por esse empreendimento, sejam as do interior da área ou mesmo do entorno, visto que os processos, naturais ou humanos, não necessariamente seguiriam os limites territoriais impostos pelos governos ou grupos urbanos (DIOS e MARÇAL, 2009; SOARES, BENSUSAN e NETO, 2002). Desse modo, “[...] só a proteção dentro dos limites da unidade de conservação não é suficiente para mantê-la

integra” (DIOS e MARÇAL, 2009, p. 189). Assim, seria de fundamental importância que os atos de criação e gestão desses espaços abrangessem todos os atores, sendo o mais democrático possível, buscando satisfazer os anseios das partes envolvidas (BENSUSAN, 2006; SOARES, BENSUSAN e NETO, 2002).

Nesse sentido, é importante ressaltar que a constituição de uma nova área protegida “[...] implica alterações nas relações entre grupos sociais e desses grupos com o meio ambiente, num processo de mão dupla, em que a proteção ambiental é socialmente construída ao mesmo tempo que influencia as populações locais e suas relações com a sociedade abrangente” (COELHO, CUNHA e MONTEIRO, 2009, p. 69). Esses espaços são, dessa maneira, construídos pelas práticas sociais, assim como também influenciam na configuração dessas práticas (ibid.).

A dicotomia sociedade/natureza reproduzida pelo modelo de área protegida preservacionista se configuraria, assim, como um dos principais mecanismos produtores de conflitos socioambientais, pois acabaria muitas vezes não reconhecendo esses processos. Principalmente nos países periféricos, a transposição desse modelo gerou efeitos negativos, especialmente sobre os povos e comunidades tradicionais, tais como as extrativistas e as indígenas, dentre outras, que possuiriam relações distintas com a natureza (DIEGUES, 2001).

Logo,

É fundamental enfatizar que a transposição do “modelo Yellowstone” de parques sem moradores vindos de países industrializados e de clima temperado para países do Terceiro Mundo, cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos insuperáveis, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas. Essa inadequação, aliada a outros fatores como: graves conflitos fundiários em muitos países; noção inadequada de fiscalização; corporativismo dos administradores; expansão urbana; profunda crise econômica e a dívida externa de muitos países subdesenvolvidos, estão na base do que se define como a “crise da conservação” (ibid., p. 37).

Vê-se, assim, que as áreas protegidas têm atingido, em muitos casos, comunidades que ao longo do tempo foram excluídas pelo modelo hegemônico de economia (MONTEIRO, 2011).

Dessa forma, ainda que a instituição desses espaços tenha se consolidado como uma das principais estratégias para proteção da natureza na atualidade, sendo responsável pela manutenção e conservação de espaços naturais relevantes do ponto de vista ambiental, estas não devem ser entendidas como um mecanismo pronto e plenamente exitoso. A emergência de conflitos diversos é uma das principais consequências dessa situação.

Assim, é possível argumentar que

A proteção da biodiversidade implica também algum nível de transformação dos padrões de produção e consumo vigentes, para práticas baseadas em princípios ecológicos, na justiça social, na desconcentração e democratização da propriedade da terra e no reconhecimento de territórios de comunidades originais e locais (CASTRO JUNIOR, COUTINHO e FREITAS, 2009, p. 30).

Dessa maneira, faz-se necessária a revisão constante dos mecanismos existentes de proteção da natureza, além da criação de novos instrumentos, como forma de garantir que a proteção ambiental não se dê a partir da exclusão de grupos socialmente mais vulneráveis. Da mesma forma, o desenvolvimento desse processo não deve produzir como consequência a privação de certos grupos do acesso e uso a recursos naturais que são fundamentais para sua continuidade, enquanto cria condições favoráveis para que outros grupos se beneficiem dos mesmos recursos.

#### **2.4 – As UCs no Brasil**

No Brasil, discussões em torno das áreas protegidas começaram ainda no século XIX. Inspirado pelo movimento norte-americano, o engenheiro André Rebouças (1838-1898) propôs, em 1876, a criação de dois parques nacionais no país: um na Ilha do Bananal, em Tocantins, e outro na Cachoeira das Sete Quedas, no Paraná, onde atualmente se localiza o lago da usina de Itaipu (DRUMMOND, FRANCO e NINIS, 2006; MEDEIROS, 2006).

As propostas de Rebouças não foram postas em prática de imediato. Ainda assim, suas ideias representaram importante marco nas lutas pela criação dos primeiros parques nacionais no país, influenciando os debates que se seguiram nos anos posteriores (MEDEIROS, 2006). Após a criação do primeiro parque nacional na década de 1930, o Parque Nacional de Itatiaia, e com a consolidação da política de criação de áreas protegidas no Brasil, os parques nacionais propostos pelo engenheiro foram finalmente criados, respectivamente em 1959 e 1961 (DRUMMOND, FRANCO e NINIS, 2006).

Porém, mesmo antes das iniciativas de Rebouças, já haviam sido tomadas medidas para proteção de determinados recursos naturais que eram considerados importantes pelos governos

da época. Exemplos são o Regimento do Pau Brasil, imposto pela Coroa Portuguesa em 1605 visando proteger a árvore de mesmo nome, e a iniciativa de desapropriação e replantio da região que hoje forma a Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, durante o período do Brasil Império (MEDEIROS, 2006). Ainda assim, tais iniciativas se caracterizaram como atos isolados, não se transformando em uma política pública do país, como veio a ser, mais tarde, a criação de áreas protegidas.

O parque de Itatiaia, localizado na divisa dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, foi criado somente em 1937, mais de 60 anos depois das proposições de Rebouças (DIEGUES, 2001; DRUMMOND, FRANCO e NINIS, 2006; SCHENINI, COSTA e CASARIN, 2004). Percebe-se, assim, que as iniciativas voltadas para criação desses espaços de proteção da natureza só se materializaram, no Brasil, várias décadas após o surgimento do primeiro parque no mundo (MEDEIROS, 2006).

Esse fato se deu, de acordo com Campos, Felix e Vasconcelos (2011) em função das conjunturas sociais, econômicas, políticas e culturais que vigoravam a época. Ainda assim, as lutas em prol da criação de áreas protegidas continuaram por vários anos, produzindo debates em torno da questão e construindo o cenário propício para a concretização desse objetivo.

Após sua consolidação, a responsabilidade pela política nacional de criação de áreas protegidas passou, ao longo do tempo, por diferentes instituições. Múltiplos também foram os mecanismos legais que embasaram essa política a partir da criação dos primeiros espaços protegidos em âmbito federal no início do século XX. Desse modo, como forma de melhor compreender os diferentes momentos que orientaram a política nacional de criação de áreas protegidas, especialmente no tocante a categoria Unidades de Conservação (UC), e os impactos destes sobre essas áreas no Brasil, buscaremos dividir esta seção em cinco subseções.

Nas primeiras quatro subseções, os processos de formação e consolidação da política brasileira de áreas protegidas serão abordados, a partir de recortes temporais. Os recortes serão feitos tomando como base a análise das duas estruturas mais importantes da política nacional de áreas protegidas: a legislação referente a essa política vigente durante o período analisado e a(s) instituição(es) responsáveis pela criação e gestão dessas áreas no mesmo período. Cada subseção compreende um momento distinto da história das áreas protegidas no Brasil, totalizando quatro ciclos: 1) de 1934 a 1972; 2) de 1973 a 1988; 3) de 1989 a 2006; e 4) de 2007 até os dias atuais.

Na última subseção do capítulo buscaremos realizar uma análise sobre o processo de criação das áreas protegidas no país. O objetivo é demonstrar como sua realização e estrutura tem influenciado a ocorrência dos conflitos socioambientais sobre esses territórios e também no seu entorno.

Esperamos que a partir dessa organização seja possível apresentar, da forma mais coerente possível, os diferentes estágios vivenciados pela política nacional de criação de áreas protegidas. Dessa forma, pretendemos demonstrar as visões que orientaram essa estratégia ao longo do tempo e os reflexos que estas produziram sobre o atual Sistema Nacional de Unidades de Conservação e também sobre as próprias áreas protegidas, especialmente a tipologia das UCs.

#### **2.4.1 – O período entre 1934 e 1972**

No final da década de 1920 e início da de 1930, mudanças significativas ocorreram no cenário político nacional. O enfraquecimento das oligarquias regionais, que tinham seu poder fundamentado especialmente na economia cafeeira, entre outros fatos, levou a essa mudança. Desse modo, após a Revolução de 1930, o gaúcho Getúlio Vargas chegou ao poder e iniciou uma série de reformas institucionais objetivando levar o país a uma condição de modernidade (CUNHA e COELHO, 2003; MEDEIROS, 2006).

Como reflexo dessa mudança de postura, e também influenciado pela maior organização e fortalecimento dos grupos ambientalistas nacionais, a constituição de 1934, pela primeira vez na história do país, passou a contemplar a natureza e suas atribuições, colocando esta como princípio fundamental o qual União e estados deveriam proteger (MEDEIROS, 2006). Desse modo, estabeleceu em seu capítulo I, artigo 10, inciso III como sendo de responsabilidade da União e dos estados “proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico” (BRASIL, 1934a).

No bojo dessas transformações nasceu o primeiro instrumento legal a embasar a criação de espaços protegidos em âmbito federal: o Código Florestal de 1934 (ARAÚJO, 2007; MEDEIROS, 2006). A elaboração desse mecanismo, juntamente com outros, como o Código de Águas, o de Caça e Pesca e o Decreto de Proteção aos Animais, todos datando do mesmo

ano, figurou como reflexo imediato da nova postura adotada pelo governo nacional (CUNHA e COELHO, 2003; MEDEIROS, 2006).

Entre todos esses mecanismos, o Código Florestal se destacou, “pois definiu objetivamente as bases para proteção territorial dos principais ecossistemas florestais e demais formas de vegetação naturais do país” (MEDEIROS, 2006, p. 50). Entre seus principais objetivos estava o de “legitimar a ação dos serviços florestais, em franca implementação em alguns estados brasileiros desde o final do século XIX, além de regularizar a exploração do recurso madeireiro, estabelecendo as bases para sua proteção” (ibid.).

Esse instrumento legal também foi o primeiro a estabelecer no país tipologias de áreas naturais a serem protegidas (ibid.). Desse modo, declarava “as florestas existentes em território nacional, consideradas em conjunto” como sendo bens “de interesse comum a todos os habitantes do país” (BRASIL, 1934b). Estas foram classificadas em quatro tipologias: protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento (BRASIL, 1934b; MEDEIROS, 2006).

Antes do nascimento do Código, porém, outros instrumentos importantes que viriam a dar suporte à nova política foram criados. Exemplos são o Mapa Florestal do Brasil, elaborado em 1911, sendo este “o primeiro estudo abrangente feito em nosso país com uma descrição detalhada dos diferentes biomas e seus estados de conservação”, fruto dos esforços em prol do movimento de criação de áreas protegidas no Brasil (MEDEIROS, 2006, p. 45), e o Serviço Florestal, criado em 1921 (BRITO, 2003), e que posteriormente, em setembro de 1944, passou a ser responsável pela criação e gestão das áreas protegidas federais brasileiras (DIEGUES, 2001; MEDEIROS, 2006).

Todo esse arcabouço jurídico, institucional e científico, além da mudança na postura política do país, possibilitou o estabelecimento do Parque Nacional de Itatiaia, em 1937 (ARAÚJO, 2007; BRITO, 2003; DIEGUES, 2001; MEDEIROS, 2006; VALLEJO, 2002). Logo após a criação deste, foram instituídos dois outros parques nacionais: o de Foz do Iguaçu, no Paraná, e o da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro, ambos no ano de 1939. No momento subsequente, porém, especialmente em função do início da Segunda Grande Guerra, também em 1939, a política nacional de criação de áreas protegidas acabou sendo interrompida (CAMPOS, FELIX e VASCONCELOS, 2011).

Apenas em 1948, foi retomada a definição de novos espaços de proteção da natureza, com a criação do Parque Nacional de Paulo Afonso, evidenciando o lento processo de expansão

da política nacional de criação dessas áreas. Esse parque, porém, foi extinto em 1969, em decorrência da construção da hidrelétrica de mesmo nome (DIEGUES, 2001).

Ao longo dos anos de 1950 foram estabelecidos os objetivos dos parques brasileiros, passando estes a serem responsáveis por “[...] conservar para fins científicos, educativos, estéticos ou recreativos as áreas sob sua jurisdição; promover estudos da flora, fauna e geologia das respectivas regiões; organizar museus e herbários regionais” (ibid., p. 114). Logo, é perceptível a ausência, até então, de maiores preocupações com as populações que, em muitos casos, habitavam esses espaços.

Entre os anos de 1956 e 1961, a elaboração e execução do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek criou uma atmosfera de preocupação entre os grupos ambientalistas nacionais, que viam nessa estratégia grande potencial para o aumento da degradação ambiental (ARAÚJO, 2007). Desse modo, no bojo dessas preocupações, em 1958 foi criada a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN). Esta entidade passou a ter papel destacado na criação de novas áreas protegidas no país, contribuindo para dar novo impulso a esse processo entre 1959 e 1961. Nesse intervalo foram criados doze parques nacionais, entre eles o Parque Nacional do Caparaó, elevando assim para dezesseis o número dessa categoria de área protegida existente no país (DIEGUES, 2001; ROCHA, DRUMMOND e GANEM, 2010).

Apesar da grande expansão observada durante o final da década de 1950 e início da de 1960, não havia ainda uma estrutura que desse maior apoio a gestão dessas áreas. O próprio Código Florestal, principal instrumento que fundamentava a criação desses espaços, sofria críticas de várias partes, especialmente no tocante à sua incapacidade em conter o avanço da degradação ambiental, estimulando inclusive, através de parte de seu arcabouço jurídico, essa prática. Esse conjunto de situações fez com que o mesmo se tornasse alvo de debates políticos. Desse modo, em 1965 um novo Código Florestal foi sancionado, após anos de discussões no Congresso Nacional (CAMPOS, FELIX e VASCONCELOS, 2011).

Através da nova Lei, o governo passou a reconhecer “as florestas e todas as formas de vegetação brasileiras como bens públicos, impondo limites ao direito de propriedade”, e também “estabeleceu critérios mínimos para a preservação permanente de áreas e para a criação de parques e reservas biológicas” (BRASIL, 1965; CAMPOS, FELIX e VASCONCELOS, 2011, p. 6-7).

Desse modo, é provável que

Como reflexo desse novo Código Florestal e da entrada em vigor da Convenção para Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas dos Países da América, o Ministério da Agricultura instituiu, em 1966, uma comissão para propor medidas objetivando a implantação de uma efetiva política de parques nacionais no Brasil (ARAÚJO, 2007).

Outro importante ponto incorporado pelo novo Código, especialmente em relação às áreas protegidas nacionais, dizia respeito à sua classificação. Desse modo, esse mecanismo legal realizou a separação entre as áreas de uso indireto, constituídas pelos Parques e Reservas Biológicas, onde não era permitido o uso direto dos recursos naturais, e as áreas de uso direto, que eram compostas pelas Florestas Nacionais, Florestas Protetoras, Florestas Remanescentes, Reservas Florestais e Parques de Caça, que permitiam o uso e a exploração direta dos recursos naturais nelas existentes (DRUMMOND, FRANCO e NINIS, 2006).

A criação do aparato jurídico deu origem à necessidade de se estabelecer um arcabouço institucional para gerir as áreas protegidas federais do país. Desse modo, após a instituição do novo Código Florestal, o governo federal, já sob as rédeas do regime militar, também passou a criar instituições para dar suporte à política ambiental do país. Em 1967 foi criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), primeiro órgão com atribuições especificamente voltadas para as áreas protegidas. Seu objetivo era implementar, fiscalizar e gerir os espaços de proteção da natureza em território nacional (BRASIL, 1967; MEDEIROS, 2006).

Diegues (2001) argumenta que a seção das responsabilidades com as áreas protegidas brasileiras ao IBDF foi um grande paradoxo. Isso porque esse mesmo órgão, de acordo com o autor, também era responsável pela implementação de projetos de desmatamento de grandes áreas de florestas nativas para a plantação de novas florestas homogêneas com fins industriais.

Esse fato pode ser justificado, até certo ponto, pelas características apresentadas pelo governo militar à frente do país à época. Este possuía “[...] uma visão nacionalista de defesa do território através de práticas associadas a um desenvolvimento tecnocrata” que acabou tornando-se dominante, se refletindo diretamente na política de proteção da natureza (CASTRO JUNIOR, COUTINHO e FREITAS, 2009, p. 40). A busca pelo crescimento econômico ilimitado como objetivo primeiro a ser alcançado pela Nação, não importando os custos a serem pagos para se atingir tal meta se constituía, dessa forma, como centro da política nacional (MEDEIROS, 2006).

No período em que o IBDF esteve à frente da gestão das áreas de proteção ambiental do país, este manteve seu perfil produtivista, o que se refletiu numa importância periférica dada à proteção da natureza (ROCHA, DRUMMOND e GANEM, 2010). Mesmo assim, foi justamente durante o período em que coube a este órgão a administração dessas áreas que surgiram os embriões do que viria a ser o atual Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (ibid.).

#### 2.4.2 – O período de 1973 a 1988

Quando se fala de política ambiental, a década de 1970 é emblemática. Ela marcou o período de ebulição da questão ambiental em âmbito mundial. Um dos principais acontecimentos dessa época foi a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em 1972, na cidade de Estocolmo na Suécia. Esta se caracterizou pelos debates em torno das questões ambientais globais, que começavam a ganhar destaque, e também pela posição assumida especialmente pelos países periféricos, entre eles o Brasil, com relação a essa temática.

Durante o encontro, a delegação brasileira apresentou uma postura polêmica, defendendo a degradação ambiental quando esta fosse ocasionada pelo desenvolvimento econômico (MEDEIROS, 2006). O momento vivenciado, especialmente pela política, favorecia esse posicionamento.

Ainda assim, após o término do encontro, o país adotou uma postura de alinhamento com o cenário mundial, o que se caracterizou como um papel ambíguo vista a posição tomada pelo mesmo durante sua realização. Desse modo, criou, em 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), objetivando fazer da mesma a estrutura central “capaz de elaborar, organizar, integrar e conduzir um verdadeiro projeto político nacional para o meio ambiente, com forte atuação no quadro interno, mas expressiva representatividade no cenário externo” (ibid., p. 53).

A postura contraditória do governo nacional pode ser explicada em parte pelo grande aumento do endividamento externo brasileiro durante esse período. A tomada de empréstimos pelo país junto a instituições como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de

Desenvolvimento (BID) começou a ser condicionada por cláusulas contratuais que obrigavam o governo a executar ações referentes à proteção do meio ambiente natural. Logo, essas exigências acabaram levando a administração do país a se alinhar às reivindicações globais relacionadas à proteção ambiental (DIEGUES, 2001).

Adotada essa posição, no âmbito da política nacional de criação de áreas protegidas, entre 1979 e 1982 foram executadas as etapas do primeiro e segundo Planos Nacionais de Unidades de Conservação. Os principais objetivos desses planos eram o de “ampliação das áreas protegidas na Amazônia, do aumento da representatividade ecossistêmica do sistema de UCs, da preferência por áreas de grande extensão e da priorização de escolha de áreas sem ocupantes” (ROCHA, DRUMMOND e GANEM, 2010, p. 208). A aplicação desses planos possibilitou o aumento significativo da quantidade de áreas protegidas por parques nacionais existentes no Brasil, quase triplicando sua área em sete anos, entre 1979 e 1986, chegando a um total de 8.750.000 ha (ibid.).

Outro ponto que merece ser destacado da aplicação desses planos e da consequente criação de novas áreas protegidas no país, foi a mudança de critérios para a seleção de espaços onde estas seriam criadas. Até a década de 1960, os critérios que prevaleciam para a seleção e criação de áreas protegidas no Brasil eram pautados principalmente pelas belezas naturais, pelas facilidades de acesso e pela possibilidade de visitação em massa (ibid.).

Logo, áreas importantes do ponto de vista ambiental, acabaram não sendo incluídas na política nacional de criação de áreas protegidas, por não se encaixarem em tais critérios. Um exemplo desse processo pode ser verificado no quadro 1. Quando se analisa o histórico de criação de parques nacionais em ordem cronológica, é possível perceber que até a década de 1970 a região norte não possuía uma única área protegida dessa categoria (ibid.).

Ainda durante o governo militar, e apesar da continuidade de expansão da política ambiental, “[...] o caráter centralizador e autoritário, típico de todas as ações desse período, representou a impossibilidade de avanço adequado e duradouro de um sistema nacional de meio ambiente, apesar de ter havido do ponto de vista jurídico e institucional significativos progressos” (CASTRO JUNIOR, COUTINHO e FREITAS, 2009, p. 40). Esse fato estava associado ao pequeno interesse atribuído ao meio ambiente inicialmente pelo governo militar, de maneira que pesquisas e práticas científicas eram menos controladas (ibid.).

1. Itatiaia (RJ e MG)	1937	37. Restinga de Jurubatiba (RJ)	1998
2. Iguaçu (PR)	1939	38. Serra da Mocidade (RR)	1998
3. Serra dos Órgãos (RJ)	1939	39. Viruá (RR)	1998
4. Ubajara (CE)	1959	40. Serra das Confusões (PI)	1998
5. Aparados da Serra (RS)	1959	41. Pau Brasil (BA)	1999
6. Araguaia (TO)	1959	42. Descobrimento (BA)	1999
7. Emas (GO)	1961	43. Cavernas do Peruaçu (MG)	1999
8. Chapada dos Veadeiros (GO)	1961	44. Serra da Bodoquena (MS)	2000
9. Caparaó (MG-ES)	1961	45. Serra da Cutia (RR)	2001
10. Sete Cidades (PI)	1961	46. Saint-Hillaire / Lange (PR)	2001
11. São Joaquim (SC)	1961	47. Catimbau (PE)	2002
12. Tijuca (RJ)	1961	48. Jericoacoara (CE)	2002
13. Brasília (DF)	1961	49. Montanhas do Tumucumaque (AP)	2002
14. Monte Pascoal (BA)	1961	50. Nascentes do Rio Parnaíba (PI)	2002
15. Serra da Bocaina (RJ e SP)	1971	51. Pontões Capixabas (ES)	2002
16. Serra da Canastra (MG)	1972	52. Sempre-Vivas (MG)	2002
17. Amazônia (AM e PA)	1974	53. Serra do Itajaí (SC)	2004
18. Serra da Capivara (PI)	1979	54. Chapada das Mesas (MA)	2005
19. Pico da Neblina (AM)	1979	55. Serra da Itabaiana (SE)	2005
20. Picaás Novos (RO)	1979	56. Serra do Pardo (PA)	2005
21. Cabo Orange (AP)	1980	57. Araucárias (SC)	2005
22. Jaú (AM)	1980	58. Jamaxim (PA)	2006
23. Lençóis Maranhenses (MA)	1981	59. Juruena (AM e MT)	2006
24. Pantanal Matogrossense (MT)	1981	60. Rio Novo (PA)	2006
25. Abrolhos (BA)	1983	61. Campos Amazônicos (AM e RO)	2006
26. Serra do Cipó (MG)	1984	62. Campos Gerais (PR)	2006
27. Chapada Diamantina (BA)	1985	63. Nascentes do Lago Jari (AM)	2008
28. Lagoa do Peixe (RS)	1986	64. Mapiuari (AM)	2008
29. Fernando de Noronha (PE)	1988	65. Anavilhanas (AM)	2008
30. Chapada dos Guimarães (MT)	1989	66 – Serra das Lontras (BA)	2010
31. Grande Sertão, Veredas (MG e BA)	1989	67 – Boa Nova (BA)	2010
32. Superagui (PR)	1989	68 – Alto Cariri (BA)	2010
33. Serra do Divisor (AC)	1989	69 – Furna Feia (RN)	2012
34. Monte Roraima (RR)	1989	70 – Serra da Gandarela (MG)	2014
35. Serra Geral (RS)	1992	71 – Guaricana (PR)	2014
36. Ilha Grande (PR e MS)	1997		

**Quadro 1:** Parques Nacionais Brasileiros criados entre 1937 e 2014 (em ordem cronológica de criação)  
Adaptado de Rocha, Drummond e Ganem, 2010.

Desse modo, apesar das grandes mudanças ocorridas especialmente no cenário político a partir da instauração da ditadura, os instrumentos que deram sustentação à criação de espaços protegidos no país foram mantidos e até mesmo aprimorados (MEDEIROS, 2006).

Foi também durante essa época que se ampliaram as categorias de Unidades de Conservação. Estas deixaram de se restringir apenas aos parques e às florestas nacionais, previstas no Código Florestal de 1934, passando a contemplar as Reservas Biológicas, as Estações e Reservas Ecológicas, além das Áreas de Proteção Ambiental, criadas a partir de decretos (CUNHA e COELHO, 2003).

Ainda no contexto do Plano Nacional do Sistema de Unidades de Conservação foi criado em 1979, através do Decreto nº 84.017, o Regulamento dos Parques Nacionais. Este se constituiu tendo como referência as propostas elaboradas pela IUCN, definindo, enquanto diploma legal, os objetivos dos Parques Nacionais. A partir desse momento, foi incluída a exigência de Plano de Manejo e de Zoneamento nos Parques Nacionais brasileiros (ARAÚJO, 2007; QUINTÃO, 1983).

Ainda no ano de 1979, foi elaborada a primeira proposta para criação de um sistema integrado de gestão das unidades de conservação do país. A intenção ao propor a criação do sistema era a de se estabelecer uma legislação abrangente sobre o assunto, que pudesse centralizar o arcabouço jurídico que embasava a criação e gestão dessas áreas.

Nessa época, o IBDF em conjunto com a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN) apresentou um estudo que objetivava viabilizar a construção desse sistema. Em 1982, uma segunda versão revisada foi novamente proposta, tendo como uma de suas novidades o uso da terminologia “Unidades de Conservação<sup>4</sup>”. Seu objetivo era a identificação das áreas de maior relevância ambiental para conservação da natureza no país. Porém, em função da conjuntura política da época, marcada pelo regime autoritário da ditadura, a ideia acabou não sendo implementada (MEDEIROS, 2006).

Foi também durante o regime militar, quando este já caminhava para seu final, que foi lançada a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), em 1981 (CASTRO JUNIOR,

---

<sup>4</sup> Medeiros (2006) argumenta que, muitas vezes, as áreas protegidas no Brasil são reduzidas, de maneira equivocada, a “Unidades de Conservação”. Na verdade, essa terminologia se refere a uma das muitas tipologias atualmente previstas no país (ibid.). Estas podem ser entendidas como “todas as áreas protegidas que possuem regras próprias de uso e de manejo, com a finalidade própria de preservação e proteção de espécies vegetais ou animais, de tradições culturais, de belezas paisagísticas, ou de fontes científicas, dependendo da categoria em que se enquadra” (SCHENINI, COSTA e CASARIN, 2004, p. 2).

COUTINHO e FREITAS, 2009; CUNHA e COELHO, 2003). Essa se caracterizou como “[...] instrumento significativo para a gestão ambiental brasileira”, sistematizando “a discussão ambiental e as diretrizes políticas da gestão do meio ambiente no país” (CASTRO JUNIOR, COUTINHO e FREITAS, 2009, p. 42), estando esse instrumento jurídico-institucional em vigor ainda nos dias atuais.

Nessa política, a implantação de um Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) já era prevista (BRITO, 2003; CASTRO JUNIOR, COUTINHO e FREITAS, 2009). O objetivo desse instrumento era o de “transformar o processo de gestão ambiental em um grande sistema formado pelas três esferas de governo e a sociedade civil, possibilitando a gestão integrada das ações ambientais e maior eficiência na conservação” (CASTRO JUNIOR, COUTINHO e FREITAS, 2009, p. 42).

Por fim, o último instrumento de destaque da política ambiental do país criado durante o período da ditadura foi o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que se tornou, a partir da redemocratização do país, “o órgão máximo do SISNAMA e condutor da PNMA, exercendo papel fundamental na discussão das políticas públicas afins” (ibid., p. 42-43). A formação de todo esse arcabouço produziu impactos diretos sobre a política ambiental brasileira, especialmente no tocante a criação de UCs, fortalecendo esse processo a partir da segunda metade da década de 1980 e início da de 1990 (ibid.).

A partir de 1985, com a redemocratização do país, movimentos sociais, se organizam melhor e passam a exercer maior poder de influência sobre o governo. Seguindo essa tendência, surgiu uma série de organizações não governamentais, que começaram a ter atuação destacada em prol da conservação do meio ambiente no Brasil (ARAÚJO, 2007).

Em 1987 foi divulgado o Relatório Brundtland, sendo este informe responsável pela inserção do tema Desenvolvimento Sustentável na pauta internacional (CUNHA e COELHO, 2003). Especialmente com relação ao Brasil, as preocupações com a Amazônia foram acentuadas. Isso se deu como consequência das informações trazidas à tona por esse relatório, que davam conta dos possíveis problemas provocados pelo aumento dos níveis de dióxido de carbono na atmosfera e das consequências dessa situação para o clima global (DEAN, 1996; CUNHA e COELHO, 2003).

Desse modo, o cenário que se formou nesse período em torno da questão ambiental acabou tendo reflexos diretos sobre a nova constituição celebrada em 1988. Nesta, o tema foi

consagrado, determinando em seu artigo 225 que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

A nova constituição foi a primeira a tratar de forma específica da questão ambiental, dedicando um capítulo à parte a essa temática. Neste, se declarou como sendo patrimônio nacional “a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira” (BRASIL, 1988). Esta também instituiu “novas bases de aplicação de multas”, além da “obrigação de recuperação dos ambientes degradados e a lei para compensar (criação de *royalties*) a União, os estados e os municípios pela exploração de recursos naturais (hídricos, minerais e petrolíferos)” (BRASIL, 1988; CUNHA e COELHO, 2003, p. 53).

#### 2.4.3 – O período de 1989 a 2006

Dentro desse contexto de valorização da questão ambiental no cenário internacional e nacional, e com intuito de centralizar as ações relacionadas à PNMA, em 1989 foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A partir de sua formação, esse órgão, que em princípio estava vinculado ao Ministério do Interior, passou a ser responsável pela gestão das áreas protegidas federais do país e pela política nacional referente a esse tema (ARAÚJO, 2007; DIEGUES, 2001; ROCHA, DRUMMOND e GANEM, 2010).

A criação do IBAMA e as características que ele possuía “colocaram pela primeira vez a política ambiental brasileira em geral, e a de UCs em particular, fora do domínio da esfera produtivista” (ROCHA, DRUMMOND e GANEM, 2010, p. 216). Esse fato representou importante passo para a política ambiental do país como um todo, pois permitiu uma visão menos preocupada com o crescimento econômico por parte do órgão responsável pela mesma, enfatizando a importância da proteção e conservação dos recursos naturais da Nação.

Um dos prováveis reflexos da criação desse órgão e das características que possuía, foi o grande incremento das UCs no país a partir do início dos anos de 1990 (ARAÚJO, 2007). Também contribuiu para esse fato a execução da primeira etapa do Programa Nacional do Meio

Ambiente (PNMA I), que havia sido planejado entre 1987 e 1989, tendo início em 1991 e se estendendo até 1998. Investimentos da ordem de 170 milhões de dólares foram alocados na realização do mesmo, sendo destinados a três componentes vistos como fundamentais para expansão do número de UCs e a melhoria na qualidade da gestão das mesmas: fortalecimento institucional, unidades de conservação e proteção de ecossistemas (ibid.).

Nos anos que se seguiram à sua criação, o IBAMA passou a responder por diferentes atribuições que foram sendo a ele incorporadas. Essas atribuições estão resumidas no quadro 2. Neste é possível observar que suas funções sofreram algumas alterações ao longo dos anos, porém sua estrutura sempre foi mantida, caracterizando-se como importante instrumento para implementação de uma política nacional de meio ambiente.

Com a realização da Rio 92, novos projetos e aportes financeiros foram direcionados para o tema das áreas protegidas no país. Um desses projetos foi o Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) (ARAÚJO, 2007; MEDEIROS, 2006). O programa foi idealizado pelo grupo de países mais ricos do mundo, o G7, em sua reunião de cúpula em Houston, Texas, em 1990. Após representantes do governo brasileiro, do Banco Mundial e da Comissão Europeia trabalharem em sua elaboração, este foi aprovado em 1991 pelo G7 e pela Comissão Europeia, tendo seus primeiros projetos se iniciado em 1995 (ARAÚJO, 2007).

O programa foi um dos maiores de cunho ambiental desenvolvido no país até então, sendo composto por um conjunto de projetos integrados do governo federal e da sociedade civil, contando com recursos financeiros da ordem 340 milhões de dólares financiados pela União Europeia, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Estados Unidos e Reino Unido (ARAÚJO, 2007; MEDEIROS, 2006). O grande volume de recursos financeiros despendido para o programa acabou se caracterizando como “a maior doação multilateral para a conservação do meio ambiente em um único país” (ARAÚJO, 2007, p. 86) até aquele momento.

Decretos		Finalidades		
3.059/1999	Executar as políticas nacionais de meio ambiente referentes às atribuições federais permanentes, relativas à preservação, à conservação e ao uso sustentável dos recursos ambientais e sua fiscalização e controle	Apoiar o Ministério do Meio Ambiente na execução da Política Nacional de Recursos Hídricos	Executar as ações supletivas da União, de conformidade com a legislação em vigor e as diretrizes daquele Ministério	
3.833/2001	Idem		Idem	
4.548/2002	Idem		Idem	
4.756/2003	Idem		Idem	
5.718/2006	Executar as políticas nacionais do meio ambiente, referentes às atribuições federais permanentes, relativas à preservação, à conservação e ao uso sustentável dos recursos ambientais e sua fiscalização, monitoramento e controle, observadas as diretrizes emanadas do Ministério do Meio Ambiente		Executar as ações supletivas da União, de conformidade com a legislação ambiental vigente	Exercer o poder de polícia ambiental de âmbito federal
6.099/2007	Executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental, observadas as diretrizes emanadas do MMA		Idem	Idem

**Quadro 2** – Comparativo entre alterações nas finalidades do IBAMA.

Fonte: adaptado de Ferreira (2012).

No âmbito da primeira fase do PPG7, as atividades se destinaram à melhoria da qualidade da gestão das UCs, além de incentivar o uso sustentável dos recursos naturais (ARAÚJO, 2007). Para isso, o programa estimulou a

[...] implantação e operação de parques e reservas, florestas nacionais, reservas extrativistas e terras indígenas; zoneamento ecológico-econômico; monitoramento e vigilância; controle e fiscalização; fortalecimento institucional de órgãos estaduais de meio ambiente; manejo de recursos naturais; reabilitação de áreas degradadas; educação ambiental e projetos demonstrativos (ibid., p. 86).

Nesse primeiro estágio, o PPG7 concentrou suas ações na Amazônia. A partir de 1997 deu início às discussões em torno de um subprograma destinado a região da Mata Atlântica (ibid.).

Em 1994, objetivando implantar no país a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), o governo criou o Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO), contando com financiamento tanto da esfera governamental quanto da iniciativa privada (ARAÚJO, 2007). Em 1995, foi criado outro dispositivo, o Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO). O fundo se caracterizava como uma associação civil sem fins lucrativos, objetivando “complementar as ações governamentais para a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica do país” (ibid., p. 87), demonstrando o aumento dos interesses da sociedade civil pela questão ambiental no Brasil.

Em 1998 foi promulgada a Lei 9.605, referente aos crimes ambientais (CUNHA e COELHO, 2003), classificada por muitos como uma das melhores do mundo (SOUZA, 2005). Através da referida lei, condutas e atividades que fossem consideradas prejudiciais ao meio natural passariam a ser punidas civil, administrativa e criminalmente (ibid.).

No bojo do alinhamento do país com o contexto mundial, instrumentos econômicos também foram estabelecidos. Exemplos foram o princípio do poluidor-pagador e as compensações de cunho ambiental para os processos de degradação ambiental (MONTEIRO, 2011; MUNGAI, 2008).

Em 2000, após anos de debates, foi promulgada a Lei 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (ARAÚJO, 2007; CASTRO JUNIOR, COUTINHO e FREITAS, 2009; MEDEIROS, 2006).

O IBDF, ainda à frente da gestão das UCs no país, encomendou à Fundação Pró-Natureza (FUNATURA) um anteprojeto de lei que criasse o SNUC. O anteprojeto ficou pronto no ano de 1989, e foi entregue pela FUNATURA ao IBAMA, que a essa altura já havia ocupado o lugar do IBDF (ARAÚJO, 2007; CAMPOS, FELIX e VASCONCELOS, 2011).

O documento inicial da FUNATURA refletia uma postura altamente preservacionista. Diegues (2001) define essa postura, mesmo, como derrotista, pois afirmava que, no futuro, as únicas regiões realmente preservadas seriam aquelas que estivessem submetidas aos regimes especiais de proteção. Além disso, não previa, segundo o autor, nenhum tipo de ação fora das UCs que pudesse minimizar os impactos ambientais da intervenção humana. Essa posição confirmava a percepção predominante na época de que as áreas protegidas seriam “ilhas” de preservação, isoladas do resto do mundo dominado pela degradação ambiental.

Depois de intensas discussões internas nos anos que se seguiram à entrega do anteprojeto e após a aprovação do mesmo pelo CONAMA, foi enviada uma proposta inicial ao Congresso Nacional (ARAÚJO, 2007). De 1992, data em que essa primeira proposta foi entregue, até 2000, ano em que a Lei foi aprovada, ocorreram vigorosos debates envolvendo diferentes setores da sociedade em torno do tema, incluindo embates travados entre preservacionistas e conservacionistas, discussões referentes ao papel do controle social na gestão das UCs e uma atuação destacada dos movimentos ligados às populações tradicionais (CAMPOS, FELIX e VASCONCELOS, 2011; CASTRO JUNIOR, COUTINHO e FREITAS, 2009).

As discussões que se desenvolveram em torno da criação do SNUC demonstraram a grande complexidade que perpassa a instituição de áreas protegidas. Os diferentes interesses que se estabelecem sobre o território, muitos dos quais relacionados à exploração dos recursos naturais, produzem relações que em grande parte das vezes acabam sendo conflituosas. Disputas dessa natureza são particularmente presentes nas UCs brasileiras, onde existe uma tradição de criação de áreas públicas, sob controle integral do Estado (ROCHA, DRUMMOND e GANEM, 2010).

Outro ponto que merece ser mencionado em relação ao SNUC, diz respeito à previsão pela lei de duas categorias distintas de UCs: as de proteção integral e as de uso sustentável. A celebração de duas categorias diferentes foi fruto dos intensos debates que se desenvolveram ao longo de seu processo de criação. Desse modo, buscando atender aos variados interesses

envolvidos no processo, optou-se por essa divisão (MEDEIROS, 2006). As tipologias contempladas por cada uma delas, juntamente com seus objetivos, estão reunidas no quadro 3.

TIPOS	OBJETIVOS	CATEGORIAS
Unidades de Proteção Integral	Preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais	1 – Estação Ecológica
		2 – Reserva Biológica
		3 – Parque Nacional
		4 – Monumento Natural
		5 – Refúgio de Vida Silvestre
Unidades de Uso Sustentável	Compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.	1 – Área de Proteção Ambiental
		2 – Área de Relevante Interesse Ecológico
		3 – Floresta Nacional
		4 – Reserva Extrativista
		5 – Reserva de Fauna
		6 – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
		7 – Reserva Particular do Patrimônio Natural

**Quadro 3:** principais características dos grupos de UCs previstos no SNUC  
Fonte: BRASIL. Presidência da República. Subsecretaria de Assuntos Jurídicos, 2000.

O SNUC também deu destaque para as Zonas de Amortecimento de Impactos (ZAIs). Estas são, de acordo com a Lei, “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (BRASIL, 2000).

Na verdade, a ideia das ZAIs não foi empregada pela primeira vez pelo SNUC, visto que a Resolução Conama nº 13, de dezembro de 1990 foi o primeiro mecanismo legal a tratar essa questão (DIOS e MARÇAL, 2009). Logo, o SNUC veio apenas ressaltar a necessidade e a importância de se contemplar esses espaços nos processos de gestão e manejo das UCs.

As ZAIs são importantes ferramentas para manter a integridade das UCs, pois permitem a ampliação de suas respectivas áreas. Esse fato se torna fundamental para o cumprimento de alguns objetivos das UCs, visto que “a redução de habitat tem levado inúmeras espécies de fauna e de flora à extinção, aumentando a necessidade de ampliar o espaço físico das unidades de conservação” (ibid., p. 185). Também é importante salientar que os impactos causados pelas atividades realizadas por determinados grupos humanos, não respeitam os limites impostos pelo homem sobre o espaço. Desse modo, as atividades desenvolvidas no entorno das UCs podem produzir reflexos diretos sobre a área da unidade, prejudicando os objetivos de conservação da mesma (ibid.).

As ZAIs também podem desempenhar importantes funções relacionadas ao uso sustentado dos recursos naturais. Projetos que integrem de forma participativa as populações do entorno podem contribuir diretamente para mudanças de postura dessas com relação ao meio natural e aos recursos que este abriga, gerando impactos positivos sobre a UC e sobre o modo de vida das pessoas envolvidas (SOARES, BENSUSAN e NETO, 2002). Sendo assim, as UCs deixam de ser territórios isolados, onde se conserva resquícios de espécies de fauna e flora relevantes, passando a funcionar como espaços disseminadores de novos hábitos de vida.

A instituição da ZAI de uma UC deveria ser estabelecida em seu plano de manejo. O plano de manejo é definido pelo SNUC em seu artigo 2º, inciso XVII como sendo o “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (ibid.).

Segundo determina a lei, esse instrumento, que pode ser caracterizado como um dos mais importantes na gestão das áreas protegidas contempladas pelo SNUC, deve ser elaborado pelo órgão gestor num prazo máximo de cinco anos após a criação da UC, tendo por obrigatoriedade contemplar tanto a área da UC quanto sua zona de entorno. O problema é que no Brasil, dadas as dificuldades enfrentadas pelos gestores das UCs, especialmente no tocante à escassez de recursos financeiros e de pessoal (MEDEIROS, IRVING e GARAY, 2004), muitas dessas áreas não apresentam esses documentos técnicos. Outras ainda até os possuem, mas estes se encontram defasados, pois foram elaborados há muitos anos, quando muitas das determinações legais atuais sequer existiam.

Logo, as ZAIs das UCs brasileiras acabam, em boa parte das vezes, se tornando espaços negligenciados (ibid.). Ao mesmo tempo, é importante salientar que o plano de manejo deve ser construído em conjunto com as comunidades que serão por ele afetadas, em um processo integrativo, objetivando tanto a minimização de possíveis impactos ambientais negativos e a proteção da natureza, como também a criação de condições dignas de vida para as populações que sobre ele se desenvolvem.

Desse modo, em função das dificuldades para elaboração dos planos de manejo das UCs brasileiras e também pela ausência de delimitação específica das ZAIs prevista pelo SNUC, até recentemente prevalecia o disposto pela Resolução Conama nº 13, de dezembro de 1990. Esta estabelecia a zona de entorno de uma UC como sendo aquela localizada num raio de até 10 km

circundante a mesma, onde as atividades que pudessem afetar a biota deveriam ser obrigatoriamente licenciadas pelo órgão ambiental competente (CUNHA, 2006).

Recentemente, em 2010, uma nova resolução do mesmo órgão revogou o disposto na anterior no que tange a delimitação das ZAIs. De acordo com as disposições dadas nessa nova resolução, as ZAIs das UCs que não possuem plano de manejo ficarão delimitadas a cerca de 3 km contados a partir dos limites da unidade de conservação (BRASIL, 2010). Essa nova delimitação também nasceu com duração predeterminada, sendo válida apenas por cinco anos. Ou seja, pela redação dada pela nova resolução, este pressuposto legal seria válido somente até o ano de 2015, suscitando dúvidas sobre como se proceder após o término de sua validade.

Apesar de dar destaque para essa área, o SNUC não supriu as expectativas que foram sobre ele depositadas referentes a essa questão, entre elas a de que a referida lei trouxesse uma contribuição mais relevante do ponto de vista legal para o problema (DIOS e MARÇAL, 2009). Ao invés disso, acabou fortalecendo certas dúvidas em relação à sua delimitação e as respectivas regulamentações que devem vigorar sobre a mesma. Uma das mais importantes diz respeito ao estabelecimento dos limites das ZAIs. Na redação dada pela lei não fica estabelecido um limite fixo para a zona de amortecimento, determinando em seu artigo 25º, § 2º que “os limites da zona de amortecimento [...] poderão ser definidas no ato de criação da unidade ou posteriormente” (BRASIL, 2000).

Assim, é perceptível, que questões ligadas as ZAIs no Brasil são complexas, especialmente nas UCs que não possuem plano de manejo, ou mesmo naqueles que os possuem, mas onde estes não contemplam suas áreas de entorno.

A nova Lei encerra um conjunto de instrumentos jurídicos referentes à criação e gestão de áreas protegidas no Brasil. Apesar disso, não foi capaz de integrar sobre um único arcabouço todas as tipologias de áreas protegidas nacionais (MEDEIROS, 2006). Áreas como as Reservas Legais (RL) e as Áreas de Proteção Permanente (APPs), dentre outras, não foram contempladas pela nova legislação, continuando a sofrer as mesmas dificuldades que há tempos prejudicam sua gestão e eficiência, além de não disporem de mecanismos que as integrem e articulem com as ações previstas para as UCs (ibid.). No anexo B, é possível identificar a evolução histórica dos principais instrumentos jurídicos que, ao longo do tempo, deram suporte à criação desses espaços no país.

#### 2.4.4 – O período entre 2007 e os dias atuais

A administração das áreas protegidas brasileiras esteve sob a responsabilidade do IBAMA por cerca de dezoito anos. Durante esse período, a criação de novas áreas e a gestão das já existentes apresentaram momentos de avanços e de retrocessos. Parte dos problemas foi gerada pela escassez de recursos que eram destinados às UCs por esse órgão. Esse fato se dava como consequência do acúmulo de competências por parte do IBAMA. Por concentrar várias atribuições referentes à Política Nacional de Meio Ambiente, os recursos financeiros dos quais dispunha acabavam sendo divididos por diferentes setores, ficando as UCs desprovidas de investimentos necessários ao seu pleno desenvolvimento (FERREIRA, 2012).

Outro ponto a ser destacado negativamente em relação à gestão das UCs federais pelo IBAMA se refere às dificuldades para elaboração dos planos de manejo das mesmas, de maneira que muitas destas UCs permaneceram sem o documento, entendido como um dos mais importantes para o bom funcionamento desses espaços de proteção da natureza. Assim como em relação aos recursos financeiros, tal situação pode estar ligada ao acúmulo de atribuições por parte do órgão, que contava com número insuficiente de funcionários para o desempenho de grande quantidade de funções, e mesmo ao volume limitado de recursos, visto que a elaboração desses documentos demanda a aplicação de capital (ibid.).

Porém, apesar de todas essas dificuldades, o IBAMA conseguiu efetuar a gestão ambiental no país de maneira integrada. Essa característica foi fruto da escolha feita pelo governo na década de 1980, e que “de certa forma trouxe necessária inovação na política nacional de meio ambiente” (ibid., p. 141). Logo, essa instituição “chegou a ser quase uma política ambiental de Estado, diferente de uma política de governo, que era mais transitória” (ibid., p.141).

A partir de 2007, a função de gerir as UCs federais brasileiras passou a ser desempenhada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), uma autarquia em regime especial vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (ROCHA, DRUMMOND e GANEM, 2010).

A criação desse órgão se deu no contexto do novo desenvolvimentismo estabelecido pelo governo Lula (GONÇALVES, 2012; LOUREIRO, SAISSE e CUNHA, 2013). Os embates estabelecidos entre o IBAMA e o governo federal pelo licenciamento de grandes projetos de

energia na região Norte do país, acabaram levando ao desmembramento desse órgão através da criação do ICMBio (FERREIRA, 2012; LOUREIRO, SAISSE e CUNHA, 2013). Seu surgimento pode, dessa forma, ser entendido como uma estratégia adotada pelo governo central para pôr em prática seus interesses sem a interferência do órgão responsável pela política ambiental do país.

Entre as principais atribuições do novo órgão estava a execução de ações da política nacional de unidades de conservação, referentes à proposição, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das mesmas (BRASIL, 2007). Sua criação também buscou consolidar uma política de gestão mais eficiente das áreas protegidas federais do país e a conservação da biodiversidade existente nesses espaços (ICMBIO, 2015).

O ICMBio também é responsável pela execução de políticas relacionadas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis, apoiando o extrativismo e as populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável, além de possuir o poder de polícia ambiental, exercido com o intuito de proteger as UCs (BRASIL, 2007; ICMBIO, 2015).

De acordo com Ferreira (2012), o novo órgão apresentou algumas vantagens em relação ao seu antecessor. Entre elas, a melhor alocação dos recursos para criação e gestão das UCs e a menor compartimentação do modelo de gestão do ICMBio em relação ao modelo do IBAMA.

No tocante aos recursos financeiros, Ferreira (2012, p. 126), realizando uma comparação trienal entre os dois órgãos e já descontando o valor gasto com pagamento de funcionários, observa que a partir da gestão ICMBio “houve um aumento de seis vezes no volume de recursos gastos em ações voltadas à gestão das UCs”. Essa situação se deveu ao fato do mesmo administrar um orçamento próprio para as UCs, ao contrário do que ocorria com o IBAMA, que possuía atribuições atreladas a toda área ambiental, sendo obrigado a dividir os recursos com outros setores, destinando montante menor para a gestão das UCs (ibid.).

Logo, “o maior aporte de recursos tem permitido melhorar ou mesmo criar os instrumentos de gestão como conselhos gestores e planos de manejo” (ibid., p. 120). Como reflexo dessa situação, no período entre 2008 e 2012 o ICMBio criou 30 planos de manejo, enquanto que em dezoito anos de administração do IBAMA foram criados apenas 39. Em relação aos conselhos, entre 2008 e 2012, o ICMBio criou 118 conselhos contra 115 do IBAMA durante o período em que esteve à frente da gestão das UCs federais no país (ibid.).

No tocante ao modelo de gestão, o autor argumenta que a menor compartimentação apresentada pelo modelo ICMBio em relação ao modelo IBAMA teria facilitado o suporte prestado às unidades de conservação. Ferreira (2012, p. 122) salienta ainda que “[...] após a criação do ICMBio e o estabelecimento de contratos nacionais de prestação de serviços às UCFs [Unidades de Conservação Federais], boa parte da carga do trabalho logístico e operacional das UCFs foi reduzida para os gestores, gerando maior produtividade às atividades mais gerenciais das UCFs”.

Em contrapartida, o modelo do ICMBio teria se mostrado mais concentrador que o modelo do IBAMA. Esse fato seria percebido ao se analisar a estrutura organizacional dos dois órgãos. Enquanto o IBAMA possuía uma superintendência em cada estado, além de gerências executivas, escritórios e postos avançados nos municípios, o ICMBio possuía apenas onze Coordenações Regionais, apresentando baixo grau de descentralização, o que na prática acabaria gerando dificuldades de negociação com os atores sociais envolvidos em questões relacionadas às UCs (ibid.).

Outro ponto negativo diz respeito à maior especialização do ICMBio em relação ao IBAMA. Assim, Ferreira (2012, p. 139) afirma que “a especialização exige alguns esforços e traz alguns riscos que precisam ser analisados conjuntamente com os benefícios, tais como a necessidade de criação de arranjos organizacionais específicos: quando um organismo se especializa ele passa a exigir a estruturação de mecanismos direcionados a realidades específicas”.

Como reflexo da especialização, de acordo com o autor, viria à perda de flexibilidade, “que é uma consequência natural da especialização de um organismo, consistindo na redução da sua capacidade para atuação em diferentes ambientes e situações” (ibid., p. 140). Ainda assim, é possível indicar que a concentração dos esforços e competências para a gestão das UCs em um país com a complexidade territorial e ambiental do Brasil, se bem organizada, pode produzir grandes benefícios. Desse modo, “uma instituição com foco na gestão das UCFs pode ter ganhos estratégicos importantes” (ibid., p. 138).

Dessa forma, podemos afirmar, juntamente com Ferreira e Pereira (2012), que a criação do ICMBio levou a uma maior priorização e a uma melhor organização das ações de gestão das UCs federais do país. Um dos reflexos disso é que “o maior aporte de recursos tem permitido melhorar ou mesmo criar os instrumentos de gestão como conselhos gestores e planos de manejo” (ibid., p. 446). Foi também após a criação do órgão que “o Ministério do Meio

Ambiente deslanchou uma estratégia efetiva para a movimentação de recursos extra orçamentários advindos dos pagamentos de compensação ambiental, previstos no SNUC para empreendimentos de significativo impacto ambiental”, o que acabou significando “um aporte inédito de recursos para aplicação direta em ações finalistas nas UCFs” (ibid., p. 446).

Desse modo, no que se refere à administração das UCs brasileiras, estas vivenciaram modelos de gerenciamento variados com o passar do tempo. Estes foram sendo implantados pelos diferentes órgãos que estiveram à frente da gestão dessas áreas ao longo de sua história no país, que tem seu marco mais importante sendo representado pela criação do Parque Nacional de Itatiaia.

Assim, é possível indicar que a consolidação da política ambiental brasileira, especialmente no tocante as áreas naturais protegidas, vivenciou diferentes momentos. Estes foram influenciados tanto pelo cenário econômico, político e cultural experimentados internamente, quanto pelo contexto vivido internacionalmente, passando por períodos em que a importância dada ao tema foi periférica e por outros em que este se torna uma das principais estratégias da política nacional de meio ambiente.

A organização e gestão dessa política passaram, ao longo do tempo, por diferentes setores e organismos do governo. Alguns destes tiveram papel irrelevante, outros se destacaram, contribuindo significativamente para a expansão do número desses espaços em território nacional.

A constante mudança nos órgãos responsáveis pela gestão das UCs brasileiras acabou criando dificuldades, especialmente no tocante à elaboração de um planejamento de longo prazo para as mesmas. Essa situação teve reflexos diretos sobre sua efetividade enquanto áreas de proteção da natureza, produzindo situações em que seus objetivos não conseguiram ser alcançados.

Como foi demonstrado, os diferentes órgãos que estiveram à frente da gestão desses espaços no país ao longo do tempo possuíam visões diversificadas. Em alguns momentos, foi possível notar que alguns destes voltaram suas atenções muito mais para o produtivismo, acompanhando o momento vivido pela política e pela economia do país, do que para política ambiental, como no caso do IBDF (DIEGUES, 2001). Em outros, as políticas ambientais ganharam relevância, porém as limitações sistêmicas, tais como falta de recursos e de pessoal, prejudicavam seu bom funcionamento, influenciando diretamente a gestão das UCs.

Esse contexto gerou problemas relevantes para essas áreas, tais como os ligados à regularização fundiária e à falta de integração entre estas e as comunidades inseridas no interior e no entorno das mesmas. A partir desses problemas, surgiram conflitos socioambientais complexos, que novamente interferiram sobre as UCs, prejudicando suas funções.

Em relação aos conflitos fundiários, é possível argumentar que “[...] as pendências fundiárias são crônicas na política brasileira” (ROCHA, DRUMMOND e GANEM, 2010, p. 213), especialmente no tocante à criação de parques nacionais. Essa situação se desenvolveu como uma das principais consequências da ausência de diretrizes para criação de parques nacionais, pois não houveram orientações no sentido de que os mesmos fossem criados em áreas públicas e livres de problemas fundiários (ibid.), situação que também é observável em relação às outras categorias de áreas protegidas nacionais. Tal característica é, muito provavelmente, fruto das constantes mudanças ocorridas ao longo do tempo relacionadas à gestão das UCs no país, além da já mencionada escassez de recursos destinados a essas áreas.

No tocante as dificuldades de integração entre as UCs brasileiras e as comunidades inseridas no seu entorno, é perceptível que

A inexistência de uma estratégia clara de integração da Unidade de Conservação à dinâmica local e às questões globais, ligadas aos principais acordos internacionais, gerou e gera diversos conflitos, em distintas localidades, conseqüentes, em geral, à criação e implementação de áreas protegidas de forma autoritária e pouco negociada com os diferentes segmentos locais pelo Estado (MEDEIROS, IRVING e GARAY, 2004, p. 92).

Essa característica também pode ser reflexo da descontinuidade de políticas associadas a esses espaços.

É possível perceber, assim, que a proteção da natureza no país foi marcada por uma dinâmica que envolveu, ao longo do tempo, momentos de avanços e recuos, levando a vitórias e derrotas no campo ambiental (ibid.). Logo, o grande desafio que se coloca para o futuro é a possibilidade de manutenção de políticas que possam proporcionar, cada vez mais, uma gestão eficiente e integrativa dos espaços de proteção da natureza, garantindo não só sua função de protetores de ecossistemas, mas também de instrumentos de transformação social.

## 2.5 – Considerações sobre a criação e gestão das UCs federais no Brasil

O Brasil, apesar das especificidades e diferenças em relação ao modelo de área protegida norte-americano (MEDEIROS, IRVYNG e GARAY, 2004), assim como muitos outros países do mundo, espelhou-se nessa concepção, fazendo da categoria parque um de seus principais espaços de proteção da natureza. Desse modo, também por aqui se disseminou a ideia do homem, independentemente de sua origem cultural, como naturalmente destruidor da natureza, sendo este incapaz de conviver de forma menos degradante com a mesma.

Assim, a legislação nacional que versa sobre as áreas protegidas, especialmente as de proteção integral, não permite a existência de populações humanas no interior desses espaços, exceto para fins de visitação para recreação, pesquisa, atividades de educação e turismo ecológico, desde que estas respeitem as exigências previstas no plano de manejo dessas áreas (BRASIL, 2000).

Essas características presentes no país têm contribuído significativamente para a ocorrência de conflitos socioambientais (MUNGAI, 2008). Muitas dessas áreas foram sendo constituídas ao longo do tempo em regiões habitadas (DIEGUES, 2001), onde os moradores acabaram tendo que deixar seus espaços de vivência ou mesmo mudar seus hábitos de vida. Essas ocorrências não se deram sem resistência, o que acabou levando ao surgimento dos embates.

Dessa forma, “as restrições da legislação, a incompreensão das novas regras daquilo que passa a ser imposto e a falta de diálogo entre órgãos ambientais e populações afetadas pela criação das UCs, podem gerar resistências e o sentimento de não pertencimento ao lugar” (MUNGAI, 2008, p. 63). Aqui se manifesta o próprio sentido de pertencimento, de reconhecimento do indivíduo como agente produtor do espaço e participante dos movimentos diários de construção do mesmo. Também aqui se faz presente a necessidade eminente de uma gestão mais democrática, como argumentam o ES, a EP e a JA. É fundamental envolver os diferentes atores como forma de garantir o sucesso do projeto.

É possível asseverar ainda, que as condições sob as quais se deu a criação de áreas de proteção da natureza no Brasil, especialmente as UCs de proteção integral, acabaram contribuindo para produção de injustiças ambientais. Estas ocorrem a partir do momento que determinados grupos são forçados a deixar seus espaços de vivência ou mesmo sofrem

restrições de uso de determinados recursos naturais em função da criação desses espaços, enquanto que outros grupos acabam se beneficiando de sua instituição, passando a frequentar os novos territórios e tendo acesso aos recursos neles existentes.

Durante muito tempo, o estabelecimento de áreas protegidas no país ocorreu sem que os impactos negativos da criação desses espaços sobre as populações que neles residiam fossem contabilizados (ibid.). Logo, “[...] conflitos envolvendo essas populações atingidas começaram a surgir” (ibid., p. 62). Tais conflitos, muitas vezes, são fruto da desorganização e da constante falta de planejamento que perpassam a concepção dessas áreas. No caso do Brasil, muitas foram criadas para atender a pressões e demandas externas, relacionadas ao crescimento de preocupações ambientais no mundo, não levando em conta as próprias necessidades e peculiaridades internas do país e de sua população.

Outro ponto importante que perpassa a criação de áreas protegidas se refere à ideia de “mercantilização da natureza” (O’CONNOR, 2002), discutida no capítulo 2. A constituição dessas áreas pode estimular o desenvolvimento do turismo, transformando-o numa importante atividade econômica para as regiões onde estas são instituídas. A questão é que muitas das vezes os moradores locais podem não se beneficiar com o surgimento ou fortalecimento dessa atividade, visto que nem sempre possuem recursos para frequentar os novos espaços que se criam ou mesmo para fazer investimentos objetivando explorar o novo potencial. Acaba que muitos desses espaços, por apresentarem essa característica, são objeto de investidores e frequentadores externos, enquanto que os moradores locais permanecem as margens de todo esse processo.

Nesse sentido, é possível indicar que “a discussão sobre a proteção da natureza é eminentemente política e, como tal, envolve disputa por interesses específicos e, muitas vezes, conflitantes, sobretudo no que diz respeito ao uso da terra” (CASTRO JUNIOR, COUTINHO e FREITAS, 2009, p. 47). Assim, as disputas que se desenvolvem sobre os espaços de proteção da natureza se caracterizam também enquanto disputas políticas. São embates entre diferentes visões de mundo e de uso dos recursos naturais, pautadas por concepções sociais acerca desses recursos.

É perceptível, assim, que a gestão das áreas protegidas no Brasil tem se caracterizado como uma tarefa bastante complexa, pois envolve interesses diversos que se materializam sobre esses territórios. Dessa forma, é importante que estes sejam entendidos como sendo “espaços vivos” (GUERRA e COELHO, 2009), no sentido das variadas relações sociais e de poder que

sobre eles se estabelecem, especialmente no que se refere ao acesso e uso dos recursos naturais de que estes dispõem.

A partir desse entendimento, podemos argumentar que

A constituição das unidades de conservação, sejam elas classificadas como de uso indireto [...] ou de uso direto [...], implica a sobreposição de múltiplas territorialidades. São diferentes os projetos, os interesses, as práticas e as representações dos diversos atores sociais envolvidos/afetados na/pela delimitação de áreas destinadas à proteção dos recursos naturais. As unidades de conservação são, ao mesmo tempo, territórios de conservação, territórios de vida, territórios de produção, territórios de pesquisa acadêmica, entre outros. As unidades de conservação acham-se cunhadas por ideias ambientais e territoriais (COELHO, CUNHA e MONTEIRO, 2009, p. 68).

À vista disso, faz-se necessário superar a visão preservacionista que ainda domina boa parte das discussões em torno dessa temática, incorporando novos pressupostos que possam auxiliar em um melhor processo de criação e gestão dessas áreas. Dentre esses, destacamos os relacionados à justiça ambiental, à ecologia política e ao ecossocialismo, já devidamente conceituados no capítulo 1.

Também destacamos a necessidade de incorporação dos diferentes sujeitos e seus conhecimentos nesse processo. Logo, é de fundamental importância seu reconhecimento enquanto agentes a serem inseridos no bojo de uma política ambiental que se quer fazer eficiente e justa, indo além da adoção de estratégias que contemplem somente uma parcela da sociedade, geralmente aquela que já dispõe de condições sociais favoráveis e que participa mais ativamente na reprodução de um modelo que é injusto, insustentável e degradante das condições ambientais naturais.

O SNUC representou importante avanço nesse sentido, pois a partir de sua promulgação a sociedade passou a fazer parte legalmente da gestão das áreas protegidas contempladas pela nova legislação (CASTRO JUNIOR, COUTINHO e FREITAS, 2009). A obrigatoriedade da formação de conselhos gestores das UCs, com a participação de representantes tanto da esfera governamental quanto da sociedade civil, são instrumentos de participação social que foram inseridos pela Lei. Além disso, o SNUC tornou obrigatória a consulta pública nos processos de criação de novas UCs, exceto para as Reservas Biológicas e as Estações Ecológicas (BRASIL, 2000).

Ainda assim, nota-se a ocorrência de variados conflitos nessas UCs e em seus entornos, muitos dos quais decorrentes da falta de inserção das comunidades locais nos processos de manejo desses espaços. Logo, “o permanente desafio está na tentativa de encontrar estratégias adequadas de uso, aproveitamento econômico e preservação da biodiversidade brasileira, relacionadas às suas raízes socioculturais” (MUNGAI, 2008, p. 62).

E não somente, mas também de inserir as diferentes populações, com seus modos de vida e suas culturas, nos processos de aproveitamento dos benefícios produzidos pela exploração e uso desses recursos. Nesse sentido, uma verdadeira revolução seria necessária, com a quebra dos velhos paradigmas e a instituição de novas formas de apropriação da natureza, como defendido pelo ecossocialismo e pela ecologia política, formas estas pautadas em outras perspectivas, para além da dominante na atualidade, que apenas vislumbra a natureza a partir do prisma economicista.

Dessa forma, “tomar relações de poder e dinâmicas de territorialização como foco analítico permite a adoção de uma visão menos romântica tanto das populações tradicionais/locais quanto das políticas públicas implicadas na constituição de unidades de conservação no Brasil [...]” (COELHO, CUNHA e MONTEIRO, 2009, p. 106-107).

Partindo dessas premissas, nas próximas páginas voltaremos nossas atenções para o ParNa Caparaó e sua zona de entorno. No capítulo subsequente buscaremos realizar uma análise sobre esses territórios, objetivando entender como as relações de poder que aí se estabelecem são influenciadas pela presença do parque e até que ponto estas relações têm sido determinantes para a ocorrência dos conflitos socioambientais que têm se materializado sobre a área.

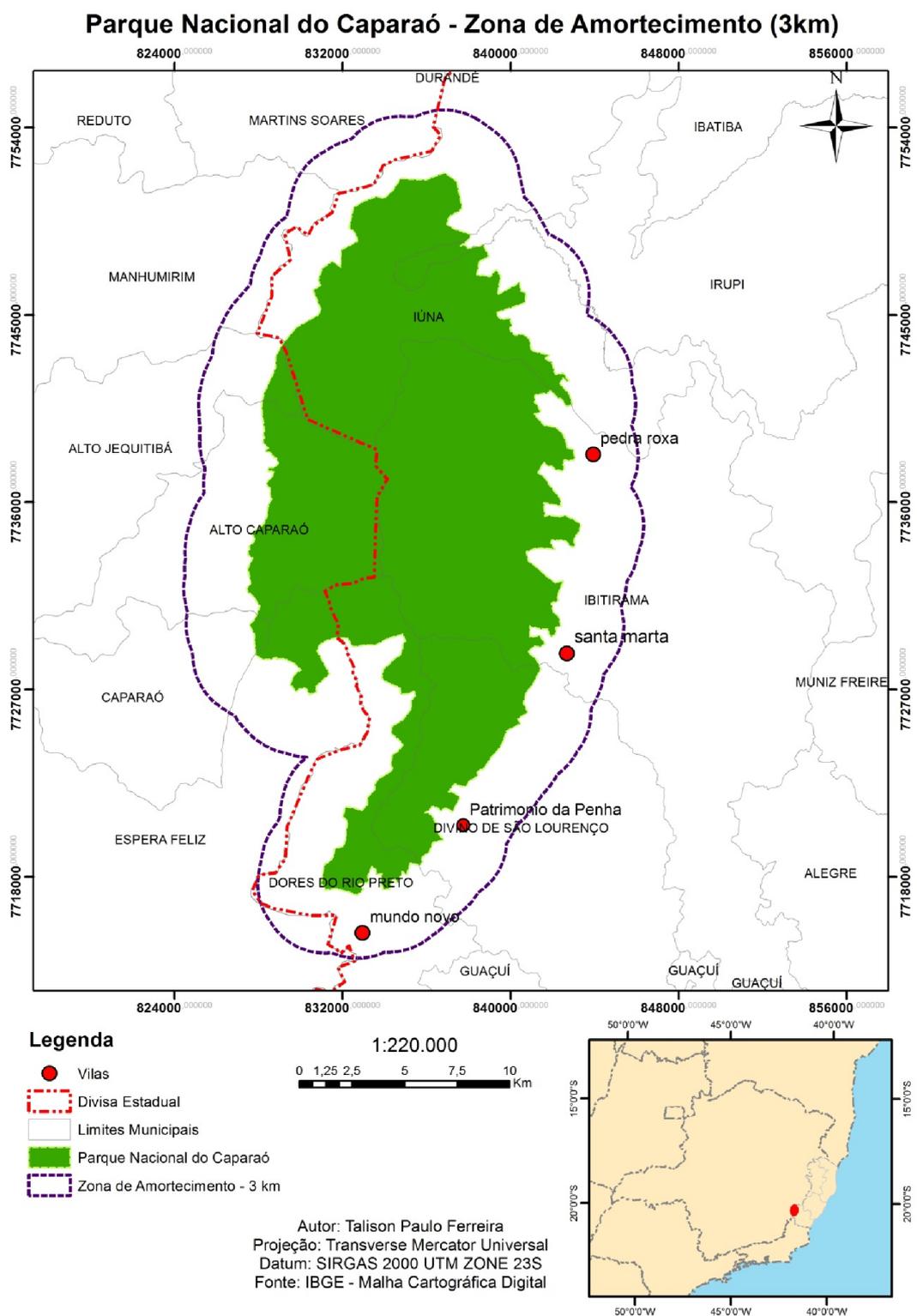
### **Capítulo 3: O PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ: ORIGEM, CARACTERIZAÇÃO E OS CONFLITOS SOCIOMABIENTAIS EM SEU ENTORNO**

#### **3.1 – Preâmbulo**

Neste capítulo buscaremos demonstrar como foi o processo de criação do ParNa Caparaó. Também será feita a caracterização do parque, juntamente com o povoado conhecido como Patrimônio da Penha, comunidade localizada a cerca de 1 km deste, no município de Divino de São Lourenço e que também foi objeto de análise da pesquisa. A localização do parque e do povoado do Patrimônio da Penha está representada na Figura 1, que também localiza a zona de amortecimento de 3 km definida pelo CONAMA a partir de 2010.

Assim, voltaremos nossas atenções para o parque e para as relações de poder que se estabelecem no Patrimônio da Penha, sob sua influência direta. O objetivo principal deste capítulo é analisar como a presença do parque influencia as relações de poder aí existentes e, em contrapartida, como estas relações têm implicado nos conflitos socioambientais que ocorrem sobre esse território.

Nossa intenção é avaliar a gênese desses conflitos pelo uso do espaço e dos recursos nele existentes, além de possibilitar a externalização das diferentes vozes que, em muitos casos, são sufocadas em prol de acontecimentos que beneficiam certos grupos, mas trazem consequências negativas para outros.



**Figura 1:** Localização do ParNa Caparaó, de sua ZAI e do povoado do Patrimônio da Penha.

### 3.2 – O Parque Nacional do Caparaó: histórico de criação

O ParNa Caparaó localiza-se na porção sudoeste do estado do Espírito Santo, na divisa entre este e o estado de Minas Gerais, que também possui área dentro dos limites do parque e em seu entorno (BRASÍLIA, 1981). A demarcação inicial da área do ParNa definiu como limites do parque todas as áreas situadas acima da cota de 1.300 metros de altitude, estando as áreas abaixo desse valor incluídas em sua zona de amortecimento (CUNHA, 2006).

Inicialmente, em função dos limites altimétricos fixados no ato de sua criação, o ParNa Caparaó possuía uma área de cerca de 260 km<sup>2</sup>. Em 1998, novas medições possibilitaram a expansão dessa área para cerca de 318,54 km<sup>2</sup> (PARREIRAS, 2004). A maior parte do parque se localiza em terras espírito-santenses, sendo composto por cinco municípios capixabas. A participação territorial dos estados e dos municípios na área do parque é representada abaixo pelo quadro 4.

Municípios e suas respectivas áreas em km <sup>2</sup>			Área do município dentro da UC			
UF	Cidade	Área km <sup>2</sup>	Área km <sup>2</sup>	%	Total km <sup>2</sup>	%
MG	Espera Feliz	325,6	16,04	5,04%	65,5	20,56%
	Caparaó	130,7	0,9	0,28%		
	Alto Jequitibá	151,5	3,6	1,12%		
	Alto Caparaó	104,6	45,0	14,12%		
ES	Divino de São Lourenço	176,0	39,3	12,33%	253,1	79,44%
	Dores do Rio Preto	153,0	23,4	7,34%		
	Iúna	461,0	109,1	34,26%		
	Irupi	184,0	3,8	1,18%		
	Ibitirama	329,0	77,5	24,34%		

**Quadro 4:** Áreas municipais dentro do Parque Nacional do Caparaó  
Fonte: adaptado de Cunha (2006)

O começo das preocupações com a região onde atualmente se localiza o ParNa Caparaó data do final do século XIX e início do XX. Inicialmente, as primeiras expedições realizadas ao local tiveram um caráter mais voltado para as pesquisas e os estudos científicos, sem, contudo, manifestarem intenções relacionadas à preservação da área através da criação de um espaço especial de proteção da natureza (SANTOS, 2013).

Desse modo, em 1880, o botânico Schwacke realizou uma expedição à região do Caparaó, para estudar a flora e a fauna local no intuito de melhor compreendê-las. Anos mais tarde, em 1911, ocorreu outra expedição com objetivos semelhantes.

As primeiras ideias sobre a constituição de uma área protegida na região surgiram na década de 1920. Através de incursão patrocinada pela Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, foram produzidos os primeiros apelos em prol da preservação desse espaço (PARREIRAS, 2004). Essa expedição foi composta por pesquisadores belgas e brasileiros, tendo como objetivo a realização de estudos com fins comparativos entre a flora do Caparaó e a da Serra do Itatiaia (ibid.).

Através da divulgação dos resultados da expedição foi apresentada a primeira proposta de criação de uma reserva florestal na região da Serra do Caparaó nos mesmos moldes da já existente em Itatiaia (ibid.). Apesar de todas essas preocupações, a ideia de se criar na área um espaço de proteção da natureza não foi correspondida de imediato.

Na década de 1940, o Serviço Florestal Brasileiro, objetivando produzir um mapeamento científico da Serra do Caparaó, também realizou uma expedição ao local. O resultado foi a elaboração de um minucioso relatório que destacava a devastação que a área já havia sofrido até aquele momento (SANTOS, E. 2013). Na mesma década, o governo do estado de Minas Gerais criou a Reserva Florestal do Pico da Bandeira por meio do Decreto Lei nº 55/1948 (CUNHA, 2006).

O relatório produzido pelo Serviço Florestal possibilitou o surgimento da primeira iniciativa para o estabelecimento de um parque nacional na Serra do Caparaó. Assim, em 1948, o então administrador do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Gil Sobral, voltou suas atenções para o Caparaó, conduzindo negociações entre os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo objetivando a colaboração dos mesmos para a implementação do parque (PARREIRAS, 2004). Porém, em função das dificuldades enfrentadas já naquela época pelo Serviço Florestal, órgão responsável pela criação e gestão dessas áreas até então, especialmente no tocante à disponibilidade de recursos financeiros e humanos, a criação do parque foi dada como inviável pelo chefe do órgão (PARREIRAS, 2004; SANTOS, E. 2013).

Na década de 1950, impulsionados pelas possibilidades de valorização territorial e aumento dos rendimentos pelo turismo na região, novos movimentos de caráter local em prol da constituição de um parque nacional tiveram início. Entre os principais personagens que

tiveram papel de destaque nos movimentos em prol da criação do parque, está Inimá Novais de Campos, vereador de Espera Feliz à época, município mineiro que atualmente possui área dentro do parque (CUNHA, 2006; SANTOS, E. 2013).

Inimá de Campos, com apoio de outros colaboradores, realizou uma série de estudos e levantamentos sobre a área, produzindo mapas da região e de suas estradas. Todas essas informações foram enviadas, em 1954, ao Presidente Getúlio Vargas e, posteriormente, também à imprensa carioca, que passou a dar atenção a essa iniciativa (CUNHA, 2006).

Também teve fundamental importância neste processo a Associação dos Moços de Presidente Soares<sup>5</sup>. Fundada em 1956, esta era constituída por um grupo de estudantes e tinha como objetivo o incentivo à mobilização dos jovens da cidade em busca do desenvolvimento municipal e da melhoria na qualidade de vida de seus habitantes. Derivado dessa organização, em 1958, foi fundado o Departamento do Excursionismo, que passou a apoiar a criação de uma área de preservação na região do Caparaó (SANTOS, E. 2013).

As intenções que motivavam esse movimento estavam diretamente ligadas à crença de que a criação da área de proteção da natureza atrairia visitantes, trazendo o desenvolvimento para o município e aumentando sua renda, possibilitando uma menor dependência do café, principal produto da economia local à época. Além disso, a associação também buscava sensibilizar a imprensa e grupos de políticos sobre a necessidade de se criar esse espaço na região (ibid.).

Em 1960, com a campanha presidencial em plena marcha, o então candidato à presidência da república Jânio Quadros esteve em campanha na cidade de Manhumirim, município próximo à Serra do Caparaó. Os diversos atores que lutavam pela criação do parque viram aí uma importante oportunidade para ter suas aspirações concretizadas. Desse modo, expressaram suas ambições ao candidato e ao final da conversa entregaram-lhe um bilhete onde novamente pediam a criação do parque (CUNHA, 2006; SANTOS, E. 2013).

Em 24 de maio de 1961, após sua eleição, o Presidente Jânio Quadros criou, por meio do Decreto Federal nº 50.646, o Parque Nacional do Caparaó (CUNHA, 2006; SANTOS, E. 2013). Todavia, sua efetiva implantação só veio a ocorrer, em 1979, após a realização do

---

<sup>5</sup> O município de Presidente Soares hoje corresponde ao município de Alto Jequitibá.

levantamento topográfico, do cadastro dos moradores do interior da área e da regularização fundiária de parte das terras pertencentes ao parque (SANTOS, E. 2013).

Como muitos outros parques criados no Brasil durante esse período, o ParNa Caparaó foi instituído em uma região que já era ocupada por populações humanas. A realização de campanhas e ações destinadas à criação do parque tiveram importante papel, mobilizando grupos de pessoas em torno do tema, especialmente dos municípios mineiros. Apesar disso, é possível notar que a instituição do mesmo se deu sem consulta prévia aos moradores que por ele seriam mais diretamente afetados, principalmente os localizados no interior da área destinada à criação da unidade.

Essa característica era comum nesse período, pois a legislação vigente não previa nenhum tipo de mecanismo de participação. Outro ponto que pesava a favor de decisões arbitrárias nesse sentido era o entendimento da impossibilidade de coexistência entre homem e meio ambiente, derivada do modelo preservacionista.

A constituição do parque não se deu sobre um espaço vazio. Este já era habitado por populações que, ao longo do tempo, construíram ligações com o mesmo, especialmente através do manejo dos recursos naturais aí existentes. Como um espaço vivido (GUERRA e COELHO, 2009), era impregnado de relações que foram se constituindo com o passar do tempo.

A criação de novos usos para o território, com a instituição de novas regras, muitas das quais anulando as já existentes, provocou de imediato reações adversas por parte de alguns grupos de moradores locais. Estes não entendiam as proibições colocadas pela imposição desses novos usos pela legislação, que passaram a interferir em suas práticas cotidianas, deflagrando ações de degradação contra a área e as estruturas que já haviam sido implantadas aí. Exemplos dessas práticas foram a destruição dos marcos instalados na região pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e também o sumiço da bandeira brasileira que havia sido ofertada pelo Centro Excursionista Pico da Bandeira de Alegre (SANTOS, E. 2013).

É importante salientar o uso do turismo como mecanismo de justificação para criação desse espaço. Tanto os personagens individuais citados, quanto a Associação de Moços viam na criação do parque uma grande oportunidade para alavancar essa atividade econômica e, conseqüentemente, trazer novas oportunidades de negócios para a região (PARREIRAS, 2004; CUNHA, 2006; SANTOS, E. 2013). Logo, “a instituição do PNC [Parque Nacional do Caparaó] pode ser também encarada como a concretização de reivindicações, ao mesmo tempo

preservacionistas e desenvolvimentistas” (PARREIRAS, 2013, p. 112). Porém, nem todos os moradores seriam capazes de aproveitar essa situação, sendo muitos excluídos desse circuito econômico por não possuírem capacidade de investimento em torno do novo setor.

Do ponto de vista ambiental, todavia, a criação de um espaço especial de proteção da natureza representou importante passo para a conservação da área. Essa já se encontrava em acelerado processo de degradação ambiental, em função, principalmente, da retirada das espécies nativas e do plantio do café (SANTOS, E. 2013). Por se tratar de uma área remanescente de Mata Atlântica, sua proteção, através da criação desse espaço, foi uma estratégia importante para que a degradação não avançasse ainda mais sobre o mesmo.

O parque se insere em uma área onde afloram várias nascentes, que contribuem para manutenção de importantes rios, como o Rio Doce (CUNHA, 2006). Essa região faz parte do complexo Serra do Mar, apresentando relevo bem movimentado, onde se localizam os pontos mais elevados do sudeste do país (ICMBIO, 2015). As características de seu relevo condicionaram a formação de corredeiras e cachoeiras, que se tornaram um dos principais atrativos do parque (CUNHA, 2006).

O parque também é abrigo de diversas espécies tanto da flora quanto da fauna, algumas das quais endêmicas e ameaçadas de extinção. Esse é o caso, por exemplo, do muriqui-do-norte (*Brachytelles hypoxanthus*), e do Sagui-da-serra (*Callithrix flaviceps*), que encontram na região condições favoráveis de sobrevivência (ICMBIO, 2015).

Com relação aos benefícios e benfeitorias, o estado de Minas Gerais sempre recebeu maiores vantagens pela presença do parque. Nos anos posteriores à sua criação, a instalação de infraestrutura para sua gestão e aproveitamento turístico se deu, sobretudo, no lado mineiro. Da mesma forma, a seção do IBAMA localizada em Minas Gerais foi designada para gestão do parque (GARCIA, 2013; PARREIRAS, 2004). Só a partir de 1995, o Espírito Santo passou a demonstrar interesse pela área e suas potencialidades, com o pedido por parte do governo do estado da construção de uma estrada para visitação do parque pelo lado capixaba. Da mesma forma, o governo do estado também realizou requerimento para participação no Conselho Consultivo do Parque, até então ocupado somente por representantes de Minas Gerais (GARCIA, 2013).

A falta de interesse do governo do Espírito Santo pela área acabou influenciando também no plano de manejo do mesmo. A ausência de preocupações iniciais desse estado com

o parque levou à elaboração de um plano de manejo que contempla, basicamente, espaços inseridos no estado de Minas Gerais (ibid.). As exceções são as comunidades de Santa Marta e Pedra Roxa, localizadas no município de Ibitirama, e São João do Príncipe, situada no município de Iúna.

Outro reflexo dessa situação foi o pouco conhecimento dos moradores do entorno do parque no lado capixaba das características do mesmo. Estes muitas vezes acreditavam que o parque se situasse integralmente em terras mineiras. Tal entendimento se refletia em algumas práticas realizadas pelas populações locais, tais como as queimadas, que acabavam afetando áreas internas do parque (GARCIA, 2013).

Com a chegada dos anos 2000, após alguns anos de tomada de conhecimento por parte dos moradores sobre o parque e suas potencialidades, foi notado um aumento da valorização do mesmo por parte de alguns grupos que habitam a região do entorno, no lado espírito-santense. Porém, a presença dessa UC ainda tem produzido conflitos, especialmente no tocante ao acesso e uso dos recursos naturais, tema que buscaremos tratar e entender nos próximos tópicos.

### **3.3 – Patrimônio da Penha: os sujeitos locais e suas relações**

O Patrimônio da Penha é uma comunidade localizada nas proximidades do ParNa Caparaó, a cerca de 1 km dos limites do parque<sup>6</sup>. Se caracteriza como uma pequena vila, com uma população de aproximadamente quinhentos habitantes. Conta ainda com uma agência dos correios, com um polo de educação ambiental, onde são realizadas reuniões entre a comunidade e os funcionários do parque, além de cursos de capacitação e exposição de produtos do artesanato local. No Patrimônio da Penha ainda é possível contar com serviços de telefonia fixa e móvel e também de internet, dentre alguns outros. No anexo C, é possível observar algumas fotografias que foram feitas do Patrimônio durante os trabalhos de campo.

O acesso ao Patrimônio da Penha é possível principalmente através da estrada parque, que corta praticamente todo o entorno capixaba do ParNa Caparaó, passando pelos municípios de Ibitirama, Divino de São Lourenço e Dores do Rio Preto. Quem vai no sentido Divino de

---

<sup>6</sup> Ver localização na figura 1.

São Lourenço - Patrimônio da Penha, encontra um trecho não pavimentado de pouco mais de 10 km. Essa situação, no entanto, não se caracterizava enquanto uma dificuldade de acesso à localidade, visto que esse trecho se encontrava, na data da presente pesquisa, em bom estado de conservação.

No que tange a população do Patrimônio da Penha, é notória a existência de dois grupos sociais distintos: a) o grupo formado pelos moradores locais, denominado por eles próprios de nativos; e b) o grupo de moradores mais recentes e que possuem modos de vida que, em alguns aspectos, se distinguem dos modos de vida dos moradores locais, geralmente denominados pelos locais de *hippies* ou ainda de alternativos<sup>7</sup>.

De modo geral, os dois grupos parecem manter boas relações entre si, porém por apresentarem modos diferenciados de apropriação do território e de seus recursos acabam, em alguns momentos, entrando em conflito. Curiosamente, estes embates não são diretamente percebidos por estes sujeitos como situações de conflito, visto que não se caracterizam pela presença de violência e nem mesmo apresentam grande visibilidade, sendo ainda encobertos pelos mecanismos sociais e pelas relações de poder existentes nesse território, podendo ser encaixados na categoria de conflitos latentes, já discutidos no capítulo 1.

Em relação à população nativa, e apesar de não ter sido possível fazer um estudo sistemático sobre suas origens, dentre os entrevistados percebeu-se que a maioria das famílias vivia na região há, no mínimo, três gerações. Muitos desses vinculados à produção do café, que caracterizou esse espaço especialmente a partir de meados do século XX, sendo, no período de realização da pesquisa, uma atividade ainda relevante na dinâmica econômica local.

Foi possível notar, também, que a origem da maior parte desses sujeitos estava ligada a fluxos migratórios que se deram de outros municípios próximos a Divino de São Lourenço, tanto do próprio estado do Espírito Santo quanto de outros estados, especialmente de Minas Gerais. Estes fluxos parecem ter ocorrido, na maior parte dos casos, em consequência da busca

---

<sup>7</sup> Com relação ao segundo grupo, optamos aqui por nos referirmos a eles pela segunda nomenclatura dada pelos moradores nativos, ou seja, como alternativos, visto que as observações de campo nos permitiram perceber que este grupo não possui um modo de vida totalmente semelhante aos modos de vida pregados pelo movimento *hippie*, especialmente durante as décadas de 1960 e 1970, mas mesclam formas inerentes a este movimento com outros modos que se aproximam dos modos de vida dos nativos, ainda que em uma perspectiva mais radical, especialmente no que tange à preservação do meio ambiente natural. O grupo denominado de “alternativo” englobava, no período de realização da pesquisa, moradores com perfis diferentes, tais como pessoas com “um estilo de vida alternativo”, empresários que se estabeleceram na região em consequência da presença do ParNa Caparaó, moradores sazonais e de finais de semana, entre outros.

por novos espaços de produção agropecuária, além da possibilidade de exploração dos recursos naturais locais, especialmente a madeira e, posteriormente, a produção cafeeira.

Também foi possível perceber, a partir das entrevistas e das observações de campo, que a maior parte dos nativos têm sua renda vinculada à atividade agropecuária, especialmente à produção cafeeira e à pecuária leiteira. Uma menor proporção dos nativos começava a desenvolver, no período de realização da pesquisa, atividades associadas ao turismo, destacando-se alguns pequenos restaurantes, lojas de artesanato e agências de turismo de aventura.

Não foi possível notar a predominância de nenhum grupo étnico na população que forma o Patrimônio. Por outro lado, foi possível perceber o predomínio de uma população com baixo poder aquisitivo. Esse contexto, associado à ausência de iniciativas de geração de renda local pelo poder público, acabava gerando dificuldades de investimento por parte dos moradores nativos em novas alternativas para geração de renda, especialmente as voltadas para o setor turístico, ocasionando a exclusão de parcela significativa dos moradores nativos desse circuito econômico.

Em relação aos moradores alternativos, sua chegada ao Patrimônio da Penha data do final da década de 1980 e início da década de 1990. Desde então, muitos outros alternativos passaram a chegar e estabelecer moradia na região. Um dos fatores determinantes nesse processo foi a realização, em 1991, do Encontro Nacional de Comunidades Alternativas (ENCA) no Patrimônio da Penha, na localidade denominada de Portal do Céu, propriedade que havia sido comprada por um dos pioneiros entre os moradores alternativos, que iremos denominar aqui de Alternativo A<sup>8</sup>, e sido transformada em um espaço de encontro para este grupo, onde também se localizava, na data da presente pesquisa, a Igreja do Santo Daime (NATIVO B; NATIVO C; ALTERNATIVO E; ALTERNATIVO F).

O ENCA teve importante papel no estímulo à chegada de mais alternativos ao Patrimônio da Penha. Foi a partir desse encontro, que contou, de acordo com os relatos de alguns dos entrevistados, com mais de quinhentas pessoas vindas de várias partes do país e até mesmo do exterior, que os participantes tiveram a oportunidade de conhecer a região,

---

<sup>8</sup> Os nomes dos moradores entrevistados foram substituídos para manter suas identidades em sigilo. Os moradores alternativos receberam a nomenclatura de Alternativo, seguida de uma letra maiúscula para identifica-los. Já os moradores nativos receberam a nomenclatura de Nativo, seguida de uma letra maiúscula para identifica-los.

percebendo as belezas naturais locais e tendo maior contato com a natureza preservada do parque e de parte de seu entorno.

Durante a década de 1990, especialmente após a realização do ENCA, os fluxos de novos moradores para o Patrimônio da Penha e redondezas continuou. Estes passaram a adquirir as terras dos moradores locais e a instituir moradia sobre o território. Na verdade, a compra de terras já havia se iniciado um pouco antes, com a chegada dos primeiros moradores, entre eles especialmente o Alternativo A que, de acordo com as entrevistas concedidas por alguns dos moradores nativos, e de modo particular pelos mais antigos, foi o que primeiro começou a compra de terras na região, dando preferência as áreas mais altas, próximas aos limites do parque, e também às cabeceiras onde se encontravam as principais nascentes da área. Posteriormente, o Alternativo A passou a revender parte das terras que havia adquirido para os novos moradores que começaram a chegar, contribuindo, assim, para sua fixação no local.

Essa situação de preferência na compra de terras pelas áreas próximas ao parque e onde se encontravam as principais nascentes também foi relatada por alguns dos moradores nativos com relação aos demais alternativos que vieram nos anos posteriores. Inclusive, foi possível notar, até certo ponto, um tom de indignação nas falas dos nativos com relação a essa situação, não sendo a mesma bem vista por eles.

Esses que vêm de fora, eles pagam caro num terreno lá no mato, que lá tem muita água, só que eles estão lá por cima. Nós hoje, é a conversa que tem, que nós estamos por baixo e eles por cima, sujando nossa água, nossa natureza que tem aqui. Por quê? Eles precisam de quê? Conforto para eles tem que ter muita água, conforto, sombra, lugar gostoso<sup>9</sup> (NATIVO A).

No que se refere ao processo de compra e posterior venda de terrenos, especialmente pelo Alternativo A<sup>10</sup>, outro morador nativo explica como se deu o processo de negociação em torno dos terrenos no Patrimônio da Penha e adjacências e, também, quando a chegada de novos moradores se iniciou.

Deve ter uns 25 anos que eles começaram a chegar, o pessoal. Primeiro veio o Alternativo B, que o Alternativo B, no caso, é naturalidade daqui, só que ele foi e ficou fora e quando ele veio, daí a pouco já chegou o Alternativo A. O Alternativo A,

---

<sup>9</sup> Todas os trechos das entrevistas transcritas nessa dissertação foram corrigidos para que ficassem mais claros ao leitor, sem, contudo, ocasionar prejuízo ao teor das falas dos entrevistados.

<sup>10</sup> O Alternativo A se recusou a conceder entrevista para pesquisa.

no caso, foi o segundo que chegou. Chegou e já começou comprar, começou comprar, começou comprar, e aí, no caso, a parte da floresta, água, praticamente dentro da nossa comunidade ele comprou tudo. E aí ele comprou e tá vendendo. Então ele é quem tá trazendo as pessoas para cá, porque ele comprou a propriedade e foi possiando [dividindo em áreas e lotes menores] e foi vendendo (NATIVO B).

É interessante notar que o Nativo B demonstra certa desconfiança com relação ao Alternativo A, e não apenas a este, mas aos demais alternativos, como foi possível evidenciar durante a entrevista. Esse sentimento foi notado especialmente nas falas dos moradores mais antigos da comunidade.

No que concerne as motivações que levaram os novos moradores à região, foi possível identificar que foram vários os fatores responsáveis por esse processo. Entre estes estavam o desejo de viver em uma comunidade alternativa, mais justa e sustentável, que foi citado pelo Alternativo C, a vontade de estar em maior contato com a natureza, citada pelo Alternativo D, além do desejo de uma vida mais tranquila, distante dos grandes centros urbanos, em um ambiente menos violento e menos impregnado pelo consumismo, também citado pelo Alternativo C e pelo Alternativo D, além dos Alternativos E e F.

Nota-se, dessa forma, que as motivações estavam associadas especialmente à utopia de uma sociedade ideal, e mais ainda, ao imaginário gestado na perspectiva urbana de natureza, inspirada numa visão de ambiente natural denominada por Martínez-Alier (2007) de “Culto ao Silvestre”, onde a natureza é percebida como lugar de admiração e veneração, muitas vezes excluindo as conexões matérias entre a espécie humana e o meio ambiente natural. Logo, dentro dessa percepção, os usos tradicionais realizados dos recursos naturais muitas vezes não são concebíveis, sendo incompatíveis com a ótica preservacionista que domina estes grupos sociais alternativos.

A chegada dos novos moradores, com hábitos culturais e percepções diferenciadas acerca da natureza, especialmente se comparados aos hábitos culturais e percepções dos moradores nativos, produziu, de imediato, sentimentos de incerteza e desconfiança nos nativos, além de causar alguns conflitos entre os grupos, como consequência dessas diferenças. O início da convivência entre os grupos foi marcada por embates, pois enquanto os alternativos vinham com uma visão de mundo e de natureza pautada essencialmente pelo preservacionismo, os nativos já contavam também com uma cultura própria, com hábitos já enraizados, muitos dos quais associados à extração e uso dos recursos naturais existentes em seu território.

Desse modo, os alternativos viam os hábitos dos nativos como degradantes da natureza, não conseguindo entender o porquê de certas ações, como a caça por exemplo. Também era inconcebível, na visão dos alternativos, a retirada de madeira e do palmito, entre outros recursos, demonstrando certa dificuldade por parte dos novos moradores de se colocar no lugar do outro, buscando compreender melhor seus costumes e sua relação com o território (ALTERNATIVO C; ALTERNATIVO G).

Toda essa dificuldade de se colocar no lugar do outro, compreendendo seus hábitos e sua cultura, levou os novos moradores à percepção de que estes hábitos e cultura eram degradantes da natureza e incompatíveis com os princípios de sustentabilidade defendidos pelos alternativos.

O parque, assim, principalmente para o turismo, é o que tem. Então a luta que a gente tem é de estar, assim, preservando o meio ambiente e também a cultura, que para gente o turismo ele sendo um turismo bem trabalhado, ele tem muito benefício a trazer, principalmente na preservação né, porque é um outro meio, uma outra forma, uma outra visão de sustentabilidade que se tem com a natureza que não só a de extração. Porque quando nós chegamos aqui, o maior subsídio era o café, e antes do café era a extração de madeira. Então, assim, coisas mais predatórias (ALTERNATIVO C).

Eu vejo ele [o parque] como um instrumento de grande importância, assim, para todo entorno. Como uma ferramenta de uma geração de renda para comunidade, e também foi a forma encontrada para preservar a montanha, o Pico da Bandeira, Pedra Menina e os outros. Porque antes de ter o parque tinha boi até no Pico da Bandeira, nem boi, na verdade era cabrito né, porque boi não ficava. Era tudo fazenda, e aí, com a criação do parque, delimitou a área, e hoje a gente tem uma área de preservação ambiental permanente, que sem o parque não teria, acho que os próprios fazendeiros não deixariam a área tão preservada, tão bonita como está agora (ALTERNATIVO G).

Aqui, quando indagados sobre a importância do ParNa Caparaó para a região e sobre como eles percebem o parque, os moradores alternativos deixam transparecer também sua visão com relação às práticas realizadas pelos moradores locais.

Também é imperativo notar que, assim como o faz o pensamento hegemônico, travestido sobre os ideais de sustentabilidade, a visão dos alternativos tende à generalização, colocando todos os nativos como iguais, no sentido das práticas cotidianas realizadas pelo segundo grupo, como se todos gerassem o mesmo nível de impacto sobre o meio ambiente natural com seus modos de vida; nesse sentido, não há distinção entre fazendeiros e pequenos agricultores. Novamente vê-se o predomínio de uma visão engendrada fundamentalmente sobre uma perspectiva urbano-industrial, que percebe todos os grupos sociais, independentemente de

seus modos de vida, como igualmente degradantes da natureza, numa clara demonstração de relações desiguais de poder, jogando sobre os ombros de todos o mesmo nível de responsabilidade pelos problemas ambientais existentes.

Essa imagem de que tais atividades seriam, por si só, predatórias, representa uma visão restrita do contexto local, incapaz de perceber que estas práticas faziam e, até certo ponto, ainda fazem, de alguma forma, parte da cultura dos moradores que habitam esse espaço há muito tempo, antes mesmo da constituição do próprio parque. A própria percepção de que a extração dos recursos seria, fundamentalmente, negativa, já demonstra certo preconceito para com os nativos, visto que essa prática poderia se dar de maneira sustentada, ou seja, respeitando os limites do ambiente e seu tempo de regeneração.

Assim, a partir das percepções que os alternativos foram desenvolvendo sobre o lugar e seus moradores nativos, as relações entre os dois grupos foram sendo tecidas. Do outro lado, as percepções dos nativos com relação aos alternativos também tiveram papel importante na constituição dessas relações, dando origem a novas territorialidades dentro do Patrimônio da Penha. É importante perceber, ainda, que estas relações entre os dois grupos sempre foram diretamente influenciadas pela presença do ParNa Caparaó, como buscaremos demonstrar mais adiante.

Também após a realização do ENCA, com a chegada de novos moradores ao Patrimônio da Penha, teve início um outro importante capítulo na história de convivência entre os alternativos e os nativos da comunidade: a criação da ONG Associação Melhoramento Ambiental da Região do Caparaó (AMAR Caparaó). A AMAR Caparaó desenvolveu trabalhos voltados para a Educação Ambiental, funcionando como uma ponte de conexão entre o parque e a comunidade (ALTERNATIVO E; ALTERNATIVO F; NATIVO C).

Dessa forma, foi possível evidenciar o papel de destaque da AMAR Caparaó, especialmente junto à comunidade do Patrimônio da Penha. Tanto nas entrevistas com os alternativos (fundadores da ONG), quanto nas entrevistas com os nativos, que se caracterizaram como principal foco durante a atuação da ONG, foi possível perceber que a AMAR Caparaó atuou como uma tradutora entre o parque e a comunidade, sensibilizando muitos moradores locais sobre a importância dessa unidade de conservação de proteção integral (ALTERNATIVO E; ALTERNATIVO F; NATIVO C).

Apesar de ser uma ONG voltada para todo o entorno do ParNa Caparaó, sua atuação parece ter tido maior efeito no Patrimônio da Penha. Esse fato pode estar associado à localização da ONG no próprio Patrimônio, estando assim mais próxima dos moradores dessa comunidade do que de outras.

O trabalho da AMAR Caparaó era voltada principalmente para as escolas, buscando sensibilizar as crianças como forma de também despertar o interesse de suas famílias para a questão ambiental e para a importância do parque. De acordo com os Alternativos E e F, durante o período em que AMAR Caparaó teve atuação mais intensa, entre os anos de 1994 e 2002, cerca de mil e quatrocentas crianças de várias escolas espalhadas pelos municípios do entorno do ParNa Caparaó foram envolvidas nas atividades desenvolvidas pela entidade.

Um dos projetos destacados, chamado AMAR Criança na Escola, consistia em visitas realizadas pelos voluntários da ONG nas escolas. Estas visitas, de acordo com a Alternativa F, se davam, aproximadamente, de quarenta em quarenta dias. Os voluntários chegavam em uma Kombi e levavam alguns materiais, com destaque para uma televisão onde exibiam alguns filmes e documentários associados ao tema da Educação Ambiental. Além disso, segundo a Alternativa F, o trabalho nas escolas também consistia na realização de teatrinho sobre o tema, trabalhos em grupo em sala de aula, além de orientações que eram passadas aos professores para que estes pudessem trabalhar o tema da Educação Ambiental até a realização da próxima visita.

Outro projeto desenvolvido pela ONG nas escolas e que foi citado pela Alternativa F, dizia respeito à coleta seletiva do lixo. De acordo com este, o trabalho teve grande potencial, pois trabalhou-se o tema dos resíduos e se instruiu as crianças a separarem o lixo em casa, levando o mesmo para a coleta que era realizada na escola. Outro importante destaque desse trabalho foi a participação do IBAMA, órgão que à época era responsável pela gestão do parque.

Na verdade, de acordo com o Alternativo F, o IBAMA foi quem fomentou a realização desse trabalho da coleta seletiva do lixo nas escolas. A partir do conhecimento que o órgão teve sobre as atividades que já vinham sendo realizadas pela ONG no entorno do parque com o AMAR Criança na Escola, o IBAMA então convidou a AMAR Caparaó a participar desse novo projeto, demonstrando interesse em se aproximar, enquanto representante do parque, das comunidades do entorno.

No trabalho sobre a coleta seletiva do lixo, todos os resíduos que eram levados pelas crianças para a escola eram coletados, separados e pesados. De acordo com o Alternativo F, o IBAMA fez baias nas escolas com materiais que foram aproveitados do próprio parque, que naquele momento passava por uma reforma. Todo o resíduo que era levado pelos alunos era depositado nestas baias e anotado, escola por escola. Posteriormente, juntava-se esses materiais e levava para venda. Tal sistema de motivação, baseia-se fundamentalmente, no estímulo monetário para a mudança de comportamento, estratégia comumente desenvolvida em centros urbanos e vinculada a uma visão racional e utilitarista da natureza.

De acordo com o Alternativo F, os resultados desse projeto foram interessantes. Não em termos monetários, já que os valores recebidos através da venda dos materiais foram baixos, apesar de se usar essa questão como estímulo à coleta dos resíduos, mas, especialmente, em termos de sensibilização dos alunos e de suas famílias para a importância da separação e reciclagem do lixo. Segundo o Alternativo F, até mesmo os professores relataram mudanças de hábitos a partir da realização do projeto.

Apesar de seu significado e, até mesmo, de seu resultado, nota-se que o projeto de coleta seletiva do lixo desenvolvido nas escolas refletiu, mais uma vez, uma construção dos problemas ambientais que parte de pressupostos apoiados no imaginário urbano, que parece dominar o modo de vida de boa parte dos moradores alternativos do Patrimônio. Entendemos que talvez fosse mais interessante o desenvolvimento de projetos que levassem em conta a realidade local, com toda sua peculiaridade e complexidade, se aproximando mais do dia a dia dos sujeitos locais.

Juntamente com o projeto de coleta seletiva do lixo, a AMAR Caparaó, novamente em parceria com o IBAMA, desenvolveu um outro importante trabalho junto às comunidades do entorno do ParNa Caparaó, que resultou, inclusive, em uma publicação, com título “Professor, você é vizinho de um parque nacional”, chamando atenção das comunidades do entorno para o fato de que estas estavam situadas ao lado de uma unidade de conservação nacional (ALTERNATIVO F).

Por fim, de acordo com as entrevistas concedidas pelo Alternativo E e pelo Alternativo F, a ONG também desenvolveu trabalhos importantes na área do ecoturismo, contribuindo até mesmo para geração de renda para alguns moradores das comunidades locais. Um desses trabalhos foi o *ecobike*, que consistia na realização de um passeio ciclístico pelo entorno do parque durante quatro dias, onde, de acordo com os entrevistados, vinham pessoas de vários

lugares que se hospedavam nas casas e escolas, gerando renda para as comunidades, pois empregava-se a mão de obra local para o atendimento dos participantes do evento.

A ONG contava ainda com uma brinquedoteca, localizada em sua sede, onde as crianças do Patrimônio da Penha participavam de algumas atividades culturais, especialmente associadas à Educação Ambiental. Neste caso, foi possível aferir que a brinquedoteca também teve um papel importante nas relações entre os novos moradores e a comunidade, pois a mesma recebia os filhos tanto dos alternativos quanto dos nativos, sendo mais um instrumento de aproximação entre os dois grupos sociais.

Como afirmado anteriormente, foi possível notar que a ONG acabou funcionando como um elo de conexão entre o parque e a comunidade, especialmente a comunidade do Patrimônio da Penha. Através da realização dos diversos projetos, alguns contando com apoio direto do parque, através do órgão gestor da unidade durante o período de maior atuação da ONG, o IBAMA, os sujeitos locais passaram a ter maior contato com a unidade de conservação, podendo conhecê-la melhor, pois no momento em que a AMAR Caparaó começou a atuar era perceptível que boa parte dos moradores locais não tinham sequer conhecimento da existência do ParNa Caparaó, como foi possível constatar através das entrevistas.

Também foi possível perceber que a AMAR Caparaó provavelmente foi, para muitos, a primeira fonte de contato com a Educação Ambiental. Alguns dos nativos entrevistados reconheceram, inclusive, que tiveram seus hábitos associados à caça e à retirada de recursos naturais modificados a partir do trabalho desenvolvido pela ONG. Foi o caso, por exemplo, do morador Nativo C, que relatou ser ex-caçador, mudando suas práticas a partir do trabalho desenvolvido pela AMAR Caparaó.

Eu sou nascido aqui no Patrimônio da Penha, ex-caçador. Então, foi através do trabalho desenvolvido pela AMAR Caparaó que eu me conscientizei, levou muitos anos, aí que eu parei de caçar. Hoje eu faço um trabalho de Educação Ambiental, sou funcionário público e estamos aí cuidando do nosso parque (NATIVO C).

Notou-se, ainda, um sentimento de pertencimento por parte do morador nativo com relação ao ParNa Caparaó, que fica evidenciado no trecho da entrevista em que o mesmo se refere à unidade como “nosso parque”. Esse sentimento de pertencimento dos moradores com relação ao parque pôde ser percebido também em outras entrevistas, tanto com os moradores nativos quanto com os moradores alternativos, tendo sido evidenciada a relação entre este

sentimento de pertencimento e a atuação da ONG, juntamente com outros órgãos e agentes ambientais. Este também é um tema que buscaremos desenvolver com maiores detalhes mais adiante.

No que se refere aos resultados da atuação da ONG, o Alternativo F argumentou que todo esse trabalho de Educação Ambiental levou a uma maior aproximação entre o parque e a comunidade, sendo um trabalho benéfico para todos os sujeitos e grupos envolvidos no processo.

Sim, sim, dando resultado na comunidade. E também, essa nossa aproximação com o parque é que foi muito boa, eu acho que para os dois lados, e para comunidade também. Para nós, como ONG, que possibilitou cursos também né, e também para o parque, que também é importante ele não ficar ali né, o rei ali isolado (ALTERNATIVO F).

Assim, foi possível evidenciar que ao longo dos cerca de vinte e cinco anos de convivência houve algumas mudanças importantes nas relações entre os sujeitos e grupos sociais que atualmente compõem o Patrimônio da Penha, sendo um dos instrumentos que contribuíram para essas mudanças justamente a ONG AMAR Caparaó.

Ainda que, como já mencionado, a convivência entre os grupos tenha se mostrado pacífica, e ainda que os embates, produzidos especialmente pelas diferentes concepções de mundo manifestadas pelos dois grupos sociais (nativos e alternativos) que compõem essa comunidade, não sejam tão evidentes, a ocorrência de conflitos e, mais ainda, de situações de injustiça ambiental, puderam ser verificadas.

O uso diferenciado do território, manifestado pelos grupos sociais distintos que o constituem gera situações de injustiça ambiental e de conflitividade. Estas são diretamente influenciadas pela presença do ParNa Caparaó, que acaba sendo um dos grandes indutores das ações que se desenvolvem em todo seu entorno. Na verdade, a própria chegada dos novos moradores, com hábitos e cultura diferentes dos nativos, foi diretamente ocasionada pela presença do parque.

Dessa forma, nas próximas páginas buscaremos demonstrar como a presença do ParNa Caparaó tem influenciado nas diferentes relações de poder que são constituídas dentro da comunidade do Patrimônio da Penha. Ao mesmo tempo, também buscaremos evidenciar como estas relações de poder têm contribuído para formação de territórios e territorialidades distintas

dentro dessa comunidade, além de descrever situações de conflito e de injustiça ambiental que foram observadas durante os trabalhos de campo e que foram, em nosso entendimento, diretamente influenciados e produzidas pela presença do ParNa Caparaó na região.

### 3.4 – Percepções acerca do ParNa Caparaó

De modo geral, foi possível evidenciar que os moradores, nativos e alternativos, residentes no Patrimônio da Penha percebem a presença do ParNa Caparaó na região como algo positivo. Para muitos dos entrevistados o parque se caracterizava como um importante instrumento de preservação ambiental, contribuindo também para proteção dos recursos hídricos locais.

Olha, eu vejo o parque como um tesouro que a gente tem aí, nacional, você entendeu. Rico de biodiversidade, têm mais de 600 espécies de pássaros, temos aqui muitos animais ainda, de macaco nós temos cinco espécies. O miqui, que é o maior macaco da América Latina, nós temos ele aqui também. Então o parque, ele é uma riqueza que nós temos, se nós soubermos usar o parque tem como todo mundo sobreviver do parque sem detoná-lo. É um tesouro nacional que a gente tem nas nossas mãos. Eu acho que é muito boa [a presença do parque], porque com esse trabalho de Educação Ambiental a gente está respeitando o parque. A floresta nós sabemos que mantém as águas, então o parque é uma coisa especial (NATIVO C).

Eu acho muito importante, porque tem que ter um ponto de referência na nossa região. Hoje, como se diz, natureza é tudo, a gente tem que ter o parque aqui, o parque é uma coisa muito importante porque hoje as nossas águas todas saem daqui do parque. Se não existisse o parque, as vezes hoje a gente não teria o pouco que a gente tem (NATIVO D).

Olha, eu vejo o parque como uma fonte de vida, é uma coisa que nós precisamos preservar. Sem o parque nós não conseguimos sobreviver, porque o oxigênio é uma coisa assim que preserva e conserva a saúde da gente (NATIVO B).

Bom demais. São poucos os lugares iguais a esse daqui. Aqui para se viver não tem outro melhor, não tem. Ajuda [o parque] demais da conta e precisa ser mais preservado do que está sendo ainda (NATIVO E).

Olhando de lá para cá a montanha é linda, e além da serra ser bonita têm as águas. As águas aqui são um chuá, são boas demais. O povo fica invocado, tá vindo muita gente para cá por isso (NATIVO F).

As falas dos moradores nativos demonstram que, de modo geral, existe uma grande aceitação do parque pela comunidade do Patrimônio da Penha, sendo o mesmo visto como importante pelos sujeitos locais, especialmente pelo papel que desempenha na proteção dos recursos naturais. É notável, ainda, uma forte presença da questão hídrica nas falas, de maneira que o parque é visto como o grande responsável pela abundância de água que a região apresenta. Essa situação também pôde ser evidenciada nas outras entrevistas realizadas com os demais moradores nativos, com os moradores alternativos e também com os funcionários do parque, podendo ser reflexo dos projetos de Educação Ambiental que foram desenvolvidos durante muitos anos no entorno da UC por ONGs, com destaque para a AMAR Caparaó, e pelo próprio parque<sup>11</sup>.

O parque é muito importante para toda região, não só para a região aqui. Os recursos naturais dele são muito amplos, abastece três bacias, os rios Itabapoana, Rio Doce e Itapemirim, e é uma área muito rica em água, áreas úmidas. E aqui, como se diz aqui, nós temos as belezas cênicas também, o Pico da Bandeira para a região toda, para o turismo, é excelente para a região. Então o parque ele é polo central da nossa região Sudeste, pegando Minas e Espírito Santo. E eu só sei que ele oferece tudo de bom para todo mundo, ele puxa turismo, ele gera emprego, e não só isso, ele também é uma área ambiental de proteção das nascentes, proteção das florestas, muitas plantas endêmicas que já foram descobertas aqui, esses animais em extinção como o Muriqui, Mono-Carvoeiro tem aqui (FUNCIONÁRIO A<sup>12</sup>).

O turismo, acho que ele é fundamental para a região do Espírito Santo e de Minas Gerais, e acho que para o Brasil, cara. Mas também, por outro lado, ainda que não seja para o Brasil, mas a nível regional, por exemplo, forma a bacia do Rio Itapemirim, Rio Itabapoana. Eu acredito que seja nesse sentido. A Mata Atlântica, que hoje tá reduzida a nível de Brasil e de ES, o Parque Nacional engloba um pouco dessa Mata Atlântica. E isso é uma das coisas que me dá orgulho, saber que eu estou protegendo alguma coisa importante (FUNCIONÁRIO B).

É até difícil de mensurar, porque se você pensa na região você pode extrapolar para os estados até como uma reserva da Mata Atlântica expressiva, a Mata Atlântica já tão fragmentada, tão explorada, comprometida né, o parque ainda abriga trechos de Mata Atlântica muito significativos. Isso aí tudo e a questão da serra relacionada ao recurso hídrico, cada dia mais de destaque. Na verdade, com essas mudanças climáticas, ou pelo menos esse tempo que a gente tá vivendo atualmente de

<sup>11</sup> Apesar de não termos abordado a questão da água nas perguntas feitas aos entrevistados, esta apareceu como tema recorrente em boa parte das entrevistas concedidas. Além de poder estar ligado ao trabalho desenvolvido nas comunidades do entorno do ParNa Caparaó por ONGs e pelo próprio parque, como destacado, esse fato também pode estar diretamente associado à grave crise hídrica vivida pelo país nos anos de 2014 e 2015, sendo este um tema constantemente debatido e noticiado pelos meios de comunicação, o que pode ter contribuído ainda mais para essa percepção manifestada pelos sujeitos locais.

<sup>12</sup> Os nomes dos funcionários do ParNa Caparaó foram mudados para Funcionário, seguido de uma letra maiúscula para identifica-los, objetivando preservar suas identidades.

diminuição das chuvas e tudo, então o parque é uma grande fonte de água, uma grande fonte de nascentes de água pura que serve a todo o entorno. E também a questão, que eu acho que é algo que evolui com o tempo, que é relacionada à visitação turística, ao turismo na região, no entorno, nas portarias, esses municípios todos aí são um grande atrativo, pela montanha, Pico da Bandeira, eu acho que é um potencial que tende à crescer mesmo. Em termos de biodiversidade, é uma área de proteção de biodiversidade significativa em uma região já bastante degradada, e aí, indiretamente, a questão do recurso hídrico, e diretamente também a questão da visitação, do turismo (FUNCIONÁRIO C).

A importância do parque que eu vejo são as pessoas que exploram muito a questão do turismo, uma região conhecida, o Pico da Bandeira é polo. Se você falar que mora em Alto Caparaó, nego não vai saber, mas se você falar assim para o lado do Pico da Bandeira, aí eles já vão situar. A questão da proteção das nascentes né, aqui abriga nascentes de três bacias hidrográficas: Itapemirim, Itabapoana e Rio Doce. Então é nesse sentido de manter essa biodiversidade aqui, de altitude (FUNCIONÁRIO D).

Comparando as falas dos moradores nativos com as falas dos funcionários do parque, nota-se uma certa sintonia entre as visões que estes possuem sobre a UC. Novamente destaca-se a questão da importância do ParNa Caparaó como protetor dos recursos hídricos, explicitando um processo de internalização do discurso inerente à proteção desse recurso. Porém, parece evidente, em nosso entendimento, que a conservação de tal recurso pode ser realizada através de diversos outros instrumentos, inclusive mecanismos que permitam maior participação dos sujeitos locais ao planejamento e gestão das ações, não sendo a existência do parque uma condição primordial para que isso ocorra.

Por conseguinte, parece ficar claro que essa concepção de proteção dos recursos hídricos exercida pelo parque já está bem sedimentada no imaginário das pessoas, sendo utilizada como um dos principais mecanismos de justificação para a existência do ParNa Caparaó. Nota-se, dessa maneira, que os sujeitos locais e os funcionários do parque entendem que não seria possível a conservação desses recursos sem a presença da UC. Esse fato demonstra a existência de um território consolidado, através de relações de poder desiguais que acabaram moldando a percepção dos sujeitos locais acerca do parque, reduzindo os questionamentos sobre sua eficácia e necessidade, e, por consequência, a ocorrência de conflitos socioambientais explícitos entre comunidade da Penha e ParNa Caparaó.

É imperativo notar também, especialmente nas falas dos funcionários do parque, uma percepção centrada exclusivamente nos benefícios que o ParNa Caparaó gerou para a região onde está situado, a partir de uma percepção homogeneizada do local. De modo geral, todos os funcionários entrevistados expressaram uma percepção otimista com respeito ao parque,

desprezando ou não percebendo os impactos negativos diferenciados que o mesmo produziu no cotidiano de grupos específicos. Alguns funcionários até reconheceram que a presença do parque produziu certos impactos negativos, especialmente pela imposição de restrições de uso, porém entendem essas situações como necessárias para preservação ambiental, não percebendo outras possibilidades de convivência entre homem e natureza.

Essa percepção expressa pelos funcionários do ParNa Caparaó pode, em nosso entendimento, dificultar uma gestão mais adequada do parque e do seu entorno, pois impossibilita perceber os problemas que o mesmo produz para alguns dos habitantes locais. Dessa forma, situações importantes deixam de ser debatidas com as comunidades, não sendo possível uma resolução que beneficie ambos os lados envolvidos, ocasionando situações de conflito e de injustiça ambiental.

No tocante aos moradores locais que vivem no Patrimônio da Penha, outro importante ponto que foi possível constatar na relação entre estes e o ParNa Caparaó diz respeito ao sentimento de pertencimento. Ao contrário do que foi possível identificar no levantamento bibliográfico acerca dos conflitos socioambientais que se desenvolvem em torno ou dentro de áreas protegidas espalhadas pelo país, onde, de modo geral, notou-se a ausência do sentimento de pertencimento, no Patrimônio da Penha foi possível depreender que uma parcela significativa dos sujeitos locais desenvolveu esse sentimento ao longo do tempo com relação ao ParNa Caparaó. Esse fato, novamente, pode estar associado ao tempo de existência do parque, contribuindo, também, para a ausência de conflitos socioambientais explícitos, como evidenciado em outras áreas protegidas com menor tempo de vida.

Notou-se, ainda, que esse sentimento de pertencimento se desenvolveu especialmente nos últimos vinte e cinco anos, tendo importante contribuição dos novos moradores alternativos que chegaram ao Patrimônio e tiveram iniciativas relevantes no campo da Educação Ambiental, sensibilizando os moradores locais para a questão ambiental, ainda que impregnados de uma perspectiva essencialmente preservacionista. Além disso, foi possível perceber que alguns projetos foram desenvolvidos neste período pelos órgãos ambientais responsáveis pela gestão do parque, especialmente o IBAMA, em parceria com outros organismos nacionais e internacionais.

Tudo isso levou à situação observada durante o período de realização da pesquisa, onde os moradores locais entrevistados manifestaram sua simpatia pelo parque, não percebendo o

mesmo, na maior parte do tempo, como um empecilho à sua reprodução social. Porém, esse fato não exclui a ocorrência de conflitos, como será discutido mais adiante.

Durante a realização das entrevistas também foi possível observar que na visão dos entrevistados o ParNa Caparaó funcionou como um mecanismo indutor do “desenvolvimento” local. Dessa maneira, na opinião dos entrevistados infraestruturas como o asfalto, telefonia e internet, dentre outras, só chegaram ao Patrimônio da Penha graças à presença do parque na região.

Eu acredito que hoje eles vivem em harmonia com o parque, porque eles sabem que não podem fazer mais nada, tem que respeitar. Que é Lei, que o parque é um parque federal, criado por Lei. E eles entendem também que se tem água, se tem clima, se tem turista é graças ao parque. O parque é o vetor de desenvolvimento. Se tem internet, se tem estrada, se tem telefone, não veio pra cá por causa da economia local, porque a economia local não é grandes coisas, a região mais pobre do estado do Espírito Santo. Isso tudo veio para trazer o desenvolvimento, para ajudar a trazer o desenvolvimento, mas veio através de um vetor, que é um ícone, que é o Parque Nacional do Caparaó (ALTERNATIVO H).

Aqui, o morador alternativo, quando indagado sobre sua percepção das relações estabelecidas entre os sujeitos locais, especialmente os nativos, e o parque, expõe o entendimento citada anteriormente, de que o parque foi o grande indutor de um possível “desenvolvimento” local. Nota-se, dessa maneira, que o discurso do “desenvolvimento” acaba sendo utilizado como mais uma justificativa para fundamentar a presença da unidade na região. Dessa forma, o parque foi alçado à condição de indutor do “desenvolvimento” local.

Outro importante ponto evidenciado na fala do morador alternativo e que pode explicar a ausência de conflitos socioambientais explícitos no Patrimônio da Penha diz respeito à imposição da Lei aos moradores. Como ressaltado pelo morador alternativo, parece existir um entendimento dos demais moradores de que eles não têm poder de influência sobre os gestores e o Estado, tendo deixado de realizar certos questionamentos sobre a presença do ParNa Caparaó e se conformado com a situação, mesmo que em certos momentos sejam prejudicados pelo parque.

Na mesma linha de raciocínio se inserem também os funcionários da UC e os demais moradores alternativos do Patrimônio da Penha. Para estes, o ParNa Caparaó trouxe grandes contribuições para toda região do entorno, tanto capixaba quanto mineira, contribuindo para

geração de renda e para alavancar o desenvolvimento da economia local, especialmente com o turismo.

Tem a importância ambiental, que ele é tipo uma semente de Mata Atlântica principal, porque têm as maiores altitudes. Então têm aqueles campos de altitudes e depois tem a mata em volta. Quer dizer, a partir daí, descendo, pode-se trabalhar uma recomposição gradual. Então ele tem a importância de preservar esse sistema. Para a região, ele tem importância como ponto turístico. Porque no entorno todo são dezenas, centenas de cachoeiras, de lugares que dá para ver uma aguinha. E, quer dizer, se o parque tem uma relação boa com as comunidades do entorno, quer dizer, acho que tudo vai bem. E eu estava dizendo da importância do parque para comunidade é o potencial turístico, que o potencial turístico representa uma melhoria de renda para quem mora por aí né, e uma ocupação alternativa à lavoura (ALTERNATIVO E).

O parque é, digamos, o principal vetor de desenvolvimento sustentável, de desenvolvimento limpo da região, é o grande destino turístico da região do Caparaó. É uma unidade de conservação que esse ano [2015] completou 54 anos, tem muito serviço prestado para sociedade, para o desenvolvimento da região, e tem muita coisa ainda a contribuir para o desenvolvimento da região. Então o parque, ele tem um papel muito relevante do ponto de vista ecossistêmico, da conservação da biodiversidade. Então ele tem, do ponto de vista da conservação ecossistêmica, uma importância muito grande por conta dessas peculiaridades da biodiversidade do Caparaó; é uma das áreas mais importantes de conservação da Mata Atlântica do Brasil, compõe o corredor central da Mata Atlântica. E como vetor de desenvolvimento, as relações sociais e econômicas são muito fortes (FUNCIONÁRIO E).

Nota-se, ainda, que o discurso do “desenvolvimento”, que associa a presença do parque a vários “benefícios” experimentados pela região, especialmente o desenvolvimento do setor turístico, se aproxima dos processos de privatização e valoração monetária da natureza discutidos pelo Ecosocialismo. Dessa maneira, relaciona-se a proteção da natureza fundamentalmente a possíveis benefícios econômicos, e não aos valores intrínsecos que esta possui, ou mesmo as relações que são estabelecidas entre os sujeitos e o meio ambiente natural.

É perceptível que a questão econômica desempenha importante papel em boa parte das sociedades atuais, e as comunidades do entorno do ParNa Caparaó se inserem nesse contexto. É visível, ainda, a importância da relação que se estabelece entre conservação/preservação ambiental e fatores econômicos. Porém, ao associar a proteção ambiental exclusivamente a estes incentivos ou benefícios de cunho monetário, excluem-se as diversas relações simbólicas e culturais, dentre outras, que também são estabelecidas entre as sociedades e a natureza. Desprezam-se, assim, diversas outras conexões que não podem ser facilmente monetarizadas, e que quando perdidas são impossíveis de serem indenizadas.

Dessa maneira, situações como as mudanças no cotidiano dos moradores nativos que foram induzidas pela presença do parque, dentre outras, acabam não sendo percebidas pelos demais sujeitos como ocorrências prejudiciais, pois não podem ser contabilizadas através do prisma monetário, apenas fazendo parte do imaginário daqueles que foram afetados por essas ocorrências. A perda de territórios de reprodução social, o fim de determinados hábitos já enraizados na comunidade, a chegada de novos moradores e o aumento do fluxo de pessoas, a mudança na nomenclatura dos lugares, entre outras alterações, caracterizam, assim, situações de impactos socioambientais que foram gerados pela presença do parque e que conduzem à ocorrência de conflitos socioambientais, ainda que na maior parte das vezes estes não sejam explícitos, como buscaremos evidenciar na próxima seção.

### **3.5 – ParNa Caparaó e Patrimônio da Penha: território, territorialidade, impactos e conflitos socioambientais**

Apesar da ausência de conflitos socioambientais explícitos, que são claramente perceptíveis ao se analisar o contexto e a dinâmica local de espaços situados no entorno ou dentro de unidades de conservação no Brasil, especialmente aquelas de proteção integral, como é o caso do ParNa Caparaó, a ocorrência de embates entre a comunidade do Patrimônio da Penha e o ParNa Caparaó existe. Ainda que no período de realização dessa pesquisa estes embates não fossem explicitamente percebidos pelos moradores locais, nativos e alternativos, e pelos funcionários do parque, foi possível atentar que os mesmos ocorriam, passando muitas vezes despercebidos pelos sujeitos e grupos sociais envolvidos na dinâmica local.

O Patrimônio da Penha apresenta uma situação muito peculiar, especialmente se comparado a outras comunidades do entorno do ParNa Caparaó, pois habitam esse território dois grupos sociais com características que, até certo ponto, são bem distintas, como buscamos evidenciar nas páginas anteriores. Dessa forma, além de o Patrimônio estar localizado ao lado de um parque nacional, algo que por si só já é um fator determinante na ocorrência de conflitos socioambientais, caracteriza-se, ainda, pela existência de uma grande complexidade social interna, o que acaba sendo mais um fator a contribuir para a ocorrência dos embates.

### 3.5.1 – Conflito em torno da estrada parque

Um destes conflitos que pôde ser percebido diz respeito à construção da estrada parque, especialmente o trecho que passa pelo Patrimônio da Penha. Como relatado pelo Alternativo C, e também por alguns moradores nativos em conversas informais que não foram gravadas, houve uma divisão entre a comunidade com relação ao asfaltamento da estrada, onde as diferenças entre os nativos e os alternativos puderam ser percebidas de forma bastante clara pelos próprios grupos.

Durante o processo de asfaltamento (estrada parque), o grupo dos alternativos propôs a construção de um desvio, que pudesse retirar o fluxo mais intenso de automóveis e caminhões do Patrimônio da Penha. Segundo o Alternativo C, essa proposta foi interpretada de forma errônea pelos moradores nativos, que entenderam que os alternativos não queriam que o asfalto chegasse ao Patrimônio da Penha.

De acordo com o Alternativo C, a partir dessa situação teve início um embate que, pelo que pôde ser apreendido de sua fala, foi bem intenso, entre os moradores nativos e os novos moradores alternativos. A fala abaixo ilustra a ocorrência desse episódio.

Hoje houve um racha, depois desse asfalto aqui [estrada parque], houve um racha. Quem é daqui, nasceu aqui, nativo com os *hippies*. Então houve esse racha, a estrada, estrada parque, aconteceu esse racha. A gente considera assim: antes estrada e depois estrada. Porque nós [alternativos] lutamos muito por um desvio desse asfalto. Então nós lutamos muito por um desvio, nós queríamos que essa estrada parque tivesse um desvio aqui da Penha que era um desvio de 7 km. Só que esse desvio foi mal interpretado, e eles [nativos] acharam que a gente não queria o asfalto. Mas não que nós não quiséssemos o asfalto, pelo contrário, nós que já estávamos morando aqui há vinte anos tudo que a gente queria era um asfalto. Porque assim, quem mora é que sabe o quê que é uma estrada de chão para você ir buscar um remédio para o seu filho, para você ir no médico, para você ir no dentista, para você fazer de um tudo, porque tudo que a gente quer de cidade a gente tem que ir para Guaçuí, e são 40 km de chão. Então tudo que a gente queria era um asfalto, mas só que a gente queria que esse asfalto tivesse um desvio de 7 km daqui. Só que esse desvio foi mal interpretado pelo povo, eles achavam que a gente não queria o asfalto, eu não sei o que foi, e aí foi um pega pra capar danado com a comunidade, e aconteceu que não teve o desvio e aí tão os caminhões passando né (ALTERNATIVO C).

Se recordamos um pouco sobre os principais motivos que levaram os novos moradores ao Patrimônio da Penha, perceberemos que a construção do asfalto também entrava em conflito com algumas dessas motivações. O aumento do fluxo de automóveis e caminhões, além do

possível aumento do fluxo de pessoas, não seria assim bem visto pelos alternativos, pois estes buscaram o Patrimônio da Penha justamente pelo seu relativo isolamento. Ao contrário dos nativos, que sempre tiveram muitas dificuldades em se conectar a outros lugares e que viram no asfalto a oportunidade que tanto esperaram.

É possível perceber, assim, que o embate que se desenvolveu em torno do asfaltamento foi diretamente influenciado pelas concepções de relações sociedade-natureza manifestadas pelos dois grupos. De modo geral, podemos asseverar que enquanto os nativos percebiam a construção de infraestruturas como estas como um sinal claro e manifesto de “desenvolvimento”, os alternativos a percebiam por um outro prisma, com maior cautela, já projetando as consequências negativas que o fato poderia trazer.

Dessa forma, os diferentes entendimentos acerca do asfaltamento da estrada, manifestados pelos dois grupos com características distintas, produziu uma situação de conflitividade, culminando na disputa em torno de onde seria construído o asfalto. Nota-se, ainda, o papel desempenhado pelo parque, pois ao influenciar, mesmo que de forma indireta, na chegada de novos sujeitos ao Patrimônio, acabou contribuindo para a ocorrência do embate.

### 3.5.2 – Conflito como consequência da mudança de nome dos lugares

Outro importante conflito que ocorreu no Patrimônio da Penha, especialmente entre nativos e alternativos, diz respeito às modificações realizadas nos nomes de alguns locais da comunidade, especialmente das cachoeiras. Foi possível evidenciar, assim, que os moradores alternativos realizaram várias mudanças na nomenclatura dos lugares, numa clara manifestação de apropriação do território. Esse fato gerou certa indignação entre os moradores nativos, que tinham nos nomes destes lugares uma das formas de reconhecimento de seus territórios de vivência.

Igual aqui hoje, isso aqui tem muita cachoeira, mas não é tanta também. Porque tem um pessoal que diz que trabalha no negócio do parque, mas eles inventam muita coisa também para levar filmagem, levar lá para baixo [prefeitura], para vir dinheiro para eles só. Então eu acho isso uma coisa errada, errada, porque essas cachoeiras que têm aqui eu conheço elas há sessenta, oitenta anos, e nenhuma delas, praticamente só tem uma cachoeira aqui que tem o nome que a gente dava na época dentro do mato aí, que a gente inventava um nome lá: ah, essa é a cachoeira tal, essa é a cachoeira tal. E hoje

foi tudo mudado, o pessoal que veio de fora, que investiu dinheiro, faz essas casas para lá e tal, e botou nome nessas cachoeirinhas tudo diferente. E isso aí é uma coisa que prejudica, porque igual eu falo, eu já falei no polo ali numa reunião que me chamaram. Eles falando que esse córrego aqui [aponta para o córrego que passa em frente à sua casa], que tinha tantas cachoeiras daqui até a nascente dele, eu desmenti na hora, falei: é mentira, porque eu conheço isso aqui a minha vida inteira e não existe essa quantidade de cachoeiras nesse córrego não. Então eles inventaram muita coisa, nome da cachoeira tal, nome da cachoeira tal e tal. Mostra aquela cachoeira imensa, mas não é nada, é um cachoeirinha dessa alturinha assim. Então eu acho que isso aí prejudica, porque as vezes as pessoas lá fora pensam que é aquilo que tá sendo visto mas não é, e tem que mostrar a verdade, não adianta falar mentira (NATIVO E).

Nota-se, dessa forma, que a questão dos conflitos, produzidos fundamentalmente como consequência da apropriação do território pelos diferentes grupos sociais que compõem o Patrimônio da Penha, se evidencia aqui, com o morador local se queixando do fato de os moradores que vieram de fora terem alterado nomes antigos dos lugares, especialmente das cachoeiras, para outros do seu gosto. Em conversas informais não gravadas com outros moradores nativos, também foi possível evidenciar a ocorrência dos embates entre nativos e alternativos como consequência da mudança de nomes de diversos locais dentro da comunidade do Patrimônio da Penha.

A mudança na nomenclatura dos lugares pode ser caracterizada como uma estratégia de apropriação do território e de configuração de novas territorialidades. Os novos nomes adotados pelos moradores alternativos, como, por exemplo, renomear a Cachoeira do Inferno de Caldeirão das Delícias, convergem com a visão de mundo e de natureza que estes possuem, baseada essencialmente numa perspectiva preservacionista, de “Culto ao Silvestre” (MARTÍNEZ-ALIER, 2007).

A fala do morador nativo também deixa transparecer que existe um certo favorecimento ao acesso dos moradores alternativos ao poder público municipal, especialmente no trecho em que o Nativo E afirma que pessoas que dizem trabalhar no parque, realizam filmagens e levam para Prefeitura com objetivo de conseguir recursos financeiros.

Do mesmo modo, é possível depreender da fala do morador nativo que o mesmo poder público que favorece o acesso aos alternativos, parece desconsiderar o conhecimento dos moradores nativos. Essa situação pode ser evidenciada especialmente no trecho em que o Nativo E afirma conhecer toda a extensão do rio que passa pelo Patrimônio, juntamente com suas cachoeiras, argumentando que certas informações que são levadas ao poder público municipal por alguns alternativos não seriam corretas. Porém, estas acabam sendo aceitas como verdadeiras, desprezando o conhecimento que os nativos tem sobre a região.

Dessa forma, sufocam-se ou até mesmo destroem-se as conexões que os locais tinham com certos espaços da comunidade e constroem-se novas. Frequentados não mais pelos nativos, estes espaços tornam-se territórios de outros sujeitos, sejam os novos moradores alternativos, sejam os turistas que também compõem a dinâmica social local.

Foi possível notar ainda uma certa tristeza e saudosismo na fala dos moradores nativos, especialmente os mais antigos, com relação a alguns hábitos por eles realizados em outros tempos. Apesar de praticamente todos os nativos entrevistados afirmarem que, em seu ponto de vista, a constituição do parque ter sido algo benéfico, foi possível perceber que alguns destes moradores nativos fizeram referência a determinadas práticas realizadas no passado, e que acabam não sendo mais reproduzidas por conta da implementação do parque, com certo saudosismo, deixando transparecer que não foram muito favoráveis a estes acontecimentos.

### 3.5.3 – Conflito fundiário e pelo uso dos recursos naturais

Outro conflito que pôde ser percebido durante os trabalhos de campo se relaciona ao uso de alguns recursos pelos moradores nativos. Ainda que no momento de realização da pesquisa esses usos não fossem mais tão intensos como em tempos passados, como relatado por moradores nativos, alternativos e também pelos funcionários do parque, eles ainda ocorriam, pois os recursos naturais locais continuavam a ser importantes para a reprodução social de alguns moradores que habitavam esse espaço.

Por ser o ParNa Caparaó uma UC de proteção integral, os diversos usos realizados dos recursos naturais presentes nesse espaço e em seu entorno acabam sendo percebidos de forma negativa pelos gestores do parque. Além disso, os moradores alternativos, com uma perspectiva dominada pelo preservacionismo e com um discurso que se alinha ao discurso do parque, também não veem positivamente essa situação de uso dos recursos naturais locais. Esse contexto acaba contribuindo para ocorrência de alguns embates entre os sujeitos, ainda que em boa parte das vezes estes não sejam vistos como situações de conflito.

Olha, é uma coisa que não tá estruturado suficientemente para gente trabalhar com o parque. Então, alguém da comunidade lida assim com o parque: ainda existe alguém que ainda vai lá e tira o palmito para comer, você entendeu. Ainda existe alguém que vai lá uma vez ou outra caçar. Então esse relacionamento da comunidade com o

parque é uma coisa que assim, tipo assim, aqui no Patrimônio da Penha nós temos pouco problema, a galera respeita mesmo o parque. Então esse relacionamento eu acho que, assim, com o povo daqui tá indo bem, mas existe o impacto. Eu mesmo já achei muitas mudas de bromélia, orquídea, mas não do povo da comunidade coletando, alguém que coletou e deixa lá para depois buscar. Então esse relacionamento com o parque eu acho que está indo mais ou menos (NATIVO C).

Aqui, quando indagado sobre como é a relação atual (no momento da pesquisa) entre os moradores e o parque, o Nativo C deixa transparecer que, apesar das significativas mudanças no comportamento das populações nativas de forma geral, ainda ocorrem situações em que os modos de vida dos moradores nativos entram em conflito com a filosofia do parque e, também, com o modo de vida dos moradores alternativos, que combatem o tipo de prática citada pelo Nativo C. Do mesmo modo, nas entrevistas realizadas com outros moradores, nativos e alternativos, e também com os funcionários do parque, foram relatadas situações semelhantes, onde evidenciou-se uma mudança de comportamento dos moradores nativos com relação ao parque ao longo do tempo, porém com relatos de que os usos dos recursos ainda ocorriam, mesmo que em escala e intensidade muito menor que em outros tempos.

O Caparaó ainda é uma fronteira a se desenvolver nesse sentido [turismo], mas daí que também vem a preocupação com o problema da ocupação do território né, e aí as pessoas, muitas desavisadas, vêm para a região e começam a fazer intervenções indesejáveis. Então isso tem aumentado, tanto na coleta de recursos naturais, impedindo a regeneração do recurso natural, e também caçando. Com a comunidade do entorno existe um conflito antigo com relação à caça, isso não é uma coisa disseminada, mas a gente tem vetores de ameaça com relação à caça em todo o entorno. A gente tem uma dificuldade muito grande de proteger a unidade dessa ameaça por conta da complexidade do território e das dificuldades que obviamente o parque têm: recursos humanos insuficientes, a gente tem poucas pernas mesmo para proteger. Mas a principal ameaça é a coleta de palmito, que é muito pontual na semana santa (FUNCIONÁRIO E).

Nota-se, neste caso, a ocorrência de conflitos de uso, pois, de um lado, tem-se o parque com sua filosofia preservacionista, que não admite o uso dos recursos naturais, e de outro, os moradores locais, com suas práticas já enraizadas, que têm nos recursos naturais uma fonte importante para sua reprodução social e cultural. É importante salientar, também, todo o simbolismo que envolve a Semana Santa, especialmente para os católicos, que desenvolvem

todo um ritual durante o período, inclusive alimentício<sup>13</sup>, tendo o parque impactado diretamente nesse processo.

Eu tive um problema com o pessoal do IBAMA, porque eles vieram me multar, aí eu corri atrás e fizemos uma reunião, aí eles me deixaram de lado. Então eles não me chamam muito para reunião não. Um dia eu estava na reunião, fui chamado para uma reunião, aí o cara começou a falar: não pode tirar cabo de enxada, não pode tirar um pau de lenha, porque é crime. Aí eu levantei e falei: o doutor, vocês vão me desculpar, mas se não pode tirar cabo de enxada, não pode apanhar um pau de lenha, o quê que nós vamos ficar fazendo lá na lavoura? Vocês faz o seguinte, vocês ficam com tudo e vocês tratam de nós. Se pagar um salário mínimo eu vou largar tudo. Porque não precisa rapaz, o sujeito ficar vigiando o proprietário que vive sofrendo não. Nesse dia que eu fui chamado para reunião, que a reunião acabou antes de começar, foi no tempo do PRONAF de São Lourenço, que o prefeito chamou a gente. Mas aí o cara que chegou lá começou a punir a gente toda vida, aí eu levantei e falei umas coisas, aí já também não teve nem reunião mais, acabou já na primeira. E eu não gosto disso, porque eu fiquei mal visto na sociedade por causa dessa situação. Porque quando você fala uma coisa verdade, que dói, aí o cara que está fazendo a reunião afasta também. Eu não preciso ir na reserva [parque], que eu tenho a minha reserva, que eu sempre deixo para não ser preciso ir lá na reserva [parque]. Mas isso é complicado, porque quem precisa ir lá na reserva [parque] e eles [IBAMA, ICMBio] encontram com ele com uma dúzia de cabo na mão ele vai ser multado, e é um crime eles multarem a pessoa, eles tinham que comprar a enxada e dar o cabo para pessoa (NATIVO H).

Novamente, fica evidente a existência de choque entre as condições de reprodução socioeconômica dos moradores nativos e o ParNa Caparaó. Aqui, quando perguntado se é convidado a participar de reuniões e outros encontros para discutir questões relacionadas à integração do parque à comunidade, o morador nativo reclama da forma como o uso dos recursos é visto e tratado pelos funcionários dos órgãos ambientais, numa clara manifestação de indignação pelas multas que são aplicadas e pela maneira como se dá a fiscalização.

Evidencia-se, dessa maneira, o embate entre as condições de reprodução socioeconômica dos nativos, pautadas no uso dos recursos naturais locais, e o discurso preservacionista que rege as ações dos órgãos ambientais responsáveis pelo parque e seu entorno. Aqui a ideia de meio ambiente como base de sustento, advogada pela Ecologia Política, e o pensamento preservacionista que domina a concepção de UC entram em colisão, produzindo conflitos socioambientais pelo uso dos recursos naturais existentes no ParNa Caparaó e seu entorno.

---

<sup>13</sup> Nesse sentido, o palmito desempenha um importante papel para a reprodução sociocultural dos nativos, especialmente os adeptos do catolicismo, pois estes tendem a não consumir carne (com exceção do peixe) durante a semana santa, especialmente na “Sexta-Feira da Paixão”, substituindo o consumo desse alimento pelo consumo do palmito.

Apreende-se, ainda, uma dificuldade ou mesmo uma despreocupação por parte dos agentes ambientais em se colocar no lugar do outro, o que produz a falta de entendimento sobre os modos de vida dos nativos. Logo, essa falta de compreensão gera a ocorrência dos embates, que se manifestam especialmente quando os hábitos dos nativos são recriminados e os mesmos acabam multados em função de suas práticas cotidianas, que, muito mais do que simples ações descomprometidas, fazem parte de sua reprodução social e cultural, sendo essenciais, em muitos casos, à própria sobrevivência dos sujeitos locais.

Evidencia-se, também, a exclusão dos momentos de discussão e das reuniões dos moradores que questionam a forma de ação dos agentes ambientais, como no caso do próprio morador nativo citado anteriormente. Estes acabam não sendo bem vistos aos olhos dos agentes ambientais, pois não aceitam integralmente suas propostas, gerando questionamentos importantes acerca do modo de ação dos agentes e dos impactos que estes produzem sobre as condições de reprodução dos sujeitos locais, como no caso citado do “cabo de enxada” (NATIVO H).

Do mesmo modo, foi possível perceber situações como a descrita pelo morador Nativo H nas conversas, gravadas e não gravadas, com outros moradores nativos. A falta de entendimento dos agentes de fiscalização sobre os modos de vida dos nativos e o choque entre a perspectiva dos sujeitos locais, que concebem o uso dos recursos naturais, e dos funcionários do parque e de órgãos ambientais que atuam na região, que não vislumbram esses usos, produzem situações de conflitividade constante entre os diferentes sujeitos e entre estes e o ParNa Caparaó. Porém, estes conflitos não possuem, na maior parte do tempo, força política suficiente nem expressividade para entrar na agenda política local e regional de discussões. Essa conjuntura acaba levando à latência dos conflitos, que passam despercebidos pelos próprios sujeitos neles envolvidos, que não conseguem enxergar nessas ocorrências situações de embates.

Além disso, uma importante situação produzida pelo parque no contexto local, sendo descrita por nativos e alternativos, e que acabou se caracterizando enquanto um benefício para o segundo grupo de moradores, se deu com relação ao valor das propriedades no Patrimônio da Penha, especialmente aquelas localizadas nas proximidades do parque ou mesmo dentro dele. Dessa maneira, foram relatadas situações de desvalorização dessas propriedades, em um primeiro momento, como consequência de sua localização junto à UC.

A maioria deles [nativos que venderam suas propriedades] já não estão morando mais aqui, porque venderam, perderam o dinheiro, precisaram ir embora, porque acharam que estavam fazendo um bom negócio vendendo barato. Hoje, no caso, o valor de uma propriedade que eles venderam naquela época é o de um terreno, uma posse né, um lote que eles [alternativos] vendem hoje (NATIVO B).

Então a gente soube daqui [Patrimônio da Penha], e nisso que a gente estava tentando comprar com um grupo no Rio, porque dinheiro a gente não tinha, uma terrinha lá para fazer, não uma comunidade, porque comunidade já implica mais convergência total, porque conviver dois debaixo de um mesmo teto já têm as suas delicadezas, com vários complica mais. Então não era bem uma comunidade, era uma coisa, como se fosse um condomínio sem domínio. Aí a gente tentou no Rio, mas no Rio, onde a gente procurava já estava tudo inflacionando, inflacionando, até que a gente soube daqui [Patrimônio da Penha], que o [Alternativo A] tinha chegado, tinha comprado uma área lá em cima [na Serra do Caparaó], que ele denominou logo de Portal do Céu, que é bem conhecido, e ele queria comprar a área do lado, mas com outras pessoas. Aí a gente se interessou. Isso aí é incrível, foram nove ou dez hectares que nós compramos, a nossa parte com várias pessoas, nossa parte era dez hectares, e eu me lembro bem que foi um pouco mais que uma geladeira duplex, isso em 1990. Quer dizer, a gente foi bem esperto né, em vez de comprar uma geladeira duplex no Rio, a gente comprou uma terra aqui. Porque a região ainda não estava muito badalada, hoje em dia os preços aqui subiram muito, a região não estava muito badalada. Ali em cima [Porta do Céu] era divisa com o parque, então não podia desmatar nada, não podia botar gado, não podia botar café, então ela era desvalorizada para o pessoal, para o olhar do pessoal daqui, e era o que a gente e o grupo queria.

A instalação do ParNa Caparaó, juntamente com as restrições que este impôs aos proprietários nativos, acabou levando à desvalorização dessas propriedades próximas ou dentro da unidade. Como consequência disso, os alternativos que passaram a chegar ao Patrimônio, especialmente nos anos de 1990, acabaram se beneficiando com a desvalorização dessas terras, comprando-as a preços baixos, pois seus proprietários muitas vezes não viam mais possibilidades de continuar nas mesmas pelas restrições de uso impostas pelo parque. Ao mesmo tempo, notou-se, no período de realização da pesquisa, uma revalorização das propriedades locais, com o fortalecimento do setor turístico no entorno do parque e com a instalação de infraestruturas como o asfalto, telefonia fixa e móvel, internet e outras, beneficiando os novos donos dessas terras.

### 3.5.4 – Conflitos pela circulação

Foi possível evidenciar, também, a ocorrência de mudanças no cotidiano das pessoas no Patrimônio da Penha como consequência da instalação do ParNa Caparaó, com destaque para

o aumento do fluxo de novos moradores e visitantes, que produziram novos territórios. Os moradores locais perderam, assim, muitos de seus espaços de reprodução social, material, cultural e simbólica, num constante processo de desconstrução de territórios e de produção de novas territorialidades, manifestado a partir da influência do parque sobre a comunidade.

Meu filho, eu vejo muita mudança né, porque de primeiro eu trabalhava aí para cima tudo, porque esse sítio inteiro era do meu pai, nós trabalhávamos naquilo tudo. Então hoje eu conheço aquelas nascentes de água aí para cima tudo, que eu já trabalhei nessa serra palmo por palmo. E a gente vivia à vontade né, trabalhava, podia tirar um palmito para comer, a gente fazia os plantios também. Hoje a gente não pode andar para lá mais não, porque é muita gente. Então têm os hippies aí, depois que o [Alternativo A] veio para cá, aí veio muita gente de fora. Porque lá em cima [Portal do Céu] virou um patrimônio meu filho. Lá em cima tem pousada, lá em cima tem igreja [Igreja do Santo Daime], lá em cima tem muita gente mesmo. Então a gente hoje não pode ir para lá mais, modificou muito, mas também mudou muito lá em cima, porque lá em cima era pouquinhos casas que tinham né. A gente ia lá trabalhar, colher café, que tudo lá em cima tinha lavoura, e hoje a gente não pode mais. A gente tem medo de ir lá, porque tem muita gente diferente, é um povo que a gente não conhece, então é aonde a gente não vai lá mais (NATIVO G).

Eu acho que é muito boa [a presença do parque], num ponto ela é muito boa. Fez muito movimento dentro do Patrimônio da Penha. Num ponto é meio diferente, porque a gente fica sem graça de ir lá agora né [na localidade conhecida como Portal do Céu], a gente não pode mais subir lá sozinho. A gente subia, a gente ia trabalhar lá em cima, colher café, capinar, tirava um palmito para comer, subia aí para cima tudo, porque era conhecido, era do meu pai né, então a gente podia subir, e hoje a gente não vai mais (NATIVO G).

Assim, apesar de perceber o parque como tendo um papel importante para o Patrimônio ao produzir aumento no fluxo de pessoas, sendo o incremento na circulação de capital no lugar uma das principais consequências positivas desse novo contexto, o Nativo G também percebe que por causa dessa situação, espaços antes frequentados por ele e por outros moradores nativos do Patrimônio da Penha acabaram sendo perdidos. É possível apreender da fala do morador que essa situação ocorreu pelo fato de os moradores nativos, especialmente os mais antigos, não se sentirem mais seguros nesses espaços como acontecia no passado.

Desse modo, tem-se a ocorrência dos impactos indiretos induzidos pela presença do ParNa Caparaó, que ao alterar a dinâmica local produziu importantes modificações no cotidiano dos moradores nativos. Porém, por serem situações que apresentam menor visibilidade, acabam não sendo notadas pelos gestores do parque e, em muitos momentos, nem mesmo pelos próprios moradores envolvidos nessa dinâmica.

Os impactos ocasionados pelo ParNa Caparaó podem, ainda, ser caracterizados como de segunda ordem, pois ao ser implantado gerou novas situações que culminaram, entre outras coisas, em processos de desterritorialização dos moradores locais. Porém, no Patrimônio da Penha, diferentemente do que ocorre na maior parte dos casos de impactos e conflitos socioambientais ocasionados pela instalação de áreas naturais protegidas no país, onde estes geralmente são evidentes e apresentam grande visibilidade, vê-se que os processos em curso são mais sutis.

Nesse sentido, em raciocínio parecido com o do Nativo G, o Nativo H afirmou que o parque teve papel importante para o Patrimônio da Penha ao estimular a chegada de infraestruturas como o asfalto, por exemplo, demonstrando, assim como outros moradores locais, que em seu entendimento o ParNa Caparaó é que foi o vetor responsável pela implementação dessas estruturas. Porém, assim como o fez o Nativo G e alguns outros moradores nativos, o Nativo H também argumentou que apesar das melhorias, a presença do parque também trouxe problemas, como o crescimento do fluxo de pessoas “estranhas” e, por consequência, o aumento dos roubos na região.

### **3.5.5 – Conflitos institucionais e participação política dos sujeitos locais**

Notou-se, também, relatos a respeito da ausência de participação dos moradores locais na gestão do parque. Apesar de a UC contar com um Conselho Consultivo, onde alguns dos assentos são destinados a moradores das comunidades do entorno, e da realização, por parte do parque, de algumas reuniões entre seus funcionários e os moradores do Patrimônio da Penha, a participação dos sujeitos locais, de modo geral, não vai muito além disso. Quando questionados se são ou não convidados pelo parque a participarem de reuniões e ações dentro e no entorno da unidade e se existem ações que buscam integra-los à gestão do ParNa Caparaó, as respostas dadas pelos moradores do Patrimônio indicaram que geralmente estas situações não ocorrem.

Sim [é convidado a participar de reuniões]. Às vezes nem tanto pela direção do parque, os órgãos competentes, porém pela comunidade que faz o trabalho voluntário, faz reunião. Montamos nossa brigada, aí nos colocam para procurar mais pessoas, passar para os alunos. A gente não é chamado pela direção, mas por amigos a gente é convidado sim, para interagir junto com eles (NATIVO D).

Não, eu nunca fui convidado não. Algumas pessoas apenas, muito poucas. Falta mais isso aí, convidar as pessoas, fazer um trabalho (NATIVO J).

Não. Não vejo nenhuma [ações e projetos para integrar a comunidade à gestão do parque]. Nada, eu não vejo particularmente, pode ser que existam, mas eu desconheço (ALTERNATIVO D).

Desse modo, evidenciou-se a ausência de iniciativas por parte do parque no sentido de desenvolver ações e chamar a população para realizar uma gestão participativa da área da unidade e de seu entorno. Logo, apesar de ter sido possível perceber a existência de um sentimento de pertencimento no discurso dos moradores locais, nativos e alternativos, com relação ao ParNa Caparaó, foi possível notar que a inclusão dos mesmos junto ao parque se faz de forma parcial, com alguns sujeitos sendo integrados enquanto que outros não são.

No que tange a essa questão, a pesquisa corrobora com a percepção de Santos, R. (2004), para quem a integração dos diferentes sujeitos afetados pela instalação de áreas naturais protegidas à gestão desses espaços é fundamental para que se consiga proteger os recursos naturais existentes nessas áreas, sem contudo ocasionar exclusão dos sujeitos e grupos sociais locais que são diretamente impactados por esse tipo de empreendimento. Assim, essa forma de gestão poderia contribuir para otimizar a utilização dos recursos naturais e aumentar a proteção do meio ambiente natural, ao passo que também seria capaz de concorrer para o desenvolvimento social dos variados sujeitos envolvidos nesse processo.

A falta de recursos financeiros e de servidores, como relatado por moradores e funcionários do ParNa Caparaó, deveria ser um dos principais fatores que levasse à realização de um trabalho mais intenso de Educação Ambiental e ao desenvolvimento de projetos significativos junto às comunidades circunvizinhas, como forma de melhor integra-las à gestão do parque e seu entorno. Todavia, evidenciou-se que este trabalho não vinha sendo desenvolvido com a intensidade desejada.

Em parte, a ausência do desenvolvimento dessas ações estaria associada à falta de maiores preocupações dos funcionários da unidade com sua Zona de Amortecimento. Evidenciou-se que esse fato tem relação com as mudanças ocorridas a partir do desmembramento do IBAMA, em 2007, em um órgão exclusivo para gerir as UCs do país: o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Com a criação do novo órgão, como argumentado pelos funcionários, sua área de atuação passou a ser basicamente o território do parque, além de uma faixa marginal de até 1km no entorno da unidade, desde que comprovada a influência negativa dentro da UC de ações desenvolvidas nessa faixa. Conseqüentemente, o restante do entorno do parque, apesar de sua significativa importância, parece ter deixado de ser foco de maiores intervenções por parte dos funcionários do ParNa Caparaó, passando os mesmos a se preocuparem basicamente com o território da unidade.

Olha, acho que é uma questão histórica complexa [a ocupação do entorno]. Eu vejo que para você cuidar de um território que extrapole o parque, você necessariamente tem que trabalhar em conjunto com diversas outras organizações. Nós servidores atuamos de uma forma assim mais estendida, houve um tempo até que a gente atuou, no tempo do IBAMA ainda, que a gente tinha competência para atuar até 10km, mas se você imaginar o tamanho desse território para o número de servidores, é uma coisa absurda, não para o número de funcionários, mas para sua infraestrutura de fato. E aí a nossa missão primeira é o parque, e tudo mais que a gente puder fazer sem dúvida no seu entorno imediato, e esse imediato é uma coisa gradativa, você atua cada vez mais para perto do parque, à medida que você se afasta você acaba atuando um pouco menos, e eu acho que é natural, senão você acaba gastando força, gastando energia, e aí quando você volta para o parque e olha para o parque, de repente tem impacto acontecendo dentro da unidade que você não observou e que eu acho que é o que tem mais destaque, que você tem que ter mais o foco. Então você primeiro trabalha a unidade e a partir dela, e aí eu acho que vem toda uma questão política, toda uma questão de política ambiental do país que limita talvez a nossa atuação (FUNCIONÁRIO C).

Nós já tivemos, na época do IBAMA a gente trabalhou muito no entorno do parque, até por uma questão das autorizações, tinha a resolução CONAMA 13 de 1990, para os órgãos ambientais do estado autorizar tinha que ter a anuência do parque. Depois com a resolução CONAMA 428, que revogou a resolução CONAMA 13, reduziu a faixa de dez quilômetros [Zona de Amortecimento] e trouxe para três quilômetros só, e mesmo assim só empreendimentos de grande impacto ambiental que depende de anuência nossa [do parque]. Fora isso, eles têm competência para autorizar, não depende da gente. E com a criação do ICMBio trouxe nós mais para dentro da unidade ainda, nós não temos poder de ação nenhum fora da unidade, então nós estamos de pés e mãos amarrados. Muitas vezes acontece isso, as vezes a gente deixa nossa faixa marginal do parque, o pessoal do estado chega ali e fala: não, isso aqui é com parque, não vou nem lá ver que eles tomam conta. E nós chegamos na divisa e: não, isso aqui é com o estado. E aí fica uma área abandonada, neutra. A gente não pode atuar, e eles não atuam porque acham que a gente atua porque tá muito próximo (FUNCIONÁRIO D).

Novamente, parece haver um certo conformismo, o que acaba fazendo desse território um espaço não prioritário, ainda que nos discursos ele apareça como fundamental, mas na prática as ações são escassas nesse sentido. Fica evidente, ainda, toda complexidade que envolve as Zonas de Amortecimento das UCs brasileiras, com destaque para a do ParNa

Caparaó, pois a sobreposição de diferentes territórios legais (federal, estadual e municipal), além de outros (econômico, social, natural, simbólico e cultural), produz imensa dificuldade para uma gestão eficiente desses espaços, que seja capaz de produzir desenvolvimento socioeconômico para as comunidades inseridas nestes territórios, justiça ambiental e proteção do meio ambiente natural.

Nesse sentido, seria necessária uma ação conjunta entre as diferentes esferas de governo e entre os variados órgãos ambientais com participação direta das comunidades do entorno, visando uma atuação que fosse realmente eficiente nessa área, e não somente no que tange à proteção ambiental, mas também no tocante a questão social. Logo, é perceptível a necessidade de se integrar as diferentes esferas de governo, além dos variados órgãos ambientais e comunidades do entorno para que os impactos negativos e as situações de injustiça ambiental produzidas pela instituição do parque sejam sanadas e a proteção da natureza com justiça ambiental seja alcançada.

### **3.5.6 – Conflitos associados a atividades e alternativas econômicas e ausência de projetos de melhoria das condições de vida das populações locais**

Além da perda de determinados espaços de reprodução social dentro do Patrimônio da Penha, e de outras ocorrências que caracterizaram situações de conflito, mencionadas nas páginas anteriores, foi possível identificar que os moradores nativos do Patrimônio também viram os territórios e recursos que antes eram por eles utilizados servindo como fonte de renda para outros sujeitos que se instalaram aí em função do parque.

Rapaz, eu só enxergo o seguinte, muita gente vivendo do parque sem dar lucro nenhum à Nação. Porque é muita gente que está aí, ganhando dinheiro, explorando, mas não dando lucro à Nação. Quer dizer, estão sobrevivendo com uma coisa que era nossa né. Hoje não é nosso, hoje é do governo (NATIVO H).

Tem gente sobrevivendo aí só explorando. Estão mexendo, andando aí, catando cipó, vendendo erva medicinal e vivendo disso. Isso aí é gente que vem de fora, pessoas com mais conhecimento que a gente, porque se nós soubéssemos nós não deixaríamos eles chegarem não. Já teve dia aqui rapaz, de eu chegar ali na Penha [Patrimônio da Penha] e ter carro lotado de cipó, que eles já iam levando para fora, eu não sei para que àqueles cipós, para mim só servia para bater em animal, hoje não (NATIVO H).

Aqui o morador nativo parece fazer referência especialmente aos empresários e aos demais moradores alternativos que vieram de outros lugares e se fixaram no Patrimônio da Penha e adjacências, sendo beneficiados pela presença do parque em detrimento dos moradores locais, muitos dos quais tiveram suas atividades, se não totalmente, ao menos parcialmente afetadas pela instalação da UC.

Além disso, o Nativo H também percebeu relação entre a presença do parque e a diminuição da disponibilidade de mão de obra para trabalhar nas lavouras de café, notando, inclusive, um aumento nos valores cobrados por essa mão de obra. Essa situação, na percepção do morador nativo, acabou prejudicando especialmente os pequenos produtores, que passaram a enfrentar dificuldades para conseguir trabalhadores na região para desempenhar os serviços necessários à produção cafeeira<sup>14</sup>.

Outra situação que chamou atenção com relação à economia cafeeira no Patrimônio da Penha e adjacências e que teve, de acordo com o morador Nativo B, relação direta com a instalação do ParNa Caparaó, diz respeito à diminuição do número de pés de café na região. Quando questionado sobre como era a relação entre os sujeitos locais e os recursos naturais antes da criação do parque, o Nativo B expressou sua percepção sobre a influência que a UC teve na diminuição da lavoura cafeeira e, por consequência, na oferta de trabalho.

Nós não tínhamos esse conhecimento, de como eram as leis que funcionavam. Porque a Lei de defesa do parque já existia, só que a gente não tinha aquele respeito, nós não tínhamos aquele respeito por falta de conhecimento. O meu pai, no caso, ele foi madeireiro, ele tirava madeira. Então a convivência da comunidade era muito diferente. Porque no município de São Lourenço já chegou a atingir dezessete mil habitantes<sup>15</sup>. Hoje não chega a cinco, porque acabou o jeito de sobreviver, porque hoje a floresta veio tomando conta, ela veio descendo. As pessoas que moravam nela, hoje eles desceram, porque a exploração sempre foi bem mais difícil, nós sobrevivíamos do que produzia a

<sup>14</sup> No caso específico do aumento nos valores cobrados pela mão de obra local, entendemos que esse fato se caracterizou como importante, pois a presença do parque teve contribuição direta em sua ocorrência. Não estamos aqui defendendo uma exploração excessiva da mão de obra local pelos proprietários de terras. Apenas ressaltamos essa conjuntura como sendo uma situação de impacto, de certa forma negativo, induzida pela presença do ParNa Caparaó, pois ao produzir (de forma indireta, em nossa percepção) aumento nos valores da mão de obra, o ParNa Caparaó acabou afetando a economia local. É fato que, por um lado, os impactos na economia foram positivos, pois houve ganhos nos valores pagos à mão de obra. Porém, por outro lado, os mesmos ganhos não foram verificados, por exemplo, nos preços do café, produto tradicional da economia local e, em parte, responsável pela manutenção do modo de vida rural da região, valorizado por muitos dos moradores nativos. Desse modo, os pequenos proprietários viram-se em situação de dificuldade, pois ao passo que experimentaram, de acordo com o relato do Nativo H, aumento substancial no preço da mão de obra para trabalhar em suas lavouras, não obtiveram as mesmas vantagens nos preços de seus produtos.

<sup>15</sup> De acordo com dados do IBGE (2015), a população do município de Divido de São Lourenço variou entre 3.933 e 4.516 no período 1970-2010, não sendo clara a fonte de informação utilizada pelo Nativo B.

terra. Hoje, no caso, o desenvolvimento é diferente. Era extraído muita madeira, porque aí tirava a mata para serraria, para poder gerar dinheiro, gerava emprego, fazia de tudo. Hoje, como não pode tirar, o quê que o pessoal fez? Não tinha mais como sobreviver aqui. Porque era madeira, café, desmatava e plantava lavoura, então colhia o milho, colhia o feijão, aí depois que a terra já começava a ficar cansada já botava no pasto. Então aqui, na área do parque, que pertence ao parque, hoje deixou de ter quinhentas e cinquenta mil covas de café, daqui do Limo Verde [localidade próxima ao Patrimônio da Penha] até aqui na nossa região. Então você vê que mantinha os companheiros, gerava serviço. E hoje, por deixar de ter as lavouras, deixou de gerar serviço, o pessoal não tem como sobreviver aqui (NATIVO B).

O trecho destacado da entrevista com o Nativo B é interessante, pois além de demonstrar algumas das dificuldades produzidas pelo parque aos sujeitos locais, também apresenta outro importante fator que colabora para situações de impactos e de conflitos socioambientais em áreas naturais protegidas no país: a ausência de mecanismos capazes de contribuir para a transição econômica em espaços destinados à criação dessas áreas.

Essa situação pôde ser evidenciada nas entrevistas com os demais moradores, nativos e alternativos, e até mesmo com os funcionários do parque. Foi possível notar, assim, a ausência de projetos desenvolvidos pelo Estado, tanto em âmbito federal, como também estadual e municipal, no sentido de auxiliar os moradores locais no desenvolvimento de atividades associadas ao parque e à nova dinâmica socioeconômica que se desenvolveu após sua instituição.

Logo, podemos asseverar que o Estado impôs aos sujeitos locais um modelo de preservação ambiental, a partir da criação do ParNa Caparaó, porém não criou condições para compensar as perdas a esses sujeitos ocasionadas pela implementação dessa UC. Curiosamente, o Estado que impôs esse modelo de conservação é o mesmo que, em outros tempos, influenciou diretamente nos processos de degradação ambiental descritos pelos moradores nativos mais antigos, especialmente através do estímulo à retirada de madeira para produção de dormentes servindo à construção da antiga Estrada de Ferro Leopoldina.

Eu não lembro bem não [da data de criação do parque], porque na nossa época nem falava nesse negócio de parque. O povo vivia aqui, era tudo serra, mata, muita mata. Eu trabalhei tirando madeira aqui nessa serra durante muito tempo, serrando dormente para [Estrada de Ferro] Leopoldina. Isso tem mais de quarenta anos, que eu tirava madeira aí (NATIVO E).

Olha bem, o meu pai mesmo foi um dos maiores destruidores de floresta dessa região, que ele era fornecedor de lenha e dormente para a extinta Estrada de Ferro Leopoldina, que depois foi transformada em Rede Federal. Então não tinham o menor senso de

preservação e nem nenhum órgão que botasse um freio. O primeiro órgão que eu me lembro que começou a frear esse desmatamento excessivo foi o extinto IBDF, que depois veio a ser IBAMA e hoje ICMBio. Como papai trabalhava com madeira, tinha uma serraria, foi obrigado pelo IBDF a cada metro cúbico de madeira que ele serrava ele tinha que plantar quatro árvores, mas poderia ser exóticas. Eu mesmo plantei muito eucalipto para atender exigência do IBDF (NATIVO I).

Desse modo, evidencia-se o papel ambíguo desempenhado pelo Estado, que de indutor do desmatamento e da degradação ambiental, passou a ser o grande fomentador de ações de preservação. Porém, no segundo caso, acabou produzindo impactos negativos sobre os modos de vida das populações residentes no Patrimônio da Penha ao impor a criação de uma UC de proteção integral, restringindo hábitos já enraizados e gerando situações de perda de territórios, dentre outras, especialmente por não criar novas oportunidades para que os sujeitos afetados por estas ações de preservação pudessem ter condições de se sustentar através de outros mecanismos.

Olha, é uma burocracia muito grande, eles tentam [desenvolver projetos], mas... Existe uma pequena coisinha que se torna uma grande coisa e a história não chega na comunidade. Igual esse lance do parque mesmo, o parque hoje tem pouca terra que é desapropriada. Existe um fundo de dinheiro do parque que é para desapropriar os agricultores, só que existe uma burocracia que o dinheiro fica lá parado. Então aí é uma coisa que deveria desenvolver melhor, no meu ponto de vista. Eu acho que o governo federal, governo estadual e os municípios deveriam abraçar mesmo essa causa, porque o parque é da união e tá aí, aberto, só têm duas entradas que ficam protegidas e o resto tá por nossa conta, da comunidade, nosso compromisso. O poder público deveria se interessar mais. Hoje nós estamos aqui, nós já saímos várias vezes para trabalhar no parque e nós não temos nem os equipamentos necessários, que são as roupas da gente trabalhar, botas. A gente tá com intenção de fazer o projeto para ver se o governador dá esse apoio para gente. A gente precisa de um carro para andar, para combater incêndio, precisamos de várias coisinhas. Então eu acho que o poder público deveria dar um apoio melhor para o parque (NATIVO C).

Olha, é muito pouco [projetos de melhoria desenvolvidos pelo parque e órgãos governamentais]. Se tem algum projeto em andamento a gente não tem conhecimento deles. Apesar de ter poucas reuniões com a comunidade. De repente até existem esses projetos, mas a gente não tem conhecimento deles. A gente vê muito pouco projeto de melhoria para comunidade. Se tivesse, eles passassem para comunidade, seria uma coisa bem bacana para comunidade ter uma visão diferente desses gestores e do próprio parque. A gente não tem conhecimento desses projetos de melhoria não (NATIVO D).

Eu não vejo [projetos de melhoria para as comunidades]. Porque tipo orgânica [agricultura orgânica], eu não estou falando que seja muito difícil porque a rentabilidade hoje, não que a pessoa seja imediatista, de forma alguma, mas eu não creio que tenha alguma coisa em matéria de emprego, veja bem, a questão do social aí também, o emprego gerado pelo café não tem nenhuma outra cultura para substituir o café não. Eu acredito que igual à lavoura de café não tem outra não. É a questão do

emprego, e o café é uma coisa bastante rentável também. Deve ser um trabalho bastante lento, vagaroso, que deva difundir na cabeça das pessoas, quem sabe né, lá na frente (FUNCIONÁRIO B).

O projeto de zona de amortecimento, que na verdade é um grande abraço ao parque para tentar, com o apoio das prefeituras, dos órgãos de desenvolvimento, universidades, traçar uma diretiva de desenvolvimento rural sustentável, porque a gente está falando de uma região rural, tem um arranjo produtivo predominante que é o café, que a gente acha que pode ser um grande parceiro da conservação, funcionando como um assere verde, como um modelo de produção que conserva o solo, que produz e conserva água, que são essas grandes riquezas do Caparaó. Então uma proposta com foco no desenvolvimento agroecológico na região, com modelos de negócios associados à cadeia produtiva do turismo, que é um segmento econômico limpo e que reflete, digamos, na aptidão do Caparaó. Ou seja, um modelo de agricultura sustentável, com propriedades rurais bem consolidadas, desenvolvidas, mas com arranjos produtivos de base mais ecológica, e essa paisagem rural e que chama muita atenção pela beleza cênica da serra é também uma força motriz para um desenvolvimento com base no turismo como já tem. O Pico da Bandeira é o principal atrativo dessa unidade de conservação, dessa região inteira, mas o parque é muito maior que o Pico da Bandeira, têm muitos outros atrativos, e a região também têm muitos outros atrativos além do parque. Então aproveitar esse potencial de uma maneira plena dentro de uma agenda de desenvolvimento sustentável é o que o parque projeta, por exemplo, através da gestão de sua Zona de Amortecimento (FUNCIONÁRIO E).

Através da fala dos moradores e dos funcionários do parque é possível evidenciar a ausência de projetos que possam produzir melhorias nas condições de vida das populações que foram diretamente atingidas pela instituição do ParNa Caparaó. Mesmo a fala do Funcionário E sendo muito interessante, pois destaca a necessidade de se aproveitar os potenciais da região para produzir desenvolvimento local com preservação da natureza e de seus recursos, esta pareceu ter cunho muito mais institucional do que realmente prático, pois não foi possível observar nos trabalhos de campo e nas entrevistas com moradores e funcionários o desenvolvimento de ações no sentido expressado por ele em sua argumentação.

Na verdade, o que foi possível notar é que existem sim algumas iniciativas de geração e melhoria de renda, mas que são de cunho particular e que praticamente não recebem apoio de nenhum órgão governamental, assim como também não são apoiadas diretamente pelo parque e sua gestão (a não ser de forma simbólica). As dificuldades financeiras enfrentadas pelo parque são um grande empecilho nesse sentido, pois sem recursos, como argumentado pelos funcionários da unidade durante as entrevistas, não é possível executar as ações que são propostas. Porém, a dinâmica local acaba caminhando num sentido totalmente contrário ao exposto pelo gestor como sendo o mais ideal, e o parque acaba por se caracterizar, desta

maneira, enquanto uma ilha de conservação, que permanece isolada das comunidades do entorno.

### 3.5.7 – Tratamento diferenciado a nativos e alternativos como uma fonte de conflitos

Outra situação observada foi com relação à visão dos funcionários do parque acerca dos grupos de moradores locais. Dessa forma, como o pensamento e modo de vida dos moradores alternativos se posicionava em maior sintonia com a filosofia do parque, nos pareceu que a presença deste grupo era percebida pelos funcionários da unidade de uma forma mais positiva.

Nós temos nossa prioridade diária, área de fogo, caça, e têm propriedades lá em cima [na serra dentro do parque] que não são usadas, que têm influência negativa para gente, negativa assim, ambiental, não pessoal. É por causa de fogo, área crítica de incêndio, caçadores, então são as áreas mais afetadas. Que tem área que têm pessoas que moram mas que são parceiros da gente, vamos chegar no Patrimônio da Penha, Portal do Céu. Àquele pessoal [alternativos] eu considero parceiro, eles não são degradantes, eles não são nada. Patrimônio da Penha em si e várias pessoas mais aí que trabalham nessa área (FUNCIONÁRIO A).

Neste caso, é perceptível uma certa preferência pelos moradores alternativos que possuem um estilo de vida mais voltado para o preservacionismo, sendo os mesmos mais bem vistos pelos funcionários do parque. Enquanto que outros grupos, não necessariamente degradantes, mas que ainda exercem certas atividades que fazem parte de sua cultura, que foram herdadas, acabam sendo, muitas vezes, mal vistos, considerados agressores e até criminosos ambientais.

Isso [os caçadores] sempre tem, mas é difícil pegar. Têm denúncias, mas as denúncias ficam no ar. Ah que fulano de tal estava caçando. Estava caçando, mas como é que vamos fazer agora? A gente sabe quem é, a gente sabe o problema, sabe as pessoas problemáticas para gente, mas se torna difícil você provar. A gente está aqui, eu e o [Funcionário B, que também trabalha na fiscalização], aí recebe uma denúncia lá em Pedra Roxa. O parque é grande demais só para dois ficarem rodando, não tem jeito. A não ser que a gente pega assim, nós estamos usando muito essa tática nas operações, pegar o caçador com a caça e pegar arma de fogo. Nós temos denúncia de alguém, a casa de alguém, nós vamos lá para olhar outra coisa e aproveitamos, se achar uma arma aí já dá um crime né, não por caça, mas por porte ilegal de arma. A pessoa que quer entrar dentro do parque, quer construir uma casinha, aí já dá problema fundiário (FUNCIONÁRIO A).

Nota-se, também, um processo de criminalização das ações dos moradores nativos. Por conseguinte, “uma das facetas do poder que se revela na capacidade de produzir projetos territoriais com alto grau de institucionalização é o de criminalizar os atores que se opõem às intencionalidades que eles expressam” (SILVA, 2013, p. 92). Dessa forma, atividades rotineiras, como a caça e a retirada de madeira, dentre outras, acabam adquirindo novo significado, tornando-se crimes ambientais no novo contexto social instituído sobre o território a partir das relações desiguais de poder (ibid.).

Esse contexto caracteriza situação de injustiça ambiental, pois a preferência pelos alternativos, notada na fala do funcionário do parque, acaba levando à realização de um tratamento diferenciado dos agentes com relação aos grupos de moradores que habitam o Patrimônio da Penha e adjacências. Por consequência, enquanto as ações dos moradores nativos são criminalizadas, como exposto pelo funcionário em sua fala, as atividades desenvolvidas pelos alternativos, em boa parte das vezes, não sofrem nenhum tipo de censura.

Nesse sentido, outra situação que merece atenção diz respeito à construção de novas moradias por parte dos moradores alternativos em áreas próximas ou até mesmo dentro do ParNa Caparaó. Muitos moradores nativos relataram estas ocorrências, inclusive se queixando do fato de a alguns ser permitido esse tipo de interferência, enquanto que aos demais ser, geralmente, proibido.

Eu fico indignado quando vejo algumas coisas que estão degradando o terreno, porque vêm as pessoas de fora e diz: ah não, eu comprei lá na mata e eu tenho que construir. Tá certo, claro, eles compraram, pagaram, hoje, no caso, eles são donos da casa né. Mas eles vão degradar, porque ou coloca um trator ou mesmo com as próprias mãos cavam, eu acredito que ele tá degradando o terreno, porque ele tá cortando a raiz de uma árvore, ele tá fazendo uma prega [vala] para a água descer, e ali ela cria uma erosão, que pode descer e desmatar para baixo, gerando um deslizamento de terra. Então isso aí eu acho que deveria ser mais olhado, e está acontecendo muito, muitos e muitos, e tem, pode subir que tá acontecendo lá em cima [região do Portal do Céu]. Então eles [órgãos ambientais] têm que ir lá e observar para ver se realmente está certo ou se está errado. É um órgão que eu acho que, o IBAMA e o ICMBio, eu acho que eles deveriam corrigir com mais dignidade para poder estar evitando muitos que estão aí. Eu discordo de ver a pessoa desmatando, essa degradação do terreno, cavar para fazer uma casa, eu acho que não podia, não deveria ser feito. Eu acho que tem tanto lugar em aberto para baixo, porque o cara vai fazer logo lá dentro do mato? Então eu acho que não deveria, mas eu não posso fazer nada, porque eu não tenho autoridade para interferir (NATIVO B).

Agora, esse povo que vem de fora, os hippies, começaram a aparecer, eles vêm de longe e eles só procuram mato, e a gente fica sem entender porquê que eles só gostam de mato. E aqui tem muita gente que mora lá para cima [Portal do Céu]. Agora vai no pé da serrinha que aparece por cima de tudo, aquela lá tem muita gente que mora, e

eu não sei como que eles conseguem entrar lá, porque a terra é do governo, as matas são do governo. Mas a gente fica pensando como pode, tudo que é deles, que puxa para o lado deles, eles só procuram mato. Lá para cima [Portal do Céu] tem casa, tem pousada. A gente não descobre o quê que eles procuram nessa mata. Têm alguns que moram bem no final, bem para cima, e eles não deixam, se chegar gente lá, dá vontade de passear, olhar as coisas lá no mato, eles não deixam passar, eles cercam, não deixa a pessoa passar para cima não. E eles têm dinheiro, porque eles arrumam essa ideia de um comprar terra do outro lá em cima, um compra do outro, e a gente fica pensando assim: será que o governo vende essas terras para eles, ou eles entram? Fala que compra e vai entrando e fica lá? Que lá tem muita gente. E eles vivem lá, porque dinheiro eles têm para gastar (NATIVO L).

Não que também seja ruim para a nossa região [a presença dos novos moradores]. Só que eu acho, vamos supor assim, como que eles liberam para o cara lá em cima, no alto das matas, cortar? Beirada do rio cortando tudo? Eu acho que os órgãos do meio ambiente deveriam ver se pode fazer, se a área é propícia e se pode cortar. Faz rapaz cada rampa aí de não sei quantos metros, quatro, cinco metros, para fazer uma casa. Tanta área que tem aqui, baixada para fazer (NATIVO A).

Em suas entrevistas, os moradores nativos fizeram referência direta aos novos moradores que se estabeleceram no Patrimônio da Penha, sendo alguns, como relatado também em conversas não gravadas, bem próximos aos limites do parque, na localidade conhecida como Portal do Céu. As falas deixaram transparecer, ainda, uma certa indignação com a situação, pois enquanto os moradores nativos tiveram seus modos de vida limitados pelo estabelecimento do parque, outros grupos acabaram sendo beneficiados pela presença da UC. Em uma das visitas de campo, foi possível comprovar a existência de várias construções na região do Portal do Céu, além de uma máquina que fazia o preparo de uma área, provavelmente para receber novas estruturas, comprovando o que alguns nativos haviam indicado em suas falas (imagens no anexo D).

Isso é um conflito territorial sério, precisa ser tratado [construção de novas moradias]. Ali a gente tem, não são muitas, mas algumas ocupações que se deram dentro dos limites do parque e que nesse momento a gente tá trabalhando com as notificações para dar formal ciência dessas infraestruturas dentro do parque e usando os instrumentos que nós temos para combater, notificar, autuar. Então a gente tem dado bastante atenção aquela região ali. Fizemos uma passada lá recentemente, vamos voltar agora para dar formal ciência a diversos moradores que lá estão, porque a presença é, eu diria até que o perfil não é um perfil que nos preocupa, porque é um perfil bem ambiental, de pessoas com pensamento ecológico e de modo de vida de muito baixo insumo, impacto, as pessoas são muito orgânicas sabe, então isso é bom, mas não tira a importância do conflito territorial que está posto e que precisa se tratar de algumas situações ali, principalmente no Portal do Céu (FUNCIONÁRIO E).

A fala do Funcionário E ilustra a dificuldade anteriormente citada por parte dos funcionários da unidade em lidar com a nova situação das ocupações irregulares que foram construídas nos limites da UC. Nota-se, também, uma certa tranquilidade com essa situação por se tratar, como argumentado pelo próprio funcionário, de sujeitos com um estilo de vida que, em seu entendimento, produz impactos de menor intensidade ao meio ambiente. Dessa forma, ainda que em sua fala o funcionário afirme que existe um conflito territorial importante nessa área e que o mesmo precisa ser trabalhado, este pareceu demonstrar menor preocupação com essa situação do que com outras, como, por exemplo, a caça e a retirada de palmito, praticadas fundamentalmente pelos nativos.

Com relação à retirada de palmito, inclusive, os funcionários do parque argumentaram que organizavam até mesmo operações específicas, principalmente em determinadas épocas do ano, como mencionado anteriormente, objetivando combater essa prática. Do mesmo modo, o combate à caça é um tema recorrente nas preocupações dos funcionários do parque. Não foi possível notar, entretanto, a mesma organização e atuação com relação aos processos de ocupação irregular que foram citados por moradores nativos e confirmados pelos funcionários do ParNa Caparaó.

Um posicionamento com relação à ocupação e uso do território na região do Patrimônio da Penha e adjacências, que deve ser considerado, foi aquele posto pelo morador Nativo I. Este argumentou que houve beneficiamento a alguns moradores em detrimento de outros durante o processo de demarcação da nova linha perimetral do parque, em 1998 (PARREIRAS, 2004).

Por exemplo, quando aconteceu a demarcação da nova linha perimetral do parque, a gente observa pela linha perimetral, pelo mapa, que essa nova linha foi direcionada, protegendo alguns empreendimentos e sacrificando alguns produtores, colocando quase toda lavoura cafeeira dentro do parque. Isso aconteceu. Eu conheço um caso que esse é uma aberração. Eu conheço uma mulher que ela tem um mosteiro, entre aspas, ela estava construindo. Ela foi para às Índias, aprendeu as técnicas tibetanas de terapias e tudo mais, e veio de lá e começou o trabalho dela aqui, comprou uma propriedade, o vizinho cortava madeira clandestinamente e passava na propriedade dela, ela para não criar problema, comprou a propriedade dele. Então ela deu uma demonstração de preservação ambiental extrema, ela não tinha necessidade de comprar mais terra. Aí começou a construir o mosteiro dela, então quando já estava com o vigamento pronto, quase na hora de bater a laje, veio esse projeto de ampliação do Parque Nacional e que deveria ser, consequentemente, com a indenização aqueles que perderam terras e não indenizaram ninguém, e ela ficou numa encruzilhada, sem saber se podia terminar a construção, porque ficou interdito pela expansão do parque e também não foi indenizada. Quer dizer, uma pessoa que preserva o meio ambiente ficou prejudicada, e houve muitos casos dessa natureza (NATIVO I).

Evidencia-se, novamente, a produção de injustiça ambiental por parte do Estado. Além de ter privilegiado, como afirmou o Nativo I, determinados empreendimentos e prejudicado outros, especialmente a lavoura cafeeira, houve a imposição de novos limites para o ParNa Caparaó sem que, em contrapartida, indenizasse aos moradores locais que tiveram suas propriedades inseridas nos novos limites da unidade. Assim, novamente revelou-se o caráter ambíguo do Estado, que mais uma vez impôs um processo de preservação ambiental aos moradores locais sem, contudo, criar mecanismos de compensação para os sujeitos prejudicados.

Essas ocorrências produzem processos de conflitividade constante entre nativos e alternativos, pois o primeiro grupo entende que o segundo têm maiores privilégios junto ao parque. Do mesmo modo, ocorrem situações de conflito entre os moradores locais e o parque, pois ao instituir um processo de preservação ambiental sem, ao mesmo tempo, estabelecer contrapartidas aos sujeitos afetados, o Estado cria condições favoráveis à ocorrência dos embates.

Destarte, ao contrário do que foi argumentado por moradores locais, nativos e alternativos, e funcionários do ParNa Caparaó, a ocorrência de conflitos socioambientais no entorno da unidade se dá com frequência. Porém, por serem situações de menor intensidade, não ocorrendo, por exemplo, casos de agressões e violência extrema, estes passam despercebidos a boa parte dos sujeitos envolvidos na dinâmica local.

## **Capítulo 4 – DISCUSSÃO ACERCA DAS SITUAÇÕES OBSERVADAS NO PATRIMÔNIO DA PENHA**

### **4.1 – Preâmbulo**

Neste capítulo realizaremos algumas considerações sobre as situações que puderam ser observadas no Patrimônio da Penha. Tomando como base as perspectivas críticas da Justiça Ambiental, da Ecologia Política e do Ecosocialismo, buscaremos realizar uma análise sobre as situações de conflito e de injustiça ambiental induzidas pelo parque e que foram percebidas no Patrimônio.

### **4.2 – Conflitos socioambientais e injustiça ambiental no Patrimônio da Penha: dialogando com as perspectivas críticas da Ecologia Política, da Justiça Ambiental e do Ecosocialismo**

No que tange à ocorrência de situações de injustiça ambiental, foi possível notar que as mesmas se dão especialmente com relação à ocupação e uso do território no Patrimônio da Penha pelos dois grupos de moradores que habitam esse espaço. Além disso, elas também se manifestam no tocante ao uso dos recursos naturais aí existentes. Foi possível perceber, ainda, que estas ocorrências têm relação direta com a presença do ParNa Caparaó na região.

Evidenciou-se, dessa maneira, que para o grupo de moradores alternativos, a presença do parque caracterizava-se como extremamente benéfica. Suas formas de reprodução sociocultural, pautadas numa perspectiva fundamentalmente preservacionista, vão ao encontro com o pensamento sobre o qual foi moldada a concepção de parques no mundo, ou seja, uma perspectiva que percebe o uso dos recursos naturais pelo ser humano como sendo algo essencialmente degradante, como demonstrado por Diegues (2001), Martínez-Alier (2007), Rocha, Drumond e Ganem (2010), dentre outros autores destacados na presente pesquisa.

É importante salientar que os moradores alternativos também faziam uso dos recursos naturais existentes na região, como foi possível evidenciar. Porém, esses usos eram percebidos,

especialmente pelos próprios moradores alternativos e até mesmo pelos funcionários do parque, como sendo diferentes dos usos realizados pelos nativos. Um dos exemplos seria a coleta de determinadas plantas para o preparo de chás e outros “remédios” naturais por parte dos alternativos. Já os nativos coletavam palmito, madeira e, em intensidade menor, caçavam alguns animais, além de realizarem a prática do roçado, que seria a preparação de uma área específica para receber outros tipos de plantio, como o café, o milho, o feijão, dentre outros.

O fato é que aos olhos dos funcionários do parque e dos próprios moradores alternativos, mesmo se tratando de situações, a nosso ver, semelhantes, em que os recursos naturais (solo, água, plantas, animais etc.) estão sendo utilizados pelos grupos como parte de sua reprodução sociocultural, estes usos eram percebidos de forma diferente, dependendo do grupo que estivesse envolvido no processo.

Destarte, enquanto que para os moradores nativos, que tinham suas formas de reprodução sociocultural pautadas no uso dos recursos naturais, juntamente com a produção alimentícia, a presença do parque representou restrições a seus hábitos cotidianos, para os moradores alternativos, com formas diferentes de vivência, moldadas fundamentalmente a partir de uma perspectiva urbano-industrial de natureza, a presença da unidade significava qualidade de vida, o que nos leva ao conceito de injustiça ambiental, conforme apresentado por Herculano (2002) e Moura (2010) e que foi tomado durante a realização da pesquisa.

Especialmente pela suposta preservação ambiental que produziu, a UC acabou se caracterizando como principal fator de atração para os novos sujeitos que passaram a viver no Patrimônio da Penha.

Eu considero essa montanha sagrada, onde eu tenho, assim, uma grande gratidão que é essa natureza que foi o que me trouxe aqui. O que me trouxe aqui foi o Parque Nacional do Caparaó, essas montanhas (ALTERNATIVO C).

À vista disso, tem-se no Patrimônio da Penha a ocorrência dos chamados “conflitos ecológicos distributivos” (MARTÍNEZ-ALIER, 2006) estudados pela Ecologia Política, pois notou-se que a ocorrência de embates entre os diferentes sujeitos que compõem o grupo dos nativos e o grupo dos alternativos, muitas vezes se dão como consequência dos impactos positivos e negativos produzidos pela UC sobre os dois grupos de moradores locais. Assim, enquanto que para o grupo dos alternativos o parque trouxe maiores impactos positivos, visto que suas formas de reprodução sociocultural apresentam maior alinhamento com a filosofia da

unidade, para o grupo dos nativos os impactos negativos apresentaram maior relevância, pois os mesmos experimentaram uma série de restrições às suas formas de reprodução sociocultural, além de vivenciarem mudanças importantes em seu cotidiano, como, por exemplo, a perda de territórios comunitários, indo ao encontro dos questionamentos produzidos pelo Movimento por Justiça Ambiental.

Do mesmo modo, evidenciou-se que a instituição do ParNa Caparaó teve impacto direto nos valores das propriedades no Patrimônio da Penha. Essa influência se manifestou em dois momentos distintos. No primeiro, logo após a implantação do parque, especialmente na década de 1980 e até meados da de 1990, notou-se uma desvalorização das propriedades, especialmente aquelas situadas próximas aos limites ou mesmo dentro da unidade. Esse fato se deu em consequência das restrições de uso que foram impostas a partir da instalação do ParNa Caparaó.

Dessa maneira, muitos moradores nativos acabaram vendendo suas propriedades por preços baixos, ou mesmo abandonando as mesmas, pois as restrições impostas pelo parque acabaram impactando seus modos de vida e suas formas de reprodução sociocultural, de maneira que estes sujeitos não viam mais possibilidades de continuar sobre esses territórios. Além disso, não foram desenvolvidas, por parte do parque, ações que pudessem auxiliar os moradores afetados para transição a uma economia que estivesse em maior sintonia com os princípios da unidade. Do mesmo modo, não existia perspectiva aos moradores locais de serem indenizados pela perda de suas terras que passaram a fazer parte da UC.

Em um segundo momento, especialmente após o início dos anos 2000, as mesmas propriedades que haviam sofrido uma desvalorização em função do parque, acabaram se valorizando como consequência do fortalecimento do setor turístico e da chegada de infraestruturas como o asfalto, adquirindo preços muito superiores aos que haviam sido pagos por seus novos proprietários, beneficiando, assim, os novos donos das terras. Muitos desses novos donos eram moradores alternativos, que passaram a se instalar no Patrimônio da Penha especialmente a partir do início dos anos de 1990.

Neste caso, a terra que os locais não poderiam mais usar, em função da presença da unidade, se tornou atrativa para os moradores vindos de fora, pois a ideia de preservação por eles defendida se encaixava nos ideais de proteção estabelecidos pelo parque. Desse modo, a partir da noção de Justiça Ambiental apresentada por Acselrad, Mello e Bezerra (2009), tem-se, então, um processo de injustiça ambiental em andamento, já que enquanto alguns grupos de moradores passaram a não mais poder fazer uso da terra, por estar próxima ao parque, outros

grupos se beneficiaram desse fato, através da desvalorização, em um primeiro momento, das propriedades que ocorreu como consequência da implementação do ParNa Caparaó.

Evidenciou-se, também, a ocorrência de um tratamento diferenciado dado pelos funcionários do parque aos dois grupos de moradores que habitam o Patrimônio da Penha, o que nos remete, como argumentado por Acselrad, Herculano e Pádua (2004), a um dos fatores responsáveis pelo surgimento do Movimento por Justiça Ambiental, sendo esta mais uma situação de injustiça ambiental que pôde ser observada no Patrimônio. É possível que tal situação esteja diretamente associada à estrutura de funcionamento do ParNa Caparaó. Assim, é provável que a estrutura da unidade, juntamente com seus gestores, estivesse “preparada” para lidar com determinados tipos de ameaças à UC, tais como a caça, a coleta de madeira e de palmito, entre outras. Porém, não tinha o mesmo “preparo” para tratar de outras formas de ameaças que surgiriam tempos depois, após a amortização dos conflitos iniciais, como a própria construção irregular de moradias pelos novos sujeitos locais.

Além das situações já demonstradas até aqui, foi possível notar, ainda, uma grande dificuldade por parte dos funcionários do parque, e até mesmo dos moradores alternativos, em se colocar no lugar dos moradores nativos, buscando entender seus hábitos e formas de reprodução social. Esse fato pode gerar falta de compreensão das situações que se desenvolvem no Patrimônio da Penha, pois o que é estranho para alguns sujeitos, acaba sendo parte do dia a dia e da cultura de outros. Logo, como consequência desse contexto, pode-se ter a ocorrência de injustiça ambiental e de conflitos socioambientais.

Eu vou te falar que na maioria das vezes a pessoa tem consciência de que está fazendo algo que não é correto, mas por motivos que eu desconheço insistem nisso né. Eu acho que, por exemplo, é uma coisa totalmente descabida caça. É crime, está na Lei, mas independentemente de estar na Lei, eu acho que não faz sentido. Se isso no passado era uma fonte de alimento para as pessoas que colonizaram aqui, existia animais em quantidade, não existia acesso, as condições de vida eram tão difíceis que as pessoas não tinham condições, era uma coisa cultural, acho que hoje é totalmente descabida. E eu não vejo, são ações punitivas que eu não vejo [como negativas], eu acho que são positivas sabe. Eu acho que a captura de animais, aves, comércio de aves, que é ilegal, que é uma coisa que a gente atua também, eu acho que não faz sentido você ficar retirando da natureza, ficar fazendo comércio de aves, prendendo passarinho, essas coisas já acabaram. Desmate, fogo, desmate em APP, também é uma coisa que já não faz mais sentido. (FUNCIONÁRIO C).

Na verdade, existia [conflitos entre parque e comunidade], porque o parque sempre foi uma barreira, e o parque foi criado em 1961 e foi aberta uma portaria em Alto Caparaó, em Minas, e o lado de cá [Espírito Santo] ninguém tinha acesso ao parque. Então as pessoas sabiam que era proibido, sabiam que era uma coisa que não podia

ninguém mexer, mas todo mundo mexia. Então, para poder avançar eles colocavam fogo, entravam e tiravam muito palmito, era muita caça (ALTERNATIVO H).

Além disso, nota-se, mais uma vez, a produção de situações de injustiça ambiental por parte do Estado. Este cria o parque, impede os sujeitos locais de construir e cultivar nas terras que antes da instituição da UC pertenciam a esses sujeitos, sendo, muitas vezes, espaços de reprodução social ancestrais, mas acaba não indenizando estes sujeitos pela perda de suas propriedades, pois não os percebem como merecedores de atenção.

Essa situação nos remete, mais uma vez, a um dos fatores responsáveis pelo surgimento do Movimento por Justiça Ambiental, visto que esse movimento emerge como consequência, dentre outras coisas, do mal tratamento dado pelo Estado aos grupos sociais mais vulneráveis, como ressaltado no capítulo 1 por Acselrad, Herculano e Pádua (2004). Além disso, tomando como base as afirmações de Leff (2013), esse acontecimento também nos leva à perspectiva oferecida pela ecologia política, pois demonstra toda a desigualdade de forças existente nas diferentes relações de poder que constituem esse espaço, onde os sujeitos locais, em boa parte das vezes, não são capazes de se contrapor ao poder estatal.

Essa situação pareceu ser, ainda, estratégica para o Estado, pois ao deixar os moradores dentro do parque e limitar sua atuação ao máximo, acabou levando os mesmos e seus herdeiros ao abandono dessas propriedades. Por consequência, estas acabaram passando, quase que de uma forma “natural”, para os domínios do parque, sem que as compensações financeiras obrigatórias fossem pagas aos proprietários.

A questão fundiária do ParNa Caparaó se caracterizava, dessa forma, como mais uma situação de injustiça ambiental que se desenvolveu como consequência da existência da UC. Nesse aspecto, foi possível notar algumas contradições nas falas dos funcionários do parque. Dessa forma, enquanto o Funcionário E afirmou que acreditava que a UC tivesse cinquenta por cento de suas terras regularizadas, os Funcionários A e D argumentaram que essa porcentagem variava entre trinta e cinco e quarenta por cento (FUNCIONÁRIO A; FUNCIONÁRIO D; FUNCIONÁRIO E).

O parque hoje tem cinquenta por cento de sua malha fundiária já consolidada, a gente não sabe ainda se os outros cinquenta por cento são totalmente áreas a serem indenizadas. É possível que uma porção significativa sim, mas a gente sabe que ainda existem terras devolutas, e algumas outras áreas que eventualmente já foram até pagas e que precisam ser retomadas pelo interesse público. Mas esse é o nosso principal

desafio: fazer a consolidação territorial da unidade. Então a gente tem que avançar cada vez mais com os papéis para regularizar plenamente a unidade, o que é mais estratégico, por exemplo, é viabilizar as áreas que são mais importantes para proteção e uso público. Tem muita coisa que depende da regularização fundiária para acontecer, para gente conseguir desempenhar efetivamente o conjunto das nossas competências no local (FUNCIONÁRIO E).

A regularização fundiária, no final da década de 1970 e início da de 1980 teve um avanço bom, desapropriação de uns 30% do parque. Depois de 1980 para cá, somente agora em 2010 que recomeçou a desapropriação, tá desapropriando mas de forma muito lenta. Os recursos financeiros esbarram na questão de documentação, então está muito lento esse processo. Hoje apenas uns trinta e cinco por cento das terras do parque é que estão regularizadas (FUNCIONÁRIO D).

Algumas dessas áreas foram abandonadas, em função dos já citados impedimentos impostos pelo parque aos seus proprietários. Inclusive, em conversa não gravada com o Nativo K, este argumentou que sua família tinha terras em uma área que passou a fazer parte do parque, sendo abandonada por seus pais e irmãos, de modo que os mesmos ainda não haviam recebido nenhum tipo de indenização pela anexação de suas terras à área da unidade até o período de realização dessa pesquisa.

Do mesmo modo, o Nativo I também argumentou que tinha conhecimento de casos semelhantes ao relatado pelo Nativo K, onde propriedades foram abandonadas por seus donos e pelos herdeiros dentro da área que pertencia ao parque, sem que houvesse o pagamento de indenização a estes sujeitos.

É imperativo notar, também, nas falas dos funcionários do parque, a falta de conhecimento exato sobre a real situação fundiária do ParNa Caparaó. Esse episódio demonstra, mais uma vez, a despreocupação do Estado com a situação dos sujeitos afetados pela implementação da unidade, e mesmo com o meio ambiente natural. Assim, deixa transparecer que a criação de áreas naturais protegidas no país se deu muito mais para atender a pressões e demandas internacionais e de alguns grupos ambientalistas nacionais, do que a partir de uma preocupação com os problemas ambientais de fato, excluindo ainda desse processo a opinião de outros grupos sociais, especialmente os mais afetados pela instalação desses territórios legais.

Especialmente no tocante ao período em que o ParNa Caparaó foi criado, no início da década de 1960, evidenciou-se que as preocupações ambientais partiam essencialmente de alguns grupos ambientalistas, não sendo ainda compartilhadas por um grande número de

pessoas no país. Percebeu-se, também, que os movimentos que se estabeleceram em torno da criação do parque apresentavam, como uma de suas principais motivações, o fator econômico, de atração de novos investimentos e de desenvolvimento do setor turístico. Logo, apesar de alguns estudos e expedições de caráter científico terem sido realizados na Serra do Caparaó, que acabaram dando conta da necessidade de se criar mecanismos de conservação da natureza local, evidenciou-se a ausência de planejamento mais detalhado acerca da viabilidade da constituição do parque na região.

À vista disso, os problemas fundiários verificados durante a realização da pesquisa tinham, em nosso entendimento, relação direta com a ausência desse planejamento. Dessa forma, mesmo após cinquenta e quatro anos de sua existência, a maior parte das terras do ParNa Caparaó continuam sem regularização, produzindo situações de injustiça ambiental ao não pagar aos proprietários por suas terras que passaram à condição de parque e por limitar suas atividades dentro desses espaços, inclusive no Patrimônio da Penha, gerando conflitos socioambientais entre a comunidade e a UC, sendo esta uma situação que se assemelha à situação de outros parques nacionais brasileiros, como ressaltado por Diegues (2001), Monteiro (2011), Santos, L. (2009), dentre outros.

Outra situação verificada no Patrimônio da Penha diz respeito às relações capitalistas que foram produzidas pela presença do parque. Dessa forma, o ParNa Caparaó tornou-se um mecanismo que influenciou no fim das relações dos sujeitos locais com a natureza como bem comum, passando a mesma a ser objeto de exploração econômica.

Um dos principais exemplos que pôde ser verificado diz respeito às cachoeiras. Muitas das cachoeiras existentes no Patrimônio caracterizavam-se por serem locais abertos, espaços de encontro entre os moradores nativos, constituindo, dessa forma, territórios de reprodução sociocultural destes. Com a instituição da UC, muitos desses espaços, antes frequentados essencialmente por moradores nativos, foram fechados à visitação. Além disso, com os processos de venda de terras pelos nativos, desencadeados após a instituição da UC, outras cachoeiras acabaram passando para o domínio dos novos proprietários.

Posteriormente, com o fortalecimento do setor turístico, estes espaços tonaram-se economicamente valorizados. Como a lógica do capital repousa na busca incessante de lucro, transformando a tudo e a todos em mercadorias (LÖWY, 2013), desenvolveu-se no Patrimônio da Penha um processo de privatização da natureza, conceito que foi discutido pelo Ecosocialismo, onde a mesma deixa de ser um bem comum, de uso de todos, transformando-

se em mercadoria, onde seu uso passa a ser negociado por alguns sujeitos ou grupos específicos com o objetivo de alcançar o almejado lucro.

Destarte, notou-se que os processos em curso não beneficiam a todos os moradores locais. Essa situação se deu, pois os espaços, antes comuns e que foram tornados privados, ou, no caso das áreas que passaram para os domínios do parque, foram estatizados, não têm os valores arrecadados com sua exploração comercial divididos entre todos os moradores locais, ficando exclusivamente com seus novos proprietários. Logo, a natureza é mercantilizada, seguindo a lógica de expropriação que impera no sistema capitalista hegemônico, e que no caso específico do Patrimônio da Penha, condicionou o fim de territórios de reprodução sociocultural comuns aos moradores nativos.

Além disso, o fortalecimento do turismo na região, a implantação de infraestruturas como o asfalto e o surgimento desse novo contexto de exploração da natureza local, acabou dando início a um processo de especulação imobiliária no Patrimônio da Penha. Dessa forma, a dinâmica local sofreu novo impacto, com a chegada de novos moradores atraídos pela presença do parque e, mais uma vez, pela alteração nas formas de reprodução sociocultural dos moradores nativos, com a perda de territórios de reprodução sociocultural e o aumento de determinadas ocorrências, como os roubos e o uso de drogas, relatadas nas entrevistas e conversas não gravadas com alguns nativos.

Notou-se, ainda, que na busca de tentar escapar de possíveis críticas que pudesse sofrer pelos impactos que produziu sobre as comunidades do entorno, o ParNa Caparaó criou projetos muito pontuais nessa área. Entre eles destacamos o da reciclagem de lixo, desenvolvido junto às escolas de municípios do entorno em parceria com a ONG AMAR Caparaó, e também outro em que buscou reduzir o valor do ingresso cobrado aos moradores dos municípios que tinham terras dentro da UC.

Porém, foi perceptível que os impactos produzidos pelo ParNa Caparaó no Patrimônio da Penha, especialmente os impactos indiretos, são muito maiores, não sendo possível à unidade mitigar os mesmos a partir de iniciativas dessa natureza. As mudanças no cotidiano dos moradores nativos, a perda de territórios de reprodução sociocultural comuns, as limitações ou proibições a práticas e hábitos já enraizados, e os conflitos entre os grupos de moradores dentro do Patrimônio e entre estes e o parque, dentre outras ocorrências, foram situações diretamente influenciadas pela presença da UC.

Entretanto, a gravidade das situações citadas anteriormente é muito maior do que as ações de mitigação que foram desenvolvidas. Assim, tem-se o desenvolvimento de ações por parte do parque que não condizem com as dificuldades reais existentes no Patrimônio da Penha, produzindo situações de injustiça ambiental e de conflitos socioambientais.

Todavia, foi possível evidenciar que muitos desses impactos negativos ocasionados sobre a comunidade do Patrimônio da Penha pelo parque acabaram se dando sem que houvesse maior resistência dos moradores nativos, pois muitos sequer percebiam os mesmos como situações de conflito com seus modos de vida enraizados. Esse fato, como já mencionado, pode estar diretamente associado com o tempo de existência do parque, que na data da pesquisa tinha cinquenta e quatro anos.

Evidenciou-se, ainda, que essa situação parecia estar associada à percepção que parte dos moradores, nativos e alternativos, e os funcionários do parque têm sobre a presença da UC na região. Esta parece ser percebida como um sinal da presença do Estado Nacional e da modernidade. Dessa forma, parece haver um entendimento, especialmente por parte dos moradores alternativos e dos funcionários do parque, de que as formas de reprodução social dos nativos são pautadas em processos considerados atrasados e, até mesmo, degradantes do meio ambiente natural.

Logo, o ParNa Caparaó se caracterizaria como vetor responsável pela implantação de novas formas de reprodução social, ocasionando nesse percurso a desconstrução das formas desenvolvidas pelos nativos. Com um discurso pautado nessa perspectiva de atraso dos modos de reprodução social dos nativos, que perpassa a desvalorização desses modos de reprodução, desconstrói-se qualquer movimento de resistência ou valorização dos costumes desenvolvidos ao longo do tempo pelos nativos, evidenciando, novamente, a existência de relações desiguais de poder sobre esse território, como assinalado pela ecologia política.

Sendo assim, os nativos não percebem, na maior parte do tempo, que existe uma oposição ou choque entre os diferentes modos de vida manifestados sobre esse território. Ao contrário, a percepção que estes têm é de que o parque (e os alternativos) trouxeram um novo modo de vida para eles, mais “moderno” e “sustentável”. Assim, a resistência e, por consequência, a ocorrência de conflitos explícitos, se tornam situações menos comuns no Patrimônio da Penha.

Para além desse contexto, outro ponto que pode ter influenciado nessa situação peculiar verificada no Patrimônio da Penha foi a própria atuação da ONG AMAR Caparaó, que em parceria com o IBAMA desenvolveu, durante algum tempo, trabalhos de Educação Ambiental no Patrimônio e em outras áreas do entorno, aproximando comunidade e parque, como também já evidenciamos em outro momento.

Por fim, outra situação relevante que pôde ser observada no Patrimônio foi a ausência de conflitos coletivos entre a comunidade e o parque, tendo os conflitos que puderam ser identificados nesse território uma característica mais individualizada, se desenvolvendo entre alguns sujeitos e a unidade, sendo esta mais uma situação que se contrapõe às realidades vivenciadas por outras UCs nacionais com as mesmas características do ParNa Caparaó. Em contrapartida, foi possível identificar a existências de conflitos coletivos entre os dois grupos de moradores que compõem a comunidade, nativos e alternativos, como buscamos evidenciar ao longo da pesquisa.

À vista disso, tem-se no Patrimônio da Penha uma situação muito peculiar, especialmente em comparação com boa parte das áreas naturais protegidas de caráter integral espalhadas pelo país: a ausência de conflitos socioambientais explícitos. Porém, a ausência dessa categoria de conflitos não significa que os conflitos socioambientais não ocorram no Patrimônio. Ao contrário, evidenciou-se a ocorrência de diversos embates de caráter ambiental, mas que se apresentavam em forma e intensidade diferentes dos verificados em outras UCs do país com as mesmas características do ParNa Caparaó.

Do mesmo modo, situações de injustiça ambiental também puderam ser verificadas no Patrimônio da Penha. Porém, assim como aconteceu com os conflitos socioambientais, estas ocorrências não se apresentaram com grande evidência, sendo necessário um olhar mais aprofundado para que fosse possível identificá-las.

## Capítulo 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observar a situação vivenciada pelas unidades de conservação no Brasil, foi possível perceber que estas não se encontram em condição confortável no que tange à preservação ambiental e, principalmente, no que se refere à convivência com as comunidades que vivem em seus entornos.

O levantamento bibliográfico realizado para essa pesquisa, nos permitiu perceber que muitos são os problemas enfrentados pelas UCs brasileiras, com destaque especial para os parques nacionais. Estes, como buscamos demonstrar durante a realização do trabalho, são oriundos de um pensamento que foi gestado fundamentalmente nos espaços urbanizados dos países centrais, tendo início nos Estados Unidos da América em 1872 com a fundação do primeiro parque nacional do mundo, o de Yellowstone.

A criação de Yellowstone representou importante marco na história das áreas naturais protegidas no mundo. Dessa forma, este se tornou um modelo que passou a ser copiado por vários outros países, especialmente durante o século XX, chegando, inclusive, em países ditos periféricos como o Brasil.

O modelo de parque inaugurado em Yellowstone pautou-se essencialmente no pensamento preservacionista, que via a relação homem/natureza de forma dicotômica. A disseminação desse modelo de áreas naturais protegidas para países como o Brasil, onde povos ancestrais, como os indígenas e outros, sempre mantiveram uma relação de muita proximidade com o meio ambiente natural, sendo este uma fonte essencial para sua reprodução sociocultural, acabou produzindo uma gama variada de conflitos.

Estes conflitos, caracterizados aqui como socioambientais, acabaram demonstrando muitas das fragilidades existentes no modelo de áreas naturais protegidas inaugurado no século XIX, com especial destaque para os parques nacionais. Diferentemente do que aconteceu em muitos países centrais, onde os espaços destinados à implantação dessas áreas especiais para proteção ambiental muitas vezes eram “espaços vazios” (DIEGUES, 2001), sem moradores, nos países periféricos para onde esse arquétipo acabou se expandindo, muitos dos espaços destinados à criação dessas áreas eram habitados por populações com diferentes características socioculturais.

A falta de percepção dos gestores e órgãos governamentais do Brasil sobre esse contexto acabou contribuindo para a fragilidade apresentada por estes espaços, podendo essa fragilidade ser constatada durante o levantamento bibliográfico realizado para a pesquisa. Além disso, o predomínio de um pensamento preservacionista, que não concebia a existência de relações mais próximas entre homem e meio e que, principalmente, percebia todos os grupos humanos, independentemente de suas características socioculturais, como naturalmente degradantes do meio ambiente natural, acabou levando à ocorrência de vários embates entre os diferentes sujeitos afetados pela instituição desses espaços.

Outros problemas também acabaram afetando o bom funcionamento das UCs brasileiras. A ausência de planejamento, a falta de recursos financeiros, a constante mudança nos órgãos responsáveis pela gestão desses espaços, o que, muitas vezes, acabava não permitindo uma continuidade nos trabalhos e políticas ambientais que eram desenvolvidos, entre outras situações, produziram várias ocorrências que afetaram de forma negativa as UCs do país.

Logo, situações como a falta de regularização fundiária, incêndios criminosos, conflitos socioambientais de várias ordens e intensidade, falta de indenização aos moradores que perderam suas terras para a instalação de áreas protegidas, injustiça ambiental, entre vários outros problemas, caracterizam as UCs brasileiras até aqui.

Todas estas ocorrências acabam produzindo a percepção de que o modelo de UCs implantado no país vêm fracassando em vários sentidos. As dificuldades de gestão da área das unidades produzem situações quase impossíveis de serem resolvidas, como a própria regularização fundiária das mesmas. Consequentemente, as políticas ambientais que são criadas para esse setor esbarram em todas estas limitações e dificuldades que foram se acumulando ao longo de várias décadas de gestão ineficiente desses espaços, o que agrava ainda mais a situação já difícil experimentada por boa parte das unidades de conservação do país.

Além disso, problemas recorrentes também acometem as Zonas de Amortecimento. Estas são fundamentais para o sucesso das UCs, visto que situações que se desenvolvem nestes territórios podem produzir impactos positivos ou negativos diretos dentro das unidades. Porém, a complexidade geralmente apresentada por estes espaços acaba ocasionando um conjunto de problemas que levam à ocorrência de conflitos socioambientais e, também, de situações de injustiça ambiental.

Sua complexidade é tamanha que, ao longo dos últimos vinte e cinco anos, a Lei que estabelece o tamanho da Zona de Amortecimento das UCs e que regulamentou os usos e atividades passíveis de serem desenvolvidas nesse território já sofreu várias modificações. Uma das principais mudanças se deu com relação ao tamanho da Zona de Amortecimento, que passou de uma área obrigatória de cerca de dez quilômetros no entorno das UCs, para cerca de três quilômetros a partir de 2010, sendo esta situação uma clara demonstração de que, apesar de sua significativa importância ambiental e social, gerir esse espaço sempre representou um grande desafio para o Estado.

Além disso, a recente criação (2007) de um órgão especificamente voltado para a gestão das UCs do país, o ICMBio, também acabou representando retrocessos no que tange à gestão da Zona de Amortecimento desses espaços. Apesar desse órgão contar com um volume maior de recursos financeiros destinados às UCs, sua atuação acabou sendo restringida, limitando-se quase que exclusivamente ao interior dessas unidades.

No que se refere ao ParNa Caparaó, muitos dos problemas anteriormente citados também atingem a unidade e sua Zona de Amortecimento. Durante a realização da pesquisa destacamos alguns desses problemas, tomando como base de estudo a comunidade do Patrimônio da Penha, localizada no entorno capixaba do parque. Dessa forma, salientamos especialmente os problemas relacionados à situação fundiária da UC, às restrições impostas pela unidade aos moradores sem praticamente nenhum tipo de contrapartida, às mudanças no cotidiano dos moradores nativos que foram induzidas pelo parque, os conflitos socioambientais existentes no Patrimônio, além das situações de injustiça ambiental que foram geradas a partir da instalação da UC.

No tocante a situação fundiária do ParNa Caparaó evidenciou-se que a UC possui ao menos cinquenta por cento de suas terras ainda não regularizadas. Esse fato tem se caracterizado como um dos maiores empecilhos enfrentados pelas unidades de conservação brasileiras, produzindo problemas para estas UCs e criando várias situações de conflitos socioambientais.

No caso específico do Patrimônio da Penha, muitas propriedades ainda estavam situadas dentro dos limites do parque, sendo que em boa parte delas existiam moradores residindo e, em outra parte, apesar de não terem mais pessoas vivendo, estas ainda não haviam sido devidamente indenizadas, produzindo situação de injustiça ambiental por parte do parque aos proprietários dessas terras.

No que tange as restrições de uso, foi possível averiguar que estas afetaram diretamente as formas de reprodução social dos moradores nativos do Patrimônio. Porém, apesar de impor várias restrições de uso e produzir, dessa maneira, prejuízos aos moradores nativos, o parque não criou novas alternativas para substituir as antigas práticas e possibilitar a transição econômica na região. Assim, os moradores nativos viram-se em situação de dificuldade, pois não podiam mais continuar a realizar suas práticas comuns, ao passo que também não tinham novas possibilidades sendo criadas.

Além disso, o estudo permitiu identificar conflitos socioambientais “de segunda ordem”. Diferente dos conflitos gerados diretamente pela implantação e operação do parque, estes são oriundos das mudanças territoriais decorrentes dessa implantação. No caso específico do ParNa Caparaó, esses conflitos estiveram associados às mudanças induzidas no cotidiano e nas formas de reprodução sociocultural dos moradores nativos do Patrimônio a partir da instalação do ParNa Caparaó. Uma das principais alterações que pôde ser notada deu-se com relação à chegada de novos moradores, caracterizados como alternativos, com formas de reprodução sociocultural distintas daquelas dos moradores nativos, o que produziu modificações importantes na dinâmica do lugar.

Dessa maneira, foram relatadas situações de conflito entre os dois grupos de moradores, nativos e alternativos, que passaram a conviver no Patrimônio da Penha. A chegada dos alternativos se deu essencialmente em função do parque, tendo este grupo social uma visão de mundo mais alinhada à filosofia preservacionista e que diferia da visão de mundo dos moradores nativos. Dessa forma, situações de conflito envolvendo os dois grupos de moradores e o ParNa Caparaó eram recorrentes. Dentre esses conflitos, foram percebidos aqueles envolvendo o uso do território e dos recursos naturais, a circulação por territórios antes comuns, a participação nas esferas de decisão e o tratamento diferenciado dado pelos gestores do parque aos dois grupos de moradores. Apesar dessa diversidade de conflitos, na maior parte do tempo a intensidade dos embates não permite uma percepção clara dessas ocorrências pelos moradores, passando uma imagem inicialmente enganosa da inexistência de conflitos no Patrimônio.

Ao contrário, o que foi possível perceber foi que no Patrimônio da Penha a ocorrência dos conflitos socioambientais dava-se em forma e intensidade diferentes dos que mais comumente ocorrem e são estudados na maior parte das unidades de conservação brasileiras com características semelhantes ao ParNa Caparaó. Desse modo, enquanto que a maior parte

desses embates se caracterizam pela grande evidência que demonstram, no Patrimônio os conflitos apresentam menor intensidade e, por consequência, também acabam não sendo percebidos com tanta clareza.

Porém, essa situação não exclui a ocorrência dos mesmos e, da mesma forma, também não exclui a ocorrência de situações de injustiça ambiental. Pelo contrário, como buscamos evidenciar várias são as situações de embates e também de injustiça ambiental que se desenvolvem no Patrimônio, sendo estas diretamente influenciadas pela presença do ParNa Caparaó.

Porém, é importante salientar que, diferentemente do que foi possível aferir do levantamento bibliográfico sobre as principais causas dos conflitos socioambientais nas UCs do país, no Patrimônio da Penha notou-se que parcela importante dos sujeitos locais, nativos e, principalmente, alternativos, apresentam percepções positivas com relação ao ParNa Caparaó. Estes demonstraram, ainda, possuir um sentimento de pertencimento também relevante com relação ao parque, especialmente associando a existência do mesmo com a proteção dos recursos hídricos locais.

Além disso, muitos dos moradores entrevistados também associaram a presença do parque às melhorias estruturais experimentadas pelo lugar. Dessa forma, a construção do asfalto, a instalação da telefonia móvel e da internet, entre outras realizações, foram diretamente conectadas à existência do parque, sendo o mesmo percebido pelos sujeitos locais como o vetor do “desenvolvimento” experimentado localmente.

Apesar dessa situação, foi possível perceber que a estrutura do ParNa Caparaó, assim como também ocorre com os demais parques nacionais do país, teve sua construção voltada essencialmente para o turista, e não para os moradores locais. Logo, ainda que vários moradores locais tenham demonstrado uma certa afeição pela unidade, esta não tem se feito acessível aos locais do mesmo modo que se faz aos turistas.

A ausência de projetos de integração dos moradores do entorno à gestão da unidade foi o principal exemplo notado neste sentido. Além disso, evidenciou-se, também, que parecia haver um certo distanciamento entre a UC e a comunidade, sendo uma das principais manifestações dessa situação a ausência de uma presença mais constante dos funcionários do parque na comunidade e dos moradores locais na UC.

À vista disso, é possível asseverar que, assim como ocorre com os demais parques nacionais brasileiros, são grandes os desafios vivenciados pelo ParNa Caparaó. Especialmente no que diz respeito à sua Zona de Amortecimento, com destaque para a comunidade do Patrimônio da Penha, faz-se necessário uma maior aproximação entre o parque e as comunidades do entorno, além de outras ações, visando integrar seus moradores à gestão da UC, objetivando produzir um modelo de gestão capaz de contemplar não somente os interesses da unidade, mas sobretudo as necessidades dos sujeitos e grupos sociais locais.

Também é perceptível a necessidade de criação de projetos que possam auxiliar no desenvolvimento de atividades econômicas nessa área, integrando o maior número possível de pessoas, objetivando melhorias nas condições de vida dos moradores locais, compensações às perdas sofridas a partir das restrições de uso impostas pelo ParNa Caparaó e a produção de justiça ambiental.

Acreditamos, dessa maneira, que apenas através de ações concretas, com a participação e a integração direta dos diferentes sujeitos afetados, é que empreendimentos como as áreas naturais protegidas poderão se tornar de fato espaços que produzam contribuições significativas para as sociedades, e não apenas sobre o prisma ambiental, mas também sociocultural. Dessa forma, ao passo que auxiliariam na proteção ambiental de parcelas significativas de biomas do país, também seriam capazes de contribuir para a sensibilização ambiental e para a melhoria das condições socioeconômicas dos sujeitos que por elas são diretamente impactados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. As práticas sociais e o campo dos conflitos ambientais. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará; Fund. Heinrich Boll, 2004.
- ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. Disponível em: <[www.scielo.org/php/index.php?lang=en](http://www.scielo.org/php/index.php?lang=en)>. Acesso em: 22 de junho de 2014.
- ALTVATER, E. Existe um marxismo ecológico? In.: BORÓN, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Orgs.). **La teoria marxista hoy: problemas y perspectivas**. Buenos Aires: Clacso, 2006. p. 341-363.
- AQUINO, R. J. C. La ecología política como respuesta al problema medio ambiental. In: IX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 2007. Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- ARAÚJO, M. A. R. **Unidades de conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial**. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.
- ARAÚJO, L. R. R.; SOUZA, R. M. Territorialidade, conflitos socioambientais e a atividade turística em unidades de conservação: uma discussão conceitual. **Revista Nordestina de Ecoturismo**, Aquidabã, v. 5, n. 2, p. 19-27, mai./out. 2012. Disponível em: <[sustenere.co/journals/index.php/nature/article/view/ESS1983-8344.2012.002.0002](http://sustenere.co/journals/index.php/nature/article/view/ESS1983-8344.2012.002.0002)>. Acesso em: 17 de junho de 2014.
- ARRUDA, R. “Populações Tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, ano II, v. 5, set. 1999. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07](http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07)>. Acesso em: 02 de abril de 2014.
- BARBANTI, JR. O. Conflitos socioambientais: teorias e práticas. In: **I Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS**. Indaiatuba, nov. 2002. Disponível em: <[www.anppas.org.br](http://www.anppas.org.br)>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2014.
- BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevista em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1 (3), p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <http://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>>. Acesso em: 18 de abril de 2015.

**BRASIL.** Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1934a. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 05 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 23.793. Aprova o Código Florestal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1934b. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d23793.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm)>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/114771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/114771.htm)>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 289 de 28 de fevereiro de 1967. Cria o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e dá outras providências. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0289.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0289.htm)>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Resolução Conama nº 13, de 06/12/1990. Disponível em: [www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=110](http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=110)>. Acesso em: 15 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm)>. Acesso em: 05 de março de 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.040, de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em 25 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. Lei 11.516, de 18 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/11516.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11516.htm)>. Acesso em: 10 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Resolução Conama nº 428 de 17/12/2010. Disponível em: [www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=641](http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=641)>. Acesso em: 02 fevereiro de 2015.

**BRASÍLIA.** Plano de Manejo do Parque Nacional do Caparaó. Brasília: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, 1981.

BRITO, M. C. W. **Unidades de conservação:** intenções e resultados. 2ª ed. – São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

BRITO, F. A. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n 57, p. 221-236, maio/ago. 2006.

BRITO, D. M. C. et al. Conflitos socioambientais no século XXI. **PRACS**, Macapá, n. 4, p. 51-58, dez. 2011. Disponível em: [periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/viewArticle/371](http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/viewArticle/371)>. Acesso em: 28 de abril de 2014.

BRITO, F. A.; PINHO, B. A. T. D. **A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012.

BRITO JÚNIOR, A. F.; FERES JÚNIOR, N. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Evidência**, v. 7, n. 7, p. 237-250, Araxá-MG, 2011. Disponível em: [www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/200](http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/200)>. Acesso em: 18 de abril de 2015.

CAMPOS, R. F.; FÉLIX, L. A. G.; e VASCONCELOS, F. C. W. Política ambiental brasileira: histórico legal da criação de áreas protegidas. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, número especial EGAL, p. 1-16, II semestre de 2011. Disponível em: [www.revista.una.ac.cr/index.php/geografia/article/view/2541](http://www.revista.una.ac.cr/index.php/geografia/article/view/2541)>. Acesso em: 09 de janeiro de 2015.

CASTRO JUNIOR, E.; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Org.) **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

COELHO, M. C. N.; CUNHA, L. H.; MONTEIRO, M. A. Unidades de conservação: Populações, recursos e Territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Org.) **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

COUTINHO, R. “Crise ambiental” e desenvolvimento insustentável: a mitologia da sustentabilidade e a utopia da humanização do capitalismo “selvagem”. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 21-35, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://revistapraiavermelha.wordpress.com>>. Acesso em: 10 de outubro de 2014.

CUNHA, D. M. **Atuação das instituições governamentais e não-governamentais em projetos ambientais no entorno do Parque Nacional do Caparaó, Minas Gerais**. 124 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Instituto de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.

CUNHA, L. H.; COELHO, M. C. N. Política e Questão Ambiental. In CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (org.). **A questão Ambiental: Diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

DEWES, J. O. **Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição dos métodos**. Porto Alegre: UFRGS, 2013. 52 p.

DIEGUES, A. C. S. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

\_\_\_\_\_. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. – São Paulo: Hucitec, 2001.

\_\_\_\_\_. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 22, p. 37-50, Jul./Dez. 2010. Disponível em: <[ojs.c3sl.ufpr/ojs/index.php/made/article/view/16054](http://ojs.c3sl.ufpr/ojs/index.php/made/article/view/16054)>. Acesso em: 15 de janeiro de 2015.

DIOS, C. B.; MARÇAL, M. S. Legislação ambiental e a gestão de unidades de conservação: o caso do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba – RJ. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Org.) **Unidades de conservação**: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; NINIS, A. B. **O estado das áreas protegidas no Brasil – 2005**. Brasília: Observatório de Unidades de Conservação, CDS/UnB, 2006. Disponível em: <[http://www.academia.edu/3307044/O\\_Estados\\_das\\_Areas\\_Protegidas\\_do\\_Brasil\\_-\\_2005](http://www.academia.edu/3307044/O_Estados_das_Areas_Protegidas_do_Brasil_-_2005)>. Acesso em: 12 de janeiro de 2015.

ERNANDORENA, P. R. **A ação civil pública e a resolução dos conflitos ambientais em zona costeira de Santa Catarina**. 262 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 8, n. 6, p. 24-34, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca>>. Acesso em: 05 de setembro de 2015.

FERREIRA, H. S. **Trajatória da Gestão de Unidades de Conservação Federais no Brasil e os modelos institucionais de gestão: a mudança IBAMA – ICMBio e seus impactos na Amazônia Ocidental**. 214 p. Dissertação (Mestrado em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, Manaus, 2012.

FERREIRA, H. S.; PEREIRA, H. S. Gestão Ambiental Pública no Brasil: Políticas, Instituições e Modelos de Gestão das Unidades de Conservação Federais. **Revista de Estudos Amazônicos – Somanlu**, Manaus, ano 12, n. 1, p. 129-152, jan./jul. 2012. Disponível em: <[www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu](http://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu)>. Acesso em: 02 de março de 2015.

FOSTER, J. B.; CLARK, B. Imperialismo ecológico: a maldição do capitalismo. In: PANITCH, L.; LEYS, C. (org.). **Socialist Register**: o novo desafio imperial. Buenos Aires: CLACSO, 2006. Disponível em: <[bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/10\\_foster.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/10_foster.pdf)>. Acesso em: 5 de outubro de 2014.

FOSTER, J. B. A ecologia da economia política marxista. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 28, p. 87-104, jan./jun. 2012. Disponível em: <[www.pucso.br/neils/revista/vol\\_28.html](http://www.pucso.br/neils/revista/vol_28.html)>. Acesso em: 15 de maio de 2014.

FOSTER, J. B.; CLARK, B. Imperialismo ecológico y la fractura metabólica global: intercambio desigual y el comercio de guano/nitratos. **Revista Theomai**, Buenos Aires, n. 25, II semestre 2012. Disponível em: <[revista-theomai.unq.edu.ar/NUMERO%2026/contenido\\_26.htm](http://revista-theomai.unq.edu.ar/NUMERO%2026/contenido_26.htm)>. Acesso em: 06 de outubro de 2014.

FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 9, p. 1-34, jul./dez. 2001. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/asoc/n9/16878.pdf](http://www.scielo.br/pdf/asoc/n9/16878.pdf)>. Acesso em: 02 de julho de 2014.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ/FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FIOCRUZ/FASE). **Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/010/a1200e/a1200e00.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2014.

GARCIA, C. M. H. Entre Minas Gerais e o Espírito Santo. A história da Criação do Parque Nacional do Caparaó e os conflitos socioambientais de sua administração. In: **II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**, Belo Horizonte, 8 a 11 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.2coninter.com.br/artigos/pdf/302.pdf>>. Acesso em: 01 de março de 2013.

GIOMETTI, A. B. R.; PITTON, S. E. C.; ORTIGOZA, S. A. G. Leitura do espaço geográfico através das categorias: lugar, paisagem e território. **Conteúdos e didática de Geografia**, UNESP/UNIVESP, São Paulo, v. 9, p. 33-40, 2012. Disponível em: <[http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/47175?locale=pt\\_BR](http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/47175?locale=pt_BR)>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. Apresentação. In: **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas**. \_\_\_\_\_. (Org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

GONÇALVES, R. **O nó econômico**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/03.pdf](http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/03.pdf)>. Acesso em: 03 de janeiro de 2015.

GONÇALVES, M. P.; BRANQUINHO, F. T. B.; FELZENSZWALB, I. Uma análise contextual do funcionamento efetivo e participação popular em uma unidade de conservação: o caso da área de proteção ambiental de Petrópolis (Rio de Janeiro: Brasil). **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 23, n. 2, p. 323-334, mai./ago. 2011. Disponível em: <[www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/index](http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/index)>. Acesso em: 07 de janeiro de 2015.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HERCULANO, S. Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. In: **I Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS**. Indaiatuba, nov. 2002. Disponível em: <[www.anppas.org.br](http://www.anppas.org.br)>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2014.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE)**. Senso Demográfico de 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**. 2015. Disponível em: <[www.icmbio.gov.br/portal](http://www.icmbio.gov.br/portal)>. Acesso em 10 de janeiro de 2015.

JATOBA, S. U. S.; CIDADE, L. C. F.; VARGAS, G. M. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, 2009. Disponível em: <[www.scielo.org/php/index?lang=en](http://www.scielo.org/php/index?lang=en)>. Acesso em: 02 de abril de 2014.

LEAL, G. F. Justiça Ambiental, conflitos latentes e externalizados: estudo de caso de pescadores artesanais do Norte Fluminense. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 83-102, out./dez. 2013. Disponível em: <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. Acesso em: 26 de novembro de 2015.

LEFF, H. La ecología política en América Latina: un campo en construcción. In: ALIMONDA, H. (org.). **Los tormentos de la materia: aportes para una ecología política latinoamericana**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p. 21-39.

\_\_\_\_\_. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. Ecologia política: uma perspectiva latino-americana. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 27, p. 11-20, jan./jun. 2013. Disponível em: <[www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br)>. Acesso em: 05 de abril de 2014.

LIPIETZ, A. A Ecologia Política e o Futuro do Marxismo. In: **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 9-22, Jan./Jul. 2003. Disponível em: <[www.scileo.org/php/index?lang=en](http://www.scileo.org/php/index?lang=en)>. Acesso em: 11 de junho de 2014.

LITTLE, P. E. A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas. In: **II Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS**. Indaiatuba, maio de 2004. Disponível em: <[www.anppas.org.br](http://www.anppas.org.br)>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2014.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. Ecologia política e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-71, jan./abr. 2013. Disponível em: <[www.scileo.org/php/index?lang=en](http://www.scileo.org/php/index?lang=en)>. Acesso em: 14 de maio de 2014.

LOUREIRO, C. F. B.; SAISSE, M. V.; CUNHA, C. C. Histórico da educação ambiental no âmbito federal da gestão ambiental pública: um panorama da divisão IBAMA à sua reconstrução no ICMBio. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 28, p. 57-73, jul./dez. 2013. Disponível em: <[ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/view/30204](http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/view/30204)>. Acesso em: 05 de janeiro de 2015.

LÖWY, M. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Ecosocialismo e planejamento democrático. **Crítica Marxista**, n. 28, p. 35-50, 2009. Disponível em: <[www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo164Artigo3.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo164Artigo3.pdf)>. Acesso em: 05 de agosto de 2014.

\_\_\_\_\_. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecosocialista. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 67, p. 79-86, jan./abr. 2013. Disponível em: <[www.scileo.org/php/index?lang=en](http://www.scileo.org/php/index?lang=en)>. Acesso em: 05 de agosto de 2014.

MALAGODI, M. A. S. Geografias do dissenso: sobre conflitos, justiça ambiental e cartografia social no Brasil. **Espaço e Economia**, n. 1, 2012. Disponível em: <[espacoeconomia.revues.org](http://espacoeconomia.revues.org)>. Acesso em: 10 de abril de 2014.

MARTINEZ-ALIER, J. Los conflictos ecológico-distributivos y los indicadores de sustentabilidade. **Revista de la Universidad Bolivariana**, v. 5, n. 13, 2006. Disponível em: <[www.redalyc.org/articulo.oa?id=30551307](http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30551307)>. Acesso em: 10 de maio de 2014.

\_\_\_\_\_. **O ecologismo dos pobres:** conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: contexto, 2007.

MARIN, R. E. A.; CASTRO, E. M. R. **Negros do Trombetas:** Guardiões de Matas e Rios. 2 ed. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.

MEDEIROS, R. Evolução das categorias e tipologias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 41-64, Jan./Jun. 2006. Disponível em: <[www.scileo.org/php/index?lang=en](http://www.scileo.org/php/index?lang=en)>. Acesso em: 02 de julho de 2014.

MEDEIROS, R.; IRVING, M.; GARAY, I. A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 6, n. 9, p. 83-93, jan. 2004. Disponível em: <[www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/115](http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/115)>. Acesso em: 14 de janeiro de 2015.

MONTEIRO, F. T. **OS (AS) APANHADORES (AS) DE FLORES E O PARQUE NACIONAL DAS SEMPRE-VIVAS (MG): travessias e contradições ambientais**. 2011. 240 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOURA, D. V. Justiça ambiental: um instrumento de cidadania. **Qualit@s Revista Eletrônica**, v. 9, n. 1, 2010. Disponível em: <[revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/issue/archie](http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/issue/archie)>. Acesso em: 06 de agosto de 2014.

MUNIZ, L. M. Ecologia Política: o campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 6, n. 12, p. 181-196, 2009. Disponível em: <[www.ppgsoc.ufma.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=380&catid=74&Itemid=114](http://www.ppgsoc.ufma.br/index.php?option=com_content&view=article&id=380&catid=74&Itemid=114)>. Acesso em: 15 de junho de 2014.

MUNGAI, M. F. **Mosaico de interesses, relações e conflitos: o Parque Nacional da Caverna do Peruaçu (MG)**. 2008. 201 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

NASCIMENTO, H. M. Pioneiros da ecologia política agrária contemporânea. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 2, p.257-272, jul./dez. 2009. Disponível em: <[www.scileo.org/php/index?lang=en](http://www.scileo.org/php/index?lang=en)>. Acesso em: 02 de julho de 2014.

O'CONNOR, J. Es posible el capitalismo sostenible? In: ALIMONDA, H. (org.). **Ecologia política: naturaleza, sociedade y utopia**. Buenos Aires: CLACSO, p. 27-52, 2002. Disponível em: <[bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ecologia/ecologia.html](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ecologia/ecologia.html)>. Acesso em: 20 de julho de 2014.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição – pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

PARREIRAS, C. P. **DESENVOLVIMENTO E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: O projeto Doces Matas e a inserção de Políticas de Gestão Participativa no Parque Nacional do Caparaó**. 2004. 200 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

PAULA, F. C. Repensando o Território: discutindo a categoria de território vivido. In: II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. **Anais...** São Paulo, USP, 2009.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, n. 3, v. 1, p. 5-26, maio de 2006. Disponível em: <[seer.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/1344/859](http://seer.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/1344/859)>. Acesso em: 28 de maio de 2015.

- \_\_\_\_\_. **Os descaminhos do meio ambiente**. 15ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- \_\_\_\_\_. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Revista INTERthesis**, n. 1, v. 09, p. 16-50, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2012v9n1p16>>. Acesso em: 02 de outubro de 2015.
- PORTO, M. F. S. Saúde do trabalhador e o desafio ambiental: contribuições do enfoque ecossocial, da ecologia política e do movimento pela justiça ambiental. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 829-839, out./dez. 2005. Disponível em: <[www.scielo.org/php/index?lang=en](http://www.scielo.org/php/index?lang=en)>. Acesso em: 12 de julho de 2014.
- PORTO, M. F.; MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 1983-1994, dez. 2009. Disponível em: <[www.scielo.org/php/index?lang=en](http://www.scielo.org/php/index?lang=en)>. Acesso em: 15 de abril de 2014.
- PORTO, M. F. S.; PACHECO, T. Conflitos e injustiça ambiental em saúde no Brasil. **Tempus – Actas em Saúde Coletiva**, Brasília, v. 4, n. 4, p. 26-37, 2009. Disponível em: [www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus](http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus)>. Acesso em: 14 de setembro de 2014.
- PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. (org.). **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.
- QUINTÃO, A. T. B. Evolução do conceito de parques nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento. **Brasil Florestal**, n. 54, p. 13-28, abr./jun. 1983.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMOS, G. C. D. ¿Por qué es importante la ecología política? **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 244, p. 47-60, mar./abr. 2013. Disponível em: <[www.giandelgado.net/2013/04/por-que-es-importante-la-ecologia\\_18.html](http://www.giandelgado.net/2013/04/por-que-es-importante-la-ecologia_18.html)>. Acesso em: 14 de abril de 2014.
- ROCHA, L. G. M.; DRUMMOND, J. A.; GAMEM, R. S. Parques Nacionais Brasileiros: problemas fundiários e alternativas para sua resolução. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 205-226, jun. 2010. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782010000200013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200013)>. Acesso em: 09 de janeiro de 2015.
- SANTOS, L. B. Trilhas da política ambiental: conflitos, agendas e criação de unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 133-150, jan./jun. 2009. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/asoc/v12n1/v12n1a10.pdf](http://www.scielo.br/pdf/asoc/v12n1/v12n1a10.pdf)>. Acesso em: 02 de julho de 2014.
- SANTOS, E. M. B. Parque Nacional do Caparaó: histórias de um lugar. **HALAC**, Belo Horizonte, v. III, n. 1, p. 117-143, set. 2013/fev. 2014. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/halac/index.php/periodicos/article/view/28/114>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2015.
- SANTOS, R. F. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.; SOUZA, M. A. (orgs.) **Território – Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

- \_\_\_\_\_. et al. O papel ativo da Geografia: um manifesto. In: **XII Encontro Nacional de Geógrafos**, Florianópolis, julho de 2000. Disponível em: <[http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09\\_7\\_santos.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_7_santos.pdf)>. Acesso em: 20 de julho de 2015.
- \_\_\_\_\_. SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2002.
- \_\_\_\_\_. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- SCHENINI, P. C.; COSTA, A. M.; CASARIN, V. W. Unidades de conservação: aspectos históricos e sua evolução. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, UFSC, **Anais...** Florianópolis, 10 a 14 de out. 2004. Disponível em: <[www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/PedroCarlosS.pdf](http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/PedroCarlosS.pdf)>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2015.
- SILVA, J. I. A. O. Conservação de recursos naturais no semiárido e desenvolvimento: análise do caso das reservas privadas. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XVI, n. 1, p. 79-98, jan./mar. 2013.
- SILVEIRA, M. L. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. XV (1), p. 4-12, jan./dez. 2011. Disponível em: [http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV\\_1/AGB\\_dez2011](http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011)>. Acesso em: 25 de maio de 2015.
- SOARES, M. C. C. (Coord.); BENSUSAN, N.; NETO, P. S. F. **Entorno de unidades de conservação: estudos de experiências em UCs de proteção integral**. Rio de Janeiro: FUNBIO, 2002.
- SOUZA, A. C. A. A evolução da política ambiental no Brasil do século XX. **Revista Achegas**, Rio de Janeiro, n. 26, nov./dez. 2005. Disponível em: <[www.achegas.net/numero/vinteeseis/ana\\_sousa\\_26.htm](http://www.achegas.net/numero/vinteeseis/ana_sousa_26.htm)>. Acesso em: 23 de setembro de 2011.
- TERRA, A. Evolução histórica da categoria geográfica território e a sua atual multiplicidade interpretativa. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 17-31, 2009. Disponível em: <<http://www.agbpp.dominiotemporario.com/doc/CPG31A-4.pdf>>. Acesso em: 19 de julho de 2015.
- TETREAULT, D. V. Escuelas de pensamiento ecológico en las Ciencias Sociales. **Estudios sociales**, México, v. 16, n. 32, jul./dic. 2008. Disponível em: <[www.scileo.org/php/index?lang=en](http://www.scileo.org/php/index?lang=en)>. Acesso em: 25 de abril de 2014.
- VALLEJO, L. R. Unidades de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro: UFF, ano 4, n. 8, 2002, p. 77-106. Disponível em: <[arquivos.proderj.rj.gov.br/inea\\_imagens/downloads/pesquisas/PE\\_ilha\\_Grande/Vallejo\\_2003.pdf](http://arquivos.proderj.rj.gov.br/inea_imagens/downloads/pesquisas/PE_ilha_Grande/Vallejo_2003.pdf)>. Acesso em: 03 de novembro de 2014.
- ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 97-107, out. 2008. <[www.scileo.org/php/index?lang=en](http://www.scileo.org/php/index?lang=en)>. Acesso em: 22 de abril de 2014.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Conflitos Ambientais**. Texto analítico, 2010b. Disponível em: <[conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI\\_LASCHEFSKI\\_-\\_Conflitos\\_Ambientais.pdf](http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI_LASCHEFSKI_-_Conflitos_Ambientais.pdf)>. Acesso em: 25 de novembro de 2015.

## ANEXO A

### ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

#### Entrevista com os moradores locais

- 1) Fale um pouco sobre você, sua formação, naturalidade, idade etc.
- 2) Como você percebe/vê o PNC?
- 3) Você considera a presença do Parque benéfica ou maléfica?
- 4) Como era a comunidade antes da criação do parque? Como as pessoas lidavam com a natureza/recursos?
- 5) E hoje em dia, como as pessoas lidam com a natureza/recursos?
- 6) Você se sente responsável pela proteção da natureza, do Parque e do seu entorno?
- 7) Você é chamado(a) para participar de ações voltadas à proteção da natureza, do Parque e do seu entorno?
- 8) Você se sente excluído(a) ou integrado(a) ao Parque? Por quê?
- 9) Como você percebe a relação entre os gestores do Parque e a população do entorno?
- 10) Você concorda ou discorda das restrições de uso que existem no Parque? Por quê?
- 11) São desenvolvidas ações que buscam melhorar as condições socioeconômicas da população que vive no entorno do Parque?
- 12) Quais os potenciais, os desafios e os limites que você percebe em relação ao parque?

### **Entrevista com os gestores do parque**

- 1) Fale um pouco sobre você, sua formação, naturalidade, idade etc.
- 2) Qual a importância do Parque para a região?
- 3) Como está o processo de revisão do plano de manejo do PNC?
- 4) A ausência desse documento atrapalha a gestão do Parque?
- 5) Avalia a participação dos moradores locais na elaboração do novo documento
- 6) Fale um pouco sobre o conselho consultivo do parque? Quais as suas atribuições? Quantos membros são? Como é sua atuação nas comunidades?
- 7) Como está o processo de regularização fundiária do PNC?
- 8) E como é o orçamento do parque? Existem recursos para desenvolver projetos, regularizar as terras do parque etc.?
- 9) Andando pela região do entorno, é perceptível que a área do parque parece bem preservada, mas seu entorno não. Como você vê essa situação?
- 10) Existe algum tipo de ação ou projeto que visa mudar essa realidade?
- 11) Como você percebe a atuação dos moradores sobre o parque e seu entorno?
- 12) Como é a relação dos moradores com os recursos naturais do parque?
- 13) Quais os tipos de “crime ambiental” mais comuns? Quais as atuações mais comuns feitas dentro do parque (pegar passarinho, incêndios, construção ilegal dentro do parque)?
- 14) Houveram mudanças nessas relações (sempre foram assim, ou se alteraram com o tempo, melhorando ou piorando)?
- 15) Existem ações que visam integrar os moradores locais à gestão do Parque?
- 16) Como você enxerga as restrições impostas pelo parque e pela legislação aos moradores locais?
- 17) Quais os potenciais, os desafios e os limites que você percebe em relação ao parque?

**Entrevista com os moradores alternativos**

- 1) Fale um pouco sobre você, sua formação, naturalidade, idade etc.
- 2) Qual a importância do Parque para a região?
- 3) Quais motivos te trouxeram até essa região?
- 4) Como é sua relação com o parque?
- 5) Como é sua relação com os gestores do parque?
- 6) Como é sua relação com os outros moradores da área?
- 7) Houveram mudanças nessas relações?
- 8) Até que ponto você acha que o parque influenciou nesse processo?
- 9) Como você percebe a atuação dos moradores sobre o parque e seu entorno?
- 10) Existem ações que visam integrar os moradores locais à gestão do Parque?
- 11) Como você enxerga as restrições impostas pelo parque e pela legislação aos moradores locais?
- 12) Quais os potenciais, os desafios e os limites que você percebe em relação ao parque

## ANEXO B

## EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE CRIAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL

PERÍODO	INSTRUMENTOS	INSTRUMENTOS INCORPORADOS	TIPOLOGIAS	CATEGORIAS
De 1934 até 1965	Código Florestal (Dec. 23793/1934)	- X -	Floresta Protetora; Floresta Remanescente; Floresta de Rendimento; Floresta Modelo	Parque Nacional; Floresta Nacional; Reserva de Proteção Biológica ou Estética
	Código de Caça e Pesca (Dec. 23793/1934)	- X -	Parques de Criação e Refúgio de Animais	Parque de Reserva; Refúgio e Criação de Animais Silvestres
De 1965 até 1999	Novo Código Florestal (Lei 4771/1965)	Código Florestal (Dec. 23793/1934)	Parque Nacional; Floresta Nacional; Área de Preservação Permanente; Reserva Legal	- X -
	Lei de Proteção aos Animais (Lei 5197/1967)	Lei de Proteção aos Animais (Dec. 24645/1934)	Reserva Biológica; Parque de Caça Federal	- X -
	Programa MaB, 1970 (Dec. 74685/74 e Dec. Pres. 21/09/99)	- X -	Áreas de Reconhecimento Internacional	Reserva da Biosfera
	Convenção sobre Zonas Úmidas, 1971 (promulgada pelo Dec. 1905/1996)	- X -	Áreas de Reconhecimento Internacional	Sítios Ramsar
	Conv. Patrimônio Mundial, 1972 (promulgada pelo Dec. 80978/1977)	- X -	Áreas de Reconhecimento Internacional	Sítios do Patrimônio Mundial Natural
	Estatuto do Índio (Lei nº 6001 de 19/12/1973)	- X -	Terras Indígenas	Reserva Indígena, Parque Indígena, Colônia Agrícola Indígena e Território Federal Indígena
	Lei de Criação das Estações Ecológicas (Lei 6902/1981)	- X -	Estação Ecológica	- X -
	Lei de Criação de Áreas de Proteção Ambiental (Lei 6902/1981)	- X -	Área de Proteção Ambiental	- X -

(Continua na próxima página)

(Continuação do quadro da página anterior)

PERÍODO	INSTRUMENTOS	INSTRUMENTOS INCORPORADOS	TIPOLOGIAS	CATEGORIAS
<b>De 1965 até 1999</b>	Decreto de Criação das Reservas Ecológicas (Dec. 89336/1984)	- X -	Reserva Ecológica	- X -
	Lei de Criação das ARIEs (Dec. 89336/1984)	- X -	Área de Relevante Interesse Ecológico	- X -
	Lei de Criação das RPPNs (Lei 1922/1996)	- X -	Reservar Particular do Patrimônio natural	- X -
	Código Florestal (Dec. 23793/1934)  Código de Caça e Pesca (Dec. 23793/1934)	- X -  - X -	Floresta Protetora; Floresta Remanescente; Floresta de Rendimento; Floresta Modelo  Parques de Criação e Refúgio de Animais	Parque Nacional; Floresta Nacional; Reserva de Proteção Biológica ou Estética  Parque de Reserva; Refúgio e Criação de Animais Silvestres
<b>A partir de 2000</b>	Novo Código Florestal (Lei 4771/1965)	Código Florestal (Dec. 23793/1934)	Área de Preservação Permanente	1) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água; 2) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água; 3) nas nascentes e "olhos d'água" num raio de 50m de largura; 4) no topo de morros, montes, montanhas e serras; 5) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declividade; 6) nas restingas, como fixadora de dunas ou estabilizadoras de mangues; 7) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100m em projeções horizontais; 8) em altitude superior a 1800m, qualquer que seja a vegetação.

(Continua na próxima página)

(Continuação do quadro da página anterior)

PERÍODO	INSTRUMENTOS	INSTRUMENTOS INCORPORADOS	TIPOLOGIAS	CATEGORIAS
A partir de 2000			Reserva Legal	80% da PR na Amazônia Legal; 2) 35% na PR em área de cerrado localizada na Amazônia Legal; 3) 20% na PR em áreas de floresta ou vegetação nativa nas demais regiões; 4) 20% na PR em área de campos gerais em qualquer região.
	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei 9985/2000)	Lei de Proteção aos Animais (Lei 5197/1967); Lei de Criação das Estações Ecológicas e APAs (Lei 6902/1981); Decreto de Criação das RESECs e ARIES (Dec. 89336/1984); Lei de Criação das RPPNs (Lei 1922/1996); parte do Novo Código Florestal (Lei 4771/1965)	Unidades de Proteção Integral (PI) e Unidades de Uso Sustentável (US)	PI: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio de Vida Silvestre US; Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológica; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Particular do
	Programa MaB, 1970 (Dec. 74685/74 e Dec. Pres. 21/09/99)	- X -	Áreas de reconhecimento internacional	Reserva da Biosfera
	Convenção sobre Zonas Úmidas, 1971 (promulgada pelo Dec. 1905/96)	- X -	Áreas de reconhecimento internacional	Sítios Ramsar
	Convenção Patrimônio Mundial, 1972 (promulgada pelo Dec. 80978/1977)	- X -	Áreas de reconhecimento internacional	Sítios do Patrimônio Mundial Natural
	Estatuto do Índio (Lei nº 6001 de 19/12/1973)	- X -	Áreas de reconhecimento internacional	Reserva Indígena, Parque Indígena, Colônia Agrícola Indígena e Território Federal Indígena

Fonte: adaptado de Medeiros (2006)

## ANEXO C

### PATRIMÔNIO DA PENHA



Vista Parcial do Patrimônio da Penha (Nov./2015)



Vista Parcial do Patrimônio da Penha (Fev./2016)



Entrada do Patrimônio da Penha (sentido Divino de São Lourenço/Dores do Rio Preto, Fev./2016)



Entrada do Patrimônio da Penha (sentido Dores do Rio Preto/Divino de São Lourenço, Fev./2016)



Praça central do Patrimônio da Penha (Fev./2016)



Produtos do artesanato local produzido pelos moradores alternativo (Fev./2016)



Rua principal do Patrimônio da Penha (Fev./2016)



Polo de Educação Ambiental da Região do Caparaó Capixaba sediado no Patrimônio da Penha (Fev./2016)

**ANEXO D****PORTAL DO CÉU**

Propriedade particular na estrada que dá acesso ao Portal do Céu (Fev./2016)



Propriedade particular na estrada que dá acesso ao Portal do Céu (Fev./2016)



Propriedade particular na estrada que dá acesso ao Portal do Céu (Fev./2016)



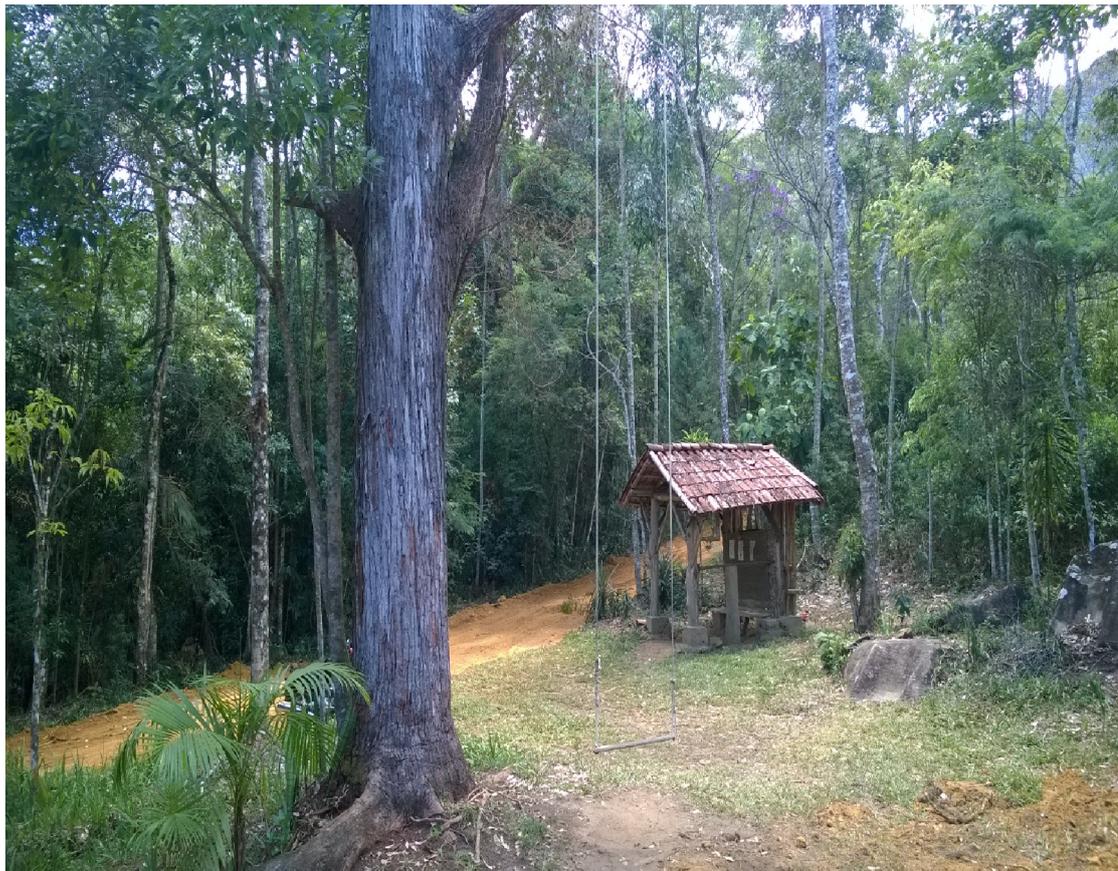
Propriedade particular na estrada que dá acesso ao Portal do Céu (Fev./2016)



Propriedade particular na estrada que dá acesso ao Portal do Céu (Fev./2016)



Propriedade particular na estrada que dá acesso ao Portal do Céu (Fev./2016)



Portal do Céu (Fev./2016)



Portal do Céu (Fev./2016)



Propriedade particular no Portal do Céu (Fev./2016)



Propriedade particular no Portal do Céu (Fev./2016)



Retroescavadeira preparando uma área em propriedade particular no Portal do Céu (Fev./2016)



Propriedade particular no Portal do Céu (Fev./2016)



Igreja do Santo Daime no Portal do Céu (Fev./2016)



Igreja do Santo Daime no Portal do Céu (Fev./2016)